

Paulo Thiago Nunes Bezerra de Melo

**CAPITAL SOCIAL DE RELAÇÕES COM *STAKEHOLDERS* NA
COTONICULTURA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO
ESPÚRIO OU SUSTENTÁVEL**

Tese submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Administração da
Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do Grau de Doutor em
Administração.

Orientador: Prof. Dr. Hans Michael van
Bellen

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Melo, Paulo Thiago Nunes Bezerra de
Capital social de relações com stakeholders na
cotonicultura como fator de desenvolvimento espúrio ou
sustentável / Paulo Thiago Nunes Bezerra de Melo ;
orientador, Hans Michael van Bellen - Florianópolis, SC,
2015.

231 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Administração.

Inclui referências

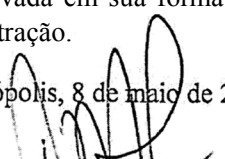
1. Administração. 2. Capital Social. 3. Stakeholders. 4.
Desenvolvimento sustentável. 5. Cotonicultura. I. van
Bellen, Hans Michael. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III.
Título.

Paulo Thiago Nunes Bezerra de Melo


CAPITAL SOCIAL DE RELAÇÕES COM *STAKEHOLDERS* NA COTINUCULTURA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO ESPÚRIO OU SUSTENTÁVEL

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor em Administração”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Administração.

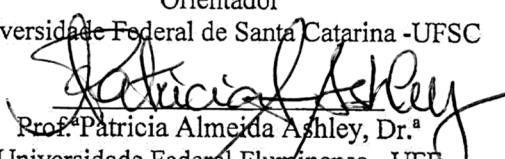
Florianópolis, 8 de maio de 2015.

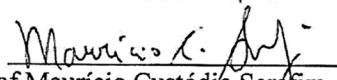

Prof. Marcus Venícius Andrade de Lima, Dr.
Coordenador do Curso

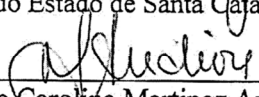
Banca Examinadora:

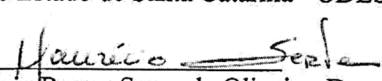

Prof. Hans Michael van Bellen, Dr.
Orientador

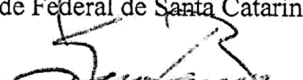
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC


Prof.ª Patricia Almeida Ashley, Dr.ª
Universidade Federal Fluminense - UFF


Prof. Mauricio Custódio Serafim, Dr.
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC


Prof.ª Maria Carolina Martinez Andion, Dr.ª
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC


Prof. Mauricio Roque Serva de Oliveira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC


Prof. Sérgio Luís Boeira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

RESUMO

Este estudo tem como objetivo comparar as implicações da cotonicultura convencional e da orgânica nas dinâmicas de desenvolvimento rural, considerando o capital social nas relações com *stakeholders*. A fundamentação teórica apresenta discussões sobre uma aproximação entre a teoria do capital social e a abordagem dos *stakeholders*; a distinção entre os aspectos do desenvolvimento espúrio e do sustentável; a base agrícola do desenvolvimento nacional e o sistema de produção orgânica na agricultura como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável; e sobre os setores da cotonicultura convencional e da orgânica. Este estudo tem um propósito analítico e explanatório, bem como adotada a estratégia de estudo de casos múltiplos. A pesquisa foi desenvolvida tendo como foco a comparação entre as relações com *stakeholders* que são estabelecidas por duas organizações: a Fazenda Progresso, uma produtora da agricultura empresarial, e a Associação dos(as) Produtores(as) Agroecológicos do Semiárido Piauiense (APASPI), um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica. Os dados foram coletados por meio de entrevistas, documentos e observações diretas, e foram analisados com base em elementos da técnica de análise de conteúdo. Ao olhar para os conteúdos transacionados e os valores compartilhados nos casos da Fazenda Progresso e da APASPI, foram identificadas diferenças que distinguem o capital social e, sobretudo, sua capacidade de afetar as organizações no alcance de seus propósitos, não obstante possuam equivalências estruturais nas relações com seus *stakeholders*. O desenvolvimento das regiões de incidência das atividades da Fazenda Progresso tem demonstrado maior coerência a um modelo de desenvolvimento sustentável do que a região de incidência das atividades da APASPI. O desenvolvimento sustentável depende de um arcabouço e uma capacidade institucional, incluindo o capital social nas relações das organizações com seus *stakeholders*, que sejam constituídos para atender às demandas de eficiência econômica, bem estar social e conservação do meio ambiente. A tese revela que existe uma condição para o desenvolvimento sustentável que repousa nos propósitos organizacionais que constituem o capital social nas relações com *stakeholders*. Para um desenvolvimento regional sustentável, o estudo aponta aspectos a serem evitados, como práticas danosas ao meio ambiente por produtores empresariais convencionais e a integração em mercados de comércio justo por produtores orgânicos na agricultura familiar. O estudo também aponta aspectos a serem reforçados, como a implementação de programas de responsabilidade social mais avançados na cotonicultura empresarial e

a intensificação de sistemas participativos de certificação na cotonicultura orgânica. A compreensão sobre o objeto deste estudo pode ser aprofundada tanto por futuras pesquisas fundamentadas na teoria do capital social, na teoria de *stakeholders*, nas teorias de desenvolvimento regional e nas combinações entre elas, quanto por futuras pesquisas realizadas com percursos metodológicos diferentes do que foi realizado neste estudo.

Palavras-chave: Capital Social. *Stakeholders*. Desenvolvimento sustentável. Cotonicultura.

ABSTRACT

This study aims to compare the implications of conventional and organic cotton farming in rural development dynamics, considering the social capital in relations with *stakeholders*. The theoretical foundation presents discussions about: a rapprochement between the theory of social capital and the approach of the stakeholders; the distinction between aspects of spurious and sustainable development; the agricultural base of national development and the organic production system in agriculture as an alternative for sustainable development; and the sectors of conventional and organic cotton farming. This study has an analytical and an explanatory purpose and adopted the strategy of multiple case study. The research is developed focusing on the comparison of stakeholder relations that are established by two organizations: the Fazenda Progresso, a producer of business agriculture, and the Agroecological Producers of Semiarid Piauí Association (APASPI), a Participatory Organization of Organic Conformity Assessment. Data were collected through interviews, documents and direct observations, and were analyzed based on elements of content analysis technics. By looking at the contents traded and shared values in cases of Fazenda Progresso and APASPI, differences were identified that distinguish the social capital and especially its capacity to affect organizations in achieving their purposes, nevertheless possessing structural equivalence in relations with its stakeholders. The development of the incidence regions of the Farm Progress' activities has demonstrated greater coherence to a sustainable development model than the incidence regions of the APASPI's activities. The central idea of this thesis is that the meeting of sustainable development depends on an institutional capacity and framework, including the social capital in relations between organizations and their stakeholders, which are made to meet the demands of economic efficiency, social welfare and environment conservation. The thesis shows that there is a condition for sustainable development that rests on organizational purposes that constitute the social capital in stakeholder relations. For a sustainable regional development, the study points out aspects that must be prevented, as practices harmful to the environment by conventional producers and business integration in fair trade markets for organic producers in family farming. The study also points out aspects to be strengthened, as the implementation of more advanced social responsibility programs in business cotton production and the intensification of participatory certification systems in organic cotton production. The understanding of the object of this study can be enhanced by future research based on the theory of social capital, on the

theory of stakeholders, on regional development theories and on the combinations between them, as by future research with different methodological paths of what was done in this study.

Keywords: Social Capital. Stakeholders. Sustainable development. Cotton production.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABR – Algodão Brasileiro Responsável
ABRAPA – Associação Brasileira dos Produtores de Algodão
ADEC – Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural
ANVISA – Nacional de Vigilância Sanitária
APASPI – Associação dos(as) Produtores(as) Agroecológicos do Semiárido Piauiense
APEX-BRASIL – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
APIPA – Associação Piauiense de Produtores de Algodão
BCI – *Better Cotton Initiative* (Iniciativa Algodão Melhor)
CACEX – Carteira de Comércio Exterior
CNPA – Centro Nacional de Pesquisa do Algodão
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
DDT – Dicloro-Difenil-Tricloroetano
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOC – Denominação de origem controlada
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná
IBD – Associação de Certificação Instituto Biodinâmico
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICONE – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IFOAM – Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPD – Instituto de Promoção do Desenvolvimento
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG – Organização não governamental
ONU – Organização das Nações Unidas

OPAC – Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade

PDHC – Projeto Dom Helder Camara

PDSTR – Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PEP – Planejamento Estratégico Participativo

PIB – Produto Interno Bruto

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PTC – Programa Territórios da Cidadania

SDT – Secretária de Desenvolvimento Territorial

SISORG – Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica

WWF – *World Wildlife Fund* (Fundo Mundial para a Natureza)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.2	OBJETIVO GERAL.....	18
1.2.1	Objetivos específicos.....	18
1.3	JUSTIFICATIVAS.....	18
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
2.1	A TEORIA DO CAPITAL SOCIAL.....	23
2.1.1	Capital social em diferentes perspectivas.....	28
2.1.2	Dimensões do capital social.....	32
2.1.3	A abordagem de stakeholders.....	35
2.2	RELAÇÃO DA TEORIA DO STAKEHOLDER E CAPITAL SOCIAL.....	39
2.2.1	O desenvolvimento espúrio.....	43
2.2.2	O desenvolvimento sustentável.....	48
2.2.3	Dimensões do desenvolvimento sustentável.....	54
2.3	A BASE AGRÍCOLA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL.....	61
2.3.1	O desenvolvimento rural.....	65
2.3.2	O sistema de agricultura orgânica.....	70
2.3.3	Controvérsias na agricultura orgânica.....	74
2.4	A COTONICULTURA BRASILEIRA.....	78
2.4.1	O mercado internacional contemporâneo de algodão.....	82
2.4.2	A cotonicultura orgânica.....	83
2.4.3	Pioneirismo na cotonicultura orgânica brasileira.....	85
3	PERCURSO METODOLÓGICO.....	89
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	89
3.2	ESCOLHA DOS CASOS.....	94
3.3	TIPOS DE DADOS E PROCESSO DE COLETA.....	95
3.4	ANÁLISE DOS DADOS.....	99
3.5	LIMITES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	102
4	RESULTADOS.....	105
4.1	ANÁLISE DOS CASOS.....	105
4.1.1	Relações da Fazenda Progresso com seus stakeholders.....	110
4.1.2	Capital social da Fazenda Progresso.....	117
4.1.3	Implicações da Fazenda Progresso no desenvolvimento.....	126
4.1.4	Relações da APASPI com seus stakeholders.....	135
4.1.5	Capital social da APASPI.....	144
4.1.6	Implicações da APASPI no desenvolvimento.....	153
4.2	UMA VISÃO COMPARATIVA DOS CASOS.....	161
4.2.1	Diversidade de interesses.....	161
4.2.2	Relações de confiança.....	168
4.2.3	Afinidade cognitiva.....	173
4.2.4	Dimensão econômica do desenvolvimento.....	178
4.2.5	Dimensão social do desenvolvimento.....	182
4.2.6	Dimensão ambiental do desenvolvimento.....	185

5	CONCLUSÕES.....	189
5.1	CONTRIBUIÇÕES PRÁTICAS	195
5.2	SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....	196
	REFERÊNCIAS.....	199
	APÊNDICE I - Quadro de análise dos resultados.....	221

1 INTRODUÇÃO

O território brasileiro revela uma série de formações dos seus solos que compreende paisagens naturais com uma riqueza estética e biológica única, entre as quais estão a Serra das Confusões e a Serra da Capivara, ambas localizadas no Piauí. Essas serras se localizam em uma área de transição entre o bioma da caatinga e o bioma do cerrado nordestino, mas dividem muito mais do que diferentes ecossistemas. Atualmente, essas serras dividem padrões de sistemas agrícolas, localizando as experiências de agricultura orgânica familiar na caatinga e as experiências de agricultura convencional empresarial no cerrado, que compartilham a dedicação para com a cotonicultura como elemento comum.

Ao leste das serras das confusões e da capivara, a caatinga piauiense abriga organizações da sociedade civil que, com auxílios de ações governamentais, buscam fortalecer a agricultura familiar com base em princípios agroecológicos que, por sua vez, resultam em produtos orgânicos (JALFIM *et al.*, 2013). Ao oeste das serras das confusões e da capivara, o cerrado piauiense tornou-se parte da nova área de fronteira agrícola do país, que tem sido denominada de Mapitoba, acrônimo dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia (AGUIAR; LIMA-FILHO; TORRES-JUNIOR, 2013). Em ambas as regiões, a cotonicultura é uma prática comum, viabilizada por organizações que estabelecem redes de relações com atores interessados nessa atividade (*stakeholders*), constituindo um capital social que afeta a realização de seus propósitos.

O presente estudo discorre sobre o capital social proveniente das relações com um conjunto de *stakeholders* na cotonicultura convencional e na orgânica. De acordo com o contexto em que a estiverem inseridos, seja na cotonicultura convencional ou na orgânica, a compreensão sobre as dinâmicas em que os produtores de algodão são influenciados e influenciam outros atores é ampliada por uma visão sistêmica das atividades que acontecem dentro e fora da unidade produtiva. Esses atores são os fornecedores, atacadistas, varejistas, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, que podem ser percebidos como *stakeholders* importantes pelos cotonicultores.

O capital social tem sido objeto de estudo da sociologia, da ciência política e da administração, tendo diferentes definições e perspectivas de análises. Neste estudo, o capital social é entendido como o conjunto de ativos relacionais que podem afetar a capacidade produtiva de uma organização (LOPOLITO; NARDONE; SISTO, 2011). Diferentes análises sobre a capacidade das relações sociais promoverem o alcance dos objetivos de uma comunidade ou região são guiadas por dimensões

distintas (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998; RÉGIS; DIAS; BASTOS, 2006). As dimensões do capital social são capazes de revelar as qualidades desse fenômeno no sentido de promover diferentes consequências para uma comunidade ou região. No campo organizacional, um conjunto de atores interessados nas atividades das organizações, conhecidos como *stakeholders*, estabelecem relações com aquelas organizações que afetam seus objetivos particulares (FREEMAN, 1984; DONALDSON; PRESTON, 1995; ROWLEY, 1997; POST; PRESTON; SACHS, 2002; MCVEA; FREEMAN, 2005). As relações que uma organização estabelece com seus *stakeholders* constituem um capital social (COTS, 2011), cuja qualidade se refere ao potencial de desenvolvimento que elas promovem em uma região. Esse capital social inclui uma estrutura de redes de relacionamentos, mas não se limita a ela, incorporando também relações de confiança e compartilhamento de visões entre os atores na criação de um ativo relacional, que se torna disponível de forma mais ampla e duradoura do que as estruturas de redes organizacionais.

A abordagem do *stakeholder* ajuda a entender as organizações dentro de seus contextos, que, segundo Rowley, (1997), são influenciadas e reagem a um conjunto de atores interessados que se articulam e promovem estruturas de redes sociais. Assim, a identificação dos *stakeholders* de uma organização possibilita a adaptação das organizações aos contextos em que elas estão inseridas. Por meio das relações com seus *stakeholders*, buscando atender às suas demandas, as organizações podem contribuir para o desenvolvimento de uma região.

Apoiado nas contribuições de Haddad (1999) sobre vantagens espúrias e vantagens dinâmicas de uma região, Santos (2011) qualifica o desenvolvimento regional de acordo com a lógica predominante das ações realizadas pelas organizações locais, podendo ser um desenvolvimento espúrio ou sustentável. Uma determinada região passa por um desenvolvimento espúrio quando as organizações locais realizam ações baseadas em uma lógica exclusiva de crescimento econômico, ao custo de impactos sociais e ambientais negativos. Por outro lado, uma região passa por um desenvolvimento sustentável quando as organizações locais promovem a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Tanto em uma trajetória de desenvolvimento espúrio quanto em uma trajetória de desenvolvimento sustentável, existe um arcabouço institucional que dá suporte para as ações que são realizadas na região. Neste texto, tal arcabouço institucional inclui o capital social constituído nas relações entre as organizações e os seus *stakeholders*.

O desenvolvimento regional tem sido um tema exaustivamente discutido a partir do século XX. Inicialmente, o desenvolvimento era visto como o resultado do crescimento econômico capaz de elevar os padrões de produção e consumo para níveis tecnológicos mais avançados, priorizando uma dimensão econômica. Em seguida, as questões de equidade social, condições humanas e qualidade de vida foram integradas nas discussões sobre desenvolvimento, revelando a sua dimensão social. Paralelamente, as questões relacionadas ao estado de conservação ou preservação do meio ambiente foram incorporadas nas discussões sobre desenvolvimento, demarcando o campo de debates sobre o desenvolvimento sustentável.

A ideia de desenvolvimento sustentável compreende implicações multidimensionais, tais como o aumento na qualidade de vida, a equidade na distribuição de renda e bens, a alocação eficiente de recursos, a prevenção de danos e impactos das atividades humanas ao meio ambiente, o equilíbrio da distribuição populacional e econômica nos territórios rurais e urbanos, assim como a implementação de soluções específicas para as culturas locais (SACHS, 1993; VAN BELLEN, 2010; LEUKHARDT; ALLEN, 2013). Essas implicações são comumente agrupadas em dimensões que constituem o tripé da sustentabilidade, abrangendo aspectos econômicos, sociais e ambientais (ELKINGTON, 2006).

A inserção brasileira no comércio internacional tem sido historicamente marcada pela especialização na exportação de *commodities*, particularmente de produtos agrícolas, de maneira semelhante ao que tem acontecido com a maioria dos países de desenvolvimento tardio. Assim como as culturas de cana-de-açúcar e café foram utilizadas como fonte estratégica de recursos no passado, para o desenvolvimento de algumas regiões do país, a cultura de grãos de soja o tem sido atualmente. A cotonicultura também já foi, e voltou a ser recentemente, uma fonte estratégica de recursos. O Brasil já foi um dos maiores exportadores de algodão e voltou a assumir essa posição mais recentemente devido aos avanços tecnológicos que foram incorporados e ao reposicionamento das culturas nas áreas do cerrado central e nas áreas de fronteira agrícola no nordeste. A valorização das terras nas fronteiras agrícolas está relacionada às expectativas dos investidores para fins especulativos, por se tratar de uma região menos explorada (FERRO; CASTRO, 2013). As áreas da atual fronteira agrícola são caracterizadas principalmente pelo cultivo da soja para exportação (AGUIAR; LIMA-FILHO; TORRES-JUNIOR, 2013; FERRO; CASTRO, 2013).

Quando se pensa no desenvolvimento de um país, a partir da inserção no comércio internacional, surgem questões relacionadas às consequências dos padrões de produção e consumo em escala global, que, por sua vez, estão associadas à ideia de desenvolvimento sustentável. Os defensores do desenvolvimento sustentável ressaltam os limites de suporte do meio ambiente para a extração de recursos e o depósito de resíduos decorrentes dos processos produtivos. Nesse contexto, a produção orgânica na agricultura surge como um tema relevante, particularmente na realidade brasileira, uma vez que esse sistema de produção considera os limites de suporte do meio ambiente. A relevância dessa discussão é mostrada quando se trata da cotonicultura, por esta atividade utilizar grandes quantidades de agrotóxicos quando é realizada no sistema convencional.

Apesar de se apresentar como uma alternativa mais sustentável, o sistema de produção orgânico e, sobretudo, sua comercialização estão imersos em controvérsias sobre o reconhecimento da qualidade orgânica por meio de certificação e sobre a distribuição dos ganhos na cadeia produtiva. A produção orgânica faz parte de um movimento alternativo à agricultura convencional e teve sua difusão inicialmente na agricultura familiar, sendo adotado posteriormente pela agricultura empresarial como um nicho de mercado (WILKINSON, 2008). A produção orgânica tem sido adotada como sistema produtivo para uma variedade de produtos agrícolas no Brasil, dentre os quais o algodão tem despertado interesse de organizações e produtores no semiárido nordestino. Tais organizações e produtores vêm desenvolvendo ações que buscam inserir a cotonicultura orgânica em cadeias produtivas que refletem os requisitos de desenvolvimento sustentável.

A agricultura orgânica tem sido legitimada tanto pelos benefícios sociais para a saúde dos indivíduos, quanto pelos seus benefícios para o meio ambiente, sendo favorável ao desenvolvimento sustentável no meio rural. De outra maneira, Altieri e Nicholls (2012) ressaltam que a agricultura em sua forma moderna e industrial contribui para problemas ambientais, uma vez que é a responsável pela emissão de 25-30% das emissões de gases de efeito estufa, intensificando o problema da mudança climática. Além disso, a agricultura industrial torna a mão de obra um recurso dispensável, também sendo responsável por problemas econômicos e sociais no meio rural, como a intensificação de desigualdades sociais e a desocupação de trabalhadores rurais, que buscam uma alternativa de vida nas periferias urbanas com condições precárias (SACHS, 2001). Assim, as diferentes formas de produção agrícola promovem incidências que alinham o desenvolvimento no meio

rural aos parâmetros do desenvolvimento sustentável ou de um desenvolvimento espúrio.

No Brasil, o desenvolvimento rural tem sido buscado por meio de projetos distintos que contribuem para diferentes incidências nas dinâmicas de desenvolvimento regional. Uma parte dos projetos de desenvolvimento rural priorizam o sistema agrícola industrial com uso intensivo de agrotóxicos, enquanto que outros projetos priorizam sistemas de produção orgânica em monocultura com orientação para nichos de mercado, e ainda existem projetos que priorizam os sistemas de produção orgânica baseados nos princípios da agroecologia (ALTIERI; NICHOLLS, 2012).

Neste estudo, é colocado foco nas organizações produtivas dedicadas à cotonicultura para compreender as incidências que suas atividades promovem nas dinâmicas espúrias ou sustentáveis de desenvolvimento rural. Para a realização de suas atividades, as organizações estabelecem relações com diferentes *stakeholders* em função dos seus propósitos e da lógica de suas ações, que promovem um desenvolvimento espúrio ou sustentável. As relações que as organizações estabelecem com seus *stakeholders* constituem ativos relacionais que afetam a capacidade produtiva dessas organizações. Em outros termos, essas relações constituem um capital social que se apresenta de formas distintas, promovendo um desenvolvimento espúrio quando é constituído por organizações com ações baseadas em uma lógica exclusivamente econômica, enquanto que promovem o desenvolvimento sustentável quando é constituído por organizações com ações orientadas para resultados positivos nas dimensões social e ambiental, além da dimensão econômica.

Com base no que foi exposto, este estudo se propõe a responder a seguinte pergunta de pesquisa: **Quais as implicações da cotonicultura convencional e da orgânica nas dinâmicas de desenvolvimento rural, considerando o capital social nas relações com *stakeholders*?** A busca de uma resposta para essa pergunta pode ser auxiliada por algumas questões norteadoras como: Como capital social nas relações com *stakeholders* e suas implicações no desenvolvimento regional podem ser analisados? Qual é a diversidade de *stakeholders* na cotonicultura convencional e na orgânica? Quais as formas do capital social constituído entre os gestores e *stakeholders* na cotonicultura convencional e na orgânica? Como o capital social promovido a partir das relações com *stakeholders* incide nas dinâmicas de desenvolvimento regional?

1.2 OBJETIVO GERAL

Este estudo tem como objetivo: **Comparar as implicações da cotonicultura convencional e da orgânica nas dinâmicas de desenvolvimento rural, considerando o capital social nas relações com *stakeholders*.**

1.2.1 Objetivos específicos

Ao tratar **da cotonicultura convencional e da orgânica**, este estudo buscará alcançar os seguintes objetivos específicos:

- a) Construir um sistema de análise sobre o capital social nas relações com *stakeholders* e suas implicações no desenvolvimento regional;
- b) Identificar a diversidade de *stakeholders* relevantes para a cotonicultura convencional e para a orgânica;
- c) Avaliar as formas de capital social nas relações organizacionais com *stakeholders*;
- d) Analisar como o capital social promovido a partir das relações com *stakeholders* incide nas dinâmicas de desenvolvimento regional.

1.3 JUSTIFICATIVAS

A comparação dos sistemas de produção agrícola convencional com o orgânico desencadeia reflexões sobre a adoção de diferentes estratégias de desenvolvimento rural, contribuindo para a transição de modelo de desenvolvimento espúrio para um modelo de desenvolvimento sustentável. A partir da avaliação do capital social no campo organizacional da agricultura orgânica, em comparação com a agricultura convencional, a discussão de desenvolvimento sustentável levanta questões de interesse dos diversos setores da sociedade brasileira, devido ao grande impacto da atividade agrícola no desenvolvimento do país.

Por meio de uma pesquisa empírica, o presente estudo tem a relevância de apontar aspectos coerentes e incoerentes com o desenvolvimento sustentável ou espúrio, comparando a agricultura empresarial convencional e a agricultura orgânica familiar. Nesse sentido, o estudo tem a importância de revelar aspectos a serem evitados e outros a serem reforçados por produtores empresariais convencionais e por

produtores orgânicos na agricultura familiar, ambos envolvidos na cotonicultura, para um desenvolvimento regional sustentável.

A comparação entre a cotonicultura convencional e a orgânica se torna relevante devido ao grande uso de agrotóxicos na produção convencional de algodão, sejam fertilizantes, herbicidas e pesticidas. Porto e Soares (2012), a partir de dados do IBGE (2009), destacam que o cultivo de algodão é responsável pelos maiores gastos com agrotóxicos por estabelecimento agrícola no país, representando o uso intenso da química agrícola na produção convencional que, por sua vez, intensifica a distinção com a cotonicultura orgânica.

Os produtores de algodão orgânico têm estabelecido suas ações em torno de diferentes Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade (OPACs), que são representados por diferentes organizações da sociedade civil. O funcionamento dos OPACs foi legitimado recentemente pelo governo brasileiro como uma alternativa à certificação por auditoria para o reconhecimento da produção orgânica na agricultura familiar (JALFIM *et al.*, 2013). Por ser uma nova forma de reconhecimento da produção orgânica, os OPACs ainda requerem acompanhamento e investigação para avaliar a efetividade de suas ações e a coerência com seus propósitos originais. O presente estudo tem a importância de realizar uma investigação particular sobre a realidade de um OPAC no sudoeste do Piauí, gerando conhecimento sobre essa nova forma de reconhecimento da produção de algodão orgânico no país.

O cerrado piauiense, juntamente com outras regiões de cerrado no Maranhão, Tocantins e Bahia, tem delimitado a fronteira agrícola mais recente do país, denominada Mapitoba, que tem mostrado evolução na produtividade de milho e soja nas últimas décadas (AGUIAR; LIMA-FILHO; TORRES-JUNIOR, 2013). Nessa região, a produtividade de soja era 34% menor que a média nacional durante a década de 1980, enquanto que, na década de 2010, a produtividade de soja na Mapitoba têm sido 5% menor que à média nacional (CONAB, 2015). A cultura de algodão geralmente acontece de maneira associada às culturas de milho e soja. Além do avanço da produtividade agrícola na região Mapitoba, o mercado de terras para cultivo também avançou, elevando os ganhos patrimoniais nessa região, com destaque para o Piauí, onde o preço médio das terras para cultivo mais do que dobrou, passando de 1.675 reais/ha em 2010 para 3.625 reais/ha em 2013 (AGUIAR; LIMA-FILHO; TORRES-JUNIOR, 2013). Nesse sentido, o presente estudo tem a importância de gerar conhecimento sobre a organização produtiva de algodão em uma região que intensificou seu processo de desenvolvimento econômico, por meio da agricultura empresarial recentemente. Os produtores empresariais de

algodão convencional têm estabelecido suas ações em torno da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA).

Tanto os produtores empresariais convencionais quanto os produtores orgânicos na agricultura familiar têm desenvolvido suas ações participando de arranjos organizacionais compostos por organizações com objetivos semelhantes. Portanto, em ambos os sistemas produtivos, convencional e orgânico, os produtores estão imersos em redes de organizações, cujo potencial para o desenvolvimento sustentável ou espúrio é interesse do presente estudo ao investigar o capital social constituído nessas redes.

A principal contribuição teórica deste estudo se refere à complementaridade da teoria dos *stakeholders* e do capital social em uma pesquisa teórica-empírica, fornecendo conhecimento adicional sobre formas de gestão sustentáveis. As teorias dos *stakeholders* e do capital social têm sido adotadas distintamente para explicar o comportamento de grandes corporações e de pequenas e médias empresas no mercado respectivamente (SEN; COWLEY, 2012; MAURER; SILVA, 2012; RUSSO; PERRINI, 2010). Essa distinção tem sido baseada no argumento de que essas organizações são diferentes em aspectos importantes, e que as práticas de responsabilidade social empresarial deveriam se adequar a essas diferenças. Considerando que as pequenas empresas precisam buscar e fortalecer relações com a comunidade em que realizam suas atividades para enfrentar desafios particulares e maiores riscos de perdas, as práticas de responsabilidade social dessas empresas se consolidariam por meio da acumulação de relações sociais e estariam alinhadas aos fundamentos da teoria de capital social. Por sua vez, as grandes empresas possuem maior nível de formalização nas suas ações de responsabilidade social por meio de sistemas de gestão estruturados e explícitos, sendo mais alinhados ao arcabouço teórico da abordagem de *stakeholders*. Neste estudo, tal distinção é ofuscada pela adoção da complementaridade entre essas duas teorias.

A distinção entre o uso da teoria dos *stakeholders*, para explicar as grandes corporações, e o uso da teoria do capital social, para explicar as pequenas e médias empresas, não faz sentido por dois motivos. Primeiro, a constituição de capital social é um fenômeno cujo pré-requisito principal para a sua concretização é o estabelecimento de laços sociais entre atores diferentes, que podem ser organizações de qualquer forma estrutural ou tamanho. Segundo, a abordagem de *stakeholders* é uma estratégia para uma melhor adaptação ao ambiente externo (FREEMAN, 1984), que pode ser adotada tanto por diretores de grandes organizações quanto por proprietários de pequenos negócios. Considerar que a

abordagem de *stakeholders* não é adequada para pequenas empresas é um equívoco, pois tal abordagem tem como foco a sobrevivência em ambientes dinâmicos, que são marcados por uma alta densidade de pequenas empresas que competem para sobreviver.

O presente estudo apresenta uma complementaridade entre as teorias do *stakeholder* e capital social, em vez de reforçar uma separação inadequada. Tanto o conceito de capital social quanto o conceito de *stakeholder* possuem características semelhantes como o suporte às relações sociais, as redes, as normas, a cooperação, a coesão e os ganhos que as organizações podem obter (BALLET, 2005). Tanto o capital social quanto a abordagem de *stakeholders* são fenômenos relacionais (MAAK, 2007). Assim, este estudo contribui com uma investigação teórica-empírica para complementaridade entre a teoria do *stakeholder* e do capital social (COTS, 2011).

Este estudo também contribui para a discussão sobre a relação entre o capital social e o desenvolvimento regional. O capital social, associado às normas e redes de engajamento cívico, é geralmente visto como uma condição para o desenvolvimento econômico de uma região (PUTNAM, 2002). Em outras palavras, o capital social tem capacidade de produzir riqueza e valor para uma economia nacional (FUKUYAMA, 2000). Contudo, o capital social também pode ser um obstáculo ao desenvolvimento regional. Alguns autores reconhecem que o capital social pode levar a consequências danosas, prejudiciais e maléficas para uma região quando está à disposição de organizações com propósitos inadequados para a integração social (CHAMBERS; KOPSTEIN, 2001; FUKUYAMA, 2000; PUTNAM, 2000). Nesse sentido, o presente estudo contribui para a distinção entre o capital social que promove o desenvolvimento sustentável em uma comunidade, do capital social que promove um desenvolvimento espúrio.

A distinção entre o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento espúrio contribui para a compreensão do que não é o desenvolvimento sustentável. Atualmente, a compreensão sobre o desenvolvimento espúrio é baseada em fontes escassas de referência, sendo a discussão de Haddad (1999) e o estudo de Santos (2011) as únicas referências identificadas sobre esse conceito. Assim, o presente estudo também contribui para o preenchimento dessa lacuna teórica.

Este primeiro capítulo da tese apresentou a contextualização do estudo, seus objetivos e as justificativas para sua realização. O próximo capítulo apresenta a fundamentação teórica utilizada para construir as proposições desta tese e para as análises dos resultados obtidos com a pesquisa. O terceiro capítulo expõe o percurso metodológico percorrido

para a realização da pesquisa, estabelecendo os seus limites. O quarto capítulo mostra os resultados obtidos na pesquisa e as análises desses resultados. Por fim, o quinto capítulo apresenta as conclusões do estudo, apontando contribuições práticas e sugestões para futuros estudos, além das contribuições para avanços teóricos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta as principais discussões teóricas que dão suporte ao objetivo deste estudo. Na primeira seção, uma aproximação entre a teoria do capital social e a abordagem dos *stakeholders* é proposta como o eixo teórico principal da tese. Na segunda seção, uma discussão sobre desenvolvimento permite distinguir os aspectos de um desenvolvimento espúrio ou sustentável, considerando suas dimensões. Na terceira seção é colocada ênfase na discussão sobre a base agrícola do desenvolvimento nacional e o sistema de produção orgânica na agricultura como um caminho para o desenvolvimento sustentável. Por fim, na quarta seção é colocado foco na cotonicultura convencional e na orgânica, que marcam o campo de estudo específico desta tese.

2.1 A TEORIA DO CAPITAL SOCIAL¹

Inicialmente, a compreensão sobre a natureza do capital e seus desdobramentos pode facilitar a compreensão do que é o capital social e qual é a sua posição nas explicações das dinâmicas socioeconômicas. A teoria clássica do capital, difundida por Marx (1984), mostrou que a comercialização de uma mercadoria gera um ganho excessivo para os proprietários dos meios de produção que é derivado do trabalho excedente em relação ao valor investido na produção da mercadoria, conceituando o valor de trabalho excedente de mais-valia. Na análise de Marx (1984), a mais-valia é a fonte de capital, que gera outra mais-valia, que gera mais capital em um ciclo de acumulação de capital (HUNT, 1985). Corroborando essa visão, Bourdieu (1986) afirma que o capital é o trabalho acumulado de maneira materializada que permite aos agentes privados se apropriar do trabalho vivo, sendo uma capacidade potencial para produzir e reproduzir lucros pela acumulação ao longo do tempo. Lin (1999) esclarece que a teoria clássica do capital é baseada na exploração das relações sociais entre a classe dominante, que faz investimento e obtém os ganhos excessivos, e a classe proletária, que vende sua força de trabalho e é explorada (LIN, 1999). Nessa perspectiva, a classe dominante reproduz o capital e se mantém na situação de dominante ao longo do

¹ Partes desta seção estão publicadas em: MELO, P. T. N. B.; REGIS, H. P.; VAN BELLEN, H. M. Princípios epistemológicos da teoria do capital social na área da administração. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 1, Rio de Janeiro Jan./Mar. 2015.

tempo, enquanto a classe trabalhadora é explorada sem possibilidade de ascensão social.

A teoria clássica do capital recebe críticas dos pensadores da escola austríaca da economia, dentre os quais, Ludwig Lachmann (1978) que desenvolveu a discussão sobre a estrutura do capital, que é utilizada atualmente como base teórica por outros pensadores austríacos (FOSS *et al.*, 2007; LEWIN e BAETJER, 2011; FOSS, 2012). Os economistas clássicos tornam o estoque de capital homogêneo por meio da mensuração dos bens em unidades de valor de trabalho, simplificando a sua diversidade (LACHMANN, 1978). O capital, no conceito de Lachmann (1978), é uma estrutura complexa composta por diversos recursos que têm funções diferentes.

Os recursos de capital não são meros meios de produção, mas são recursos utilizados pelas pessoas, sendo os seus múltiplos usos a representação da heterogeneidade do capital (LACHMANN, 1978). Por exemplo, uma lâmina de aço é usada distintamente por um cozinheiro, por um barbeiro e por um médico. A heterogeneidade do capital se reflete em diferentes atributos percebidos subjetivamente pelos gestores. As ações empreendedoras dos gestores na combinação de recursos e na inovação levam à percepção subjetiva dos ativos de capital, criando ou descobrindo os seus atributos, que podem ser percebidos distintamente em decorrência da subjetividade de diferentes gestores (FOSS *et al.*, 2007). Por exemplo, um cozinheiro percebe que um bisturi não tem a extensão e o peso necessário para cortar legumes rapidamente, o barbeiro percebe que uma faca não tem a empunhadura necessária para controlar o corte de cabelos e um médico percebe que uma tesoura não garante a precisão necessária de uma incisão cirúrgica no coração de um paciente.

Em analogia às abordagens desenvolvidas na área da gestão estratégica para compreender as empresas, Lewin e Baetjer (2011) fornecem uma teorização sobre a visão da empresa baseada no capital, que compreende a empresa como uma estrutura de capital composta por recursos físicos e humanos, enfatizando a organização do conhecimento incorporado em tais recursos para realizar as tarefas necessárias à produção. Considerando a heterogeneidade do capital, os ativos incorporam capacidades específicas dos mercados, das empresas e dos trabalhadores, de forma que sua realocação de uma atividade para outra gera custos de transação como os custos com pesquisa, averiguação e coordenação de novos ativos (FOSS, 2012).

A relevância da teoria do capital da escola austríaca, segundo Foss (2012), repousa na sua compreensão do processo de crescimento econômico contemporâneo, que é positivamente relacionado à ação

empreendedora. Burt (2007) também destaca a relevância da escola austríaca e sua ênfase no conhecimento tácito sobre as normas e práticas locais quando se refere à teoria do capital social, sendo este compreendido como um fenômeno local em que um ator obtém vantagens em fluxos de informações pela facilitação de contatos diretos. De acordo com Lin (1999), a teoria do capital social provoca uma ruptura com a teoria clássica do capital por permitir que atores com menor estoque de capital financeiro se tornem capazes de realizar investimentos em capital social e, conseqüentemente, obter ganhos superiores e ascensão social.

Um dos primeiros usos do termo 'capital social' na literatura acadêmica foi feito por Hanifan (1916) quando trata de um centro comunitário rural no Estado da Virgínia Ocidental nos Estados Unidos. Nesse texto, o capital social é entendido como algo que pode satisfazer necessidades sociais para a melhoria substancial das condições de vida de uma comunidade, sendo direcionado por líderes habilidosos. O capital social surge em uma comunidade a partir da aproximação dos membros em razão de propósitos comuns a todos, que, ocasionalmente, leva a discussões construtivas sobre os problemas da comunidade e resultam em ações efetivas (HANIFAN, 1916).

Posteriormente, Jane Jacobs (2009) se reporta ao termo capital social no livro "*The death and life of great american cities*", que foi publicado originalmente em 1961. Jacobs (2009) enfatiza a resolução de problemas em uma comunidade, afirmando que a rede de relações construídas e acumuladas ao longo do tempo pela permanência de certas pessoas em um bairro é o capital social necessário para a autogestão de um bom bairro. Outra citação do termo capital social é feita por Loury (1977) ao discutir sobre desigualdade racial, enfatizando o impacto da família e da comunidade na aquisição de habilidades requeridas no mercado por jovens negros. Nesse sentido, o capital social representa o grau em que o sucesso de um indivíduo no mercado é realizado por meio de forças sociais externas ao controle do indivíduo, uma vez que a quantidade de recurso que é investido na preparação desse indivíduo para o mercado é um efeito de sua origem social (LOURY, 1977).

Os cientistas sociais têm oferecido uma variedade de definições de capital social, nas quais cada uma expressa uma particularidade significativa (ADLER; KWON, 2002). No entanto, há um consenso geral de que o capital social se refere às habilidades dos atores em obter benefícios por meio da integração em redes sociais ou outras estruturas sociais, apesar das diferenças conceituais encontradas quando se compara as definições dos pesquisadores do tema (PORTES, 1998). O quadro 1

mostra um conjunto de conceitos para capital social com base nos autores mais predominantes no tema.

Quadro 1: Conceitos de capital social

FONTE	CONCEITO
Bourdieu (1980, p.2, tradução nossa)	"o conjunto de recursos atuais ou potenciais que são colocados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas pelo convívio e pelo reconhecimento; ou, em outras palavras, ao pertencimento de um grupo, como um conjunto de agentes que não são apenas dotados de propriedades comuns (suscetíveis de serem percebidas pelo observador, por outros e por eles mesmos), mas são também unidos por laços permanentes e úteis";
Coleman (1988, p. 98, tradução nossa)	"o capital social é definido por sua função. Ele não é uma entidade individual, mas uma variedade de diferentes entidades com dois elementos comuns: todas elas consistem em algum aspecto das estruturas sociais e elas facilitam certas ações dos atores - sejam pessoas ou atores corporativos - dentro da estrutura";
Putnam (2002, p. 177)	"características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas";
Fukuyama (1996, p.41; 2000, p. 28)	"uma capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade"; "um conjunto de valores ou normas informais, comuns aos membros de um grupo, que permitem a cooperação entre eles";
Nahapiet e Ghoshal (1998, p.243, tradução nossa)	"a soma de recursos atuais ou potenciais imersos nas, disponíveis pelas, e derivados das redes de relacionamentos pertencentes a um indivíduo ou unidade social".

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao discutir a emergência da ideia de capital social na sociologia moderna, Portes (1998) ressalta que os laços sociais podem ser úteis para controlar os comportamentos irregulares dos atores e fornecer o acesso a recursos, mas também podem restringir as liberdades individuais e bloquear atores externos aos mesmos recursos por meio de preferências particulares. Após considerar uma série de controvérsias nas discussões contemporâneas, Lin (1999, p. 39, tradução nossa) conceitua o capital social como "o investimento dos indivíduos em relações sociais pelas quais eles ganham acesso aos recursos imersos para aumentar as rendas

esperadas de ações instrumentais ou expressivas". As ações instrumentais são tomadas para obter recursos que o ator ainda não possui, enquanto as ações expressivas são tomadas para manter os recursos que o ator já possui. As chances de obter recursos por meio de ações instrumentais são maiores em redes de relações caracterizadas pela abertura e pela presença de pontes, e a manutenção de recursos existentes por meio de ações expressivas é mais provável em redes mais densas com relações recíprocas entre os membros (LIN, 1999).

Para o presente estudo, a concepção de capital social elaborada por Lopolito, Nardone e Sisto (2011) é adotada, sendo capital social o conjunto de ativos relacionais que podem afetar a capacidade produtiva de uma organização. Esse conceito é adotado pela adequação ao contexto do estudo, semelhante ao estudo desenvolvido por Lopolito, Nardone e Sisto (2011), que avaliaram grupos de ações locais envolvidos em programas de desenvolvimento rural.

De maneira semelhante às outras formas de capital, o capital social é um ativo de longo prazo no qual se pode investir com expectativa de retorno futuro, pode ser apropriado e convertido em outras formas de capital, bem como pode substituir ou complementar outros recursos. Mas, diferentemente das outras formas de capital, o capital social precisa ser mantido e renovado, pode ser considerado um bem coletivo, localiza-se nas relações entre os atores e os investimentos para sua acumulação não podem ser mensurados de maneira quantitativa (ADLER; KWON, 2002).

A partir de uma meta-análise do conceito de capital social, Fulkerson e Thompson (2008) afirmam que a diversidade de conceitos pode ser distinta em duas categorias: o capital social como recurso e o capital social normativo. Por um lado, o capital social como recurso considera uma explicação para padrões desiguais de acumulação de poder, prestígio e outras formas de desigualdade, se referindo a uma forma de investimento em redes de relacionamentos que traz retornos futuros. Por outro lado, o capital social normativo considera o conjunto de fatores na estrutura social que leva a ações coletivas para conseguir benefícios mútuos para um grupo de pessoas e consiste em uma explicação universal para padrões de desenvolvimento. Os autores que defendem o capital social como uma forma normativa – na visão de Hanifan (1916), Putnam (2000) e Coleman (1988) – enfatizam as transações recíprocas e agregação de valor na perspectiva da organização social, enquanto os autores que defendem o capital social como recurso – na visão de Bourdieu (1986) – enfatizam a confiança como obrigação e a racionalidade limitada. As discussões mais recentes levam a uma tendência de alinhamento à ideia de capital social normativo

(FULKERSON; THOMPSON, 2008). Neste estudo, o capital social é visto como um recurso e como uma forma normativa, considerando que possui ao mesmo tempo aspectos individuais de bem privado e aspectos coletivos de bem público.

Frequentemente, a ideia de capital social está associada à sua capacidade de promover benefícios para uma região. Para Coleman (1988), uma importante forma de capital social se refere às normas efetivas que guiam as ações dos indivíduos em encontro aos interesses da coletividade e do bem público. O empreendimento cooperativo na sociedade moderna requer a confiança generalizada, que, segundo Fukuyama (2000), é uma forma de capital social com a capacidade de produzir riqueza em uma economia nacional, bem como pode permitir que diferentes grupos sociais se unam para defender seus interesses, trazendo benefícios para a sociedade civil. Putnam (2002) afirma que o capital social associado às normas e redes de engajamento cívico é uma condição para o desenvolvimento econômico e para o governo efetivo de uma região.

2.1.1 Capital social em diferentes perspectivas²

Ao final da primeira década dos anos 2000, a teoria do capital social parecia estar se tornando um ponto de vista estabelecido na ampla comunidade de cientistas sociais, para além da sociologia (FULKERSON; THOMPSON, 2008). A sociologia tem discutido sobre capital social na perspectiva dos atores sociais e suas simbologias. O investimento em capital social pressupõe gastos de tempo, atenção e cuidado, ou preocupação aparentemente gratuitos, que é visto como desperdício do ponto de vista econômico, mas é um investimento em termos da lógica da troca social, pois os seus retornos irão aparecer no longo prazo, na forma monetária ou em outras formas, garantindo a reprodução do capital (BOURDIEU, 1986). O capital social na família e na comunidade tem um papel importante na criação de capital humano intergeracional para o desenvolvimento dos jovens. Um importante capital social também é constituído quando uma organização criada para um propósito se torna disponível para outros propósitos entre os membros

² Partes desta seção estão publicadas em: MELO, P. T. N. B.; REGIS, H. P.; VAN BELLEN, H. M. Princípios epistemológicos da teoria do capital social na área da administração. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 1, Rio de Janeiro Jan./Mar. 2015.

individuais, colocando os recursos organizacionais à disposição dos indivíduos de maneiras não planejadas (COLEMAN, 1988).

A ciência política tem discutido sobre capital social na perspectiva das nações e suas políticas. Ao avaliar a experiência regional italiana, em uma pesquisa que durou aproximadamente 20 anos, Putnam (2002) atribui ao capital social as condições necessárias para criar instituições fortes, responsáveis e eficazes, estabelecendo a relação entre a dimensão institucional do desenvolvimento e o capital social. Em sua visão, o capital social tem um aspecto individual e um aspecto coletivo, podendo ser simultaneamente um bem privado e um bem público. Uma parte do benefício gerado no capital social vai para o coletivo, enquanto parte do benefício recai ao interesse imediato da pessoa que faz o investimento (PUTNAM, 2000). A natureza da economia em uma sociedade sofre consequências do capital social, sendo as sociedades caracterizadas por associações voluntárias em âmbitos extra-parentesco capazes de criar grandes organizações privadas lucrativas. (FUKUYAMA, 1996).

A perspectiva histórica nas discussões sobre capital social tem sido uma contribuição particular da ciência política. As redes de reciprocidade organizadas e a solidariedade cívica estão no centro da herança cívica trazida pela história das sociedades, sendo o capital social, associado às normas e redes de engajamento cívico, uma condição para o desenvolvimento econômico e para o governo efetivo. Essas redes também estão associadas aos sucessos passados de colaboração que servem como um modelo para as próximas colaborações, sendo um repertório histórico de formas de cooperação e constituindo um estoque de capital social que tende a ser autorreforçado e cumulativo (PUTNAM, 2002). Enquanto muitas sociedades de base familiar com um baixo grau de confiança entre desconhecidos passaram por um período de centralização estatal absoluta que extinguiu tal capital social, as sociedades com alto grau de confiança social nunca passaram por longos períodos de poder estatal centralizado (FUKUYAMA, 1995).

Em algumas situações, a constituição de capital social pode estar associada à sua capacidade de promover danos para uma comunidade. De acordo com Chambers e Kopstein (2001), os grupos sociais estruturalmente coesos e homogêneos podem agir de maneiras variadas perante outros, às vezes agindo ativamente na promoção de ódio a determinados grupos sociais. Fukuyama (2000) reconhece que o capital social pode ser prejudicial quando está à disposição das organizações criminosas ou organizações de ódio racial. Putnam (2000) também ressalta que o capital social pode ser direcionado para propósitos amplamente maléficos, considerando que pode ser utilizado para facilitar

o alcance de fins inadequados para a integração social, como um ataque terrorista ou manifestações urbanas de gangues. Assim, é possível distinguir o capital social que promove um benefício para uma comunidade daquele capital social que promove uma consequência danosa.

A ciência da administração tem discutido sobre capital social na perspectiva das corporações e suas estruturas de relações. Nessa perspectiva, o nível de análise do capital social são as organizações, surgindo a ideia de capital social organizacional. A constituição e utilização de capital social organizacional podem ser reforçadas ou deterioradas dependendo do tipo de carreira dos membros importantes para a base de conhecimentos da empresa (LAZAROVA; TAYLOR, 2009). O capital social constituído pelas relações sociais dentro das organizações pode ser visto como um ativo importante na maximização das vantagens organizacionais (ANDREWS, 2010). O surgimento do capital social organizacional acontece no ambiente interno das organizações e nas relações com outras organizações no ambiente externo, sendo compreendido pelas suas dimensões, mecanismos e resultados produzidos (HARTMANN; SERAFIM, 2014). Neste estudo, é adotada a perspectiva do capital social organizacional que surge nas relações com outras organizações no ambiente externo.

Na área de administração no Brasil, alguns pesquisadores têm se dedicado a investigar o capital social. Helal e Neves (2007) mostram que os indivíduos com maior estoque de capital social, por serem membros de organizações sociais, têm chances maiores de obter uma renda que lhe permita superar a linha de pobreza. Por outro lado, Rigo e Oliveira (2008) mostram que o capital social construído pela atuação de atores institucionais relevantes em uma comunidade caracterizada pela pobreza não é suficiente para mudar os comportamentos de acomodação e desesperança entre os atores. Serafim e Andion (2010) mostram que as estruturas sociais das organizações religiosas formam um tipo particular de capital social. Ducci e Teixeira (2011) mostram que as redes sociais de empreendedores permitem o acesso a diferentes recursos que influenciam na criação e no desenvolvimento dos negócios.

De maneira específica, alguns pesquisadores têm investigado as organizações rurais a partir da noção de capital social. Ao investigar um projeto público de irrigação com as participações dos setores privado e da sociedade civil, Castro, Lopes e Neves (2010) mostram que o capital social em uma associação de produtores rurais de agricultura familiar permite que eles se articulem e estabeleçam relações estáveis por meio da confiança, garantindo o sucesso do projeto. Romaniello, Amâncio e

Campos (2012) mostram que o capital social de agricultores familiares em uma organização cooperativa potencializa o desenvolvimento socioeconômico em uma região de cafeicultura orgânica por meio da confiança, cooperação e participação dos produtores. Tomas, Sproesser e Batalha (2012) mostram que o desenvolvimento socioeconômico em assentamentos rurais é dificultado por um baixo nível de capital social nesses espaços, enquanto que o alto nível de capital social em uma gleba agrária facilita o seu desenvolvimento.

Nohria e Ghoshal (1997) afirmam que os indivíduos com maior diversidade de contatos são mais prováveis de serem bem sucedidos em seus trabalhos e evoluir nas suas carreiras, assim como as organizações constituídas por eles são mais prováveis de ter vantagens competitivas. A diversidade de contatos é obtida quando um ator preenche lacunas entre diferentes grupos sociais na estrutura de fluxo de informação, sendo tais lacunas denominadas por Burt (1997) como furos estruturais, cujo valor potencial é intermediar fontes de informações não redundantes e complementares. Os furos estruturais se referem à ausência de determinados laços sociais, cuja ausência inibe o fluxo de informações entre as pessoas (BURT, 2007). Nos termos de Burt (2007), os gestores cujas redes sociais ultrapassam furos estruturais possuem vantagens sobre os gestores confinados em um grupo de pessoas densamente interconectadas.

Ao analisar a estrutura de uma organização produtiva composta por famílias camponesas, Higgins (2012) identificou que a densidade relacional está associada ao tipo de constituição das redes de relações. Em estruturas sociais com maior densidade relacional, os grupos de colaboração tendem a ser distintos dos grupos de controle social, enquanto que esses grupos se sobrepõem em estruturas sociais com menor densidade relacional e de trocas restritas, favorecendo atitudes oportunistas (HIGGINS, 2012). Os membros de grupos sociais com uma alta densidade de laços entre eles possuem as mesmas fontes de informações, que são os próprios membros do grupo, e circulam muitas informações redundantes, não tendo alcance a informações novas de outros grupos (BURT, 1997).

De acordo com Burt (1997), o capital social é uma qualidade construída entre as pessoas, cujos ganhos superiores dependem da posição de um gestor na estrutura social capaz de identificar e desenvolver oportunidades recompensadoras por meio da intermediação de contatos na rede, ou seja, por meio dos furos estruturais. O capital social é definido pelas oportunidades de obter informação e controle na estrutura social resultantes da intermediação de atores em lados opostos de furos

estruturais (BURT, 1997). A atividade de transferir informações entre grupos por meio de contatos diretos é denominada por Burt (2007, p. 121) de intermediação direta, enquanto a transferência de informações entre grupos com os quais as conexões são apenas indiretas, como amigos de amigos, é uma atividade denominada de intermediação de “segunda mão”. Considerando essa distinção, os ganhos mais substanciais para os atores intermediários acontecem por intermediação direta, podendo ser ainda superiores se acontecerem simultaneamente com intermediações de segunda mão, ao passo que os menores ganhos acontecem em redes fechadas, sem o estabelecimento de qualquer intermediação com outros grupos (BURT, 2007). Nahapiet e Ghoshal, (1998) desenvolveram a noção de capital social na área da administração, indo além da dimensão estrutural predominante nas contribuições de Burt (1997, 2007).

2.1.2 Dimensões do capital social

De acordo com Nahapiet e Ghoshal, (1998), o capital social organizacional é constituído em três dimensões distintas: dimensão estrutural, dimensão relacional e dimensão cognitiva.

- A **dimensão estrutural** se refere ao padrão geral de conexões sociais entre os atores (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998). Andrews (2010) ressalta que o capital social estrutural fornece oportunidades para os atores obterem acesso a pares relevantes com conjuntos de conhecimentos e habilidades desejadas. Para Lopolito, Nardone e Sisto (2011), essa dimensão está relacionada à heterogeneidade em um grupo social considerando a natureza de seus diferentes interesses específicos, refletindo uma diversidade na rede de contatos. De acordo com Hartmann e Serafim (2014), a dimensão estrutural diz respeito às relações entre os atores nas estruturas existentes, considerando a identificação de tais atores e a frequência com a qual compartilham informações, podendo ser observada nas parcerias organizacionais e nas estruturas de comunicação e colaboração entre gestores. Para Régis, Dias e Bastos (2006), o aspecto estrutural aborda a configuração do padrão de relações e a força dos laços que constituem a rede social, descrevendo a maneira como os atores estão conectados.
- A **dimensão relacional** se refere à confiança criada e impulsionada pela imersão nos relacionamentos (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998). Andrews (2010) ressalta que o capital social

relacional se refere à reciprocidade fundamental que guia as trocas entre os membros da organização, podendo o alto nível de confiança permitir a transferência de informações confidenciais entre os atores. Para Lopolito, Nardone e Sisto (2011), essa dimensão está relacionada à confiança interna de um grupo social e às relações de cooperação entre os atores que compõem um mesmo grupo social. De acordo com Hartmann e Serafim (2014), a dimensão relacional descreve o tipo particular de relações sociais desenvolvidas entre as pessoas, capazes de influenciar aspectos comportamentais e cumprir justificativas sociais, podendo ser observada em normas e consequentes sanções sociais, bem como nas relações de confiança. Para Régis, Dias e Bastos (2006), o aspecto relacional aborda os papéis sociais assumidos pelos atores em um contexto e o conteúdo transacionado, ou seja, os elementos trocados entre dois atores em uma relação particular (ex.: confiança, informação, conselhos, etc.).

- A **dimensão cognitiva** se refere a representações, interpretações e sistemas de significações compartilhados entre os atores (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998). Andrews (2010) ressalta que o capital social cognitivo se refere ao grau em que as interpretações subjetivas sobre os valores e objetivos organizacionais são compartilhadas pelos atores dentro de uma organização, formando o contexto onde a troca de conhecimento e a ação coletiva se concretizam. Para Lopolito, Nardone e Sisto (2011), essa dimensão está relacionada ao nível de afinidade cognitiva, que reflete o compartilhamento de visões entre os membros de um grupo social. De acordo com Hartmann e Serafim (2014), a dimensão cognitiva se refere às interpretações e significados representados na linguagem, em códigos e em narrativas comuns, podendo ser observada na história da organização, nas visões compartilhadas e nos valores comuns entre os membros da organização. Para Régis, Dias e Bastos (2006), o aspecto cognitivo aborda as ideias comuns a um conjunto de atores em um contexto, que orientam as suas decisões e comportamentos, representando as avaliações desses atores sobre algo.

As dimensões estrutural, relacional e cognitiva do capital social se manifestam concomitantemente (RÉGIS; DIAS; BASTOS, 2006). Embora distintas, as dimensões do capital social estão associadas entre elas (TSAI; GHOSHAL, 1998). As dimensões estrutural e relacional se

associam devido à possibilidade dos laços de interações sociais estimularem a confiança e a confiabilidade percebida. As dimensões relacional e cognitiva se associam devido à possibilidade do desenvolvimento das relações de confiança ser estimulada por valores comuns e uma visão compartilhada. As dimensões estrutural e cognitiva se associam devido ao papel assumido pelas interações sociais, tanto no estabelecimento de um conjunto de objetivos e valores comuns quanto no compartilhamento desses objetivos e valores entre os membros de uma organização.

O capital social organizacional pode ser reforçado ou deteriorado em função do tipo de carreira dos membros da organização, conforme as proposições de Lazarova e Taylor (2009). As organizações com membros de carreira sem fronteiras internas, que têm mobilidade entre departamentos, funções e unidades geográficas dentro dos limites internos de uma organização, são mais prováveis de reforçar seu capital social organizacional nas três dimensões, refletindo melhores desempenhos organizacionais. Entretanto, os membros com carreiras sem fronteiras externas, que têm mobilidade entre diferentes empresas, são mais prováveis de reforçar a dimensão estrutural ao mesmo tempo em que deterioram as dimensões relacional e cognitiva do capital social organizacional (LAZAROVA; TAYLOR, 2009).

O capital social estrutural indica a presença de uma rede de acesso a pessoas e recursos, enquanto as dimensões relacional e cognitiva do capital social refletem a capacidade para troca de recursos (ANDREWS, 2010). Segundo Andrews (2010), as dimensões relacional e cognitiva do capital social estão positivamente relacionadas ao desempenho organizacional, podendo ter variações em função da estrutura organizacional. Estruturas descentralizadas fortalecem o impacto positivo do capital social relacional no desempenho organizacional, enquanto enfraquece o impacto positivo do capital social cognitivo. Estruturas com alta especialização de funções fortalecem os impactos positivos do capital social relacional e cognitivo, mas tornam o impacto neutro do capital social estrutural em impacto negativo no desempenho organizacional (ANDREWS, 2010). Assim, Andrew (2010), afirma que cada dimensão do capital social organizacional pode ter efeitos distintos sobre o desempenho, especialmente em função do grau de centralização e especialização na estrutura da organização.

A partir do arcabouço teórico sobre capital social organizacional e as suas dimensões (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998; TSAI; GHOSHAL, 1998; RÉGIS; DIAS; BASTOS, 2006), é possível considerar que a análise sobre a dimensão estrutural permite visualizar a configuração de

conexões que caracteriza um conjunto de relações em um contexto, enquanto as análises sobre as dimensões relacional e cognitiva permitem compreender os atributos que qualificam esse capital social. Por exemplo, uma rede constituída de tal forma que as relações entre os atores sejam fortemente coesas pode representar tanto uma organização criminosa quanto uma organização filantrópica. Porém, pressupõe-se que as ideias compartilhadas e o conteúdo transacionado entre os membros de uma organização criminosa em comparação com uma organização filantrópica são consideravelmente diferentes, atribuindo diferentes qualidades ao capital social constituído por grupos homogêneos. O conteúdo ideológico e os principais valores compartilhados entre os membros de um grupo social indicam a qualidade do capital social constituído por eles (CHAMBERS; KOPSTEIN, 2001).

O ambiente externo das organizações passa constantemente por mudanças e as organizações não se adaptam a essas mudanças apenas por meio de suas próprias ações diretas, mas pelo estabelecimento dos objetivos considerando as instituições da sociedade (EMERY; TRIST, 1965). Nesse sentido, em busca da adaptação e sobrevivência frente à realidade que cerca as organizações, estas respondem às demandas derivadas das partes interessadas nas suas atividades, estabelecendo laços com os seus *stakeholders*. Este estudo é baseado na ideia normativa de que as organizações precisam ser orientadas para os seus *stakeholders* a fim de favorecer a constituição de capital social em um contexto particular. Assim, a teoria de capital social fornece o suporte necessário para entender a imersão das organizações em uma rede de *stakeholders* e os possíveis benefícios ou danos promovidos por essas relações a uma região.

2.1.3 A abordagem de *stakeholders*³

O livro *Strategic Management: a stakeholder approach*, publicado originalmente em 1984, é considerado o marco inaugural da discussão sobre a abordagem de *stakeholders*, no qual Edward Freeman traz a elaboração do conceito de *stakeholder* mais difundido, considerando que um *stakeholder* pode ser um grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pelas atividades de uma organização. Ruggie e Nelson (2015)

³ Partes desta seção estão publicadas em: MELO, P. T. N. B; RÉGIS, H. P. Classificação dos laços entre gestores e stakeholders na rede dos Pontos de Cultura no Grande Recife. **O&S Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 64, p. 75-96, 2013.

lembram que a responsabilização das organizações empresariais para com o seu ambiente externo é uma preocupação que já existia na segunda metade da década de 1970. Nesse período, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) adotou as Diretrizes para Empresas Multinacionais, que orientava essas organizações a contribuir positivamente para o progresso econômico e social, para a transferência de tecnologia e para a conservação do meio ambiente nos países em que realizavam suas atividades (RUGGIE; NELSON, 2015). O conceito de *stakeholders* é produto das questões associadas à ideia de responsabilidade social empresarial. A abordagem de *stakeholders* se ajusta a essa ideia, uma vez que identifica pessoas ou grupos específicos que são considerados na orientação de responsabilidade social de uma organização (CARROLL, 1991). Nos programas de responsabilidade social, as organizações se preocupam e estabelecem privilégios para com seus *stakeholders* (OLIVEIRA, 2005).

O conceito de responsabilidade social no contexto empresarial surge como a expectativa de que as organizações evitem danos aos seus *stakeholders* e contribuam para o bem estar social, realizando ações que vão além das obrigações legais e da sua missão econômica (WOOD, 2008). Porém, as revisões de normas podem levar a atualizações, incorporando novas questões, tal como as Diretrizes para Empresas Multinacionais da OECD incorporaram. Em 2000, foi incorporada a exigência de que os direitos humanos dos atores afetados pelas atividades empresariais fossem respeitados e, em 2011, foi incorporada a necessidade de evitar impactos adversos também pelas relações empresariais com os demais atores da cadeia de suprimentos (RUGGIE; NELSON, 2015). Assim, Ruggie e Nelson (2015) ressaltam que inovações normativas podem tornar o cumprimento de normas suficiente para uma conduta socialmente responsável das organizações em relação aos seus *stakeholders*. No contexto empresarial do Brasil, apenas as normas de tributação impostas pelo governo já estabelecem um desafio significativo para as empresas que buscam atuar de maneira socialmente responsável.

Com base em uma revisão dos estudos sobre gestão baseada em *stakeholders*, Donaldson e Preston (1995) distinguem os aspectos descritivo, instrumental e normativo na abordagem de *stakeholders* da seguinte maneira:

- O aspecto **descritivo** tem a intenção de descrever como as empresas ou seus gestores realmente se comportam. O mesmo é usado para descrever e para explicar características e comportamentos específicos das organizações, assim como

reflete e explica situações de interesse das organizações e seus *stakeholders* no passado, no presente e no futuro. Justificativas descritivas mostram que os conceitos encontrados na teoria correspondem à realidade observada. Os *stakeholders* podem ser classificados de maneiras distintas, podendo ser os atores que estabelecem relações diretas com a empresa, mas também podem ser atores que vigiam interesses específicos como grupos de pressão (*stakewatchers*) e atores que protegem certos interesses como órgãos reguladores (*stakekeepers*) (FASSIN, 2009).

- O aspecto **instrumental** pretende explicar o que acontece se os gestores ou empresas se comportassem de certas maneiras. O aspecto instrumental é utilizado para identificar as conexões entre a gestão com base nos *stakeholders* e o alcance de objetivos organizacionais, sugerindo que as práticas e a aderência ao modelo de gestão baseado em *stakeholders* proporcionam desempenhos equivalentes ou superiores às outras abordagens. Os gestores podem induzir seus *stakeholders* a contribuir no alcance dos resultados desejados por eles próprios. Justificativas instrumentais indicam a conexão entre a gestão baseada em *stakeholders* e o desempenho organizacional. De acordo com Jones (1995), uma empresa gera condições de obter ganhos superiores se for capaz de desenvolver relacionamentos baseados na confiança mútua e cooperação com seus *stakeholders*.
- O aspecto **normativo** se preocupa com a propriedade moral do comportamento das empresas e de seus gestores. O aspecto normativo enfatiza a interpretação das funções da empresa, incluindo a identificação de diretrizes morais e filosóficas para a sua operação e gestão, assim como oferece tais diretrizes. As justificativas normativas da teoria do *stakeholder* se baseiam tanto em teorias amplas de ética filosófica como em teorias mais estreitas, derivadas da noção que existe um “contrato social” entre as empresas e a sociedade. A base normativa mais difundida estabelece que a ética nos negócios requer que as ações empresariais sejam orientadas para atender os seus *stakeholders*, preenchendo a lacuna que surge nos modelos de negócios despreocupados com as questões éticas (FREEMAN, 2008). Outro núcleo normativo, que é adotado neste estudo, estabelece que as organizações que constroem capital social em um determinado contexto, o fazem por meio de ações orientadas para estabelecer relações com seus *stakeholders* (COTS, 2011).

Não existe consenso nas várias discussões desenvolvidas sobre o conceito de *stakeholder*, levando à adoção de uma concepção mais ampla ou à adoção de concepção mais estreita. A concepção ampla de *stakeholders* os considera como qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar, ou é afetado, pela realização dos propósitos empresariais, incluindo empregados, clientes, fornecedores, acionistas, bancos, ambientalistas, governos e outros grupos que podem ajudar ou prejudicar a empresa (FREEMAN, 1984). Essa definição ampla inclui entidades com interesses contrários aos da organização em foco, pois podem afetar ou serem afetadas por ela de uma maneira negativa, como os concorrentes. Em contraponto, a concepção mais estreita considera que os *stakeholders* são indivíduos e constituintes que contribuem para as atividades e capacidades de criar riqueza de uma empresa, também sendo beneficiários potenciais em relações de benefício mútuo (POST; PRESTON; SACHS, 2002). Entre essas diferenças, a concepção mais ampla para *stakeholder* foi adotada neste estudo.

Em ambientes estáveis, as organizações produtivas menos estruturadas, que são gerenciadas e operacionadas por seus próprios empresários e familiares, possuem uma lógica simples que se resume às etapas de comprar materiais dos fornecedores, transformar esses materiais em produtos e vender esses produtos aos clientes. Por outro lado, em ambientes dinâmicos, as mudanças externas provocam incertezas trazidas pela emergência de novos grupos, eventos e assuntos que têm interesses nas atividades das organizações, mas não podem ser antecipados por estas. Essas condições direcionam a atenção dos gestores para um conjunto de atores interessados nas atividades da organização, caracterizando um modelo de organização baseada nos *stakeholders* (FREEMAN, 1984). Nesse modelo de organização, a importância dos *stakeholders* e a prioridade que recebem dos gestores são resultados das percepções de atributos de poder, legitimidade e urgência nas relações gestor-*stakeholder* (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997).

Alguns *stakeholders* assumem papéis genéricos quando são considerados nas estratégias das organizações, sejam *stakeholders* internos como os clientes, fornecedores, empregados e acionistas, sejam *stakeholders* externos como a comunidade, governo, concorrentes, organizações de defesa dos consumidores, ambientalistas, grupos de interesses especiais e mídia (FREEMAN, 1984). Apesar desse conjunto de papéis genéricos terem sido historicamente utilizados para identificar os *stakeholders* de uma organização, esta é uma simplificação inadequada em qualquer contexto, pois os *stakeholders* são identificados pelas relações estabelecidas com a organização por meio de pessoas que

representam os grupos (MCVEA; FREEMAN, 2005). Assim, dependendo das relações que os gestores estabelecem com outros atores nas suas atividades, os *stakeholders* das organizações podem abranger desde alguns até todos os grupos genéricos historicamente conhecidos, e também podem representar grupos que não são historicamente previstos, como a família e amigos.

2.2 RELAÇÃO DA TEORIA DO STAKEHOLDER E CAPITAL SOCIAL⁴

Cada organização estabelece relações com um conjunto de *stakeholders* agregados em padrões únicos de influência, inserindo-se em uma rede de *stakeholders*. Assim, as organizações respondem ao conjunto de *stakeholders* simultaneamente, de acordo com a estrutura da rede constituída por eles (ROWLEY, 1997; ROWLEY, 2000). Portanto, as organizações são redes de relacionamentos com e entre *stakeholders* e requerem o apoio destes para sobreviver (POST; PRESTON; SACHS, 2002). Os *stakeholders* constituem uma rede de atores percebidos pelos gestores, considerando que um determinado *stakeholder* é avaliado diferentemente na percepção de diferentes gestores, não podendo assumir papéis e funções de maneira generalizada para todos os gestores em um determinado campo organizacional (MELO; RÉGIS, 2013). O modelo de gestão baseado em *stakeholder* tem características que ressaltam a constituição de uma rede de relacionamentos (Quadro 2).

As características apontadas por Post, Preston e Sachs (2002) de uma gestão baseado em *stakeholder* – fluxos de benefícios, ligações múltiplas, papéis simultâneos e variância de assuntos – também são características da constituição de capital social, de forma que ambas as teorias compartilham uma orientação para as relações entre atores, podem ser abordadas de maneira complementar. Os fluxos de benefícios na gestão baseada em *stakeholder* são apoiados na ideia de reciprocidade nas ações, que caracteriza o capital social nas formas de normas e redes de reciprocidade organizadas (COLEMAN, 1988; PUTNAM, 2002). As ligações múltiplas entre a organização e os vários *stakeholders* formam agrupamentos coesos com alta densidade de relações internas (BURT, 2007) e constituem capital social na forma de união dos laços (PUTNAM,

⁴ Partes desta seção estão publicadas em: MELO, P. T. N. B; RÉGIS, H. P. Classificação dos laços entre gestores e stakeholders na rede dos Pontos de Cultura no Grande Recife. **O&S Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 64, p. 75-96, 2013.

2002). Os papéis simultâneos na gestão baseada em *stakeholder* convergem com noção de “relações multiplex” elaborada por Coleman (1988) para caracterizar os laços que servem a múltiplos propósitos entre os atores, sendo uma forma de capital social. Por sua vez, a variância de assuntos, nas relações entre a organização e seus *stakeholders*, reflete os conteúdos transacionados nos laços, que caracterizam a dimensão relacional do capital social (RÉGIS; DIAS; BASTOS, 2006; NAHAPIET; GHOSHAL, 1998).

Quadro 2: Características da gestão baseada em stakeholders

Fluxos de benefícios	Os fluxos entre a empresa e seus <i>stakeholders</i> fluem em ambas as direções; cada <i>stakeholder</i> é percebido como contribuindo em algo e recebendo algo da corporação. Até mesmo os <i>stakeholders</i> involuntários e os <i>stakeholders</i> essencialmente passivos contribuem por tolerar a existência e operação da empresa, e recebem alguma combinação de benefícios e danos como resultado;
Ligações múltiplas	Todas as ligações podem ser operacionais de uma só vez; portanto, os contatos com a empresa criam ligações indiretas ou redes entre os vários <i>stakeholders</i> – que também podem ser ligados de outras formas (como membros da mesma comunidade, por exemplo);
Papéis simultâneos	Indivíduos e grupos específicos podem simultaneamente assumir vários papéis – empregado, cliente, acionista, vizinho, e algo semelhante. O reconhecimento dessas sobreposições deve guiar ambos os gestores e constituintes a reconhecer os impactos variados da atividade corporativa, e a pensar sobre o desempenho corporativo em termos multidimensionais e abrangentes, em vez da perspectiva de algum interesse único;
Variância de assuntos	Os relacionamentos entre corporações e seus <i>stakeholders</i> variam de assunto para assunto e de tempo em tempo. Alguns assuntos são mais importantes para uma classe de <i>stakeholders</i> do que para outra. Preocupações e prioridades mudam com o tempo; novas classes e configurações de <i>stakeholders</i> aparecem em resposta às circunstâncias de mudanças. Portanto, o mapa de <i>stakeholder</i> para qualquer empresa específica não é um gráfico permanente no qual cada interesse reconhecido tem um peso ou prioridade fixa, mas, em vez disto, é uma visão flexível de uma situação dinâmica.

Fonte: Adaptado de Post, Preston e Sachs (2002, p.22-24).

A noção básica é que cada organização possui uma rede de *stakeholders* percebidos pelos gestores. Em um determinado campo

organizacional, eventualmente, os *stakeholders* com pretensões sobre uma organização podem ser os mesmos *stakeholders* com pretensões em outras organizações, podendo as diversas organizações do campo estar conectadas em uma rede ampla por meio das relações com os *stakeholders* percebidos pelos seus gestores.

As organizações e seus gestores enfrentam o desafio de se relacionar com uma variedade de *stakeholders* na realização de ações socialmente responsáveis, que levam aos benefícios potenciais da construção de confiança e capital social. Para isso, os gestores socialmente responsáveis são requeridos a desenvolver a habilidade de construir e sustentar relações de confiança com vários *stakeholders* (MAAK, 2007). A teoria dos *stakeholders* possibilita a identificação dos atores interessados que influenciam uma organização, sendo uma abordagem que complementa as estratégias de responsabilidade social empresarial. Assim como a abordagem dos *stakeholders*, o capital social também tem uma relação com as estratégias de responsabilidade social empresarial. Em pequenas organizações, tais estratégias são realizadas por meio de ações e práticas responsáveis locais que geram capital social e seus benefícios (MAURER; SILVA, 2012).

Sen e Cowley (2012) advogam que as estratégias de responsabilidade social das grandes empresas são explicadas pelo engajamento delas em responder às demandas dos seus *stakeholders*, enquanto as estratégias de responsabilidade social das pequenas e médias empresas são legitimadas pelo engajamento cívico e pelos relacionamentos que estabelecem com a comunidade, sendo a teoria do capital social capaz de explicar esse comportamento. Russo e Perrini (2010) acrescentam que a abordagem de *stakeholders* nas pequenas e médias empresas ajuda na acumulação de capital social nos aspectos econômico, social e ambiental, enquanto o capital social das grandes empresas ajuda os gestores no estabelecimento de redes, inovação, confiança e legitimidade nas relações com os *stakeholders* para as suas estratégias de responsabilidade social.

Neste estudo, as teorias dos *stakeholders* e do capital social não são aqui adotadas de maneira excludente, pois não se trata de avaliar distinções entre pequenas, médias e grandes empresas. Mas também não é adotado o uso alternativo das teorias dos *stakeholders* e do capital social para explicar estratégias de responsabilidade social empresarial. De fato, busca-se uma articulação complementar entre as teorias, considerando que a abordagem dos *stakeholders* contribui na caracterização dos atores e suas expectativas nos relacionamentos com as organizações, enquanto

a teoria de capital social contribui no entendimento da configuração e qualidade das relações organização-*stakeholder*.

Uma tentativa de articulação entre as teorias do *stakeholder* e capital social é apresentada por Cots (2011), afirmando que a estrutura e a qualidade dos relacionamentos entre a empresa e sua rede de *stakeholders* estão associadas às dimensões estrutural, relacional e cognitiva do capital social. A dimensão estrutural se refere ao padrão de relações entre a empresa e seus *stakeholders*, suas interdependências e conexões. A dimensão relacional reflete características das relações com os *stakeholders*, tais como confiança, reciprocidade e intensidade emocional. A dimensão cognitiva se refere ao grau em que compreensões e perspectivas comuns são compartilhadas com os *stakeholders*. Além dessas dimensões, o capital social de *stakeholders* possui a dimensão avaliativa, que se refere à presença de valores sociais benéficos e desejados pela sociedade nas relações empresa-*stakeholders*, tais como solidariedade, liberdade, respeito, união e espírito de equipe (COTS, 2011).

Da mesma forma que o capital social constituído por um determinado grupo social pode promover consequências danosas em uma comunidade, o capital social constituído pelas relações de uma organização com seus *stakeholders* também pode promover consequências danosas a uma região. Por meio de uma análise na dimensão estrutural, Ballet (2005) afirma que o aumento da diversidade de *stakeholders* e da heterogeneidade de interesses na rede de contatos da organização reduz a sua coesão estratégica e sua capacidade de cooperar com os *stakeholders* mais importantes, que por sua vez limita a capacidade de promover benefícios mais importantes na região. Contudo, neste estudo, os conteúdos transacionados nas relações e os valores compartilhados entre os atores, que representam as dimensões relacional e cognitiva, são considerados fatores que permitem uma compreensão maior sobre a capacidade do capital social promover benefícios ou danos em uma região, indo além da diversidade de contatos na rede de *stakeholders*. Com base nessa discussão, a primeira proposição deste estudo é que: **1) A qualidade do capital social nas relações entre organizações e *stakeholders* é revelada nos conteúdos transacionados e nos valores compartilhados nas relações.**

Para realizar suas ações e alcançar seus propósitos, as organizações buscam se adequar às demandas de seus *stakeholders*, constituindo um determinado capital social em consequência dessas relações. Esse capital social pode ser entendido como um recurso que gera consequências associadas ao nível de responsabilidade socioambiental das organizações.

Assim, a importância do capital social com *stakeholders* é promover o alcance dos propósitos das organizações, sejam esses propósitos coerentes com o desenvolvimento sustentável ou com o desenvolvimento espúrio de uma região. A seguir, é apresentada uma discussão sobre as ideias que dão suporte lógico a um desenvolvimento espúrio. Em contraponto, posteriormente, é apresentada uma discussão sobre a ideia de desenvolvimento sustentável e as suas dimensões.

2.2.1 O desenvolvimento espúrio⁵

A partir do conceito elaborado por Haddad (1999) de vantagens espúrias, o termo "desenvolvimento espúrio" é empregado por Santos (2011) para denominar o desenvolvimento baseado no predomínio de uma lógica de crescimento econômico associado aos incentivos governamentais, à degradação do meio ambiente, à exploração excessiva de mão de obra e ao uso de práticas ilegais. O processo de desenvolvimento de uma região tem sido abordado por diversas correntes de pensamento, cada uma ressaltando o papel de aspectos particulares como as formas de dependência, os planos governamentais, as inovações tecnológicas, os arranjos produtivos locais, as mudanças institucionais, os mercados financeiros, etc. O que existe em comum nessas correntes de pensamento é que todas se baseiam em uma lógica predominante de crescimento econômico.

Souza (1999) afirma que o crescimento econômico é uma condição para o desenvolvimento, buscando distinguir ambos os conceitos. Essa afirmação pode ser contestada com base em Chang (2002), que assume o desenvolvimento como condição para o crescimento econômico, sendo necessários esforços desenvolvimentistas para evitar a estagnação do crescimento econômico. Os países desenvolvidos percorreram uma trajetória de esforços desenvolvimentistas, criando internamente as condições favoráveis para o crescimento econômico, ao passo que os países em desenvolvimento sofrem restrições nas relações internacionais para a criação das mesmas condições internas atualmente (CHANG, 2002).

Segundo Furtado (1980), a ideia de desenvolvimento repousa no pensamento iluminista, no modelo de civilização europeia e no processo de acumulação de capital. A economia clássica, com base nos argumentos

⁵ Partes desta seção estão publicadas em: MELO, P. T. N. B. Indicadores da dimensão institucional do desenvolvimento sustentável e os objetivos da Rio +20. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 23, p. 74-117, 2013.

de Adam Smith e David Ricardo, considera o livre comércio como o melhor sistema econômico para o crescimento econômico e o bem estar geral de uma nação, cabendo ao governo apenas a tarefa de proteger os interesses de propriedade privada (HUNT, 1985). Esses pensadores defendem o modelo de desenvolvimento protagonizado pelas organizações empresariais, destacando o crescimento econômico proporcionado pela capacidade produtiva dessas organizações e pelas vantagens obtidas no livre comércio.

O sistema econômico liberal globalizado, incentivado pelos países atualmente desenvolvidos, leva os países periféricos a ciclos curtos de modesto crescimento quando se inserem nesse sistema, sendo responsável por uma distribuição desigual das riquezas entre as nações (FIORI, 1999). Observa-se, em dados da OECD (2015), que existe uma diferença significativa entre o PIB *per capita* de 2014 em países como o Chile (22.254 US dólares) e a Hungria (24.474 US dólares) em comparação com o mesmo indicador em países como Holanda (47.635 US dólares) e a Noruega (64.874 US dólares), ainda que sejam alinhados a uma economia liberal globalizada. Os países subdesenvolvidos estruturaram uma economia caracterizada pelo processo de substituição de importações, que é financiado pelas exportações dos excedentes de produção agrícola, provocando a transição de uma economia predominantemente agrária e rural para uma economia industrializada e urbana (SOUZA, 1999).

As políticas protecionistas da industrialização substitutiva estimularam investimentos diretos de empresas transnacionais na implantação de indústrias para a produção de bens de consumo nos países periféricos, enquanto os países centrais concentraram o setor de bens de produção, caracterizando um desenvolvimento tecnológico e financeiro na América Latina, dependente da economia dos países centrais (CARDOSO; FALETTTO, 1975; CARDOSO, 1993). Apesar da dependência ao capital estrangeiro, Furtado (1994) advertia que este precisava ser controlado pelo governo em função dos interesses estratégicos nacionais como instrumento de cooperação ao desenvolvimento.

O processo de desenvolvimento de um país pode ser acelerado por uma estratégia nacional de desenvolvimento, cuja formulação depende da fase do processo em que se encontra e do seu posicionamento em relação ao modelo hegemônico de desenvolvimento (BRESSER PEREIRA, 2006). De acordo com Suzigan e Furtado (2007), a maior dificuldade para implementar uma política de desenvolvimento é o arranjo institucional na área industrial e tecnológica, que é ineficaz quando é baseada na

internalização dos setores sob regime de proteção, subsídios e decisões centralizadas.

De um ponto de vista tecnológico, o desenvolvimento está associado ao surgimento descontínuo de inovações em produtos ou processos que provocam mudanças econômicas, alterando e deslocando o estado de equilíbrio previamente existente no mercado (SCHUMPETER, 1989). Assim como Schumpeter (1989), os economistas neo-schumpeterianos acreditam que o principal fator da economia capitalista é a inovação, por ser capaz de provocar transformações das estruturas de mercado a partir de sua base produtiva (POSSAS, 1989). O dinamismo inovativo e tecnológico pode ser resultado de aglomerações produtivas em proximidade territorial, devido à possibilidade de troca de conhecimentos tácitos para o aprendizado interativo (STALLIVIERI *et al.*, 2010). De acordo com Frassetto, Guerrero e Cario (2008), os sistemas e arranjos produtivos locais privilegiam o intercâmbio de recursos intangíveis entre as empresas como informação, conhecimento e competência através de mecanismos de aprendizagem com base na interação. Os arcabouços institucionais delimitam o escopo de ação dos atores nas aglomerações produtivas (STALLIVIERI *et al.*, 2010; FRASSETTO; GUERRERO; CARIO, 2008).

Com base na economia institucional, o desempenho econômico de determinada região pode ser afetado pelas instituições e suas trajetórias evolucionárias de decisões (NORTH, 1990; CONCEIÇÃO, 2012). Do ponto de vista dos mercados financeiros, as decisões de investimentos em bens de produção estão baseadas em expectativas incertas de retorno em longo prazo e avaliações subjetivas dos investidores, tendendo a preferir investimentos no mercado financeiro, por ter maior liquidez em curto prazo. Para reverter esta trajetória e estimular decisões de investimento em atividades produtivas, em vez de especulativas, as políticas governamentais tentam fazer intervenções amplas na economia monetária (KEYNES, 1985; CARVALHO, 1989).

A dimensão econômica do desenvolvimento é compreendida costumeiramente pelo Produto Interno Bruto (PIB) de uma localidade, que representa a soma de todos os bens e serviços em valores monetários produzidos numa determinada região e período, e pela renda média da sua população (PIB per capita). O PIB foi adotado a partir do fim da segunda guerra mundial, por iniciativa das Nações Unidas para acompanhar o progresso econômico dos países. Tratava-se de um período histórico em que crescimento econômico e desenvolvimento eram tidos como sinônimos (SIEDENBERG, 2003). Entretanto, a relação entre o

crescimento econômico e o desenvolvimento não é linear, uma vez que o aumento do PIB ocorre em situações de sobre-exploração de recursos humanos e uso predatório dos recursos naturais, caracterizando vantagens competitivas espúrias (HADDAD, 1999).

O dinamismo econômico não pode ser resumido ao aumento do PIB por uma série de motivos: seus métodos de mensuração sofrem de alta margem de incerteza; a produção de bens militares duráveis, armamentos de destruição, medicamentos e tratamentos para problemas de saúde coletiva são tratados positivamente; e não reflete a depreciação do capital natural ou a incorporação de trabalho voluntário. Além disso, o PIB é mais provável de aumentar em contextos com sistemas jurídicos fracos em relação à proteção ambiental e social, permitindo a exploração de trabalhadores e a utilização indiscriminada de recursos naturais nos sistemas produtivos (VEIGA, 2007).

Para Leukhardt e Allen (2013), é discutível colocar o PIB junto a outros dados para compreender o processo de desenvolvimento, pois o empenho no crescimento econômico parece ser incoerente aos objetivos ambientais, contradizendo a ideia de sustentabilidade. As atividades produtivas que mais contribuem para o crescimento econômico são aquelas que causam os maiores danos ao meio ambiente em termos de poluição e depreciação de recursos naturais (HUETING; REIJNDERS, 2004).

Em um ponto de vista heterodoxo, a dimensão social do desenvolvimento é discutida ressaltando a perspectiva da qualidade de vida. Nesse sentido, a liberdade individual substantiva é considerada um fator de desenvolvimento, que, por sua vez, passa a ser vista como uma função da capacidade humana dos indivíduos nas diversas situações que a vida social proporciona (SEN, 2000). A manutenção do bem-estar em longo prazo a um nível que permita às gerações atuais e futuras ter oportunidade para desfrutar de uma boa qualidade de vida passou a ser a questão central do desenvolvimento (BIJL, 2011). De acordo com Sachs (2001), o conceito de desenvolvimento humano supõe a extensão de direitos ao conjunto dos cidadãos, implicando em uma cidadania efetiva.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 1990 é o exemplo mais conhecido de mensuração da dimensão social do desenvolvimento (SIEDENBERG, 2003). Três elementos são principais para o IDH: a longevidade expressada pela expectativa de vida, que está agregada a benefícios indiretos como uma adequada nutrição e um bom sistema de saúde; o conhecimento representado pela capacidade de leitura ou grau de alfabetização, que reflete o acesso à educação que é necessária

para a vida produtiva; e o padrão de vida decente representado pela receita per capita, que estima a capacidade de compra de bens.

Uma crítica ao IDH é que as suas variáveis refletem a condição média de uma dada população, não mostrando que uma parcela dessa mesma população pode não ter sido atendida nos requisitos básicos de sobrevivência digna (VAN BELLEN, 2010). Outra crítica é apontada por Souza (1999) a partir de uma análise detalhada sobre os sistemas normalmente utilizados para a avaliação do desenvolvimento dos países. O autor afirma que apesar de alguns índices trazerem questões humanas como mortalidade e educação, todos eles são analisados em função da renda dos indivíduos, atribuindo maior importância ao crescimento econômico.

Ainda na dimensão social, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) também tem desenvolvido esforços para avaliar a qualidade de vida dos cidadãos (OECD, 2009) com base no relatório de Stiglitz, *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*, publicado em 2009 (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009). Os autores desse relatório defendem que o bem-estar dos cidadãos deve ser mensurado a partir de uma perspectiva de sustentabilidade, afirmando que os métodos tradicionais de mensuração do desenvolvimento social, por meio de dados econômicos, não são adequados. Contudo, o desenvolvimento baseado na melhoria das condições humanas e da qualidade de vida geralmente é avaliado de uma perspectiva espúria, uma vez que essas melhorias requerem padrões de produção e consumo mais intensos, que colocam em risco a capacidade do meio ambiente fornecer os recursos naturais necessários em médio e longo prazo.

A segunda proposição que este estudo apresenta é que: **2) As relações entre organizações e stakeholders, cujos conteúdos e significados se referem eminentemente à eficiência econômica, constituem um capital social com a qualidade de proporcionar um desenvolvimento espúrio.**

A partir da ideia das vantagens dinâmicas de Haddad (1999), o desenvolvimento sustentável se distingue do desenvolvimento espúrio por ser baseado no predomínio de uma lógica de manutenção do meio ambiente associada ao aumento de produtividade, empregos e renda da população (SANTOS, 2011).

2.2.2 O desenvolvimento sustentável⁶

A ideia de desenvolvimento sustentável é reforçada por debates amplos sobre a Teoria de Gaia, as ações de cidadania, os impactos do crescimento populacional, os padrões de vida das sociedades, o declínio das sociedades, entre outros temas de discussões.

A teoria de Gaia defendida por Lovelock (2003) pressupõe que os organismos vivos regulam a atmosfera, mantendo a Terra habitável e apropriada para a vida, estabelecendo que os organismos e o meio ambiente material evoluem como um único sistema. Esse sistema autorregula o clima em uma condição habitável, de forma que os organismos modificam o meio ambiente material, assim como buscam se adaptar a ele. Embora existam extinções e perdas nesse processo, a vida persiste em qualquer que seja a sua forma, mesmo quando acontece um grande impacto planetário, como o aquecimento global, que poderá restringir as condições habitáveis da Terra apenas para alguns organismos adaptáveis à variação climática. A importância da teoria de Gaia é a metáfora da Terra viva, ressaltando que os seres humanos são parte dela e que seus direitos se restringem às necessidades dos demais seres vivos do planeta (LOVELOCK, 2003).

O cuidado para com o meio ambiente pode ser fortalecido por meio de um comprometimento mais forte com as responsabilidades de cidadania, que assumem papéis relevantes no alcance do desenvolvimento sustentável (SEN, 2004). De acordo com Amartya Sen (2004), a cidadania pode assumir os seguintes papéis nos cuidados para com o meio ambiente: considerar os seres humanos como agentes capazes de pensar, atribuir valores e agir por si próprios; fortalecer as oportunidades de participação em discussões públicas; alcançar os objetivos ambientais garantindo a liberdade de escolha das pessoas, sem meios coercitivos; e colocar foco na importância de liberdades específicas para que as futuras gerações possam escolher como querem viver.

O crescimento populacional é um tema que tem estado nos debates sobre desenvolvimento sustentável com base no posicionamento

⁶ Partes desta seção estão publicadas em: MELO, P. T. N. B. Indicadores da dimensão institucional do desenvolvimento sustentável e os objetivos da Rio +20. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 23, p. 74-117, 2013; MELO, P. T. N. B.; SALLES, H. K.; VAN BELLEN, H. M. Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável: o papel dos países em desenvolvimento com base na análise crítica do discurso da Rio+20. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 701-720, 2012.

pessimista de Malthus no século XVIII, afirmando que o crescimento da população seria maior do que capacidade da terra fornecer alimento, o que por sua vez provocaria uma intensa distribuição desigual e crises sociais (KENNEDY, 1993). Porém, novas oportunidades para a sociedade surgiram por meio da emigração, da revolução agrícola e da revolução industrial. Segundo Kennedy (1993), o risco de existência das condições de vida no planeta está associado ao crescimento da população e das atividades econômicas, pois não haveria condições de manter os padrões de nível de consumo conforme as tendências de crescimento populacional.

O aumento do impacto humano é considerado o problema principal no meio ambiente causado pelo aumento do padrão de vida e pelo crescimento populacional, que levam aos demais problemas do desenvolvimento sustentável (DIAMOND, 2005). O planeta tem sofrido degradação tanto dos países mais pobres devido ao crescimento populacional exagerado quanto dos países mais ricos devido à industrialização (KENNEDY, 1993).

Várias sociedades do passado entraram em colapso rapidamente após atingirem o auge de prosperidade e poder, devido às tomadas de decisões que levaram aos seus próprios colapsos (DIAMOND, 2005). Segundo Diamond (2005), algumas condições podem fundamentar as decisões que levam ao colapso das sociedades humanas como a incapacidade de prever os problemas, a incapacidade de perceber os problemas no momento em que eles se manifestam, a incapacidade de resolver os problemas quando eles são identificados e a incapacidade de ser bem sucedido na tentativa de resolver os problemas. O autor afirma que é preciso realizar planejamento em longo prazo e reconsiderar os valores na sociedade para melhor guiar as ações sobre o meio ambiente.

Atualmente, os problemas ambientais incluem as mesmas ameaças do passado e outras novas ameaças contemporâneas: mudanças climáticas provocadas pelo homem, acúmulo de produtos químicos tóxicos no ambiente, carência de energia e utilização total da capacidade fotossintética do planeta (DIAMOND, 2005). Tais problemas têm levado a preocupação pública para implementar soluções capazes de permitir o desenvolvimento sustentável em sociedades de todo o planeta. Os cientistas sociais começaram a discutir a agenda ambiental depois dos cientistas naturais, que desde a década de 1930 disseminavam os principais problemas ambientais contemporâneos, tais como: desertificação, preservação florestal, contaminação de ecossistemas, crescimento populacional, extinção de espécies e mudanças climáticas (DRUMMOND, 2006).

A preocupação pública com problemas ambientais se originou na América do Norte e tem crescido desde meados da década de 1960 (VIOLA, 1996). O ambientalismo se transformou em um movimento multisetorial ao longo do tempo, com os primeiros atores surgindo na segunda metade do século XX no campo científico e a sociedade civil, começando a ser ativa e se mobilizar politicamente nos anos 60 e 70 por meio de ONGs que se globalizaram em forma de redes nos anos 80 (LEIS, 2004).

O significado do meio ambiente é comumente abrigado em posições teóricas ancoradas no antropocentrismo ou no ecocentrismo (AUGUSTIN; ALMEIDA, 2006). O antropocentrismo representa a submissão do meio ambiente à lógica de produção e consumo do atual sistema econômico, enquanto o ecocentrismo representa uma crítica à ideia de controle do ambiente natural para defender uma mudança de postura do ser humano como meio para reduzir os seus impactos sobre o meio ambiente. De acordo com Augustin e Almeida (2006), a ideia de desenvolvimento sustentável é capaz de sintetizar as visões baseadas no antropocentrismo e no ecocentrismo, superando um debate dualístico.

É importante esclarecer que os ambientalistas mais radicais, também chamados de puristas ou naturalistas, defendem um movimento em busca da sustentabilidade com ideias baseadas no ecocentrismo e estão engajados em ações de preservação da natureza, embora outros movimentos também estejam engajados nessas ações. Esse movimento se posiciona contra quaisquer atividades, especialmente as atividades econômicas, que possam trazer implicações para os ecossistemas. Contudo, as abordagens puramente ecológicas não permitem compreender as interações do homem com a natureza e as suas demandas sociais (AUGUSTIN; ALMEIDA, 2006). Por outro lado, as discussões sobre o desenvolvimento sustentável tiveram origem na ideia de alinhar o progresso econômico e social à conservação dos ecossistemas. É o nível de aceitação das implicações das atividades econômicas no meio ambiente que diferencia os defensores do desenvolvimento sustentável dos defensores da sustentabilidade pura. Considerando essa diferenciação, este estudo se posiciona sobre o viés do desenvolvimento sustentável ao mesmo tempo em que busca explorar uma questão ambiental denunciada pelas ciências naturais: a contaminação dos ecossistemas, inclusive dos seres humanos, provocada arbitrariamente pelos próprios humanos.

Nas últimas décadas, as conferências realizadas pelas Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável tornaram-se eventos que têm ancorado as discussões sobre o tema ao redor do mundo. Três eventos

foram particularmente importantes na institucionalização das relações interestatais e se tornaram momentos emblemáticos na regulamentação do acesso aos recursos naturais (RIBEIRO, 2010). Em 1972, aconteceu a reunião de Estocolmo, que criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e discutiu os limites do crescimento econômico. Em 1992, aconteceu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad) no Rio de Janeiro, que criou documentos importantes como a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas e a Agenda 21. E em 2002, aconteceu a reunião de Joanesburgo, que fez uma avaliação da Cnumad e ratificou a importância de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos em 2000.

As discussões sobre desenvolvimento sustentável têm sido alvo de críticas, assim como o papel protagonista das Nações Unidas na condução desses debates. A ONU foi criada por iniciativa dos Estados Unidos com a intenção de definir acordos multilaterais, que favoreceram este país no plano econômico, utilizando o pressuposto da paz e segurança no mundo após a segunda guerra mundial (TEIXEIRA, 1983). As Nações Unidas vêm assumindo a orientação ideológica de cooperação internacional por meio de acordos multilaterais e livre mercado ao longo do tempo, favorecendo sobremaneira os países atualmente desenvolvidos enquanto os países em desenvolvimento podem ser favorecidos apenas com algum desenvolvimento do tipo dependente-associado (MELO; SALLES; VAN BELLEN, 2012).

A noção de desenvolvimento sustentável é criticada por Porto-Gonçalves (2008), que a considera uma ideia criadora de oportunidades para as grandes empresas manterem as relações de poder econômico no capitalismo contemporâneo por meio do engajamento em causas ambientais. Tomando como exemplo a relação entre a produção energética e o problema do aquecimento global, Porto-Gonçalves (2008) destaca que os grandes produtores de petróleo e de monoculturas agrícolas em sistemas empresariais têm reconhecido esse problema ambiental recentemente, estabelecendo estratégias empresariais baseada na ecologia e atuando em economias de recursos naturais não-renováveis. Contudo, os princípios estratégicos das grandes empresas estão definindo um sentido particular ao aquecimento global, em busca de manter o poder econômico, que é diferente do sentido advogado pelo movimento ambientalista da sociedade civil (PORTO-GONÇALVES, 2008).

Em 2012, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), que teve discussões menos ambiciosas, pois o evento não atendeu uma série de expectativas, como a

criação de um mecanismo de governança ambiental global, a definição consistente de economia verde e a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (VIOLA; FRANCHINI, 2012). Mais recentemente, em 2015, a União Interparlamentar e a própria ONU vêm discutindo sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que este ano representa o limite temporal considerado no estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A assembleia de Hanói, realizada pela União Interparlamentar, teve os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como debate geral e chamou atenção para o fortalecimento do papel dos parlamentares na promulgação, correção e suplementação de leis nacionais, para que sejam coerentes com aqueles objetivos. Essa assembleia resultou na elaboração de um conjunto de 17 objetivos e 169 metas associadas, bem como na Declaração de Hanói, um documento que reflete a posição dos parlamentares a respeito dos objetivos de desenvolvimento a partir de 2015 (INTER-PARLAMENTARY UNION, 2015). A integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na agenda global exigirá uma maior integração política, como uma ação padrão, assegurando a coerência entre os atores interessados, cuja diversidade têm aumentado, e construindo uma parceria global revitalizada para o desenvolvimento sustentável (UNITED NATIONS, 2015a). Por sua vez, a adoção de abordagens mais integradas, baseadas na coerência e na coordenação entre instituições, para a elaboração das políticas adequadas à implementação dos objetivos a serem alcançados após 2015, exigirá que as estruturas de governança para o desenvolvimento sustentável tenham maior flexibilidade, horizontalidade, inclusão e adaptação (UNITED NATIONS, 2015b).

A noção de desenvolvimento sustentável compartilha várias características com a noção de desenvolvimento territorial, como: a criação de um paradigma econômico diferente do proposto pelos economistas neoclássicos ortodoxos, a transformação da economia a partir de abordagens explicativas com perspectivas normativas, a necessidade de participação dos cidadãos e de democracia participativa, e a atenção concedida à equidade social e à qualidade de vida (LÉVESQUE, 2009). As discussões sobre desenvolvimento territorial destacam a capacidade de estratégias endógenas e sensíveis às especificidades do contexto local e regional, resultando em sistemas de desenvolvimento alternativos aos modelos promovidos pelos países industrializados (VIEIRA, 2009).

Os debates sobre desenvolvimento territorial se intensificam na década de 1990, utilizando o conceito de território para compreender os

efeitos de proximidade e os regimes de governança em nível local (LÉVESQUE, 2009). De acordo com Vieira (2009, p. 36), a dimensão territorial do desenvolvimento se refere ao lugar onde ocorrem os “processos co-evolutivos de adaptação ao meio e de invenção cultural”, valorizando a participação comunitária na elaboração de estratégias e de instrumentos de gestão. Pecqueur (2009) define o território como um espaço de coordenação entre atores interessados na elaboração de soluções para problemas produtivos. Segundo Vieira (2009), uma reestruturação produtiva do meio rural, tendo em vista a geração de empregos e renda na agricultura tradicional, tem sido promovida pelas ações de combate à pobreza e à exclusão social, que são apoiadas nas discussões sobre desenvolvimento territorial.

Segundo Lévesque (2009, p. 117-118), o território é definido como uma construção social e histórica, na qual encontra-se “um sistema de atores (empresas, associações, organizações etc.) cuja articulação é assegurada por diversos tipos de proximidades num meio natural e que está orientado, entre outras, para atividades de produção e de consumo”. As experiências de desenvolvimento territorial são fundamentadas em uma abordagem *bottom up*, na qual são ressaltadas as noções de endogeneidade, descentralização, autonomia e sistemas participativos integrados (VIEIRA, 2009). O território é constituído por um espaço com dinâmicas específicas amparadas por atores locais, por um processo de delimitação geográfica e pela existência de recursos territoriais (PECQUEUR, 2009). Pecqueur (2009) ressalta que o território é constituído por um grupo de atores interessados na obtenção de um ganho que beneficia cada membro.

A ênfase no território, de acordo com Lévesque (2009), está associada à compreensão da economia plural, que considera as ações de reciprocidade e redistribuição, além das transações de mercado, nas análises dos processos de desenvolvimento regional. Nesse sentido, Lévesque (2009) afirma que os territórios que favorecem uma economia plural possuem proximidade geográfica (aglomeração de atores que acumulam atividades econômicas), proximidade organizacional (especialização numa área de conhecimentos) e proximidade institucional (especificação para produzir recursos específicos com base em normas compartilhadas). O desenvolvimento desse tipo de território requer uma governança local centrada em parcerias entre atores empresariais, governamentais e da sociedade civil, que seja capaz de assegurar a regulação e a resolução de conflitos (LÉVESQUE, 2009).

Apesar das convergências entre os enfoques do desenvolvimento sustentável e do territorial, algumas dimensões do primeiro não são

consideradas pelo último (LÉVESQUE, 2009). As dimensões do desenvolvimento sustentável são discutidas a seguir.

2.2.3 Dimensões do desenvolvimento sustentável⁷

O desenvolvimento sustentável requer um planejamento que contemple as dimensões social, econômica, ecológica, espacial e cultural (SACHS, 1993). A dimensão social se refere à equidade na distribuição de renda e bens; a dimensão econômica se refere ao investimento e gerenciamento eficientes de recursos; a dimensão ecológica se refere à prevenção de danos ao meio ambiente; a dimensão espacial se refere ao equilíbrio da distribuição populacional e econômica nos territórios rurais e urbanos; e a dimensão cultural se refere à implementação de soluções específicas para as realidades locais, respeitando a continuidade cultural.

Uma operacionalização simplificada do conceito de desenvolvimento sustentável é realizada pela integração das suas dimensões econômica, social e ambiental, que constituem o tripé da sustentabilidade (ELKINGTON, 2006). Segundo Afonso *et al.* (2011), embora a ideia de tripé da sustentabilidade tenha sido originada no mundo privado das corporações como uma forma de avaliar ações de responsabilidade social empresarial, ela não se restringe apenas a esse campo, e tem sido adotada por organismos internacionais e pela administração pública para análises das sociedades locais, regionais e nacionais. As dimensões do desenvolvimento sustentável precisam estar integradas e coordenadas, levando em consideração tanto as relações do sistema socioeconômico com o meio ambiente quanto os impactos das atividades humanas sobre o mesmo (LEUKHARDT; ALLEN, 2013).

Na Conferência de Estocolmo em 1972, o debate sobre ecodesenvolvimento, que foi continuado com o termo de desenvolvimento sustentável, já privilegiava um tratamento simétrico das dimensões social e ambiental, devido às crises desencadeadas em ambas as dimensões simultaneamente (SACHS, 2007). A alocação eficiente dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada é a principal preocupação na dimensão econômica; a condição humana e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida são as preocupações principais na dimensão social; e os impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente são as principais preocupações na dimensão

⁷ Partes desta seção estão publicadas em: MELO, P. T. N. B. Indicadores da dimensão institucional do desenvolvimento sustentável e os objetivos da Rio +20. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 23, p. 74-117, 2013.

ambiental (VAN BELLEN, 2010).

As abordagens socioeconômicas multidimensionais são exemplos de uma perspectiva de “sustentabilidade fraca” de acordo com Rennings e Wiggering (1997). Nessa perspectiva, uma economia é sustentável quando existe uma poupança maior do que a depreciação da combinação de capital natural e capital produzido pelos indivíduos, assumindo que ambas as formas de capital são substituíveis. Tal situação representa uma abordagem de sustentabilidade fraca, uma vez que os custos da deterioração ambiental podem ser mensurados em unidades monetárias e compensados por benefícios do capital produzido pelos indivíduos (PEARCE; ATKINSON, 1993; RENNINGS; WIGGERING, 1997).

Atualmente, os problemas ambientais têm chamado atenção para soluções de mercado e a incorporação de preços aos custos ambientais, fortalecendo o princípio “poluidor pagador”, que torna o pagamento de uma compensação às vítimas desses problemas em uma ação equivalente à reestruturação dos padrões de produção para evitar futuras poluições (SACHS, 2007). Segundo Sachs (2007), um exemplo dessas soluções é o mercado de créditos de carbono, que tem sido utilizado pelos países industrializados para manter seus níveis de emissões de gases de efeito estufa, em decorrência do financiamento de projetos de produção limpa nos países em desenvolvimento.

A economia ecológica considera que o desenvolvimento socioeconômico depende da capacidade de carga do planeta e o bem estar humano depende das funções dos ecossistemas (LEUKHARDT; ALLEN, 2013). Conforme as crises causadas pelas mudanças climáticas vão ganhando formas mais evidentes, o imperativo ecológico vai atuar com uma força cada vez maior, sendo tais crises uma confirmação da incapacidade dos mercados em perceber e lidar com a dimensão ambiental do desenvolvimento (SACHS, 2007). A salvaguarda das funções ambientais proporciona um nível de produção que pode ser mantido indefinidamente sem ameaçar as condições de vida das futuras gerações (HUETING; REIJNDERS, 2004).

A salvaguarda das funções ambientais representa uma perspectiva de “sustentabilidade forte”, pois identifica qualquer depreciação no capital natural como um sinal de insustentabilidade (PEARCE; ATKINSON, 1993). A substituição nas formas de capital não é considerada na perspectiva de sustentabilidade forte, que pressupõem a manutenção dos ecossistemas intactos, protegendo sua estabilidade, resiliência e função ecológica por meio da avaliação em unidades físicas, em vez da conversão em unidades monetárias (RENNINGS; WIGGERING, 1997).

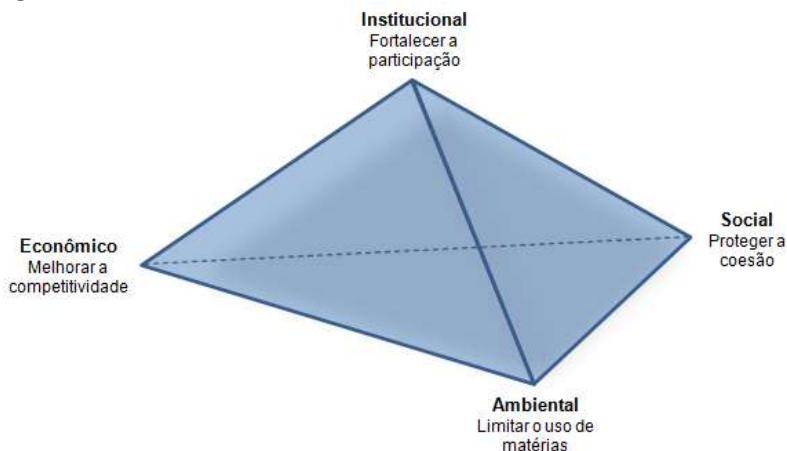
A dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável é comumente representada pela Pegada Ecológica, que é um sistema de avaliação lançado na segunda metade da década de 1990 para compreender o nível de impacto humano sobre o meio ambiente. Trata-se de uma iniciativa da *Global Footprint Network* em parceria com outras instituições como a *World Wildlife Fund* (WWF). A Pegada Ecológica é usada para estimar a área total de terra requerida para sustentar o padrão de vida e consumo de uma população, representando a proporção da capacidade de carga do sistema total que é apropriada por uma determinada população em decorrência do seu padrão de consumo (REES, 1992). De acordo com van Bellen (2006), a Pegada Ecológica é o sistema de avaliação mais lembrado por especialistas em desenvolvimento sustentável, sendo capaz de analisar a sustentabilidade das atividades humanas, contribuir para a construção de consciência pública, a respeito dos problemas ambientais, e auxiliar em processos decisórios. Nesse sentido, a Pegada Ecológica tem a capacidade educativa de revelar que o ecossistema terrestre não é capaz de sustentar o nível de atividade econômica e de consumo de matéria-prima indefinidamente, apontando para a necessidade de aproveitamento dos recursos naturais dentro da capacidade de carga do sistema (VAN BELLEN, 2006).

As dimensões do desenvolvimento sustentável e suas interconexões também são abordadas em uma ferramenta de análise chamada “Prisma da Sustentabilidade”, ilustrada na figura 1 a seguir, que acrescenta a dimensão institucional às dimensões econômica, social e ambiental (SPANGENBERG, 2002). De acordo com Spangenberg (2002), a preocupação com a dimensão institucional surgiu na Agenda 21, que é um documento adotado pelos membros das Nações Unidas na Cnumad para conduzir ações executadas por determinadas instituições em busca do desenvolvimento sustentável nos níveis global, nacional e local (UNITED NATIONS, 1992). De acordo com o prisma da sustentabilidade, cada instituição, compreendida como organizações, sistemas de normas ou mecanismos de aplicação das normas, possui um objetivo que serve aos propósitos das dimensões econômica, social, ambiental e institucional. São eles: melhorar a competitividade da economia, proteger a coesão social, limitar o uso de matérias nos processos produtivos e fortalecer a participação civil, respectivamente (SPANGENBERG, 2002).

Spangenberg (2002) afirma que a interconexão entre as dimensões social e institucional pode ser compreendida pelo nível de representatividade dos empregados em conselhos locais de trabalho, que indica a sua vulnerabilidade, e pela média de tributos pagos pelos

indivíduos, entre os 20% com maiores rendas em comparação à média nacional, que indica se o sistema tributário é orientado para a redistribuição de riqueza no nível nacional. Segundo esse autor, a interconexão entre as dimensões ambiental e institucional pode ser entendida pelo cuidado com a fragmentação do ecossistema, para avaliar a qualidade do plano nacional de proteção da biodiversidade, e pela quantidade de matéria total necessária para produção de bens, que indica a intensidade da economia em recursos naturais.

Figura 1: O Prisma da Sustentabilidade e as interconexões de suas dimensões



Fonte: Adaptado de Spangenberg (2002, p. 108)

Ainda de acordo com Spangenberg (2002), a interconexão entre as dimensões econômica e institucional pode ser entendida pelos encargos de dívida, que mostram a participação do governo nas rendas totais; pelas quantidades de matéria e energia incorporadas à balança comercial, que indica os riscos do comércio internacional à base de recursos naturais do país, e por investimentos estrangeiros, domésticos e públicos em tecnologias avançadas, para identificar e avaliar atores que podem contribuir com a transferência de novas tecnologias.

A segunda edição do documento *Indicators of sustainable development: guidelines and methodologies*, publicado pela ONU, inclui um método para monitorar a dimensão institucional (UNITED NATIONS, 2001). A partir desse documento, a dimensão institucional é observada em dois temas: o arcabouço institucional e a capacidade institucional. O arcabouço institucional é avaliado pela existência de uma

estratégia nacional de desenvolvimento sustentável e pela implementação de acordos globais ratificados. Por sua vez, a capacidade institucional é avaliada pelo acesso da população à Internet e telefonia, proporção do PIB investido em pesquisa e desenvolvimento, e pelas perdas econômicas e humanas decorrentes de desastres naturais. Apesar da dimensão institucional ser considerada desde 1992 na Agenda 21 e também na publicação das Nações Unidas em 2001, é apenas na Rio+20 que essa dimensão entra na pauta de discussões como um assunto principal (MELO, 2013).

Ao avaliar programas de ação coletiva no meio rural da Itália, Lopolito, Nardone e Sisto (2011) representam a dimensão institucional do desenvolvimento pelo capital social constituído entre os atores do contexto. Tomando a contribuição desses autores como referência, o presente estudo também adota o capital social para avaliar a dimensão institucional, considerando a importância das relações estabelecidas com *stakeholders* para o desenvolvimento sustentável. Reed, Fraser e Dougill (2006) destacam a importância dos *stakeholders* no desenvolvimento sustentável ao propor uma forma de equilibrar as abordagens de avaliação, baseadas na participação comunitária e no direcionamento de especialistas. A primeira etapa da proposta desses autores consiste no estabelecimento do contexto humano e ambiental, que é composto, em parte, pela identificação dos principais *stakeholders*, com o propósito de compreender os diferentes interesses desses atores e como eles interagem entre si. A partir da identificação dos *stakeholders*, é possível identificar atores que são formadores de opinião, desenvolver estratégias para envolver a comunidade e identificar interesses comuns ou conflitantes no projeto de desenvolvimento (REED; FRASER; DOUGILL, 2006).

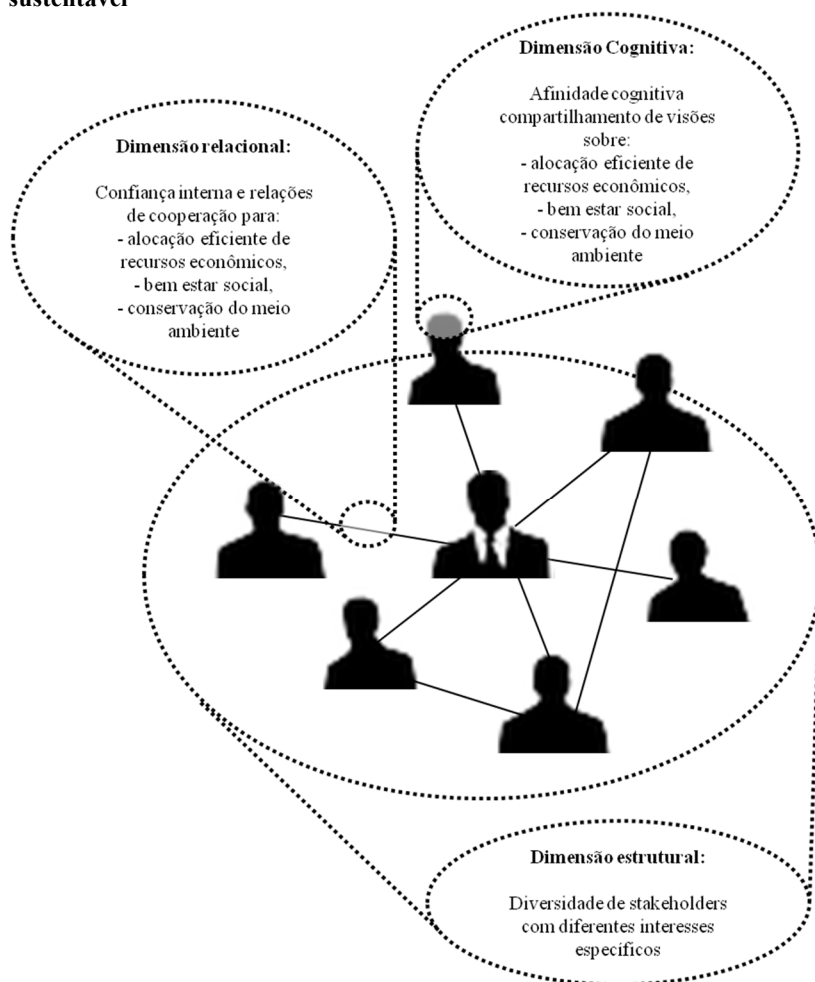
A fixação de objetivos e estratégias é a segunda etapa do modelo de avaliação proposto por Reed, Fraser e Dougill (2006), que inclui a utilização de ferramentas participativas para explorar os problemas locais no ponto de vista dos *stakeholders*, com a intenção de gerar informações para avaliar e identificar os objetivos e estratégias locais prioritárias no processo de desenvolvimento. De acordo com esses autores, a identificação de objetivos e estratégias prioritárias também pode proporcionar a identificação de sinergia e a resolução de conflitos entre *stakeholders*, assim como pode ajudar na preparação para se adaptar a mudanças futuras indesejadas.

A identificação, avaliação e seleção de indicadores é a terceira etapa do modelo proposto por Reed, Fraser e Dougill (2006), que consideram os *stakeholders* como os principais atores na escolha de indicadores relevantes para o processo de desenvolvimento, embora

também reconheçam desafios com a dificuldade de comparar a sustentabilidade entre regiões onde os *stakeholders* escolhem diferentes indicadores. Reed, Fraser e Dougill (2006) também ressaltam que o envolvimento dos *stakeholders*, na escolha dos indicadores de sustentabilidade, pode tornar o processo mais demorado e complicado, além de resultar em mais indicadores do que é viável para aplicação. Outro desafio apontado pelos autores é que a participação dos *stakeholders* não reforça a sustentabilidade se seus objetivos e práticas não forem consistentes com os princípios do desenvolvimento sustentável, despertando a necessidade do direcionamento de especialistas para contrapor esses *stakeholders*. Assim, o capital social constituído nas relações com *stakeholders* pode promover um desenvolvimento espúrio em função da qualidade dessas relações, é apresentado na segunda proposição deste estudo.

Além de propor que um desenvolvimento espúrio é promovido por um capital social constituído nas relações entre organizações e *stakeholders* que se referem apenas à eficiência econômica, o presente estudo também apresenta uma terceira proposição: **3) As relações entre organizações e *stakeholders*, cujos conteúdos e significados se referem à eficiência econômica, ao bem estar social e à conservação do meio ambiente, constituem um capital social com a qualidade de proporcionar um desenvolvimento sustentável.** A figura 2, inspirada nas colaborações de Régis, Dias e Bastos (2006), ilustra o capital social organizacional em um processo de desenvolvimento sustentável, cujas dimensões relacional e cognitiva evidenciam valores e conteúdos transacionados referentes às preocupações com as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento.

Figura 2: Dimensões do capital social organizacional no desenvolvimento sustentável



Fonte: Elaborado pelo autor

A seguir, é realizada uma revisão do desenvolvimento nacional a partir da década de 1930, enfatizando o papel da agricultura na sua trajetória.

2.3 A BASE AGRÍCOLA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL⁸

O processo de industrialização, que impulsionou o desenvolvimento no Brasil, foi induzido pela expansão das exportações e pela industrialização substitutiva de importações (CARDOSO DE MELLO, 1998). Nesta discussão, o processo de industrialização é visto como um movimento do crescimento no mercado internacional por meio da demanda externa para o crescimento no mercado interno por meio de investimentos na substituição de importações. A crise econômica de 1929, que provocou a diminuição da demanda externa, juntamente com decisões políticas de Estado iniciaram a passagem da industrialização pela expansão das exportações para a industrialização pela substituição de importações.

A economia cafeeira capitalista criou as condições para o surgimento do capital industrial e da grande indústria brasileira a partir da conversão dos capitais cafeeiros excedentes em capital industrial (CARDOSO DE MELLO, 1998). O processo imigratório para trabalhar no setor cafeeiro aumentou a oferta de trabalhadores livres à disposição do capital industrial, enquanto a geração de divisas pelo complexo exportador cafeeiro permitia a transformação do capital monetário em meios de produção. O complexo exportador cafeeiro gerou capital-dinheiro, que se transformou em capital industrial, e criou condições necessárias a essa transformação por meio da oferta abundante de trabalho no mercado e da capacidade de importar alimentos e meios de produção.

Conforme Suzigan (1986), o surgimento do desenvolvimento industrial brasileiro, a partir de uma base agrícola-exportadora, pode ser explicado a partir de quatro interpretações. A primeira delas diz respeito à ocorrência de adversidades como guerras e crises econômicas, como a crise de 1929, que estabeleceram dificuldades para importar, uma vez que as economias atingidas buscaram abastecer seus mercados internos em vez de atender às demandas externas, forçando atividades internas, substituidoras das importações, para atender à procura por produtos que eram importados. A segunda interpretação compreende o desenvolvimento industrial como parte do processo de expansão das exportações e acumulação de capital no setor cafeeiro, que foi utilizado

⁸ Partes desta seção estão publicadas em: DINIZ, F. A.; SOUZA, M. M.; MELO, P. T. N. B. Doença Holandesa no Brasil: uma análise do comércio exterior brasileiro no período de 1996-2011. **Heera (UFJF. Online)**, v. 10, p. 31-54, 2014.

na importação de máquinas e insumos para a industrialização. A terceira interpretação sugere que o surgimento e a consolidação do capital industrial aconteceram durante a transição da economia mercantil nacional baseada no trabalho escravo, para a economia agrícola exportadora, por meio do processo de acumulação de capital no setor exportador de café. A quarta interpretação observa a industrialização de maneira intencionalmente promovida por políticas do governo, principalmente através da proteção tarifária e da concessão de incentivos e subsídios. Vale ressaltar que o governo começou a incentivar o desenvolvimento de algumas indústrias específicas.

Algumas condições colocaram o Brasil em uma posição mais favorável do que os outros países da América do Sul para a utilização da substituição de importações como um modelo de desenvolvimento (TAVARES, 2010). Uma condição que favorecia o Brasil a adotar a substituição de importações era o volume e a composição das mesmas, que justificava a implementação de indústrias substitutivas. Outra condição favorável era o grau de diversificação da capacidade produtiva que o sistema econômico já possuía para reagir à limitação externa.

A modernização e o aumento da produtividade agrícola brasileira estão associados à agricultura empresarial de exportação e às práticas de monocultura. Nos anos 1960 e 1970, a agricultura brasileira passou pela "revolução verde", marcada pelo apoio do governo, por meio de subsídio de créditos agrícolas e a instalação de agroindústrias baseadas no uso de maquinários e agroquímicos, para consolidar uma agricultura com maior produtividade para exportação. Nesse processo, o governo foi o maior incentivador de um pacote tecnológico que representava a agricultura moderna, e se estabeleceu como a agricultura convencional no país, por meio da oferta de crédito rural para a compra e uso de agrotóxicos. Além dos estabelecimentos agrícolas mais capitalizados, os produtores familiares também foram pressionados a adquirir o pacote tecnológico e fazer uso indiscriminado de agrotóxicos para controlar pragas nos sistemas agrários juntamente com outras tecnologias. Contudo, o uso intensivo de agrotóxicos tem provocado diversos impactos socioambientais e de saúde pública (PORTO; SOARES, 2012).

O processo de desenvolvimento econômico nacional teve implicações negativas por ter sido essencialmente desequilibrado nos níveis setorial, regional e social (TAVARES, 2010). No nível setorial, o setor secundário foi o que recebeu maior atenção, sobretudo nas indústrias de transformação. O setor terciário também foi beneficiado pelos investimentos de infraestrutura, enquanto que o setor primário ficou inalterado. No nível regional surgiram disparidades entre a região Norte-

Nordeste e Centro-Sul, devido à concentração das atividades econômicas nessa última. No que se refere ao nível do desequilíbrio social houve um aumento da população marginal nas cidades, e uma discrepância entre a renda obtida pela população do setor primário e a população empregada do setor secundário. Em suma, o Brasil se empenhou em uma industrialização continuada a partir dos anos 1930, aproveitando a restrição externa do pós guerra, que por sua vez resultou em aumentos superiores do PIB no período de 1940 a 1980, mas em contrapartida, também resultou no aprofundamento das desigualdades sociais e em conflitos distributivos por outro lado (SACHS, 2001).

Ao final do século XX, a integração dos mercados internacionais intensificou o comércio internacional. Com a intenção de reestruturar a economia e adotar um modelo de desenvolvimento neoliberal, o Brasil passou, simultaneamente, por quatro diferentes processos que interagiram entre si e provocaram uma verdadeira revolução na década de 1990, sendo estes: a globalização, a abertura da economia, a estabilização e a privatização (BARROS; GOLDENSTEIN, 1997). A estabilização recriou condições de segurança aos investidores que passaram a ter um horizonte de médio e longo prazo, fundamental para as decisões de investimento, enquanto que a abertura econômica associada à estabilidade resultou em uma mudança nas decisões de investimento. Os investimentos internacionais se concentraram na compra de empresas familiares nacionais tradicionais e no estabelecimento de novas plantas e setores, para conquistar mais rapidamente um mercado em expansão. As empresas nacionais perderam o espaço que era garantido pelos volumosos subsídios públicos e pela manutenção da economia fechada, e por sua vez, passaram a buscar parceiros internacionais ou fundiram-se com outras empresas do país, ampliando seu porte e ganhando competitividade através da escala, para dessa forma, adaptar-se ao novo contexto.

O processo da globalização aprofundou as desigualdades sociais ao mesmo tempo em que permitiu a integração econômica dos países (FIORI, 1999). A globalização não é um fenômeno que trouxe benefícios para os países em desenvolvimento da periferia mundial, implicando em um forte viés antiprodução no país a favor da importação, em decorrência do programa de estabilização na política industrial na década de 1990 (COUTINHO, 1998). Além disso, o Brasil não conseguiu acompanhar outros países no aproveitamento das oportunidades que as transformações mundiais ofereceram para os países em desenvolvimento, desperdiçando chances que podem ser dimensionadas pelo avanço de países comparáveis ao Brasil em termos de estágio de desenvolvimento industrial e tecnológico (LAPLANE; SARTI, 2006). A implantação de um regime de

crescimento fundado nos mercados desregulados não conduziu à retomada do dinamismo nacional, mas a um regime de baixo crescimento, pois a indústria baseada em recursos naturais foi o setor mais dinâmico da economia brasileira nos anos do processo de globalização enquanto os países desenvolvidos e emergentes de melhor desempenho ampliaram o setor industrial e tecnológico (CARNEIRO, 2008).

A partir do que foi exposto, é possível perceber uma aderência maior da trajetória de desenvolvimento nacional ao modelo de desenvolvimento espúrio do que ao modelo de desenvolvimento sustentável, especialmente devido à utilização predatória do meio ambiente pela agricultura moderna que se tornou convencional. Sachs (2001) aponta para alguns resultados negativos obtidos no desenvolvimento nacional como: a promoção de uma agricultura com baixa intensidade em mão de obra, a colonização desequilibrada socialmente e predatória ambientalmente em algumas regiões, assim como a migração massiva da população do campo para as favelas urbanas, ficando sem condições decentes de moradia. A próxima seção discute o papel da agricultura no desenvolvimento nacional nos últimos anos.

Em 1940, no Brasil, existia em média 1 (uma) pessoa, no meio rural, produzindo alimentos e produtos não comestíveis para 1,46 pessoas, enquanto que em 2010 essa proporção é de 1 (uma) pessoa, no meio rural, produzindo para 6,65 pessoas. Esse dado evidencia um aumento na produtividade, mesmo com uma diminuição da proporção da população rural de 68% da população total em 1940 para 15% da população total em 2010. O avanço tecnológico nos últimos 70 anos provocou um salto intenso de produtividade agropecuária (ARAÚJO, 2010).

A atividade agrícola teve, e ainda tem, um papel central como fonte de recursos para o desenvolvimento do país. Nos anos 2000, houve um aumento nos fluxos de comércio exterior que gerou mais divisas do que nos anos 90, refletindo em um aumento nas exportações que passou de 6% do PIB em 1995, para 12% em 2008. Contudo, a pauta de tais exportações se caracteriza por uma baixa intensidade tecnológica ao longo do tempo, sendo amplamente representada por *commodities* (JORGE, 2009). Os aumentos de preços das commodities, no final dos anos 2000, contribuíram para a evolução contínua da participação dos produtos primários nas exportações nacionais, com destaque para o petróleo e para os minérios. Além disso, contribuíram também para uma perda de participação dos bens industriais intensivos em trabalho e em economias de escala, bem como para uma evolução pouco favorável dos bens intensivos em tecnologia (RIBEIRO; MARKWALD, 2009).

O desempenho recente de produtividade e exportação de produtos agrícolas depende de um sistema de produção intensivo em capital, e no uso cada vez mais intenso de agrotóxicos, além da monocultura expansiva de grãos, que provoca um intenso êxodo rural (SACHS, 2001). Atualmente, a agricultura brasileira é o principal consumidor mundial de agrotóxicos, com perspectiva de crescimento futuro, apesar dos impactos negativos à saúde decorrentes do uso intensivo desses produtos como problemas: oculares, respiratórios, cardiovasculares, neurológicos, cutâneos, gastrointestinais, cancerígenos, depressivos, além de suicídios e intoxicações. Os agricultores familiares são os produtores que mais sofrem intoxicação em contato com agrotóxicos devido à falta de assistência técnica e informação, que levam ao uso inadequado (PORTO; SOARES, 2012).

Uma vez considerada a importância da agricultura para o processo de desenvolvimento, a próxima seção tratará do desenvolvimento rural no contexto brasileiro, indicando possibilidades de desenvolvimento no meio rural, diferentes do modelo agroexportador.

2.3.1 O desenvolvimento rural

A noção de desenvolvimento rural esteve associada, durante muito tempo, apenas à agenda de intervenções do Estado e de organizações internacionais para integrar as regiões rurais aos avanços tecnológicos da "Revolução Verde" (SCHNEIDER, 2010). A "Revolução Verde" foi caracterizada por mudanças tecnológicas de países desenvolvidos, que foram difundidas para os demais, dinamizando a agricultura capitalista e provocando alterações nas estruturas sociais das populações rurais nesses países (SCHNEIDER; ESCHER, 2011). De acordo com Schneider e Escher (2011), a "Revolução Verde" no Brasil teve início no período de desenvolvimento do segundo pós-guerra, e intensificou-se na década de 1970, sendo induzida por políticas de intervenção do Estado. Esses autores ressaltam que os grandes produtores agrícolas foram os principais beneficiários das mudanças tecnológicas na agricultura, por se tratar de um modelo intensivo em capital, excluindo os produtores descapitalizados desse processo, sobretudo os agricultores familiares. Como resultado, a implementação das tecnologias que caracterizaram a "Revolução Verde" levou ao aumento de produção e produtividade, mas também proporcionou desigualdades econômicas, êxodo rural, desemprego, marginalização urbana, exclusão social, problemas ambientais e problemas de saúde dos agricultores e consumidores (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

Novas abordagens sobre o desenvolvimento rural surgiram na década de 1990, no Brasil, juntamente com a estabilização da economia, o ativismo das organizações da sociedade civil e a incorporação da noção de sustentabilidade. (SCHNEIDER, 2010). Desde 1998, uma abordagem dualista no setor agrícola brasileiro foi institucionalizada, que separa o apoio oferecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) à agricultura familiar, do apoio oferecido pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) à agricultura empresarial. Entretanto, tal oposição é exagerada, pois ambos os segmentos majoritariamente contribuem para as mesmas cadeias produtivas (SABOURIN, 2007).

No modelo de desenvolvimento rural apoiado pelo MDA no Brasil, são centrais as questões do fortalecimento da agricultura familiar e da resolução dos desequilíbrios sociais e espaciais (PLOEG, 2011). Sabourin (2007) destaca que os principais debates sobre políticas de desenvolvimento rural no início dos anos 2000 estavam relacionados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e ao Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), sendo ambos os programas ações do MDA.

De acordo com Sabourin (2007), o objetivo estabelecido no PRONAF é promover a integração do agricultor familiar e do pequeno empresário, ao mercado internacional e ao capitalismo agrícola, enquanto que o objetivo estabelecido no PDSTR é favorecer o desenvolvimento regional integrado, apoiando a agricultura familiar por meio de projetos coletivos de infraestrutura, desenvolvidos conjuntamente entre ministérios, estados, municípios e a sociedade civil. As iniciativas do PDSTR representam uma inovação no desenvolvimento rural do Brasil, devido à interação entre as populações rurais e representantes dos governos federal, estaduais e municipais, aproximando as ações coletivas e as ações públicas. Contudo, o orçamento desse programa de desenvolvimento rural é menor do que o PRONAF, que se constituiu na principal política pública estruturante para a agricultura familiar (SABOURIN, 2007).

As políticas territoriais na área rural derivaram da linha "infraestrutura e serviços" do PRONAF, que esteve vigente desde a segunda metade da década de 1990 até 2002 (LEITE; WESZ-JÚNIOR, 2013). Em 2003, a Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT) é formada no MDA, abrigando o PDSTR (Também conhecido como Pronat), que foi regulamentado em 2005, e o Programa Territórios da Cidadania (PTC), que começou a ser executado em 2008. Esses programas buscam garantir que o desenvolvimento de um território

contemple as dimensões: econômica, sociocultural, política-institucional e ambiental (DELGADO; LEITE, 2011).

Delgado e Leite (2011) ressaltam que a política da SDT tem sido bem sucedida em ampliar a participação dos grupos sociais, reconhecendo essas populações como público estratégico nos processos de desenvolvimento rural e territorial. Segundo esses autores, tanto a esfera do Estado, representada por prefeituras e agências governamentais estaduais e federais, quanto a esfera da sociedade civil, representada por movimentos sociais, sindicatos, ONGs e conselhos, estão envolvidas na composição dos colegiados no PDSTR e no PTC, sendo a participação do Estado majoritária no PTC. A partir de sua criação, a SDT mudou as políticas de desenvolvimento rural, que anteriormente se voltavam para os municípios separadamente, para abordar os territórios compostos por conjuntos de municípios (DELGADO; LEITE, 2011).

O PDSTR instituiu a construção de territórios e ampliou a participação da sociedade civil como um novo formato de política pública, que, de acordo com Leite e Wesz-Júnior (2013), caracterizou um avanço institucional na implementação de ações de desenvolvimento rural. Segundo esses autores, as ações do PDSTR que absorvem a maior parte dos seus recursos são aquelas focadas em investimentos de infraestrutura, embora tal participação tenha diminuído, enquanto que as ações de assistência financeira por meio de emendas parlamentares e as ações do Projeto Dom Helder Camara vêm aumentando na matriz financeira do PDSTR. A maior parte dos recursos do PDSTR está concentrada na região nordeste, que concentrou 40% dos recursos em 2008 (LEITE; WESZ-JÚNIOR, 2013).

A abordagem territorial foi mantida no Programa Territórios da Cidadania (PTC), lançado no início de 2008, com o objetivo de combater a pobreza e promover a cidadania por meio da articulação e coordenação de políticas federais, de maneira integrada entre os ministérios (LEITE; WESZ-JÚNIOR, 2013). Especificamente, o programa Territórios da Cidadania (PTC) busca identificar e atender, de forma prioritária, os territórios economicamente mais fragilizados, cujas populações têm pouco acesso a serviços básicos, utilizando uma lógica de territorialização que requer a articulação de ações dos atores locais, com ações governamentais focadas em diversos setores, além do setor agrário (DELGADO; LEITE, 2011).

O PTC provoca uma redistribuição de recursos de políticas dos ministérios participantes, para aumentar os recursos empregados em regiões mais pobres, ficando estes impossibilitados de sofrer redução por contingenciamento (LEITE; WESZ-JÚNIOR, 2013). O montante de

recursos aplicados nos Territórios da Cidadania, de acordo com Leite e Wesz-Júnior (2013), tem obtido um crescimento expressivo, sendo que a maior parte de tais recursos se origina de três ministérios, que são: o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Saúde. Os autores supracitados também indicam que a maioria das ações e dos recursos no PTC se refere às funções de mobilização, articulação e controle social, sendo o nordeste a região que concentra o maior número de Territórios da Cidadania e de recursos do PTC.

O desenvolvimento rural no Brasil tem sido fortemente influenciado pela intervenção do Estado, cuja agenda tem sido formulada mais com base em ideias de estudiosos influentes - José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e José Graziano da Silva -, do que pelas populações rurais demandantes (SCHNEIDER, 2010). De acordo com Schneider (2010), as ideias desses estudiosos sobre o desenvolvimento rural se originam em diferentes bases teóricas, e constituem diferentes vertentes de pensamento, com algumas convergências e consensos. Tais convergências se referem à caracterização do espaço rural na sua totalidade por meio de interfaces e atributos que vão além das atividades agropecuárias, à inserção das formas heterogêneas da agricultura familiar na economia capitalista e à necessidade de ações para combater as vulnerabilidades das populações rurais.

Ao ampliar a participação dos atores sociais, as políticas de desenvolvimento territorial no meio rural representam uma inovação institucional. Contudo, vários casos demonstram fragilidades na formação dos colegiados, que por vezes não representam todos os segmentos sociais da agricultura familiar local, ou representam meros meios de acesso aos recursos federais, reproduzindo as estruturas já existentes de poder local (DELGADO; LEITE, 2011). A maior parte da agricultura familiar apoiada pelas políticas públicas é dependente e integrada ao mercado capitalista, enquanto que outros segmentos que configuram uma diversidade de agricultura familiar no Brasil são alvos de ações assistencialistas, que os tornam consumidores dependentes do mercado capitalista (SABOURIN, 2007). A integração das populações rurais aos mercados capitalistas implicou em mudanças nas suas características tradicionais, resultando em uma diversidade de formas sociais rurais e relações de produção, circulação e consumo. Paralelamente à integração das populações rurais aos mercados capitalistas, aconteceram movimentos de contestação (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

Os processos de desenvolvimento rural podem ser compreendidos pelos resultados das ações executadas por movimentos sociais, empresas e redes de atores, além das políticas governamentais, que têm um papel importante nesses processos. Porém, os objetivos governamentais podem ser diferentes dos objetivos dos atores sociais interessados no desenvolvimento rural de uma localidade (PLOEG, 2011). A existência de protagonismo social requer a presença de atores com capacidade de construir relações de cooperação com outros e que sejam capazes de construir propostas de desenvolvimento rural para o território, contemplando as diversas demandas do território e direcionando a formulação de projetos coerentes com essas propostas de desenvolvimento (DELGADO; LEITE, 2011). Assim, o desenvolvimento rural se refere aos processos de mudanças, que influenciam na melhoria das condições objetivas de reprodução social das populações rurais e suas relações com os demais processos de mudanças em toda a sociedade (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

O desenvolvimento rural no Brasil se refere a um conjunto de respostas às desigualdades sociais e espaciais existentes, que levam à construção de novos mercados ou novos padrões de funcionamento para os mercados existentes (PLOEG, 2011). Ploeg (2011) destaca que esses novos mercados visam à demanda e à distribuição de produtos com características diferentes daqueles que circulam nos mercados de *commodities*, requerendo novos circuitos, novas infraestruturas físicas e arranjos sociais, que possibilitem trajetórias de desenvolvimento diferentes das que reproduzem as desigualdades sociais e espaciais. Atualmente, os sistemas agroalimentares são controlados hegemonicamente por empresas transnacionais, podendo outra forma de desenvolvimento rural ser constituída a partir das diversas formas de organização que existem no meio rural brasileiro (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

A diversidade da agricultura familiar inclui vários sistemas camponeses locais com autonomia em relação ao mercado capitalista e aos financiamentos públicos, ao mesmo tempo em que têm flexibilidade para atender mercados diferenciados e de proximidade (SABOURIN, 2007). O processo de desenvolvimento rural é constituído por novos padrões que se referem à expansão da heterogeneidade de agriculturas, com bases em recursos disponíveis localmente e inseridas em circuitos locais e regionais de distribuição dos produtos (PLOEG, 2011).

Schneider (2010) aponta alguns fatores decisivos que contribuíram para a emergência das discussões atuais sobre o desenvolvimento rural. Um dos fatores é a trajetória das discussões em torno da agricultura

familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira, juntamente com as mobilizações que influenciaram ações políticas. Outro fator é a crescente influência e ação do Estado no meio rural, com enfoque diversificado, apoiando os assentamentos de reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, as políticas de segurança alimentar, o combate às formas precárias de trabalho, a regularização fundiária, as populações tradicionais e as ações de desenvolvimento territorial. Mais um fator refere-se às mudanças no âmbito político e ideológico, que estabeleceram uma disputa entre a agricultura empresarial - destinada a produzir *commodities* para exportação - e as demais formas de produção da agricultura familiar - destinadas à produção para consumo local ou para o mercado interno. Um último fator diz respeito à discussão sobre sustentabilidade ambiental, que trouxe críticas ao modelo agrícola da "Revolução Verde" e levou à incorporação da questão ambiental nos modelos técnico-produtivos, gerando modelos alternativos como a agricultura orgânica. As próximas seções discutem sobre o sistema de produção orgânico como uma alternativa sustentável.

2.3.2 O sistema de agricultura orgânica

De acordo com Porto e Soares (2012), a intenção de aumentar a produtividade agrícola e a oferta de alimentos no mercado internacional esconde impactos negativos à saúde das pessoas e ao meio ambiente devido à contaminação pelo uso de agrotóxicos, levando aos debates atuais sobre a transição para modelos de desenvolvimento mais justos e ambientalmente sustentáveis. Quando se pensa na trajetória de desenvolvimento rural de um país a partir da inserção no comércio internacional, surgem questões relacionadas aos padrões de produção e consumo em escala global. Os defensores do desenvolvimento sustentável alertam para os limites de suporte do meio ambiente com relação à extração de recursos e ao depósito de resíduos decorrentes dos processos produtivos. Uma alternativa para mudar essa trajetória, na direção de um desenvolvimento rural mais sustentável, é a produção orgânica nos sistemas agrícolas, uma vez que esse sistema de produção é capaz de superar os riscos associados à agricultura convencional.

Os cientistas sociais começaram a discutir a agenda ambiental depois dos cientistas naturais, que desde a década de 1930 disseminavam os principais problemas ambientais contemporâneos, tais como: desertificação, preservação florestal, contaminação de ecossistemas, crescimento populacional, extinção de espécies e mudanças climáticas

(DRUMMOND, 2006). A agricultura é a atividade produtiva ligada de maneira mais íntima ao meio ambiente, que por sua vez impõe restrições ecológicas a essa atividade. O surgimento da química agrícola viabilizou um sistema de produção que superou limitações ambientais e foi amplamente difundido durante o século XX, alinhando-se à consolidação do capitalismo. Nesse sistema, a agricultura compreende o meio ambiente apenas como suporte físico para extrair mercadorias e obter lucro imediato (ASSIS; ROMEIRO, 2002). O desenvolvimento dos sistemas de produção agrícola foi orientado para elevados investimentos em pacotes tecnológicos, capazes de maximizar o rendimento dos cultivos, que excluíram os agricultores pobres nesse desenvolvimento (ASSIS, 2006).

No início da década de 1960, a bióloga Rachel Carson chamou atenção da população sobre os efeitos danosos da indústria de agroquímicos ao ambiente natural e aos seres humanos com a publicação do livro "Primavera Silenciosa" (CARSON, 2002). As discussões, provocadas pela denúncia de Rachel Carson, desencadearam um movimento social que contestou a indústria de agroquímicos, que por sua vez levou à proibição do uso do DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano - pesticida sintético) e ao controle de outros agrotóxicos e substâncias tóxicas nos Estados Unidos (DRUMMOND, 2006). Rachel Carson (2002) já apontava para o entendimento dos organismos que se pretende controlar e o entendimento do ambiente ao qual esse organismo pertence, para, em seguida, encontrar soluções biológicas alternativas aos controles químicos.

O sistema agrícola baseado na indústria de agroquímicos provocou o surgimento de problemas ambientais, de concentração de renda, de exclusão social e de disparidades regionais, que motivaram o surgimento de práticas agrícolas alternativas não agressivas ao meio ambiente e que resgatam valores das sociedades camponesas (ASSIS; ROMEIRO, 2002). As diversas vertentes de agricultura alternativa têm os produtos orgânicos como resultado comum, que são provenientes de cultivos com práticas que excluem o emprego de fertilizantes solúveis e pesticidas químicos (SOUZA, 2000). Assim, esse movimento está interessado no equilíbrio entre questões relacionadas à saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica, levando a discussões sobre diferentes formas de agricultura sustentável (GLIESSMAN, 2000).

O início da agricultura orgânica foi caracterizado pela busca de um ideal, refletido em benefícios não pecuniários para os produtores (SOUZA, 2000). O movimento orgânico começou como um movimento alternativo para pequenos produtores em circuitos curtos de distribuição, com seus produtos sendo comercializados muitas vezes em redes

alternativas, baseadas em relações imediatas entre produtor e consumidor, como vendas diretas e feiras locais (WILKINSON, 2008).

Em um momento posterior, o movimento orgânico foi amplamente adotado como um componente de estratégia de segmentação por parte da agricultura empresarial, desprendendo-se de suas raízes na pequena produção (WILKINSON, 2008). Entretanto, os agricultores que praticam a agricultura orgânica em estratos com maior nível de capitalização não se afastam fundamentalmente das práticas convencionais de produção, praticando a mera substituição de insumos convencionais por orgânicos (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

A busca por lucro com produtos orgânicos constituiu a agricultura empresarial orgânica, que é impulsionada por oportunidades de crescimento de mercado, e por consumidores dispostos a pagar preços elevados por novas dimensões de qualidade dos produtos (SOUZA, 2000), sendo assim, motivados pelos benefícios à saúde (BYÉ; SCHMIDT; SCHMIDT, 2002). A empresa é a instituição central na evolução da globalização, assim como as multinacionais são os atores principais da globalização contemporânea, cuja sobrevivência e expansão dependem da obtenção e acumulação de lucro (ZAOUAL, 2006). Os atores privados assumiram a governança em escala global, determinando o acesso e as regras de participação nos mercados (WILKINSON, 2008).

A produção orgânica segue uma tendência de expansão (MADAIL; BELARMINO; BINI, 2011). O número crescente de produtores orgânicos no Brasil é composto por uma maioria de pequenos produtores familiares - ligados a associações e grupos de movimentos sociais que comercializam no mercado interno - e por uma minoria de grandes produtores empresariais, que comercializam no mercado internacional (TERRAZZAN; VALARINI, 2009). Os principais mercados importadores de produtos orgânicos são os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão, cujas normas para a importação exigem a aprovação das agências certificadoras desses produtos, que acontece por meio de acordos bilaterais entre os países exportadores e importadores, ou por meio da aceitação direta da agência certificadora pelo país importador (HUBER; SCHMID; NAPO-BITANTEM, 2013).

A Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM) estabeleceu os padrões básicos da agricultura orgânica em 1980, e os mesmos passaram por vários melhoramentos ao longo do tempo e têm servido para a maioria dos padrões orgânicos adotados ao redor do mundo atualmente (GOULD, 2013). Após alguns anos avaliando o desempenho das agências certificadoras de produtos orgânicos, a IFOAM começou a credenciar aquelas que se mostravam

competentes para verificar se os padrões básicos da agricultura orgânica eram respeitados pelos produtores, estabelecendo uma base de equivalência e reconhecimento das certificações de diferentes agências certificadoras (GOULD, 2013).

No Brasil, a produção orgânica para exportação é estimulada por meio de forças institucionais governamentais e de organizações da sociedade civil sob o projeto "Organics Brasil", que é um projeto gerenciado pelo Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD) em uma iniciativa conjunta com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), contando com o apoio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). Tal iniciativa é constituída pela participação de empresas com processos certificados por auditoria, facilitando a participação destas em feiras internacionais. A certificação por auditoria dos produtos orgânicos é de grande importância para limitar ações oportunistas no mercado e para o consumidor, uma vez que ele é incapaz de avaliar sozinho a qualidade do produto orgânico antes, durante ou após seu consumo (SOUZA, 2000).

De maneira distinta dos produtos orgânicos de exportação, aproximadamente 94% dos estabelecimentos e 90% da área de produção orgânica no país não é certificada e está ligada à agricultura familiar (IPD, 2010). Os pequenos produtores não se beneficiam do movimento de certificação por auditoria e resistem à adoção dessa prática (WILKINSON, 2008). Uma alternativa à certificação por auditoria, que foi institucionalizada nos últimos anos, é a certificação participativa. Esse tipo de certificação estabelece um controle social entre os agricultores sobre o cumprimento das normas da produção agroecológica, que são definidas pelos mesmos em uma construção coletiva (SERVA; ANDION, 2004). A certificação participativa gera credibilidade dentro de um processo descentralizado, que assegura a qualidade dos produtos por meio da participação e compromisso entre agricultores, técnicos e consumidores (ROVER, 2011).

Um exemplo de resistência à certificação auditada por terceiros, para o reconhecimento da agricultura orgânica, é a atuação da Rede Ecovida de Agroecologia, utilizando a certificação participativa (ROVER, 2011). A certificação por terceiros é excludente e dificulta o processo de expansão da agricultura familiar, fazendo os produtores da Rede Ecovida priorizarem as vendas diretas em mercados de proximidade para proporcionar a identificação direta pelos consumidores como forma de reconhecimento (BYÉ; SCHMIDT; SCHMIDT, 2002). A experiência da certificação participativa na Rede Ecovida reflete a atuação dos agricultores familiares em busca de autonomia social, por meio da ação

política democrática no processo de institucionalização do movimento da agroecologia (SERVA; ANDION, 2004). Além das contribuições para a autonomia social dos agricultores familiares, Serva e Andion (2004) também apontam algumas dificuldades na certificação participativa da Rede Ecovida como: escassez de capacidade técnica-administrativa e de valores compartilhados entre os membros dos grupos, o rigor na transparência de todo o processo e o estabelecimento de parceria com os consumidores.

2.3.3 Controvérsias na agricultura orgânica

Embora tenha construído uma trajetória, desde a década de 1980, buscando guiar as certificações por auditoria com base nos padrões básicos da agricultura orgânica, a IFOAM começou, em 2004, a discutir sobre os Sistemas Participativos de Garantias (CASTRO, 2013). A IFOAM definiu os sistemas participativos como instrumentos com foco local e baseados na participação de atores interessados por meio de confiança, redes sociais e troca de conhecimentos. Os principais países em número de produtores envolvidos e certificados por sistemas participativos são as Filipinas, a Índia e o Brasil (CASTRO, 2013).

O Brasil desenvolveu políticas específicas para a agricultura orgânica, contando com o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg) para o credenciamento de agências de certificação orgânica por auditoria e Sistemas Participativos de Garantias (FLORES, 2013). Se, por um lado, os produtos orgânicos aprovados por alguma agência de auditoria ou sistema participativo credenciado podem usar o selo nacional SisOrg na sua comercialização, por outro lado a legislação brasileira reconhece a importância de sistemas de vendas diretas. Os produtores que não são certificados podem comercializar seus produtos por meio de um registro no Ministério da Agricultura, declarando-se membro de alguma organização de controle social para possibilitar a rastreabilidade do produto (FLORES, 2013). A legislação brasileira também reconhece a importância dos mercados locais, permitindo a existência de centenas de feiras de produtos orgânicos em todo o país como canais de comercialização (FLORES, 2013).

De acordo com Sabourin (2011), as empresas, a agricultura empresarial e o mercado capitalista praticam uma lógica de troca mercantilista na circulação dos produtos com o domínio do interesse privado, ao passo que as comunidades rurais formadas em torno da agricultura familiar praticam uma lógica de reciprocidade na circulação da sua produção, com o domínio de valores afetivos e éticos. Contudo,

existem contradições e tensões nessas duas lógicas que levam uma parte das organizações cooperativas e associações de produtores da agricultura familiar à situação de dependência do mercado e a se basear predominantemente na lógica de troca mercantil (SABOURIN, 2011), enquanto que outras comunidades rurais, como as comunidades quilombolas, mantêm a produção para subsistência e a independência do mercado. Com uma orientação para o mercado, os produtores agrícolas se tornam dependentes dos produtores de sementes, fertilizantes, agrotóxicos e maquinaria (GLIESSMAN, 2000). Os cultivadores equipados com máquinas modernas, muitas terras e adubos em abundância conseguem obter rendimentos superiores aos obtidos pelos camponeses mais pobres, que trabalham com tecnologias primitivas e pouca terra (SACHS, 2007).

Quando se trata da agricultura empresarial, os supermercados assumiram papéis dominantes como canais para a comercialização de produtos sustentáveis, com a expansão do mercado internacional na década de 1990 (OOSTERVEER; GUIVANT; SPAARGAREN, 2010). A transnacionalização do setor varejista, representado pelos supermercados, é um fator responsável pelas mudanças na dinâmica do sistema agrícola nas últimas décadas devido à construção de circuitos globais de varejo e à definição e implementação de padrões e processos, que por sua vez, limitam as possibilidades dos pequenos produtores e criam oportunidades para a agricultura empresarial se inserir nesse contexto (WILKINSON, 2008). O processo de expansão das grandes cadeias supermercadistas enfraqueceu os principais canais de comercialização da produção da agricultura familiar, que são o pequeno varejo tradicional e as feiras livres. O pequeno varejo se organizou em redes de cooperação em resposta a esse processo e se tornou mais exigente quanto à qualidade e condições de abastecimento, por sua vez, limitando a inserção dos pequenos produtores (DE SOUZA; DE SOUZA, 2011).

Um tema caro às práticas de comércio internacional de produtos orgânicos é o movimento denominado comércio justo. O movimento do comércio justo é baseado em circuitos longos de comercialização, visando redistribuir valor para os pequenos produtores rurais, na origem da cadeia produtiva, que normalmente são desfavorecidos nas relações com as indústrias e com as redes de varejo (WILKINSON, 2008). Contudo, a experiência brasileira mostra que os pequenos produtores agrícolas não conseguem competir no mercado mundial por meio do comércio justo, pois eles não podem garantir os volumes requeridos pelos operadores comerciais globalizados (SABOURIN, 2011). Essa situação é agravada pela entrada das indústrias agrícolas transnacionais e das grandes redes

de varejo no movimento do comércio justo, sendo percebido como um nicho de mercado por esses atores, que passam a dominar os processos produtivos da matéria prima à distribuição, e descaracterizam o ideal de parceria com os pequenos produtores na origem da cadeia produtiva (ASTI, 2007).

O desenvolvimento baseado na globalização gerou consequências como dívidas no plano econômico, pobreza no plano social, erosão da diversidade no plano cultural e destruição do meio ambiente no plano ecológico, que se contrapõem às consequências do desenvolvimento baseado nas tradições locais (ZAOUAL, 2006). A produção e distribuição global de produtos agrícolas fortalecem as condições de desigualdade e ameaçam os agroecossistemas tradicionais sustentáveis (GLIESSMAN, 2000).

A realidade do comércio internacional leva as políticas econômicas a priorizarem metas de curto prazo, ao invés do planejamento em longo prazo, requerido pelo manejo agroecológico dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável (GLIESSMAN, 2000). As políticas públicas de desenvolvimento reforçam o modelo de desenvolvimento econômico baseado na lógica da troca capitalista na circulação de produtos (SABOURIN, 2011). De acordo com Sachs (2001), o apoio governamental exclusivo à agricultura empresarial é rompido por meio do Pronaf, que sinaliza a preocupação com a agricultura familiar como um caminho de desenvolvimento rural.

O governo federal estabeleceu um financiamento específico para agricultura orgânica em 1999, mas o mesmo é destinado à produção orgânica certificada, estando dessa forma direcionado majoritariamente à agricultura empresarial orgânica. Entretanto, recentemente, o governo federal instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que tem o objetivo de “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população” (BRASIL, 2012, p.4). De acordo com Flores (2013), a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, além de ter sido construída com uma ampla participação de organizações, da sociedade civil e dos setores público e privado, destaca a importância da segurança e soberania alimentar para um sistema sustentável, bem como o valor da biodiversidade, a participação da juventude rural e a redução das desigualdades de gênero.

Assim, essa discussão apresenta uma mesma cena com dois personagens que dividem o mesmo palco. A cena é a dinâmica de produção e comercialização da agricultura orgânica. De um lado, se

encontram a agricultura empresarial, as certificadoras, as redes varejistas inseridas no comércio internacional, que se beneficiam dos processos de mercado impulsionados pela globalização. De outro lado, se encontram as organizações de agricultura familiar que difundem os princípios da agroecologia e praticam formas de economia solidária. À predominância e ao crescimento do primeiro grupo se contrapõe a persistência e também o crescimento do segundo, além da articulação deste com outras abordagens que ganham espaço como a criação de DOCs (denominações de origem controlada), a geração de novos canais territorializados, os circuitos curtos de comercialização, entre outras.

O intuito dessa discussão é justificar a agricultura familiar como o âmbito de um sistema produtivo orgânico, que pode abordar a agroecologia de maneira mais ampla, dessa forma, aumentando o contraste na comparação dessa prática com um sistema produtivo convencional e suas implicações para o desenvolvimento regional, que é interesse do presente estudo. Não é intenção dessa discussão reforçar críticas à adoção do sistema orgânico na agricultura empresarial, mas sim reconhecer que esse sistema produtivo é implementado diferentemente na agricultura familiar e com impactos distintos. Ainda cabe ressaltar a importância da adoção de sistemas de produção orgânica na agricultura empresarial, mesmo que seja pela mera substituição de insumos, como uma fase de transição para a adoção de mais práticas coerentes com um desenvolvimento sustentável.

De acordo com Sachs (2001), a agricultura familiar responde aos critérios sociais e ambientais na ocupação de territórios, pois, além de produzir alimentos, os agricultores familiares são geradores de auto-emprego e renda, bem como desempenham a função de protetores da paisagem natural e conservadores da biodiversidade. Assim, a agricultura familiar pode ser um elemento importante no desenvolvimento integrado e sustentável dos municípios (SACHS, 2001).

Um exemplo de organização da agricultura familiar que busca o desenvolvimento integrado e sustentável em escala local é a "Rede Ecovida de Agroecologia", que utiliza a comercialização solidária para a circulação de seus produtos e assume a resistência aos "mecanismos de comercialização que afastam quem produz de quem consome e que geram um distanciamento e alienação a respeito das dinâmicas produtivas" (ROVER, 2011, p. 62). Na busca de autorregulação dos agroecossistemas para a sustentabilidade, a agroecologia também enfatiza as questões socioeconômicas além das questões ecológicas (ASSIS, 2006).

O movimento agroecológico se identifica com práticas camponesas em resposta à entrada de orgânicos nos circuitos

convencionais (WILKINSON, 2008). A agroecologia é uma ciência que busca o entendimento do funcionamento dos agroecossistemas, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas, e além disso, ainda dá suporte teórico para as diversas correntes de agricultura alternativa (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Considerando o espaço em que ocorre, uma escala de produção relativamente pequena favorece a aplicação dos princípios agroecológicos, que por sua vez encoraja a produção para o consumo local em vez de destinar à exportação (GLIESSMAN, 2000). Os sistemas de produção agrícola com base na organização familiar são uma realidade mais adequada para a agroecologia do que os de base patronal, pois estes teriam dificuldade no que se refere à diversificação do agroecossistema (ASSIS, 2006). Nesse sentido, os dados mais recentes mostram que 83% dos estabelecimentos de produção orgânica no país são sistemas de agricultura familiar (IPD, 2010).

A agroecologia e a agricultura orgânica não são sinônimas, pois a primeira é uma ciência, enquanto que a segunda se caracteriza como uma prática agrícola que pode respeitar os limites teóricos da agroecologia, em maior ou menor grau, dependendo de como ela ocorre (ASSIS; ROMEIRO, 2002). A agroecologia surgiu como uma forma alternativa de desenvolvimento ao paradigma técnico-produtivo difundido pela agricultura convencional, e contempla ideais ambientais, de diversidade social e uso de sistemas agrícolas mais próximos dos modos de produção camponês e indígena, com canais de comercialização alternativos à globalização (ALMEIDA, 2002).

2.4 A COTONICULTURA BRASILEIRA

O Brasil já foi um tradicional produtor de algodão na região nordeste por meio da agricultura familiar, que se desestruturou pela falta de apoio governamental e devido à praga do bicudo, levando o Brasil a assumir o papel de importador desse tipo de fibra até o ano de 2001, quando o papel de grande exportador de algodão foi retomado (RANGEL; SILVA; COSTA, 2010).

A exportação de algodão nacional foi restringida até meados dos anos 1970 pela Carteira de Comércio Exterior (Cacex), que estabelecia o regime de cota e fazia o controle da oferta de forma que apenas o excedente do consumo nacional de algodão poderia ser exportado (CRUZ; MAIA, 2008). Até a segunda metade da década de 1980, as restrições do governo para exportações de algodão, as infestações de pragas nas regiões de cultivo e a perda da competitividade em relação ao

algodão importado causaram um expressivo declínio da produção de algodão no Brasil até o ano de 1997, enquanto que as importações cresceram nesse período (ALVES; BARROS; BACCHI, 2008; FERREIRA-FILHO; ALVES; VILLAR, 2009). Durante a década de 1990, de acordo com Cruz e Maia (2008), a redução da produção e da exportação de algodão nacional foi um efeito da intensificação da abertura da economia nacional para o comércio internacional, reduzindo as alíquotas de importação, que, por sua vez, estimulavam-na ao invés da produção nacional para atender às demandas das indústrias.

Em resposta ao declínio da cultura de algodão, no Brasil na década de 1990, os produtores receberam incentivos da Embrapa e do Centro Nacional de Pesquisa do Algodão (CNPQ), que intensificaram a pesquisa agropecuária da cultura (CRUZ; MAIA, 2008). Além disso, Cruz e Maia (2008) ressaltam o aumento de intervenção governamental na comercialização do algodão por meio de instrumentos como o PEP (Planejamento Estratégico Participativo), Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária) e Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para incentivar o crescimento da produção e das exportações, assim como a redução das importações.

Ao final da década de 1990, a cotonicultura foi direcionada para as áreas do cerrado por meio de grandes investimentos no cultivo de algodão como uma cultura de rotatividade pelos produtores de soja, possibilitando a recuperação da produção nacional e diminuindo a necessidade de importações (CRUZ; MAIA, 2008). A redução das importações e retomada das exportações de algodão brasileiro foi favorecida pelo aumento da produção (FERREIRA-FILHO; ALVES; VILLAR, 2009). Nesse período, a cotonicultura nacional começou a mostrar sinais de recuperação e melhor competitividade (ALVES; BARROS; BACCHI, 2008).

Segundo Rangel, Silva e Costa (2010), os sistemas produtivos de algodão no Brasil impulsionam a indústria têxtil nacional, que, atualmente, apresenta padrões internacionais de competitividade em produtos derivados dessa matéria prima. As fibras naturais de algodão são a matéria prima mais utilizada na indústria têxtil brasileira, cujo mercado é caracterizado pela concorrência entre milhares de firmas, que buscam reduções nos custos de produção para ser mais competitivas (RANGEL; SILVA; COSTA, 2010). Nesse sentido, Ferreira-Filho, Alves e Villar (2009) apontam para a necessidade de investir em novas tecnologias para reduzir custos na produção de algodão e melhorar os resultados da atividade.

A produção de algodão nacional já alcança os maiores níveis de produtividade do mundo, sendo o controle e a redução dos custos um meio de manter a competitividade e a renda para os produtores brasileiros (FERREIRA-FILHO; ALVES; VILLAR, 2009). Nesse sentido, merece destaque a proporção dos gastos com defensivos químicos nos custos totais da cotonicultura nacional, que representa aproximadamente 37% de acordo com Ferreira-Filho, Alves e Villar (2009). O elevado uso de insumos, além do investimento em máquinas em busca de melhores níveis de produtividade e qualidade de fibra, aumenta o custo e o risco da produção de algodão convencional no Brasil (ALVES *et al.*, 2012). Segundo Alves *et al.* (2012), essa forma de produção usa grande quantidade de insumos para controlar os agentes bióticos nocivos à produtividade e para conseguir uma melhor fertilidade do solo. Esses autores ainda consideram que a produção de algodão convencional é um sistema produtivo de alto custo devido aos gastos associados ao preparo adequado do solo, uma grande população de plantas por hectare, altos níveis de adubação e um manejo fitossanitário custoso.

A cotonicultura no cerrado se desenvolveu com a utilização intensiva de mecanização, de novas técnicas relacionadas à agricultura convencional e a regularidade climática, que, por sua vez, levaram à expansão da produtividade nessa região, diferentemente da tradicional cultura de algodão no nordeste que entrou em crise devido à infestação do bicudo e das variações climáticas (CRUZ; MAIA, 2008). O aumento da produtividade, no final da década de 1990, foi protagonizado por um novo paradigma produtivo da cotonicultura nacional no Centro-Oeste do País, praticada em grandes extensões, intensiva em capital e moderna tecnologicamente em substituição do padrão produtivo tradicional intensivo em mão-de-obra e tecnologicamente atrasado (FERREIRA-FILHO; ALVES; VILLAR, 2009). Assim, a região centro-oeste constituiu grandes áreas de produção de algodão associadas ao uso de tecnologias modernas e grandes investimentos (RANGEL; SILVA; COSTA, 2010).

Em 2013, a ABRAPA divulgou um mapeamento da cadeia produtiva do algodão brasileiro, detalhando as operações realizadas dentro dos estabelecimentos empresariais produtores, as relações com atores antes e depois da produção do algodão, bem como as relações com organizações facilitadoras da atividade. A ABRAPA buscou o estabelecimento de uma organização vertical dos agentes que compõem a cadeia produtiva para compreender o sistema agroindustrial como um todo e definir ações estratégicas, adotando o método desenvolvido por Neves (2008). De acordo com a ABRAPA (2013), a cadeia produtiva do

algodão brasileiro, considerando todas as suas relações, movimentou mais de 30 bilhões de dólares na safra 2012/2013.

As operações realizadas antes da produção movimentaram aproximadamente 2 bilhões de dólares na safra 2012/2013 por meio de relações com uma série de organizações fornecedoras de: sementes, fertilizantes, defensivos, corretivos, colhedoras, tratores, peças de reposição, implementos, equipamentos de irrigação, caminhões, carrocerias, combustível e equipamentos de proteção individual. Destaca-se que as relações com os fornecedores de defensivos agrícolas correspondem a movimentação de aproximadamente metade da quantia movimentada nesse elo da cadeia produtiva.

Dentro dos estabelecimentos produtivos, a produção e o beneficiamento do algodão resultou no faturamento de aproximadamente 4 bilhões de dólares na safra 2012/2013. O produto desses estabelecimentos é destinado tanto para exportações, quanto para abastecer demandas internas das indústrias têxteis, que são localizadas principalmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Ceará e Rio de Janeiro.

Por sua vez, as operações realizadas depois da produção movimentaram mais de 24 bilhões de dólares na safra 2012/2013. Essas operações compreendem as indústrias que processam e fabricam produtos derivados do algodão, principalmente as indústrias têxteis de fiação, tecelagem e malharia. Mas, as operações realizadas depois da produção também compreendem o abastecimento de estabelecimentos pecuários, que utilizam os resíduos do algodão na composição de ração animal, e indústrias esmagadoras e de biodiesel, que utilizam o caroço de algodão para produção de óleo.

Além das operações realizadas antes, durante e depois da produção do algodão, a cadeia produtiva também abrange um conjunto de atividades realizadas por organizações facilitadoras. As principais organizações facilitadoras da cotonicultura realizam a classificação do algodão, a manutenção de algodozeiras e a corretagem da pluma, que movimentaram aproximadamente 50 milhões de dólares na safra 2012/2013. De acordo com a ABRAPA (2013), a cadeia produtiva do algodão brasileira emprega diretamente 519 mil trabalhadores, desde o cultivo da pluma até a produção de tecidos e malhas. Esse contingente de trabalhadores é responsável pela geração de um montante salarial anual de 7,9 bilhões de reais.

A produção de algodão nacional se reestruturou no cerrado, onde constituiu uma “cotonicultura empresarial”, que fez investimentos em pesquisa e tecnologia para a necessária competitividade internacional,

aumentando a produtividade direcionada às exportações (ALVES; BARROS; BACCHI, 2008). De acordo com Alves, Barros e Bacchi (2008), os avanços tecnológicos e gerenciais promoveram o desenvolvimento da produção de algodão brasileiro, superando um período de baixa produção interna e resultando no aumento de eficiência e produtividade na direção de se estabelecer como um importante produtor e exportador mundial.

2.4.1 O mercado internacional contemporâneo de algodão

A maior parte da produção e do consumo mundial de algodão está concentrada nos Estados Unidos e na China, sendo os Estados Unidos os maiores exportadores, enquanto que a China é o maior importador e produtor de algodão (RANGEL; SILVA; COSTA, 2010). Atualmente, os Estados Unidos utilizam sementes geneticamente modificadas na produção de algodão, além de subsidiar o plantio e a exportação, interferindo nos custos de produção, na oferta, nos preços e na rentabilidade do produtor (FERREIRA-FILHO; ALVES; VILLAR, 2009). Segundo Ferreira-Filho, Alves e Villar (2009), o desempenho econômico positivo da cotonicultura norte-americana depende de subsídios governamentais para produção e comercialização, levando a um impacto negativo sobre os preços dos demais países. Nos últimos anos, a China se tornou um grande importador de algodão em razão de sua política de estocagem (ABRAPA, 2013). De acordo com a Associação Brasileira de Produtores de Algodão (ABRAPA, 2013), as exportações brasileiras mais que dobraram no período 2011/2012 por causa da demanda chinesa, mas recuaram em 2013 por causa de uma redução em sua demanda.

Além da China, a Coréia do Sul e a Indonésia também têm sido importantes destinos para a exportação de algodão brasileiro (ABRAPA, 2013). O Brasil retomou a condição de exportador em 2004 devido à expansão da cultura nas áreas do cerrado, e se estabeleceu como um dos principais exportadores mundiais desde 2008 (ABRAPA, 2013). De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2014), as cidades de Rondonópolis (MT) e Luís Eduardo Magalhães (BA) são as que têm os maiores rendimentos com a exportação de algodão desde 2009, apesar do declínio geral no ano de 2013, provavelmente devido à diminuição da demanda chinesa. As cidades de Barreiras (BA) e Sapezal (MT) também acumularam rendimentos importantes com a exportação de algodão desde 2009. Em 2010, as cidades de Santo Antônio do Leste (MT) e Maracanaú (CE)

também obtiveram rendimentos importantes com a exportação de algodão e mantiveram essa atividade.

O desempenho das exportações de algodão no período 2011/2012 está relacionado à demanda chinesa. No ano de 2011, as cidades de Poxoréo (MT) e Brasnorte (MT), municípios limítrofes de Rondonópolis e Sapezal, respectivamente, se destacaram iniciando exportações que lhes trouxeram rendimentos importantes. Em 2012, Pinhais (PR), Alto Araguaia (MT) e Bom Jesus de Goiás (GO) começaram a exportar algodão e obtiveram rendimentos significativamente maiores devido à oportunidade de atender a demanda chinesa, que aumentou suas importações para 5,34 milhões de toneladas de algodão, representando um aumento de 105% em relação à demanda do período anterior (ABRAPA, 2013). Porém, os dados da ABRAPA (2013) mostram que o desempenho do ano 2013 está associado ao declínio nas compras chinesas, cujo volume recuou 21% em relação à demanda de 2012, e implicou no declínio das exportações brasileiras, que teve uma queda de 10% em relação ao volume exportado no período anterior, resultando na exportação de 940 mil toneladas de algodão. Apesar dessa situação, algumas cidades começaram a exportar algodão em 2013, com destaque para os municípios piauienses de Uruçuí, Bom Jesus e Baixa Grande do Ribeiro, além do município de Juazeiro na Bahia.

A cotonicultura convencional é promovida por um quadro institucional constituído pela agricultura empresarial e suas relações com fornecedores de insumos e máquinas, centros de pesquisa e desenvolvimento, programas de incentivos governamentais, instituições financeiras, associação de produtores e clientes da indústria têxtil no território nacional e no exterior. Essas relações buscam, predominantemente, o investimento e a alocação eficiente de recursos para apoiar uma lógica o crescimento econômico.

2.4.2 A cotonicultura orgânica

No cultivo de algodão convencional, a quantidade de agrotóxicos utilizada em 2012 foi de aproximadamente 24 litros por hectare cultivado, representando o dobro da quantidade utilizada por área no cultivo de soja (PIGNATI; OLIVEIRA; SILVA, 2014). Essa atividade causa impactos negativos na forma de desgastes de solos e interferência na saúde humana, enquanto que a produção de algodão orgânico causa impactos positivos para o meio ambiente e para a qualidade de vida dos produtores (BERLIM, 2009). Em comparação com o cultivo convencional, o cultivo de algodão orgânico permite a fixação do homem na zona rural por lhe

proporcionar melhorias socioeconômicas e permitir que as condições dos solos sejam mais apropriadas para o cultivo, por meio de práticas agrícolas que buscam o equilíbrio dos agroecossistemas (BELTRÃO *et al.*, 2010). A proposta de algodão orgânico recomenda a fertilização orgânica, a conservação e a recuperação dos solos e da biodiversidade local em contraposição às práticas tradicionais como as queimadas (JALFIM *et al.*, 2013).

O algodão orgânico é cultivado promovendo a atividade biológica por meio da utilização de adubos orgânicos, como esterco ou outros produtos naturais encontrados localmente, e da introdução de predadores naturais das pragas para manter o equilíbrio dos ciclos naturais (BERLIM, 2009). A melhoria e a manutenção da qualidade do solo podem ser obtidas com a adubação orgânica baseada em: estercos, cinzas vegetais, mucilagem de sisal, fibra de coco, bagaço de cana ou torta de mamona, que, por sua vez, pode elevar a produção de algodão (BELTRÃO *et al.*, 2010). O controle ecológico da praga do bicudo e a produtividade média alcançada são indicadores de um domínio considerável das práticas de plantio e manejo agroecológico por parte dos agricultores familiares ainda nos primeiros anos (JALFIM *et al.*, 2013). A diferença entre o algodão orgânico e o convencional é a forma de cultivo, pois, de acordo com Berlim (2009), não existem diferenças nas suas aparências já que muitos artigos de algodão orgânico passam por processos tradicionais de acabamento na indústria têxtil.

Após o advento da “Revolução Verde”, as primeiras produções de algodão orgânico surgiram em 1989 devido aos problemas de saúde, ocasionados nos agricultores em decorrência do uso de agrotóxicos na Turquia e nos Estados Unidos, sendo estes os maiores produtores de algodão orgânico destinado ao consumo interno, enquanto que os países da União Europeia não são produtores e apoiam a cotonicultura nos países em desenvolvimento (BERLIM, 2009). O mercado de algodão orgânico se desenvolveu recentemente e, por ainda ser um produto escasso, os produtores têm conseguido rendimentos maiores do que conseguiriam com o algodão convencional (BELTRÃO *et al.*, 2010). Segundo Beltrão *et al.* (2010), as expectativas são de que o mercado de algodão orgânico cresça intensamente nos próximos anos até os produtores conseguirem resultados, em termos de rendimentos e custos, semelhantes aos obtidos com o algodão convencional. Nos últimos anos, as empresas têm investido em tecnologias para usar algodão orgânico, levando ao crescimento da produção e do uso desse tipo de algodão, que ainda representa uma pequena parcela da produção global de algodão (BOSSLE *et al.*, 2012).

2.4.3 Pioneirismo na cotonicultura orgânica brasileira

Em meio ao crescente mercado de produtos orgânicos, a produção de algodão orgânico surgiu no Brasil na década de 1990 por uma iniciativa da ONG Esplar, que buscava uma solução de base ecológica para enfrentar a praga do bicudo na cotonicultura, introduzindo práticas de conservação dos solos, o uso da cultivar CNPA 4M (algodão com maior produtividade) e a incorporação da leucena aos consórcios tradicionais de algodão com milho e feijão (BELTRÃO *et al.*, 2010). A ONG Esplar, juntamente com a Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural (Adec) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Tauá no Ceará, desenvolveu uma proposta agroecológica em 1993 com a intenção de retomar a cotonicultura que prosperou no semiárido nordestino até a década de 1980, quando a praga do bicudo atacou as plantações (JALFIM *et al.*, 2013). Desde então, a produção de algodão orgânico cultivado na cidade de Tauá pela Adec tem beneficiado 320 famílias (BOSSLE *et al.*, 2012). Beltrão *et al.* (2010) afirma que os produtores de vários municípios foram estimulados a retomar a cotonicultura, utilizando bases ecológicas, devido aos resultados obtidos na iniciativa do Esplar, em termos de recuperação e manutenção dos solos, do estado nutricional das plantas e do aumento dos rendimentos médios. Os municípios de Canindé, Quixadá e Tauá concentram o maior número de produtores de algodão orgânico associados à Adec (FARIA; PEREIRA, 2012).

A produção de algodão da Adec começou a ser comercializada para duas cadeias produtivas de comércio justo em 2003, sendo uma empresa francesa chamada "Tênis" e uma rede de cooperativas brasileiras chamada "Justa Trama", que se tornaram os principais compradores de algodão orgânico produzido no Ceará (BOSSLE *et al.*, 2012). A participação nas cadeias de comércio justo promove o desenvolvimento de consciência ecológica, educação ambiental e técnicas sustentáveis de produção pelos produtores de algodão orgânico (FARIA; PEREIRA, 2012). O modelo de comércio justo prevê o pagamento de um prêmio aos produtores no fim da colheita, que, de acordo com Bossle *et al.* (2012), tem sido utilizado pela Adec para promover benefícios coletivos aos agricultores, incluindo o custeio das certificações necessárias. Bossle *et al.* (2012) também ressalta que o modelo de comércio justo em que a Adec se inseriu inclui a fixação de contratos de compra antecipada, permitindo aos produtores saber o valor que será recebido nos próximos anos, antes mesmo de iniciar o cultivo. O valor do algodão orgânico recebido pelos

produtores que fazem parte das cadeias de comércio justo representa o dobro do valor oferecido no mercado comum, sendo a produção de algodão orgânico a principal atividade no rendimento destes produtores (FARIA; PEREIRA, 2012). Contudo, de acordo com Faria e Pereira (2012), os produtores têm pouco conhecimento sobre a sua contribuição e seu papel para o processo de produção das cadeias de comércio justo das quais fazem parte.

Quanto à organização dos produtores e ao uso de técnicas agrônômicas, a Adec tem recebido auxílio da ONG Esplar, como na introdução do óleo da árvore de Neem para proteger as colheitas contra os insetos e na implantação da policultura, integrando a produção de milho, gergelim e feijão para manter o equilíbrio das terras cultivadas (BOSSLE *et al.*, 2012). Além do suporte técnico da ONG Esplar, a Adec também tem recebido suporte técnico do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE) mais recentemente (FARIA; PEREIRA, 2012). Segundo Faria e Pereira (2012), a Adec construiu uma relação de confiança com os agricultores com base na satisfação destes em relação ao cumprimento dos prazos de pagamento, melhorias alcançadas na qualidade de vida, assistências técnicas recebidas e garantias de comercialização.

Em 2008, a Esplar e a Embrapa Algodão estabeleceram uma parceria com o Projeto Dom Helder Camara (PDHC) para abordar o algodão com base agroecológica nos territórios de suas ações, agregando uma participação crescente que somou aproximadamente mil famílias de agricultores em 2013 (JALFIM *et al.*, 2013). O PDHC é uma organização do governo federal, que, de acordo com Jalfim *et al.* (2013), tem utilizado a agroecologia como base para ações de desenvolvimento rural sustentável na região semiárida do nordeste brasileiro com o objetivo de criar referências de políticas públicas para erradicação da pobreza. A região semiárida nordestina apresenta solo e clima adequados ao cultivo de algodão orgânico, além da tradição com a cotonicultura e a presença de estrutura de beneficiamento do algodão, que tornam essa região um ambiente propício para a cotonicultura orgânica (BELTRÃO *et al.*, 2010). Com esse intuito, o PDHC implementa uma metodologia para facilitar a organização dos agricultores familiares em nível local, incluindo a formação de grupos de interesses nas culturas economicamente estratégicas, como o algodão em alguns casos, para tratar dos problemas e oportunidades comuns de maneira articulada (JALFIM *et al.*, 2013). Beltrão *et al.* (2010) afirma que a cotonicultura orgânica no semiárido nordestino tem despertado interesse dos agricultores com surgimento de cultivares de algodão mais produtivas e coloridas, além do surgimento de

novos mercados consumidores que buscam um posicionamento ecologicamente sustentável.

A certificação por auditoria para o algodão orgânico, bem como para as culturas utilizadas em rotação na mesma área, é emitida pela Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD), seguindo as mesmas exigências para a certificação de produtos alimentares orgânicos (BERLIM, 2009). De acordo com Berlim (2009), alguns empreendimentos baseados na produção de algodão orgânico no Brasil já foram certificados pelo IBD como a CoopNatural, a Coexis e a YD Confecções. Porém, a exigência de um selo de certificação por parte das empresas compradoras se tornou um desafio para os agricultores familiares no âmbito do PDHC, que implementaram um Sistema de Controle Interno, a partir de 2010, para facilitar a coleta e verificação de dados necessários na certificação por auditoria realizada pelo IBD (JALFIM *et al.*, 2013).

Em outros projetos baseados na produção de algodão orgânico, os agricultores utilizam uma certificação participativa, em vez da certificação por auditoria externa, a exemplo do projeto realizado pela ONG Esplar e a Adec com o incentivo da rede Justa Trama e de empresas francesas em um contexto de mercado justo (BERLIM, 2009). De acordo com Jalfim *et al.* (2013), o PDHC buscou o credenciamento de um Sistema Participativo de Garantias junto ao MAPA em 2013 para instituir Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade (OPAC) com a intenção de obter maior autonomia aos agricultores e menores custos de certificação. Os OPACs permitem que as inspeções das áreas de culturas para certificação sejam realizadas por uma comissão de agricultores da própria região (EMBRAPA, 2014). Cinco associações que fazem parte do PDHC, envolvendo cerca de três mil agricultores no semiárido nordestino, estavam credenciadas pelo MAPA como novos OPACs no início de 2014: duas no Ceará, duas em Pernambuco e uma no Piauí. Ainda existem outras sete OPACs, sendo uma no sul, duas no sudeste e duas no centro-oeste (EMBRAPA, 2014).

A cotonicultura orgânica, sobretudo a praticada na agricultura familiar, é promovida por um quadro institucional constituído pelas associações de agricultores agroecológicos e suas relações com ONGs que dão suporte organizacional e técnico, organizações governamentais que realizam pesquisas de base agroecológica e desenvolvem projetos voltados para a agricultura familiar, associações de certificação e empresas inseridas em cadeias produtivas de comércio solidário ou comércio justo. Essas relações buscam melhorias na qualidade de vida da população, a preservação do meio ambiente e a alocação eficiente de

recursos para o crescimento econômico de maneira equilibrada. É importante ressaltar que surgem restrições na dimensão social do desenvolvimento quando a agricultura orgânica é adotada pela agricultura empresarial, conforme a discussão apresentada sobre as controvérsias neste sistema produtivo. A seguir, é apresentado o capítulo que aborda o percurso metodológico que foi adotado neste estudo.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta o percurso metodológico adotado neste estudo. Inicialmente, expõe-se o delineamento da pesquisa, realizando o enquadramento metodológico do estudo. Em seguida são apresentados os métodos utilizados na coleta e na análise dos dados.

Esta tese dá continuidade nas discussões teóricas anteriores realizados pelo pesquisador, na dissertação de mestrado em administração, sobre a caracterização de redes sociais e suas relações com *stakeholders* (MELO; RÉGIS, 2013). As questões iniciais do projeto de pesquisa desta tese, que tratavam das implicações do capital social nas organizações dedicadas à produção orgânica, foram apresentadas no Consórcio Doutoral da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração em setembro de 2012. Em outubro de 2013, a primeira versão do projeto de pesquisa foi apresentada, tendo como foco de estudo a comparação entre as organizações produtoras de mel orgânico e convencional de Santa Catarina.

O projeto foi avaliado por uma banca de professores⁹, que orientou a necessidade de ajustes importantes, sobretudo na mudança do objeto de estudo. Naquela ocasião, o Prof. Oscar José Rover alertou que os pressupostos do projeto de pesquisa não poderiam ser suportados em um estudo sobre as organizações produtoras de mel, pois trata-se de uma atividade na qual não há forte contraste na diferenciação entre a produção orgânica e convencional. Essa questão fez com que o projeto de pesquisa fosse reorientado para outro campo de estudo, com maior contraste na diferenciação entre a produção orgânica e convencional, que permitisse análises comparativas mais seguras. Como resultado, o projeto de pesquisa foi reorientado para a cotonicultura, por ser uma atividade que tem os maiores volumes de agrotóxicos aplicados por área cultivada nos sistemas convencionais, fazendo surgir um forte contraste com a cotonicultura orgânica.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O presente estudo tem o propósito de **comparar as implicações da cotonicultura convencional e da orgânica nas dinâmicas de**

⁹ Hans Michael van Bellen (Orientador), Mauricio Roque S. de Oliveira (CPGA/UFSC), Silvio Antonio Ferraz Cario (CPGA/UFSC), Maria Carolina Martinez Andion (ESAG/UDESC), Maurício Custódio Serafim (ESAG/UDESC) e Oscar José Rover (PGA/UFSC).

desenvolvimento rural, considerando o capital social nas relações com *stakeholders*. Para esse propósito, a pesquisa é desenvolvida tendo como foco a comparação entre as relações com *stakeholders* que são estabelecidas por duas organizações, explicando suas implicações multidimensionais no processo de desenvolvimento regional. Assim, este estudo tem um propósito analítico e explanatório. As pesquisas com propósito explanatório fornecem razões para os fenômenos (BABBIE, 2010), sendo baseadas em teorias criadas para explicar as razões para um fenômeno por meio de proposições (COOPER; SCHINDLER, 2003). Contudo, não se pretendeu realizar uma análise explicativa que esgote a compreensão sobre os fenômenos neste estudo, mas uma explicação a partir da interpretação do pesquisador, podendo ser reafirmada ou questionada. O quadro 3 apresenta as definições constitutivas e operacionais dos termos utilizado no presente estudo.

Quadro 3: Definições constitutivas e operacionais dos termos utilizados.

Termos	Definição constitutiva	Definição operacional
<i>Stakeholder</i>	Atores que estabelecem relações com uma organização representando a demanda de algum grupo (MCVEA; FREEMAN, 2005).	Identificação de atores relevantes com quem as organizações estabelecem relacionamentos para o seu funcionamento.
Capital social	Conjunto de ativos relacionais que podem afetar a capacidade produtiva de uma organização (LOPOLITO; NARDONE; SISTO, 2011).	Presença nos relacionamentos de: <ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de atores com diferentes interesses na rede de contatos; • Confiança e relações de cooperação entre atores; • Afinidade cognitiva e compartilhamento de visões entre os atores;
Desenvolvimento sustentável	Maneira de a sociedade se relacionar com seu ambiente de forma a garantir a sua própria continuidade e a de seu meio externo (VAN BELLEN, 2006).	Presença nos relacionamentos dos assuntos: <ul style="list-style-type: none"> • Alocação eficiente de recursos econômicos; • Bem estar social; • Conservação do meio ambiente;

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir do propósito e do referencial teórico desta pesquisa, buscou-se elaborar proposições que atendam ao critério de falseabilidade científica (POPPER 1980), que é o núcleo da demarcação popperiana (MATTOS, 2003). Campanario, Chagas Junior e Ruiz (2012) apontam que a questão central de Popper é a formulação de proposições teóricas a serem testadas por meio de observações sistemáticas baseadas em evidências. Pedro Lincoln Mattos (2003) esclarece que o núcleo da demarcação popperiana está na condição de as afirmações científicas não serem definitivas, podendo ser negadas por uma observação contrária a elas.

De acordo com Campanario, Chagas Junior e Ruiz (2012), as teorizações precisam ter a possibilidade de ser testadas, permitindo que as proposições teóricas sejam refutadas em algum momento por observações sistemáticas da realidade. Nesse sentido, enquanto não forem negadas por algum estudo rigoroso, as afirmações científicas são sustentadas. Tais afirmações são explicações desenvolvidas e testadas sem a pretensão de comprovação teórica, entretanto, são avaliadas para permitir a possibilidade de sua refutação parcial ou total (MATTOS, 2003). Segundo Mattos (2003), a visão de Popper considera que o conhecimento é construído em uma perspectiva evolucionista por tentativa e erro, sendo a afirmação científica o principal elemento que direciona as pesquisas. As proposições são elaboradas com base em uma concepção teórica prévia, resultante do conhecimento acumulado sobre um determinado assunto, em busca de modificações nas teorias existentes (CAMPANARIO; CHAGAS JUNIOR; RUIZ, 2012).

A formulação de uma proposição teórica e seu teste contra a realidade é um processo de pesquisa que caracteriza o método dedutivo, com o qual o modelo de Popper é alinhado de acordo com Campanario, Chagas Junior e Ruiz (2012). Esses autores também destacam que a visão de Popper contempla a distinção entre proposições básicas e aplicadas, de acordo com a natureza da pesquisa e o objeto de investigação. O quadro 4 a seguir apresenta as proposições teóricas elaboradas no presente estudo.

Para avaliar as proposições elaboradas, este estudo adota uma abordagem qualitativa. As pesquisas qualitativas são adequadas quando se trata de compreender um evento ou fenômeno, utilizando um conjunto de métodos que permitem coletar e analisar dados qualitativos e oferecendo descrições ricas, explicações sobre processos em contextos locais e revisão das concepções teóricas (VIEIRA, 2004). A adoção de uma metodologia qualitativa permite compreender processos dinâmicos

vividos por grupos sociais e o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos em um nível maior de profundidade (RICHARDSON, 2008).

Quadro 4: Proposições do estudo.

Proposição 1:	A qualidade do capital social nas relações entre organizações e <i>stakeholders</i> é revelada nos conteúdos transacionados e nos valores compartilhados nas relações.
Proposição 2:	As relações entre organizações e <i>stakeholders</i> , cujos conteúdos e significados se referem eminentemente à eficiência econômica, constituem um capital social com a qualidade de proporcionar um desenvolvimento espúrio.
Proposição 3:	As relações entre organizações e <i>stakeholders</i> , cujos conteúdos e significados se referem à eficiência econômica, ao bem estar social e à conservação do meio ambiente, constituem um capital social com a qualidade de proporcionar um desenvolvimento sustentável.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por ter como foco as interações de duas organizações com seus respectivos *stakeholders*, esta pesquisa adota a estratégia de estudo de casos múltiplos com propósito explanatório, conforme as orientações de Yin (2005). Tais casos se referem às interações com *stakeholders* que são constituídas por um estabelecimento agrícola empresarial de cotonicultura, localizado na nova fronteira agrícola do país; e por uma organização da sociedade civil dedicada à cotonicultura, reconhecida como organismo participativo de avaliação de conformidade orgânica (OPAC), que é uma forma organizacional recente no Brasil.

Os especialistas em estudos de caso compartilham o ponto de vista que a particularidade dessa modalidade de pesquisa está centrada no interesse pelo singular (GODOY, 2006). Mas, quando se referem à caracterização dos estudos de caso, existem discordâncias entre os principais autores que tratam desse tipo de estudo como estratégia de pesquisa, devido às suas diferentes vinculações paradigmáticas (ALVES-MAZZOTTI, 2006).

Em uma perspectiva construtivista, Stake (1994) considera que os estudos de caso se referem, sobretudo, a escolha de um objeto de estudo, cujas singularidades podem ser compreendidas pelos pesquisadores a partir de diferentes estratégias e métodos, de acordo com seus propósitos. Nesse sentido, o referido autor se posiciona a favor dos estudos de caso denominados por ele como intrínsecos, nos quais o pesquisador elabora sua compreensão sobre as singularidades que o caso oferece na sua

totalidade, sem se restringir a um referencial teórico preestabelecido. Um ponto de vista semelhante é estabelecido por Godoy (2006) ao afirmar que os estudos de caso adotam um enfoque indutivo, buscando compreender os padrões mostrados nos dados em vez de verificar teorias preconcebidas.

Aos estudos de caso intrínsecos, Stake (1994) contrapõe os estudos de caso instrumentais, nos quais os interesses dos pesquisadores se voltam para um referencial teórico preestabelecido, sendo o caso uma oportunidade para observar os fenômenos esperados. Os estudos de caso instrumentais favorecem ou contestam uma generalização, enquanto isso não é uma preocupação nos estudos de caso intrínsecos (ALVES-MAZZOTTI, 2006). Alves-Mazzotti (2006) esclarece que os estudos de casos não representam uma população, impossibilitando a generalização estatística dos seus resultados, mas a preparação de um estudo de caso gera proposições teóricas aplicáveis a diferentes contextos, que, por sua vez, encontra alinhamento com o raciocínio hipotético-dedutivo, refletindo a ideia de "generalização analítica" defendida por Yin (2005). Portanto, os estudos de casos podem servir para a elaboração de afirmações a partir de análises descritivas de dados completos sobre um caso singular a partir de um enfoque indutivo, caracterizando um estudo de caso intrínseco; ou para a verificação de proposições teóricas a partir de análises explicativas sistemáticas de dados sobre um caso a partir de um enfoque hipotético-dedutivo, caracterizando um estudo de caso instrumental. É nessa última situação que o presente estudo se coloca, tomando as orientações de Yin (2005).

Na caracterização dos estudos de caso, Yin (2005) aponta para equívocos comuns como considerar tais estudos apenas como uma fase exploratória (com a pretensão de elaborar hipóteses ou proposições) e confundi-los com o método etnográfico ou com a técnica de observação participante. Em sua perspectiva, um estudo de caso é uma atividade empírica que "investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos" (YIN, 2005, p. 32). Yin (2005) considera que os estudos de caso se diferenciam das outras estratégias e métodos de pesquisa por lidar com acontecimentos contemporâneos, dentro de seus contextos de maneira abrangente. Esse autor também ressalta que as proposições teóricas elaboradas previamente nos estudos de casos direcionam o processo de análise, que segue uma perspectiva comparativa neste estudo, e o processo de coleta de dados, que é realizado em várias fontes de evidências para identificar convergências nos dados.

3.2 ESCOLHA DOS CASOS

O estudo buscou informações dos gestores de duas organizações: a Fazenda Progresso, uma produtora da agricultura empresarial localizada a 50 km da cidade de Uruçuí (PI); e a Associação dos(as) Produtores(as) Agroecológicos do Semiárido Piauiense (APASPI), um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica localizado a 10 km da cidade de São Raimundo Nonato (PI), no assentamento do povoado Novo Zabelê. A figura 3 a seguir mostra a distância geográfica entre essas organizações e localiza o Parque Nacional Serra da Capivara entre elas.

Figura 3: Localização do campo de estudo



Fonte: GPS Visualizer (2015)

A Fazenda Progresso é uma empresa agrícola, que foi fundada por descendentes de imigrantes holandeses. O seu núcleo gestor é composto pelos membros da família que fundou a empresa. A Fazenda Progresso está localizada na atual fronteira agrícola, em áreas do cerrado piauiense, sendo orientada para a produção de soja, milho e algodão convencional. Essa empresa é parte de uma cadeia produtiva composta por: indústrias que fornecem sementes transgênicas, agroquímicos e máquinas industriais; por estabelecimentos produtores com intensos investimentos tecnológicos; e por compradores no mercado internacional. Por sua vez, a APASPI é uma organização da sociedade civil, que foi fundada pelos remanescentes e descendentes do Povo Zabelê, que habitava em áreas da Serra da Capivara. A APASPI é composta por produtores que cultivam vários produtos em consórcio com o algodão em sistema de agricultura familiar baseado em princípios da agroecologia. Essa organização é parte de uma cadeia produtiva orientada por políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino, composta por: organizações governamentais e da sociedade civil que fornecem assistência técnica na gestão da organização e na produção agroecológica, bem como fornecem as sementes orgânicas para o cultivo; por associações de produtores em sistema de agricultura familiar no semiárido nordestino; e por compradores em feiras locais e em circuitos de comércio justo.

A escolha dessas duas organizações se deve à importância que têm ao tema pesquisado à proximidade geográfica entre elas, que permite a comparação das suas características, de maneira que os aspectos culturais locais possam ter menor influência nas diferenças entre as práticas das organizações. O percurso que separa essas organizações é de aproximadamente 300 km, estando entre elas os Parques Nacionais Serra das Confusões e Serra da Capivara.

3.3 TIPOS DE DADOS E PROCESSO DE COLETA

Quando se trata do aspecto temporal na coleta de dados, a presente investigação adota um corte transversal, utilizando procedimentos para coleta de dados em um momento único com cada fonte de informação. Estudos baseados em corte transversal utilizam dados que são coletados em um único momento no tempo (BABBIE, 2010).

O processo de coleta de dados da pesquisa contempla o acesso a dados primários e secundários obtidos por meio de três diferentes fontes de evidências (YIN, 2005), que são documentos, observações e

entrevistas. A mesma foi realizada entre os meses de setembro e outubro de 2014.

Para a etapa da coleta de dados primários, o estudo foi realizado em um ambiente de campo, com visitas às organizações nas quais os gestores realizam suas funções, utilizando observações diretas não-sistemáticas, para obter impressões sobre as relações com *stakeholders* relevantes, o ambiente das organizações e aspectos dos processos produtivos. Na APASPI, foram realizadas três visitas, nas quais foi possível observar o ambiente do assentamento onde a organização está localizada e o processo de beneficiamento do algodão com a assistência de um técnico da EMBRAPA, envolvendo a participação de uma parte dos membros que compõem a organização. Na Fazenda Progresso, foi realizada uma visita que permitiu observar as instalações da empresa, o processo de beneficiamento e preparação do algodão para transporte, a estocagem de sementes e a área de cultivo. A pesquisa de campo também permitiu registrar impressões sobre o contexto em que as organizações estão localizadas, por meio da permanência nas cidades próximas enquanto as visitas eram agendadas e preparadas.

Flick (2009) destaca que as observações permitem acessar as práticas, revelando como algo acontece de fato. De acordo com as classificações apresentadas por esse autor, as observações realizadas para este estudo foram públicas, não-participantes, não-sistemáticas, em situações naturais e sobre o outro. Flick (2009) ressalta que os dados de observações em pesquisa qualitativa geralmente são coletados em situações naturais. Por sua vez, na observação não-participante, o pesquisador evita intervenções no campo para não influenciar os eventos observados, tentando registrá-los conforme ocorrem a partir de uma perspectiva externa. Neste estudo, as observações foram registradas em anotações de campo.

De acordo com Yin (2005), a visita de campo é uma oportunidade para fazer observações diretas sobre comportamentos e condições ambientais relevantes para um estudo. Esse autor reconhece que as observações podem representar atividades mais formais, que desenvolvem e utilizam protocolos para avaliar a incidência de determinados eventos; ou mais informais, que podem ser realizadas durante visitas de campo e ocasiões nas quais são coletadas outras evidências. As observações realizadas na presente pesquisa aconteceram como uma atividade informal, pois a observação formal com a avaliação de incidências não é adequada ao propósito deste estudo. As observações diretas fornecem informações adicionais, tanto para compreender os limites ou problemas em determinado objeto, quanto para revelar novas

dimensões para compreender o contexto e o fenômeno em estudo (YIN, 2005).

Primeiramente, para obter acesso às organizações, foram enviados e-mails, direcionados aos gestores das mesmas, solicitando a colaboração para participar do estudo, contudo nenhuma resposta foi recebida. Em seguida, alguns contatos por telefone foram úteis para agendar as visitas. Para a visita à APASPI, obteve-se o apoio do Projeto Dom Helder Camara, que forneceu o contato telefônico da gestora da organização. E para a visita à Fazenda Progresso, obteve-se o apoio de um membro da organização do Piauí Exposhow, um dos maiores eventos da agricultura empresarial na região, que indicou um dos gestores para entrar em contato.

No processo de coleta de dados primários por meio das visitas, também foram realizadas sete entrevistas, sendo quatro na APASPI e três na Fazenda Progresso, para captar as opiniões dos gestores. Todas as entrevistas com os gestores da APASPI foram realizadas pessoalmente nas instalações da organização, enquanto que duas entrevistas com gestores da Fazenda Progresso foram realizadas por telefone e uma pessoalmente. As entrevistas são adequadas para capturar opiniões de pessoas específicas com o objetivo de entender determinado assunto (GODOI; MATTOS, 2006). Os conhecimentos gerados pelas entrevistas são produtos de dinâmicas sociais inseridas em contextos caracterizados pela interação e relacionamento entre entrevistador e entrevistado (FONTANA; FREY, 2003). As técnicas de entrevista são exploradas como procedimento metodológico nas pesquisas qualitativas de campo (RICHARDSON, 2008).

Para captar aspectos de uma determinada experiência no comportamento das pessoas, as entrevistas guiadas por determinados temas, a serem explorados durante o seu transcurso, podem ser utilizadas sem formulações e ordem pré-estabelecidas, deixando o entrevistado se expressar livremente (RICHARDSON, 2008). As entrevistas qualitativas são baseadas em um conjunto de tópicos que são discutidos em profundidade em uma interação entre um respondente e o entrevistador, que usa um plano geral de investigação com os tópicos a serem contemplados (BABBIE, 2010).

Por meio da fala, os gestores têm oportunidade de expressar suas opiniões particulares sobre um assunto que, de outra maneira (por questionários ou observações), não seria possível. Portanto, pretendeu-se evidenciar as opiniões dos gestores sobre as suas relações com *stakeholders* nas dinâmicas da cotonicultura. A seguir, o quadro 5 apresenta os itens utilizados como guia nas entrevistas.

Quadro 5: Guia das entrevistas.

Itens das entrevistas	Finalidades
Atores com quem são estabelecidas relações para as atividades da organização	A identificação da diversidade de atores nas relações com os <i>stakeholders</i> , considerando a representação de organizações governamentais, da sociedade civil e empresariais
Os interesses dos atores com quem é necessário se relacionar	A vinculação dos interesses nas relações com os <i>stakeholders</i> às dimensões do desenvolvimento
O estabelecimento de confiança nos atores	A análise sobre as relações de confiança e cooperação com os <i>stakeholders</i>
A percepção sobre a confiança entre os atores	A análise sobre as relações de confiança e cooperação com os <i>stakeholders</i>
A adoção de opiniões dos atores sobre os problemas enfrentados e as estratégias adotadas para solucioná-las	A análise sobre a afinidade cognitiva nas relações com os <i>stakeholders</i>
A percepção sobre o compartilhamento de opiniões entre os atores acerca os problemas enfrentados e as estratégias adotadas para solucioná-las	A análise sobre a afinidade cognitiva nas relações com os <i>stakeholders</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

No presente estudo, foram entrevistados os gestores das organizações produtoras de algodão. Tratando-se da cotonicultura orgânica, foram entrevistados um gestor, um membro da comissão de ética, um membro da comissão de avaliação e a presidente da APASPI. Tratando-se da cotonicultura convencional, foram entrevistados o gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso, o engenheiro agrônomo responsável pelos cultivos da Fazenda Progresso e o diretor executivo da Associação Piauiense dos Produtores de Algodão.

Para a coleta de dados secundários, foram acessados documentos com registros sobre a APASPI e a Fazenda Progresso. Apesar desses documentos, geralmente, não serem produzidos para a finalidade de pesquisa, eles e seus dados podem ser usados para tal e serem analisados em uma abordagem qualitativa de maneira complementar a outros

métodos (FLICK, 2009). Assim, os documentos coletados não foram solicitados para esta pesquisa, uma vez que já tinham sido produzidos em algum âmbito particular anteriormente. Flick (2009) destaca que os documentos são meios de comunicação produzidos por determinados atores para algum objetivo e uso nas relações com outros, possuindo características que os distinguem quanto à sua autoria, ao seu propósito e ao contexto em que foi produzido.

Neste estudo, os documentos foram selecionados intencionalmente para compreender os casos que são objetos de estudo. Quando se trata da APASPI, os documentos coletados são o estatuto social da organização e notícias veiculadas na página eletrônica do Projeto Dom Helder Camara. E quando se trata da Fazenda Progresso, os documentos coletados são uma ata de reunião no MAPA, o relatório anual da ABRAPA de 2013 e uma entrevista divulgada na revista "A Granja". Os dados desses documentos permitirão a triangulação com os dados primários, mostrando convergências, divergências ou informações adicionais. Esses documentos foram coletados por meio de buscadores de dados na *Internet*, sendo publicações abertas e acessíveis sem restrições, com a exceção do estatuto social que foi coletado por meio da gestora da APASPI.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A perspectiva de análise adotado neste estudo se assemelha à "síntese de casos cruzados", discutida por Yin (2005, p.163-167), sendo adotada uma perspectiva comparativa de análise, na qual cada caso é analisado separadamente em uma primeira etapa para, em uma segunda etapa, serem comparados de acordo com as categorias de análise utilizadas, que são:

- As relações estabelecidas com os *stakeholders* relevantes para os gestores (governamentais, empresariais, de organizações da sociedade civil, membros internos e etc.);
- As formas de capital social (estrutural, relacional e cognitivo) nas relações com os *stakeholders*; e
- As dimensões do desenvolvimento (econômica, social e ambiental) presentes nas interações entre gestores e *stakeholders*.

A presente pesquisa investiga as interações sociais como unidades de análise, considerando que as relações entre os gestores e seus *stakeholders* constituem interações sociais. As interações sociais podem ser unidades de análise relevantes quando se estuda o que acontece entre

determinados atores sociais, analisando atributos dessas interações (BABBIE, 2010).

Para as análises das observações, das entrevistas e dos documentos, foram utilizados elementos da análise de conteúdo, fazendo uso de unidades de registro temáticas para descobrir os “núcleos de sentido” que compõem as falas de cada entrevistado e os textos dos documentos, de acordo com a perspectiva de análise de Bardin (2006). Nas pesquisas qualitativas no campo da administração, a análise de conteúdo vem sendo frequentemente utilizada como técnica de análise de dados, por ser "um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados" (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p.734).

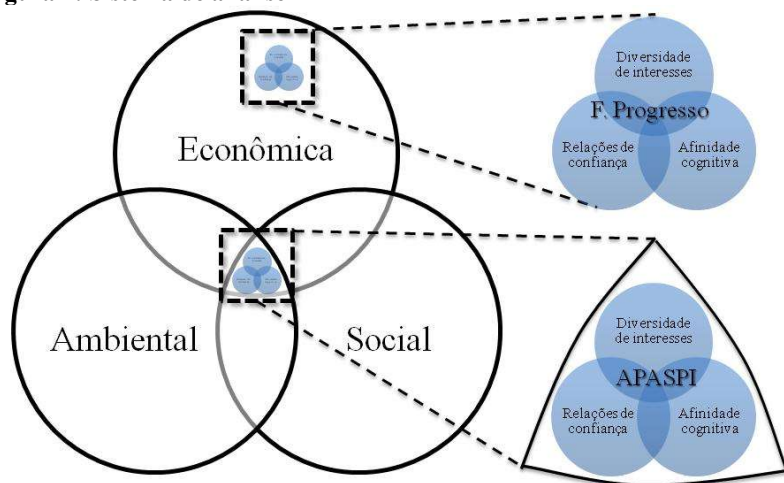
A análise de conteúdo com base na perspectiva elaborada por Bardin (2006) constitui três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferências e interpretações. Na etapa de pré-análise foi realizado o estabelecimento das unidades de registro que foram utilizadas, bem como das categorias de análise adequadas aos objetivos do estudo. Na etapa de pré-análise também foi feita a organização dos dados que foram coletados, com a finalidade de facilitar a operacionalização da análise realizando a seleção de material adequado a este processo.

Na etapa de exploração do material, alguns temas predefinidos foram empregados como unidades de registro para a análise dos dados, tais como a diversidade de interesses, relações de confiança, afinidade cognitiva, alocação eficiente de recursos, bem estar social e conservação do meio ambiente. Mas a análise também buscou definir novos temas, uma vez que estes apareceram nas anotações de campo, nas falas dos entrevistados e nos documentos. O texto completo produzido em cada fonte de dados foi considerado a unidade de contexto. Nesta etapa foi realizada a codificação, quando os temas que surgiram nos dados foram identificados de maneira associada aos temas predefinidos. Com o auxílio de uma planilha, os temas novos que surgiram foram listados e relacionados a um código que identifica a fonte do dado referente àquele tema. Os temas novos que surgiram nos dados foram agrupados por semelhanças, formando grupos temáticos mais amplos baseados na coerência entre os temas. Na exposição dos resultados, foram destacados os temas que apareceram nos dados.

A etapa de exploração do material também compreende a fase de categorização. Para esta fase, as análises foram aprofundadas sobre os temas predefinidos e novos, procurando identificar as relações com *stakeholders*, as formas de capital social e as dimensões do

desenvolvimento como categorias de análise. A fase de categorização foi orientada priorizando o arcabouço teórico elaborado no estudo, conservando o aporte da interpretação e o sentido pragmático dos dados, sem a intensão de fragmentá-los em categorias de análise mutuamente exclusivas e, assim, perder a autenticidade dos seus significados (MATTOS, 2005). De maneira mais detalhada, buscou-se identificar os *stakeholders* com os quais as organizações estudadas estabelecem relações e analisar a diversidade de interesses entre eles. Também buscou-se identificar o capital social nas formas de relações de confiança e afinidades cognitivas. Além disso, buscou-se avaliar a qualidade desse capital social considerando a sua aderência aos temas de alocação eficiente de recursos econômicos, bem estar social e conservação do meio ambiente, que representam as dimensões do desenvolvimento como uma categoria de análise. O Apêndice I apresenta o quadro de análise construído e a figura 4, a seguir, mostra o sistema de análise utilizado, destacando os resultados esperados pelo teste das proposições apresentadas no estudo.

Figura 4: Sistema de análise



Fonte: Elaborado pelo autor

Ao testar as proposições, espera-se que os resultados indiquem que o capital social da Fazenda Progresso nas relações com seus *stakeholders* esteja orientado eminentemente para a dimensão econômica do desenvolvimento. Já o capital social da APASPI nas relações com seus *stakeholders* estaria orientado para a congruência das dimensões

econômica, social e ambiental, podendo ser considerando um capital social que favorece ações comprometidas com o desenvolvimento sustentável. A apresentação desse sistema de análise atende ao objetivo específico de **construir um sistema de análise sobre o capital social nas relações com stakeholders e suas implicações no desenvolvimento regional**.

Durante todo o processo de análise, buscou-se identificar a presença ou ausência das categorias e dos temas que as compõem, de maneira associada à cotonicultura orgânica e à convencional. Por meio dessa análise, foi possível realizar as inferências e interpretações que deram base para as respostas à pergunta de pesquisa, completando as etapas de análise.

Os estudos qualitativos são avaliados por meio de critérios próprios de rigor científico, referentes à validade e à confiabilidade, que asseguram a legitimidade dos dados gerados em sua utilização (PAIVA JÚNIOR; LEÃO; MELLO, 2011). O corpus foi construído tendo em vista a maior variedade de representações nos dados e buscando evidências a partir de múltiplas fontes, sejam as entrevistas com os gestores, os documentos ou as observações diretas. As evidências convergentes de diferentes fontes de dados foram apresentadas para trazer maior nitidez aos resultados alcançados. As análises foram acompanhadas por uma reflexão constante sobre a pertinência dos resultados alcançados para responder a pergunta de pesquisa, levando à construção de sentido para o fenômeno estudado. Nas análises, também buscou-se revisitar os pressupostos da pesquisa.

3.5 LIMITES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Neste capítulo, foi descrito o percurso metodológico seguido no estudo, definindo alguns limites que tiveram a importância de tornar a pesquisa viável e de permitir o alcance dos objetivos do estudo. Dessa forma, foram definidos limites para o propósito da pesquisa, a abordagem do estudo, a estratégia de pesquisa e as técnicas de coleta.

O objetivo geral do presente estudo requereu que a pesquisa fosse desenvolvida para atender a um propósito analítico e explanatório, sendo capaz de fornecer explicações para os fenômenos sob investigação. Assim, este estudo não se limitou a descrever os aspectos dos fenômenos detalhadamente e a explorar a compreensão sobre novos fenômenos. Devido à natureza do questionamento que conduz este estudo e à quantidade de casos disponíveis para investigação, foi adotada uma abordagem que se limita às pesquisas qualitativas, gerando explicações

eminentemente embasadas em dados qualitativos. Portanto, esta pesquisa não apresenta inferências baseadas em testes estatísticos, que são comumente desenvolvidas em pesquisas com abordagem quantitativa e com o intuito de generalização dos resultados.

Considerando a pertinência a uma abordagem qualitativa, a presente pesquisa foi realizada tendo um estudo de casos múltiplos como limite para a estratégia de pesquisa. Esse tipo de estratégia fornece uma compreensão aprofundada sobre os casos investigados, utilizando um protocolo de pesquisa distinto de outras estratégias como a etnografia, a *grounded theory*.

Na presente pesquisa, o processo de coleta de dados teve como limite a utilização das técnicas de observação direta não-sistemática, entrevista qualitativa com os gestores das organizações e documentos institucionais e jornalísticos. A execução das entrevistas foi limitada aos gestores das organizações estudadas, uma vez que o estabelecimento de relações com *stakeholders* é uma função da percepção desses atores organizacionais. Assim, os dados não representam opiniões dos *stakeholders* ou de outros atores que não fossem os gestores das organizações em foco. Além disso, o processo de coleta de dados foi limitado a um corte transversal no tempo, pois o atendimento do objetivo geral não exigiu que fosse realizado um processo de coleta de dados longitudinal, seja por meio de observações diretas, entrevistas ou qualquer outro instrumento.

Uma das principais limitações do estudo está relacionada à visita a Fazenda Progresso, cujo acesso para a finalidade de pesquisa não foi facilitado. As visitas a essa empresa para finalidade de estudo são recebidas costumeiramente pelo agrônomo responsável pelos cultivos, que se encontrava em período de férias durante a pesquisa de campo. Nesse sentido, foi imprescindível a indicação de um membro da organização do Piauí Exposhow, um dos maiores eventos da agricultura empresarial na região, sobre o gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso que colaborou em participar do estudo para que a visita e as observações diretas fossem realizadas.

No processo de coleta de dados, destaca-se uma limitação do estudo relacionada à ausência da participação do diretor da Fazenda Progresso. Foram realizadas três tentativas de agendar uma entrevista com esse ator, mas todas as respostas foram negativas, pois, de acordo com sua secretária receber pesquisadores não é uma prática do empresário, sendo tal prática uma função do engenheiro agrônomo responsável pelos cultivos e sendo este o entrevistado. A secretária do diretor da Fazenda Progresso ainda informou que o mesmo indicou

realizar a entrevista com o diretor executivo da Associação Piauiense dos Produtores de Algodão, que, por sua vez, também foi entrevistado.

Um limite na análise dos dados a ser destacado é que não se pretende esgotar a identificação de todos os *stakeholders* das organizações estudadas, de modo que as análises repousam nas relações estabelecidas com os *stakeholders* percebidos como mais relevantes no momento em que esta pesquisa foi realizada.

O próximo capítulo traz os resultados e as análises realizadas no estudo.

4 RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os resultados e análises do estudo em duas etapas. Na primeira, cada caso é analisado separadamente para, na segunda, ser realizada uma comparação dos resultados de acordo com as categorias de análise utilizadas no estudo.

4.1 ANÁLISE DOS CASOS

Os casos estudados são parte de dois territórios distintos, sendo a Fazenda Progresso parte do território caracterizado pela fronteira agrícola no sudoeste piauiense, enquanto a APASPI é parte do território caracterizado pela influência do Parque Nacional Serra da Capivara. Os municípios mais próximos da Fazenda Progresso são Sebastião Leal – que abriga a sede da empresa – e Uruçuí, nos quais as implicações das atividades dessa empresa são mais diretas no território. Com relação a APASPI, suas atividades têm implicações mais diretas no município de São Raimundo Nonato. Os aspectos de desenvolvimento desses municípios no período do ano 2000 à 2010 contextualizam as tendências com as quais as organizações estudadas podem estar alinhadas ou não, pois a Fazenda Progresso e a comunidade que originou a APASPI foram estabelecidas nos seus territórios nesse período.

Ao comparar o PIB nos anos de 2000 e 2010, observa-se que os municípios de São Raimundo Nonato, Sebastião Leal e Uruçuí passaram por um crescimento econômico nesse período, com maior intensidade na produção industrial. O desempenho nominal do PIB obtido na área composta pelos municípios de Sebastião Leal e Uruçuí – área de influência da Fazenda Progresso – foi superior ao resultado obtido em São Raimundo Nonato tanto em 2000 quanto em 2010, quando alcançou o valor de 440 milhões de reais. Considerando a variação ao longo dos 10 anos, o município onde houve o crescimento do PIB mais acentuado foi Sebastião Leal, que passou de 6,6 milhões de reais em 2000 para 58,5 milhões de reais em 2010, representando um crescimento de 777%. O quadro 6 a seguir expõem um conjunto de indicadores com relação ao crescimento econômico desses municípios.

Quando se trata do desenvolvimento humano (IDH), os municípios de São Raimundo Nonato, Sebastião Leal e Uruçuí também passaram por uma evolução na longevidade, na renda e, com maior intensidade, na educação da população. Contudo, o município de Sebastião Leal ainda teve um IDH baixo (0,562) em 2010, enquanto São Raimundo Nonato e Uruçuí tiveram um IDH médio (0,661 e 0,631 respectivamente). Tanto

em 2000 quanto em 2010, o município de São Raimundo Nonato obteve melhores resultados no IDH do que Sebastião Leal e Uruçuí. Porém, o município de Sebastião Leal foi o que obteve a evolução mais acentuada no IDH entre os anos de 2000 e 2010. A evolução de desenvolvimento humano nesse município está relacionada, em grande parte, ao crescimento de 173% no nível de educação da população, cujo índice era de 0,171 em 2000 e passou para 0,467 em 2010. O quadro 7 a seguir expõem um conjunto de indicadores sobre o desenvolvimento humano nesses municípios.

Quadro 6: Evolução do PIB de São Raimundo Nonato, Sebastião Leal e Uruçuí no período 2000-2010.

Indicador	São Raimundo Nonato	Sebastião Leal (SL)	Uruçuí (U)	SL+U
PIB-Agropecuária 2000 (mil reais)	5.311	3.590	15.097	18.687
PIB-Indústria 2000 (mil reais)	3.337	228	4.209	4.437
PIB-Serviços 2000 (mil reais)	33.212	2.857	24.727	27.584
PIB 2000 (mil reais)	41.860	6.675	44.033	50.708
PIB-Agropecuária 2010 (mil reais)	5.947	25.550	54.303	79.853
PIB-Indústria 2010 (mil reais)	20.786	11.960	169.722	181.682
PIB-Serviços 2010 (mil reais)	131.302	21.019	157.651	178.670
PIB 2010 (mil reais)	158.035	58.529	381.676	440.205
%PIB-Agropecuária 2000-2010	12%	612%	260%	327%
%PIB-Indústria 2000-2010	523%	5146%	3932%	3995%
%PIB-Serviços 2000-2010	295%	636%	538%	548%
%PIB 2000-2010	278%	777%	767%	768%

Fonte: IBGE (2015)

Na ausência de dados precisos sobre o nível de pressão que os municípios impõem ao meio ambiente, o aspecto de desenvolvimento territorial associado aos padrões de consumo é considerado pela quantidade de domicílios com determinados bens duráveis em função da população do município.

Quadro 7: Evolução do IDH em São Raimundo Nonato, Sebastião Leal e Uruçuí no período 2000-2010.

Indicador	São Raimundo Nonato	Sebastião Leal (SL)	Uruçuí (U)	SL+U
IDH-Educação 2000	0,322	0,171	0,236	0,204
IDH-Longevidade 2000	0,706	0,69	0,687	0,689
IDH-Renda 2000	0,541	0,425	0,498	0,462
IDH 2000	0,497	0,369	0,432	0,401
IDH-Educação 2010	0,587	0,467	0,516	0,492
IDH-Longevidade 2010	0,779	0,736	0,794	0,765
IDH-Renda 2010	0,631	0,516	0,614	0,565
IDH 2010	0,661	0,562	0,631	0,597
%IDH-Educação 2000-2010	82%	173%	119%	142%
%IDH-Longevid. 2000-2010	10%	7%	16%	11%
%IDH-Renda 2000-2010	17%	21%	23%	22%
%IDH 2000-2010	33%	52%	46%	49%

Fonte: IBGE (2015)

Os bens duráveis considerados nos domicílios são: rádio, televisão, máquina de lavar roupa, geladeira, telefone celular, telefone fixo, microcomputador, motocicleta e automóvel. A partir desses dados, observa-se que televisão e geladeira são os bens duráveis mais frequentes nos domicílios em São Raimundo Nonato, Sebastião Leal e Uruçuí. O município de São Raimundo Nonato tem os maiores níveis de domicílios pela população que possuem rádio, televisão, máquina de lavar roupa, telefone celular, motocicleta e automóvel. Enquanto que o maior nível de domicílios pela população com geladeira está no município de Sebastião Leal. A comparação entre os padrões de consumo nos municípios indica que, no geral, São Raimundo Nonato impõe um nível maior de pressão ao meio ambiente do que Sebastião Leal e Uruçuí. O quadro 8 a seguir expõem um conjunto de indicadores sobre o padrão de consumo da população nesses municípios.

Além dessa discussão inicial, baseada em alguns macrodados das regiões onde o presente estudo foi realizado, esta seção descreve e analisa os resultados, mostrando cada caso separadamente – primeiro acerca da Fazenda Progresso e segundo sobre a APASPI – com a finalidade de caracterizar os casos de acordo com os temas de interesse da presente pesquisa.

Quadro 8: Domicílios com bens duráveis em São Raimundo Nonato, Sebastião Leal e Uruçuí em 2010.

Indicador	São Raimundo Nonato	Sebastião Leal (SL)	Uruçuí (U)	SL+U
População 2010	32.327	4.116	20.149	24.265
Rádio	6.953	361	2.422	2.783
Televisão	7.516	873	4.238	5.111
Máq. de lavar	1.321	45	751	796
Geladeira	6.971	942	4.232	5.174
Telefone celular	6.433	431	3.307	3.738
Telefone fixo	891	34	697	731
Microcomputador	1.198	23	780	803
Motocicleta	4.246	527	1.849	2.376
Automóvel	1.650	70	725	795
Rádio/População	0,215	0,088	0,120	0,115
Televisão/População	0,232	0,212	0,210	0,211
Máq. de lavar/População	0,041	0,011	0,037	0,033
Geladeira/População	0,216	0,229	0,210	0,213
Telefone celular/População	0,199	0,105	0,164	0,154
Telefone fixo/População	0,028	0,008	0,035	0,030
Microcomputador/População	0,037	0,006	0,039	0,033
Motocicleta/População	0,131	0,128	0,092	0,098
Automóvel/População	0,051	0,017	0,036	0,033
Bens duráveis/População	1,150	0,803	0,943	0,919

Fonte: IBGE (2015)

A Fazenda Progresso é uma empresa cuja fundação e atual direção é uma iniciativa da família Sanders, que emigrou da Holanda para o Brasil após a segunda guerra mundial e se dedicou ao trabalho rural no interior de São Paulo e do Rio Grande do Sul. A Fazenda Progresso foi fundada por Cornélio Sanders, após ter realizado negócios agrícolas em sociedade com seus irmãos em Minas Gerais, no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, desde a segunda metade dos anos de 1970. O empresário Cornélio Sanders começou a produzir algodão no Mato Grosso do Sul no ano de 1993, em uma área localizada em Dourados, mas as condições climáticas da região relacionadas à imprecisão dos períodos de chuva provocaram a busca por novas áreas para a atividade. Em 2000, ele e seu filho Gregory Sanders, atual diretor da empresa, começaram a buscar por novas áreas para produção, que resultou na aquisição de uma área no cerrado

piauiense, ao oeste das Serras das Confusões e da Capivara, e no estabelecimento da Fazenda Progresso em 2001, na região da fronteira agrícola do país. Além da cotonicultura, a empresa desenvolve as produções de milho e de soja, bem como desenvolve e comercializa sementes transgênicas de soja. As operações da empresa são intensivas em capital tecnológico para produção em grande escala.

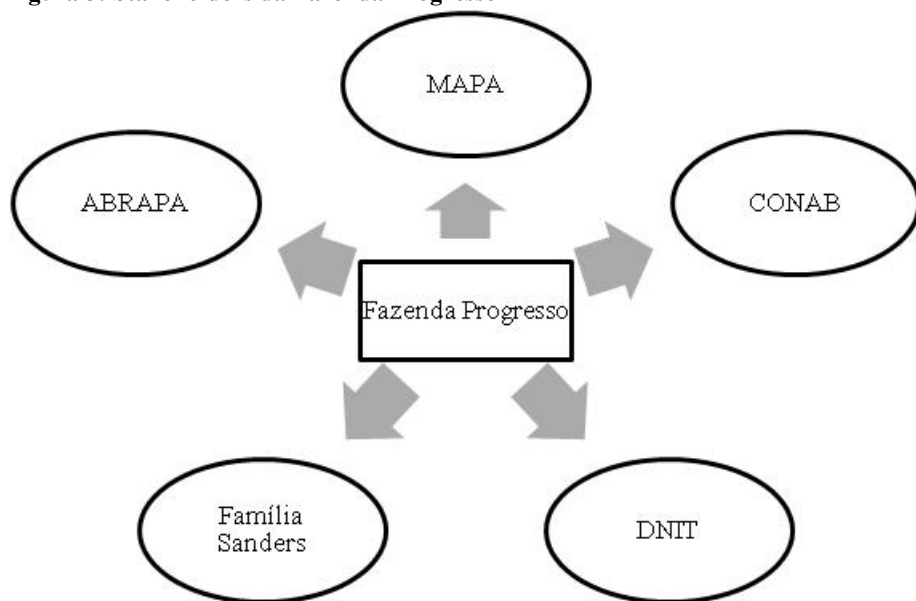
A APASPI é uma organização composta por remanescentes e descendentes do povo Zabelê, que habitava áreas onde, atualmente, é o Parque Nacional Serra da Capivara. O povo Zabelê vivia integrado ao meio ambiente e tinha sustentação econômica com a extração do látex da maniçoba. Nessa mesma região, a arqueóloga Niède Guidon encontrou uma série de pinturas rupestres e outros vestígios que indicavam a presença de um dos povos mais remotos das Américas. As descobertas arqueológicas e a importância histórica do local resultaram na criação do Parque Nacional Serra da Capivara em 1979 e na desocupação dos povos que habitavam suas áreas. Após passar anos vivendo nas periferias das cidades próximas à Serra da Capivara, os remanescentes e descendentes do povo Zabelê foram alocados pelo INCRA em 1997 no assentamento Fazenda Lagoa, que ficou conhecido como Povoado Novo Zabelê e abriga aproximadamente 250 famílias. Esse assentamento está localizado nas proximidades da cidade de São Raimundo Nonato, ao leste das serras das confusões e da capivara. Em 2005, a comunidade do assentamento começou a receber o suporte do Projeto Dom Helder Camara, que criou condições e estimulou a criação da APASPI em 2012. A associação foi criada por agricultoras e agricultores do Povoado Novo Zabelê como requisito para o credenciamento no MAPA, como um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). Esse credenciamento teve o objetivo de obter permissão para comercializar os produtos da associação com o título de produto orgânico. O algodão da APASPI tem sido comercializado em um circuito de comércio justo para compradores da Espanha. Além da cotonicultura orgânica, os agricultores da APASPI também realizam cultivos de maneira consorciada com base em princípios agroecológicos, bem como realizam a produção e o beneficiamento de mel e frutas.

As análises sobre as atividades da Fazenda Progresso são apresentadas a seguir, e as análises sobre a APASPI são apresentadas posteriormente.

4.1.1 Relações da Fazenda Progresso com seus stakeholders

Em um primeiro momento, os dados foram analisados buscando a identificação dos *stakeholders* das organizações estudadas e a diversidade desses atores. Nesse sentido, a diversidade de atores foi analisada considerando a representação de organizações governamentais, da sociedade civil e empresariais. A figura 5 a seguir mostra os *stakeholders* da Fazenda Progresso.

Figura 5: Stakeholders da Fazenda Progresso



Fonte: Elaborado pelo autor

As atividades da Fazenda Progresso são influenciadas por organizações que constituem a infraestrutura logística da região. Os portos influenciam as atividades relacionadas à importação e exportação, enquanto as atividades de transporte rodoviário são influenciadas pelas organizações responsáveis pela manutenção das estradas. No seguinte trecho da entrevista concedida por Gregory Sanders, diretor da Fazenda Progresso, à revista “A Granja” em julho de 2014, é possível observar que a infraestrutura logística está presente na percepção do gestor sobre organizações que podem influenciar as atividades da Fazenda Progresso.

“A Granja” é a revista especializada em jornalismo agrícola mais antiga do país.

A região está bem localizada para atender o mercado do Nordeste. Toda a nossa logística é por aqui. A entrada e saída são pelos portos do Nordeste. Estamos bem, a 820 quilômetros do Porto do Itaqui, em São Luís/MA, que é o principal porto para saída de soja e entrada de adubo. E tudo é asfalto. (Gregory Sanders, Revista A Granja)

A região da nova fronteira agrícola do país, na qual a Fazenda Progresso está localizada, é frequentemente considerada como uma região que possui desvantagens em infraestrutura de transportes, quando comparada às regiões agrícolas mais antigas (AGUIAR; LIMA-FILHO; TORRES-JUNIOR, 2013; FERRO; CASTRO, 2013). Entretanto, o depoimento de Gregory Sanders contraria a consideração de que a infraestrutura de transportes seja um fator de entrave ao desenvolvimento na região da nova fronteira agrícola do país.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados, estabelece relações com uma série de organizações inseridas nessa cadeia produtiva. A Associação Piauiense de Produtores de Algodão (APIPA), da qual a Fazenda Progresso faz parte, está inserida na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados, que tem o objetivo de fazer proposições e acompanhar as atividades da cadeia produtiva. Em uma das reuniões dessa câmara, realizada em dezembro de 2012, os gestores da APIPA e da Fazenda Progresso fazem uma proposição específica em relação às ações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) do Ministério dos Transportes. O seguinte trecho extraído da ata da reunião mencionada ilustra essa questão.

O representante da APIPA, Francisco de Sales Battisti Archer fez uma apresentação referente às Autuações do DNIT por Excesso de Peso por Grupo de Eixos. Fez um histórico sobre o peso por eixo e apresentou alguns casos sobre o tema junto a multas verificadas pelo DNIT. Disse que a origem do problema são os instrumentos de aferição empregados pelo DNIT que efetuam a pesagem apenas por eixos, já as balanças

rodoviárias dos estabelecimentos comerciais, dos produtores rurais permitem fazer apenas a pesagem total dos veículos, contendo uma discordância entre os dois sistemas. A solução proposta pelo palestrante é que seja feita a autuação apenas nos casos em que a soma dos pesos de todos os eixos exceda o peso bruto total admissível para o veículo, tratando exatamente o peso excedente da carga analisada. Na oportunidade, depois de debate entre os membros, foi verificada e aprovada por unanimidade dos membros a necessidade de encaminhamento do tema à Câmara de Infraestrutura e Logística, para maiores estudos sobre o assunto, os quais serão apresentados à Câmara de Algodão. O documento será produzido pelo representante da APIPA, Gregory Sanders. (Ata de reunião ordinária nº 28 da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados)

A manutenção, construção e fiscalização das estradas, entre outras, são atribuições do DNIT, influenciando as operações logísticas da Fazenda Progresso e demais produtores. A atuação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados corrobora as abordagens que consideram o apoio oferecido pelo MAPA à agricultura empresarial institucionalizado no setor agrícola brasileiro (SABOURIN, 2007). Além de ilustrar a relação da Fazenda Progresso com o DNIT, o trecho da ata da reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados também ilustra a relação estabelecida com a APIPA, organização na qual Gregory Sanders já foi gestor. A APIPA é uma associação estadual que constitui a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), juntamente com outras nove associações estaduais que representam os estados onde há produção de algodão em grande escala. De acordo com o gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso, a principal organização com a qual se tem um elo...

relacionado ao algodão, é a ABRAPA. E o Gregory, que é o nosso diretor... que é filho do Cornélio... ele é agrônomo e ele é administrador de empresas... tem duas faculdades... e ele participa, ele já foi presidente no Piauí. Cada estado elege um diretor ou um presidente da ABRAPA para representar o estado perante o Brasil. E ele vai nas

reuniões que têm [sic] nacional. (Gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso)

Uma associação de produtores tem a capacidade de articular produtores e manter suas relações coordenadas e estáveis para conseguir realizar objetivos comuns (CASTRO; LOPES; NEVES, 2013). A ABRAPA é percebida como uma organização que influencia e é influenciada pelos cotonicultores empresariais, devido ao seu papel de representar e conferir legitimidade a esses produtores em busca de soluções para os desafios que surgem na cotonicultura. O seguinte trecho do relatório anual da ABRAPA de 2013 mostra essa questão.

Os produtores têm em suas associações estaduais e na Abrapa órgãos de representatividade que auxiliam na discussão dos problemas de todos os produtores junto aos órgãos nacionais e internacionais. [...] O associativismo no setor algodoeiro revela sua maior força junto aos produtores. O cotonicultor tem como suporte a Associação Brasileira dos Produtores de algodão (Abrapa) e suas filiadas estaduais para beneficiar a cotonicultura no Brasil e principalmente nos estados: Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí e São Paulo. As associações estaduais respectivas – Abapa, Agopa, Amapa, Ampa, Ampasul, Amipa, Acopar, Apipa e Appa – são um elo muito importante, tendo como objetivo representar os produtores nos estados e desenvolver projetos e ações para atender aos interesses do produtor e da sociedade em uma escala mais regionalizada. (Relatório da ABRAPA)

A relação estabelecida com a ABRAPA é destacada pelo diretor executivo da APIPA, ao afirmar que “na realidade, nós somos filiados, basicamente filiados, à associação nacional, que é a ABRAPA, né [sic passim]? E digamos que 90% da nossa relação é com a ABRAPA, né?” O engenheiro agrônomo responsável pelo planejamento e acompanhamento dos cultivos da Fazenda Progresso confirma que as organizações que exercem influência “com [relação ao] algodão, seriam basicamente as associações de produtores, que cada estado tem a sua, e que, no caso do Piauí, é a APIPA e a nível nacional seria a ABRAPA”.

Ainda de acordo com o engenheiro agrônomo responsável pelos cultivos da Fazenda Progresso:

A APIPA e a ABRAPA, eu acho que [os seus interesses são] relacionados ao que o produtor quer. Geralmente, são os produtores que formam essas associações e como no algodão não é um número muito grande como é em outras culturas, como soja ou milho, acaba ficando um número bem restrito, então eu acho que atende bem. (Engenheiro responsável pelos cultivos da Fazenda Progresso)

As observações diretas permitiram registrar a influência da ABRAPA nas atividades da Fazenda Progresso, especificamente no que diz respeito ao uso de uma etiqueta que fornece informações sobre a classificação de qualidade e a origem dos fardos de algodão. A ABRAPA, como uma associação que representa os interesses dos produtores de algodão, da qual a Fazenda Progresso é associada, reforça o reconhecimento da influência exercida pelo governo federal sobre os produtores de algodão, por meio de suas ações relacionadas à infraestrutura para transportes. O governo brasileiro faz intervenções no mercado agrícola, que afetam a cotonicultura no país desde a década de 1960, quando controlava as exportações de matérias-primas para promover a exportação de produtos manufaturados, e, a partir da década de 1990, quando implementou medidas de estímulo à produção agrícola como crédito rural e política de preços mínimos (ALVES; BARROS; BACCHI, 2008; CRUZ; MAIA, 2008). Ao analisar os fatores críticos da cadeia produtiva do algodão, a ABRAPA aponta para a necessidade de melhorias na infraestrutura logística, como pode ser visto no trecho a seguir.

O investimento em infraestrutura tem sido um dos alvos de um dos principais programas do governo federal nas últimas administrações: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Entre suas obras, algumas se destacam no que tange à importância para a agricultura praticada nas regiões de cerrado do país e, consequentemente, para o algodão, como a ampliação e pavimentação da BR-163 e a Ferrovia Norte-Sul [...]. Contudo, a velocidade com que essas e outras obras têm sido construídas não consegue acompanhar o ritmo de

crescimento da produção. Para conferir maior rapidez e eficiência a esses investimentos, é preciso revisar aspectos dos modelos de investimento estatais e de Parceria Público-Privada (PPP) e agilizar a análise dos projetos e emissão das licenças necessárias. (Relatório da ABRAPA)

O diretor executivo da APIPA ressalta que nas atividades da associação são estabelecidas relações com uma série de organizações, como “Federação da Agricultura, CONAB, Ministério da Agricultura... todos esses órgãos, a gente tem contato com eles... Tem a EMBRAPA, que também tem algumas coisas... fazem pesquisas, né? Então, são vários órgãos aí, né?” O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) exerce influência e é influenciado pelos gestores das organizações que compõem a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados, incluindo os gestores da Fazenda Progresso, como já foi mostrado anteriormente. O engenheiro agrônomo responsável pelos cultivos da Fazenda Progresso ressalta que quando se trata das organizações com as quais são estabelecidas relações, “têm as governamentais como o Ministério... a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento)... eles também dão um auxílio”. Esse mesmo gestor ainda destaca que “o Ministério e a CONAB fazem o papel dos dois lados, tanto veem o que está acontecendo no campo quanto a questão de fiscalização e informações”. A CONAB é uma organização do governo federal vinculada ao MAPA com uma atuação ampla desde o planejamento, produção e comercialização da produção agrícola do país.

A Conab está presente em todo o processo pelo qual passa o alimento, desde antes do cultivo até chegar à mesa do brasileiro. A atuação da Companhia antecede a própria decisão de plantar e se estende até depois da comercialização, na fase do abastecimento e da segurança alimentar. O trabalho realizado abrange levantamentos para prever safras, acompanhamento do comportamento da produção e dos preços, participação na administração do escoamento da safra agrícola nacional e formulação de estudos que balizam as políticas agrícolas e de abastecimento. (CONAB, 2014).

A família de Gregory Sanders é um grupo que influencia as atividades da Fazenda Progresso. Os membros das famílias dos gestores podem ser percebidos como atores relevantes nas atividades das organizações (MELO; RÉGIS, 2013). Diferentemente de um sistema de agricultura familiar, a Fazenda Progresso é constituída por membros que não possuem laços familiares necessariamente, predominando as relações de emprego e trabalho. Assim, a Fazenda Progresso pode de ser reconhecida como uma empresa de acordo com sua constituição e seus propósitos, mas a sua história e a influência exercida pela família permitem considerar essa organização como uma empresa familiar. O pai, Cornélio, foi o fundador da empresa que atualmente é dirigida pelo filho e a mãe influencia na caracterização dos ambientes, colocando um aspecto pessoal de organização, como destaca o seguinte trecho.

Minha mãe é uma pessoa que tem um capricho, um conhecimento de paisagismo, de jardinagem, de organização, de arquitetura. Ela tem um conhecimento empírico que todo mundo fica admirado com a capacidade dela de criar os ambientes, de fazer as coisas. A fazenda é muito grande. Incluindo o aeroporto, são 41 hectares de sede. E chama muita atenção porque tudo é organizado. Do ferro-velho até a portaria, tudo é organizado, ornamentado, com jardim, gramado, asfalto. (Gregory Sanders, Revista A Granja)

A visita de campo a Fazenda Progresso permitiu obter impressões que confirmam o cuidado com a estrutura física da organização, ressaltando a ornamentação dos jardins e a limpeza dos ambientes. A importância da família nas atividades da Fazenda Progresso está presente na administração geral da empresa e nos processos de tomada de decisão. O gerente comercial de sementes reconhece que a empresa busca estabelecer relações com outros produtores para trocar informações, mas afirma que as principais decisões sobre a fazenda são tomadas internamente pela própria família.

O principal do negócio é colher bem, né? E com relação à administração geral da fazenda, é a família mesmo. É a família que toma as decisões principais. Não são influenciados por ninguém, não. É lógico que eles ficam trocando informações com o mundo aí, com os vizinhos, com outros

produtores grandes. (Gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso)

As análises apresentadas até aqui identificam, predominantemente, a dimensão estrutural do capital social das relações com *stakeholders*. Os resultados apresentados a seguir avançam na compreensão do capital social ao analisar as dimensões relacional e cognitiva das relações entre as organizações e seus *stakeholders*.

4.1.2 Capital social da Fazenda Progresso

De acordo com o diretor executivo da APIPA, existe uma convergência de interesses das diversas organizações que compõem o campo da cotonicultura empresarial, apesar das suas distintas atuações. O interesse comum na busca de desempenho econômico positivo para o setor da agricultura faz com que essas diferentes organizações estabeleçam relações coesas. No entanto, esse entrevistado destaca uma fraca relação com organizações do setor industrial, especificamente as indústrias têxteis, que é baseada apenas na compra dos produtos. Assim, parece existir um forte interesse nos impactos econômicos dos processos produtivos na cotonicultura, levando a relações coesas com organizações governamentais, que atuam buscando maior regularização do setor, e com as associações, que atuam buscando atender os interesses dos produtores nos âmbitos oficiais. O seguinte trecho da entrevista ilustra essa consideração.

As entidades... elas têm as suas funções específicas, mas tudo converge... tudo vai para a agricultura. Agricultura ou pecuária... tudo, tudo. Na agricultura, cada um tem uma atividade específica, né? A CONAB, por exemplo, é regulação de estoque, preço mínimo junto com o MAPA, a organização de leilões e vendas de produtos, entendeu? O Ministério da Agricultura... ele centraliza tudo isso... regularização... organização de leis. Nós, como associação, é agregar produtores e captar os interesses deles... e seguir os produtores e levar isso adiante. Então, é cada um com uma função específica, né? Mas, no todo é para aumento de produtividade, aumento de produção e lucratividade. [...] É tudo voltado para agricultura... para o agricultor. No nosso caso aqui,

indústria não... não cria muita... a indústria só serve para comprar o produto, só. (Diretor executivo da APIPA)

A Fazenda Progresso está inserida em uma rede organizacional composta pelos cotonicultores empresariais, suas associações e as organizações governamentais, que buscam melhorias econômicas para o setor. Nessa rede de organizações, a diversidade de contatos representa interesses produtivos, das associações de produtores, ou regulamentadores, das organizações governamentais. A diversidade de contatos dos cotonicultores empresariais permite um fluxo de informações relacionadas aos processos produtivos e à regulação de suas atividades, mas existem lacunas estruturais nas relações com as indústrias compradoras na cadeia produtiva (LOPOLITO; NARDONE; SISTO, 2011; BURT, 2007).

As cidades mais próximas da Fazenda Progresso são Sebastião Leal, que se localiza a 20kms ao oeste, e Uruçuí, que fica distante 50kms ao leste. Estas cidades estão em um momento de crescimento acentuado devido aos investimentos recentes na agricultura empresarial. Quando a Fazenda Progresso foi fundada, as circunstâncias locais apresentaram a necessidade de criação de infraestrutura dentro da própria fazenda, incluindo as residências dos gestores. O seguinte trecho da entrevista de Gregory Sanders para a revista A Granja ilustra esse ponto.

Estamos em uma região que, na época em que chegamos, não tinha nada de infraestrutura. Então, você tinha que ter tudo dentro da fazenda, senão a coisa não ficava viável, não viabilizava o empreendimento. [...]. E eu resido aqui dentro da fazenda. Me mudei pra cá em 14 de outubro de 2004, após concluir a faculdade de Administração de Empresas, em agosto de 2004, e Agronomia, em 2002. Aqui é a minha casa. [...] eu fico aqui presente dentro da fazenda pelo menos 330 dias por ano. Estou muito presente. (Gregory Sanders, Revista A Granja)

Desde sua fundação, a Fazenda Progresso se dedicou a construir uma estrutura física que oferecesse suporte para suas atividades, e essa estrutura construída ao longo do tempo se tornou uma referência para outras fazendas. Dentro de seus investimentos em infraestrutura, a Fazenda Progresso oferece habitação dentro do próprio estabelecimento

para seus gestores, conforme o depoimento a seguir do gerente comercial de sementes.

Eu vejo a Fazenda Progresso como uma fazenda modelo. Eu sou agrônomo já faz vinte anos. E eu trabalhava em outro estado. Conheci muitas fazendas e nunca vi uma fazenda com o porte de... com o padrão dessa daqui... de sede... de estrutura... que dá um bem-estar para o funcionário. Então, eles são um modelo. Tenho na minha cabeça assim, que eles são um modelo para o Brasil, né? Muita gente quer conhecer a Fazenda Progresso porque isso aqui é muito bonito. Não é porque eu moro aqui e eu trabalho aqui, mas eu gosto muito daqui. (Gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso)

As interações sociais entre os gestores da Fazenda Progresso, que são facilitadas por residirem dentro da própria empresa, produzem resultados relacionados à qualidade da gestão implementada na organização, de acordo com a percepção de Gregory Sanders. Na entrevista concedida à revista “A Granja”, ele destaca que a presença frequente dos gestores facilita a participação e agilidade nos processos de tomada de decisão, como é mostrado no trecho a seguir.

Embora seja uma empresa grande, ela tem uma versatilidade muito grande, uma velocidade que conseguimos dar para as decisões, para as coisas fluírem, porque a gente está dentro. Montamos uma equipe e tudo é feito de forma participativa, e estamos sempre junto na hora das decisões, sempre presentes. Conseguimos união com os nossos colaboradores para tomar uma decisão mais acertada. Trocando informação, tendo a informação de forma mais rápida e decidir de maneira mais rápida. E quem decide está sempre aqui presente, e assim a coisa flui com muita velocidade. (Gregory Sanders, Revista A Granja)

O fato de residirem dentro da própria fazenda facilita a frequência de interações entre os gestores, que, por sua vez, facilita o desenvolvimento de relações de confiança e afinidades cognitivas. O ambiente de interação social construído dentro da Fazenda Progresso

entre os gestores reforça a identidade da organização e a homogeneidade do grupo, facilitando a constituição de elementos de um capital social de união, como uma forte lealdade interna (PUTNAM, 2000). As relações sociais coesas são responsáveis pela eficácia das normas, que é alcançada por meio do monitoramento coletivo do comportamento dos atores, ora restringindo ora recompensando determinadas ações (COLEMAN, 1988).

É importante destacar que as relações internas entre os gestores da Fazenda Progresso são uma fonte de capital social com o aspecto privado predominante, sendo um bem constituído pela própria empresa e estando disponível para beneficiar os interesses privados da mesma, em suas atividades atuais e futuras. O capital social pode ser um bem privado, decorrente do investimento de um determinado ator e beneficiando o interesse imediato do mesmo, mas também pode ser um bem público ou coletivo, que pertence às relações entre os atores e beneficia toda a estrutura social (PUTNAM, 2000).

Os gestores da Fazenda Progresso estabelecem relações com a ABRAPA, que tem a importância de representar os produtores de algodão perante órgãos nacionais e internacionais. A ABRAPA é uma forma institucionalizada de delegação, que concentra capital social em um pequeno grupo de atores com poder simbólico para representar, falar, agir e exercer autoridade em nome de todo o grupo com a contribuição pessoal dos seus membros (BOURDIEU, 1980). Para isso, a representação efetiva dos produtores de algodão pela ABRAPA depende da presença de relações de confiança e afinidade cognitiva entre os gestores das diversas organizações que a compõem e entre os seus próprios gestores. Essa associação cria a oportunidade da constituição de um capital social organizacional, entre diversos produtores de algodão, que é capaz de levar a melhorias na cadeia produtiva por meio de uma organização que confere legitimidade a uma série de projetos e ações, como mostra o trecho do relatório da ABRAPA a seguir.

Entre os projetos e ações, se destacam a capacitação dos produtores e colaboradores; a conscientização dos cotonicultores; auxílio na avaliação da qualidade da fibra; auxílio na renovação do maquinário e equipamento de beneficiamento da fibra; auxílio na certificação e no acompanhamento da produção de algodão sustentável; promoção de práticas de melhorias sociais; e defesa dos interesses do cotonicultor junto ao governo e ao mercado nacional e

internacional. Cabe destacar que as associações estaduais também são o primeiro contato do produtor para dar representatividade às necessidades do cotonicultor e melhorar a cadeia produtiva como um todo. Com o sentido de aumentar ainda mais a representatividade do produtor, a ABRAPA agrega todas as associações estaduais, realiza as mesmas ações das associações em um nível nacional e promove a intermediação entre todos os membros do setor. Cabe ressaltar que é a ABRAPA que representa todos os produtores de algodão nos processos de âmbito nacional e internacional, mas os resultados conquistados são também frutos dos esforços conjuntos com as associações estaduais. (Relatório da ABRAPA)

A constituição de confiança na relação da Fazenda Progresso com a APIPA e a ABRAPA se dá pela acumulação de experiências bem sucedidas entre os gestores das organizações e os membros dessas associações. O capital social tende a ser cumulativo, de maneira que as colaborações bem sucedidas constroem conexões e confiança entre os atores, que facilitam as colaborações futuras para solucionar novos problemas de ação coletiva (PUTNAM, 2002). De acordo com o engenheiro agrônomo responsável pelos cultivos da Fazenda Progresso, a confiança é constituída como “uma questão de parceria. Então é aquela coisa... quanto mais você tem uma parceria que funciona, mais você tem a probabilidade daquilo ali, né? É aquela coisa... você tem uma troca de informação e se diz que é compensador para ambos, então acaba sendo proveitoso”. Ainda de acordo com o engenheiro agrônomo da Fazenda Progresso:

[...] se eu passo uma informação e aquele lá confia naquilo lá, querendo ou não chega um momento que vai ter um cheque disso em alguma situação e se essas informações que forem trabalhadas não coincidirem, uma hora quebra esse elo aí. Então, eu acho que é bem por aí, né? Um está fazendo um trabalho que vai servir para o outro, então faz tipo um trabalho conjunto que vai passando. (Engenheiro responsável pelos cultivos da Fazenda Progresso)

De acordo com o diretor executivo da APIPA, o papel exercido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), de agência reguladora inserida no âmbito da saúde pública, dificulta o estabelecimento de relações de confiança com as associações de produtores de algodão por dois motivos. Um dos motivos é a diferença de área de competência, pois a ANVISA é uma organização cujas ações são orientadas para questões de saúde pública, que podem estar localizadas, eventualmente, no meio rural, como a questão do uso de produtos químicos nocivos à saúde humana. O outro motivo é a morosidade dos processos administrativos da organização pública do ponto de vista dos empresários, como já foi apontado anteriormente, ignorando a urgência dos produtores em fazer uso de alguns produtos desenvolvidos por indústrias químicas para combater pragas e evitar perdas de produtividade.

[...] com a ANVISA, na liberação de novos produtos, a gente está tendo muita dificuldade. A ANVISA não é um órgão ligado à agricultura. A ANVISA é um órgão ligado à saúde... ao Ministério da saúde... e sai do âmbito da agricultura. Só que a liberação de novos produtos passa pela ANVISA. E aí... temos problemas. [...] É difícil tratar... é difícil os processos andarem. Então, a gente tem muita dificuldade. (Diretor executivo da APIPA)

Os interesses políticos de alguns atores são percebidos pelo diretor executivo da APIPA como um entrave ao estabelecimento de confiança. Com base em sua opinião, as ações motivadas por interesses políticos no âmbito das associações são contrapostas com as ações motivadas por interesses coletivos dos seus membros. De maneira predominante, as relações entre os membros das associações constituem um capital social baseado na confiança, que é reforçado por ações de colaboração bem sucedidas entre eles. Mas, o entrevistado destaca que essa confiança não surge em relações com membros que buscam realizar ações para atender interesses políticos ou pessoais, que em outros termos podem ser entendidas como ações oportunistas (PUTNAM, 2002). Na seguinte fala, o diretor executivo da APIPA considera que o efeito negativo da busca de interesses políticos na constituição de relações de confiança é semelhante ao efeito de ações oportunistas que buscam realizar interesses exclusivamente particulares, em oposição aos interesses coletivos.

A única complicação que há é quando se têm esses enormes interesses políticos nas associações ou nas entidades. Quando você encontra, nesse ponto, alguém que tem interesse político ou até interesse pessoal, aí complica. O restante é tranquilo. Há uma colaboração... o pessoal se ajuda... trocam informações. [...] Os interesses do pessoal são idênticos, são parecidos, e assim, a gente se ajuda né. Agora, quando há um interesse político de alguém, principalmente [um interesse] político, ou um interesse pessoal... que às vezes tem um sujeito que quer se promover politicamente sozinho.... aí complica. [...] Aí começa a entrar um pouco em vaidade... o cara já pensa num cargo... principalmente na área das federações, dos sindicatos dos produtores rurais. Quando tem sindicato, é o mais... hoje, o mais político é o sindicato. (Diretor executivo da APIPA)

As diferenças de interesses entre os produtores e as organizações governamentais não permitem o estabelecimento de relações mais próximas e, por sua vez, de afinidade cognitiva na identificação de problemas e implementação de soluções. Nessa questão, é possível observar a inter-relação entre as dimensões estrutural e cognitiva do capital social (TSAI; GHOSHAL, 1998; RÉGIS; DIAS; BASTOS, 2006). O engenheiro agrônomo da Fazenda Progresso destaca o caso de infestação da lagarta helicoverpa na produção de algodão, para exemplificar a diferença nos interesses dos produtores e das organizações governamentais, levando a uma falta de afinidade cognitiva entre eles para solucionar o problema. O engenheiro agrônomo da Fazenda Progresso ressalta que:

Aconteceu no caso da helicoverpa aí, que o produtor queria fazer uso de um produto que teoricamente parecia ser o milagroso, mas não é bem assim. Tanto que em questão de legislação, que o MAPA entrou... aí vem o IBAMA e tudo. Então, acontece isso aí. Às vezes, o produtor quer o imediatismo e essas outras instituições acabam sendo mais... vamos falar de... vai de acordo com leis que têm no Brasil. Então, às vezes, isso aí cria um impasse dentro do... vamos falar da... desse elo aí, né? [...] No caso da helicoverpa, era questão de...

por exemplo, de ação de um produto. Só que no Brasil, esse produto é... taxado como proibido, né? Então, acontece questão de o IBAMA... de o Ministério Público... de a ANVISA não permitir. Então aconteceu... teve um entrave aí que não liberou o produto. Tanto que hoje, você vê aí... têm muitas regiões que têm um contrabando muito grande desses produtos aí. (Engenheiro responsável pelos cultivos da Fazenda Progresso)

Ao lembrar-se da infestação da helicoverpa na produção de algodão, que causou prejuízos econômicos significativos na safra 2012/2013, o gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso destaca o papel assumido pela ABRAPA de organização articuladora de soluções. Assim, a associação promove a troca de experiências no enfrentamento de problemas comuns aos produtores, facilitando a constituição de afinidades cognitivas entre eles e de um capital social que se torna disponível para ser usado na resolução de problemas futuros (LOPOLITO; NARDONE; SISTO, 2011; PUTNAM, 2002).

Teve o problema da helicoverpa, que foi um problema seríssimo. Aí a gente vai e tem um seminário. A ABRAPA chama todo mundo para conversar sobre a helicoverpa. Aí vai... os principais produtores do Brasil vão falar o que aconteceu na fazenda deles e como eles resolveram. Aí o Gregory vai lá... que é o nosso diretor... vai lá e fala da experiência dele... o outro fala da experiência dele... para a gente tentar solucionar em conjunto o problema. Então, essas entidades é para trocar informações de uma empresa com a outra... de uma fazenda com a outra. (Gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso)

Em busca de soluções para os problemas produtivos causados por pragas, doenças e ervas daninhas, as empresas multinacionais fornecedoras de agroquímicos assumem o papel de atores influenciadores nas decisões dos produtores. Com base no relato do Gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso, parece existir uma afinidade cognitiva entre os produtores empresariais sobre a adoção de soluções trazidas pelas empresas fornecedoras de agroquímicos, que caracteriza o campo da agricultura convencional, constituindo um capital social cognitivo

baseado em visões compartilhadas (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998). Apesar de pertencer ao mesmo campo de atuação, o gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso afirma que ela não compartilha essa adesão imediata às soluções oferecidas pelas fornecedoras de agroquímicos, buscando, por sua vez, desenvolver soluções próprias.

Tendo por trás [das associações de produtores] as multinacionais... elas dão soluções... vêm explanar soluções. [...] A Progresso é um caso à parte. Mas, no geral aí, existe muita influência de multinacionais. Os produtores em geral... as multinacionais influenciam bastante. Aí eles vendem o ‘peixe’ deles, dizendo que o deles é melhor. [...] Cada um defende sua marca. Agricultura tem dessas... e lucram, né? Aquela empresa que melhor investe aqui, ela tem maior retorno... só que nem sempre a melhor solução. Mas a Progresso não se influencia tanto nisso... nas multinacionais. Ela vai em busca dos melhores resultados que nós temos aqui. [...] A gente vai com a nossa cabeça. Mas a grande maioria dos produtores vai por influência de multinacionais, que são entidades privadas que trazem soluções para a agricultura. Só que trazem soluções para ganhar o faturamento deles também. [...] São as empresas que fornecem os agroquímicos. (Gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso)

Quando se trata da identificação de problemas no campo e da implantação de soluções, os gestores que fazem parte da ABRAPA e os produtores da APIPA estão mais propensos a ter afinidade cognitiva, devido à urgência para implantar tais soluções sob o risco de ter perdas na produção. Já nas relações com as organizações governamentais, a afinidade cognitiva para tratar dos problemas no campo é menos propensa a existir, pois essas relações requerem o cumprimento de processos burocráticos que levam tempo, dificultando o atendimento do critério de urgência na busca de soluções, comumente desejado pelos produtores. O seguinte trecho da entrevista com o engenheiro agrônomo da Fazenda Progresso ilustra essa questão,

Geralmente, o produtor está bem à frente, por exemplo, que os órgãos oficiais... CONAB... o Ministério... então... porque está vivendo a

realidade. Por exemplo, o cara tem que ter uma medida rápida para resolver. Então, geralmente, as associações, comumente ligadas diretamente ao produtor, têm uma ação mais efetiva para solucionar isso aí, ou... ou procuram... é... vamos falar... resolver isso aí mais rápido. Porque quando você vai para órgãos oficiais, querendo ou não, tem toda uma burocracia de procedimentos e, às vezes, isso aí demanda um tempo, né? Isso é o que a gente nota. Eu sei que a agilidade do processo, quando é nas associações, é mais rápido. (Engenheiro responsável pelos cultivos da Fazenda Progresso)

O diretor executivo da APIPA considera o papel das legislações elaboradas pelas organizações governamentais a partir da identificação de problemas, que regulam as atividades dos produtores e forçam a adoção de determinadas soluções. Segundo esse entrevistado,

Hoje, 100% de todas as ações passam pela legislação vigente, tanto ambiental quanto econômica e quanto trabalhista. Tudo passa por legislação. Nada é feito fora da legislação. Então, hoje, todas as ações... todo o processo passa pela legislação, por leis. Sem leis, não adianta, você não consegue andar. (Diretor executivo da APIPA)

Assim, a identificação de problemas e a adoção de soluções pelos produtores não decorrem, necessariamente, de uma afinidade cognitiva com a atuação das organizações governamentais, mas decorrem de instrumentos normativos com força coercitiva.

4.1.3 Implicações da Fazenda Progresso no desenvolvimento

As implicações da Fazenda Progresso no desenvolvimento regional aparecem como uma função da adequação das suas atividades produtivas às condições de solo e clima locais. As características da região onde a empresa está localizada permitem um planejamento e execução dos plantios mais seguros em termos de previsibilidade. Apesar da região da nova fronteira agrícola atrair investimentos com fins especulativos (FERRO; CASTRO, 2013), considerando que os preços de terras mais que dobraram no período de 2010 a 2013 no Piauí (AGUIAR; LIMA-FILHO; TORRES-JUNIOR, 2013), o caso da Fazenda Progresso

no sudoeste do Piauí se insere nessa região devido à busca de regiões com condições de solo e clima mais adequadas aos cultivos, como é mostrado na entrevista da revista A Granja com Gregory Sanders.

Em 1993, começamos a mexer com algodão em Dourados, pois de 1986 a 1993 trabalhamos com semente de soja em Dourados, mas a região não era muito propícia ao algodão por causa da condição climática. Em Dourados, tem um problema sério que é a definição do término das chuvas, que não é bem clara. Perdemos muito algodão pronto por causa de chuvaradas, por ficar 30 dias sem poder colher o algodão. Então, isso motivou o meu pai a querer sair de Dourados. [...] Então, em outubro de 2000, meu pai veio ver algumas áreas no Piauí e aí surgiu o Piauí na história. [...] Em comparação com outras regiões, aqui o solo suporta muito bem. Quinze a vinte dias sem chuva não é tão severo quando você fala de áreas corrigidas, com fertilidade alta. Isto sempre chamou a nossa atenção. (Gregory Sanders, Revista A Granja)

De maneira alinhada às doutrinas da ciência agrônômica tradicional, a Fazenda Progresso prioriza a produtividade das culturas por meio de análises agronômicas. As decisões tomadas com base em análises agronômicas priorizam a dimensão econômica do desenvolvimento. A cotonicultura brasileira começou a ter ganhos notórios de produtividade a partir de 1999, quando houve um ganho de mais de 500 kg/ha naquele ano, superando a média mundial e dando início a uma tendência de incrementos na produtividade, alcançando uma média maior que 3.500kg/ha em 2007, que se manteve até o período atual (ABRAPA, 2013). A Fazenda Progresso tem realizado o plantio de algodão em uma área de 5.000 hectares por ano e conseguiu produzir mais de 4.500kg/ha de algodão em 2014, sendo um dos estabelecimentos com maior produtividade do país na cotonicultura.

Nas últimas décadas, houve um crescimento intenso na produtividade dos cultivos localizados na nova fronteira agrícola do país (AGUIAR; LIMA-FILHO; TORRES-JUNIOR, 2013). O contexto macroeconômico da última década tem favorecido a busca de maior produtividade, reforçando o papel do país cada vez mais especializado na exportação de *commodities* (RIBEIRO; MARKWALD, 2009; JORGE

2009). O trecho da entrevista de Gregory Sanders à revista A Granja ilustra esse ponto.

O que a gente tem feito nos últimos anos é agronomicamente o que fica melhor. Esta decisão de plantio não tem respeitado tanto os quesitos econômicos, preços de commodities e tal. Temos embasado mais o que agronomicamente fica melhor, as sucessões de culturas e rotações. E a coisa tem dado certo. Acho que com um pouco de sorte também a gente ter conseguido acertar. Os preços nos últimos anos têm sido bons de uma forma geral a todos os produtos. A principal decisão do que plantar, em que área e que tamanho tem sido agronomicamente o que fica melhor. [...] O algodão neste ano estamos prevendo uma média entre 290 e 300 arrobas por hectare. (Gregory Sanders, Revista A Granja)

Os principais produtores mundiais usam sementes geneticamente modificadas, mais resistentes às pragas, permitindo diminuir custos relacionados ao uso de defensivos químicos (FERREIRA-FILHO; ALVES; VILLAR, 2009). A cotonicultura brasileira é realizada com a utilização de sementes transgênicas em aproximadamente 75% das áreas cultivadas. Os avanços tecnológicos da transgenia são considerados pelo gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso como um fator importante na redução de perdas de produção, associada ao controle de pragas, doenças e ervas daninhas. Esse entrevistado destaca que, apesar de ter custos maiores, devido ao pagamento de direitos autorais para o uso de sementes transgênicas, a vantagem de aumentar a produtividade pelo uso de tais sementes compensa o investimento realizado. Os fatores econômicos de produtividade e custos tornam-se salientes na decisão de utilizar sementes transgênicas.

Esses transgênicos entraram com toda força aí. A gente considera os transgênicos um mal necessário. É importante porque os manejos vão tendo cada vez mais dificuldade de controlar pragas, doenças e ervas daninhas. Cada vez mais difícil de controlar. Então, essa transgenia aí é importante para a agricultura. [...] A gente acaba tendo um custo às vezes... um custo inicial alto... paga um custo mais caro na semente. [...] Eles colocam

royalties... um valor alto para a gente pagar.
(Gerente comercial de sementes da Fazenda
Progresso)

Durante a visita de campo a Fazenda Progresso, foi possível observar a armazenagem de sementes transgênicas desenvolvidas pela organização para as condições de solo e clima locais, sendo também comercializadas para outros estabelecimentos produtores. Cabe destacar que, apesar de a Fazenda Progresso realizar o desenvolvimento e comercialização de sementes transgênicas apenas para o cultivo de soja, até o fechamento deste estudo, esse fato revela o posicionamento favorável da organização com relação à transgenia de sementes. A visita de campo também permitiu observar o impacto causado pela agricultura empresarial à paisagem natural, uma vez que foram percorridos aproximadamente dez quilômetros, antes de chegar à sede da Fazenda Progresso, com a paisagem natural do cerrado dando lugar à monocultura às margens da estrada, com seus limites indo para além do que a vista alcançava. A área total de cultivo da Fazenda Progresso é de 25.950 hectares, incluindo os cultivos de soja e milho, além do algodão.

A produtividade é o indicador que fundamenta as decisões produtivas nos sistemas de agricultura empresarial, justificando o uso abusivo de fertilizantes e defensivos sintéticos, além da implementação de processos danosos às dimensões ambiental e social do desenvolvimento. Os valores referentes aos fertilizantes e defensivos químicos representam, aproximadamente, 50% dos custos totais na cotonicultura. A busca pelo aumento de produtividade tem levado ao aumento no volume de agrotóxicos usados nos cultivos, acentuando os seus efeitos prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente (PORTO; SOARES, 2012).

A Fazenda Progresso se insere no quadro geral da cadeia produtiva do algodão no país, refletindo a busca de maior produtividade como o objetivo que justifica o desenvolvimento de novos insumos, tecnologias e defensivos. Assim, a importância econômica do comércio de fertilizantes e defensivos químicos, que representa aproximadamente 80% do faturamento do mercado antes da porteira, é intensificada para garantir o desempenho das atividades dentro da porteira. A importância da produtividade como fator que guia as decisões na cotonicultura empresarial pode ser notada em uma análise recente da cadeia produtiva do algodão realizada pela ABRAPA, ilustrada no seguinte trecho.

Depois que foi implantado nas regiões de cerrado e passou a ser cultivado em sistemas de produção de alta tecnologia, o algodão apresentou enormes avanços em produtividade. Hoje, como o nível da tecnologia empregada nas lavouras já é bastante elevado, a obtenção de novos ganhos de produtividade torna-se uma tarefa bem mais árdua. Esse desafio passa pelo desenvolvimento de insumos e técnicas de manejo mais modernas, como o avanço da utilização da agricultura de precisão e do sistema de algodão adensado, de cultivares mais produtivas e mais bem adaptadas às condições edafoclimáticas das regiões produtoras e de uma maior eficiência no combate às perdas ocasionadas por ataques de pragas e doenças. (Relatório da ABRAPA)

A Fazenda Progresso trouxe implicações para o desenvolvimento econômico na sua região, a partir dos esforços que foram realizados para aumentar a eficiência da produção de algodão, tornando-se uma referência de sucesso e excelência para outros produtores. A empresa emprega mais de 300 trabalhadores e assumiu um papel importante na geração de riqueza econômica e no estabelecimento de um exemplo estimulador à produção de algodão em outras propriedades. O seguinte trecho da entrevista concedida por Gregory Sanders à revista A Granja ilustra essa questão.

A fazenda tomou um porte muito grande. Nestes 13 anos de existência cresceu em um ritmo muito acelerado, venceu os desafios, os problemas climáticos, e conseguimos manter um ritmo de crescimento, embora tivéssemos adversidades de clima, preços, adaptação de tecnologias. Nós implantamos aqui na região o algodão herbáceo em alta escala e tivemos que adaptar tecnologia, fitotecnia, aprender com a cultura na região. E desenvolvemos um pacote que hoje serve de modelo a outras empresas também fazerem. Ficou mais fácil. Fomos os precursores, os pioneiros do algodão. Foram várias coisas que levaram a esse mérito para a gente. (Gregory Sanders, Revista A Granja)

As observações diretas permitiram registrar que a Fazenda Progresso tem seus processos realizados com equipamentos de alto nível tecnológico, que permitem o beneficiamento do algodão em grande quantidade, ao mesmo tempo em que evitam perdas residuais, sendo toda a matéria prima aproveitada, tanto na obtenção do produto principal quanto na obtenção de subprodutos que são comercializados como matéria para ração animal.

A figura 6 mostra algumas etapas do processo de beneficiamento do algodão na empresa, como o descaroçamento, a separação do algodão prensado e a separação dos caroços e dos resíduos, que são vendidos como ração para animais.

Figura 6: Beneficiamento do algodão na Fazenda Progresso



Fonte: Elaborado pelo autor

A capacidade produtiva das máquinas instaladas na Fazenda Progresso permite beneficiar 11.000 hectares de algodão por ano, que é uma capacidade bastante superior aos 5.000 hectares cultivados

atualmente. Os gestores da Fazenda Progresso buscam conhecer e instalar novidades tecnológicas que aumentam a produtividade dos cultivos e colocam a empresa em destaque como um modelo a ser seguido. Neste caso, a tecnologia é empregada como meio para obter melhor desempenho de desenvolvimento econômico. Os avanços tecnológicos resultam em maior eficiência e produtividade, que, por sua vez, aumentam a capacidade de atender às demandas do mercado internacional (ALVES; BARROS; BACCHI, 2008). O gerente comercial de sementes confirma o posicionamento da Fazenda Progresso como uma fazenda modelo, ressaltando o benefício produtivo obtido por meio do nível tecnológico instalado.

A fazenda aqui tem sido modelo para os outros adotarem. Eu acho que a gente tem sido modelo, sabe? [...] A fazenda aqui tem buscado o melhor. Tanto é que esse ano foi a maior média de algodão... desde que planta no Piauí, a maior média foi esse ano. [...] O que tiver de novidade aí, a gente está procurando se adequar... se igualar. Mas, estamos no mercado aí com uma tecnologia... investindo nas melhores tecnologias que têm. [...] Então, a gente está bem atento nas tecnologias aí. [...] Porque, hoje, tecnologia... ela traz produção. (Gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso)

As implicações positivas da cotonicultura empresarial na dimensão econômica do desenvolvimento são destacadas pelo diretor executivo da APIPA, que aponta para o setor da agricultura como o setor que tem apresentado os melhores resultados na economia do país. Esse entrevistado também considera que o resultado positivo da agricultura na economia é consequência do engajamento dos produtores, apesar da falta de apoio do setor governamental. Em sua opinião, as ações governamentais voltadas para a agricultura são fundamentadas em interesses políticos particulares, em vez de serem conduzidas por interesses no desenvolvimento econômico do país. Entretanto, o apoio governamental para o desenvolvimento econômico do setor, por meio de ajuda aos produtores, pode criar uma situação artificial que causa impactos negativos no mercado internacional, a exemplo da cotonicultura subsidiada pelo governo norte-americano (FERREIRA-FILHO; ALVES; VILLAR, 2009). Assim, a dimensão econômica do desenvolvimento é ressaltada, como é mostrado no seguinte trecho da entrevista.

Se o Brasil está economicamente bem é por causa da agricultura. Por parte da pasta do governo não há esse reconhecimento... o que o setor da agricultura está fazendo. E se a gente tem uma... sente alguma dificuldade, uma parte do governo não reconhece a agricultura... não enxerga a agricultura... não só o agronegócio... desde a agricultura familiar até o agronegócio. Isso vem muito politicamente e não economicamente. Há um interesse político e não um reconhecimento econômico. É uma luta aí do setor, que pede para potencializar... que trate melhor o setor da agricultura como um todo. [...] Você tem estados aqui essencialmente agrícolas como o Piauí e a agricultura familiar não funciona. Deveria funcionar. Não tem projeto... não tem condição... não tem liderança. E aí, quando uma agricultura dá certo como o agronegócio e o grande negócio dá certo, acaba sendo condenado e não reconhecido. (Diretor executivo da APIPA)

Junto a outros estabelecimentos, a Fazenda Progresso é membro da Associação Piauiense de Produtores de Algodão (APIPA), uma organização no nível estadual que compõe a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA). Essas organizações e seus membros possuem interesses particulares em questões da cadeia produtiva do algodão que promovem o desenvolvimento predominantemente econômico nas regiões onde realizam suas atividades, mas também possuem interesses em algumas questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Uma análise recente da ABRAPA sobre os fatores críticos da cadeia produtiva do algodão no país aponta para questões predominantemente econômicas, como pode ser visto no seguinte trecho.

Este breve capítulo apresenta uma análise de nove fatores críticos para o futuro da produção de algodão no Brasil: (1) competitividade do algodão com fibras sintéticas; (2) competitividade do algodão brasileiro no mercado internacional; (3) infraestrutura logística; (4) produtividade; (5) controle de pragas e doenças; (6) gestão dos custos de produção; (7) sustentabilidade; (8) agregação e

captura de valor; (9) preço e mercado da pluma e do caroço. (Relatório da ABRAPA)

Apesar da predominância da dimensão econômica do desenvolvimento nos interesses da ABRAPA e de seus membros, como a Fazenda Progresso, também existe um interesse no sentido de aproximar a cotonicultura empresarial dos preceitos da sustentabilidade. Desde 2010, alguns produtores brasileiros de algodão associados à ABRAPA têm sido licenciados pelo programa *Better Cotton Initiative* (BCI) para comercializar em nível internacional o algodão produzido, de maneira a promover as dimensões social e ambiental, além da dimensão econômica, do desenvolvimento. Em 2012, aproximadamente 66% do algodão comercializado internacionalmente com a licença BCI foi produzido no Brasil, muito embora essa quantidade representasse apenas 17% da produção total de algodão nacional. O BCI surgiu em meados dos anos 2000, por iniciativa de organizações interessadas em definir padrões de sustentabilidade para o cultivo de grãos, com base em parcerias, monitoramento e sistemas de rotulagem (DAVIRON; VAGNERON, 2011). Em 2012, a ABRAPA institucionalizou um programa próprio de estímulo à produção de algodão com base em princípios do desenvolvimento sustentável, denominado Algodão Brasileiro Responsável (ABR). O seguinte trecho do relatório da ABRAPA sobre a cadeia produtiva do algodão brasileiro ilustra essa questão.

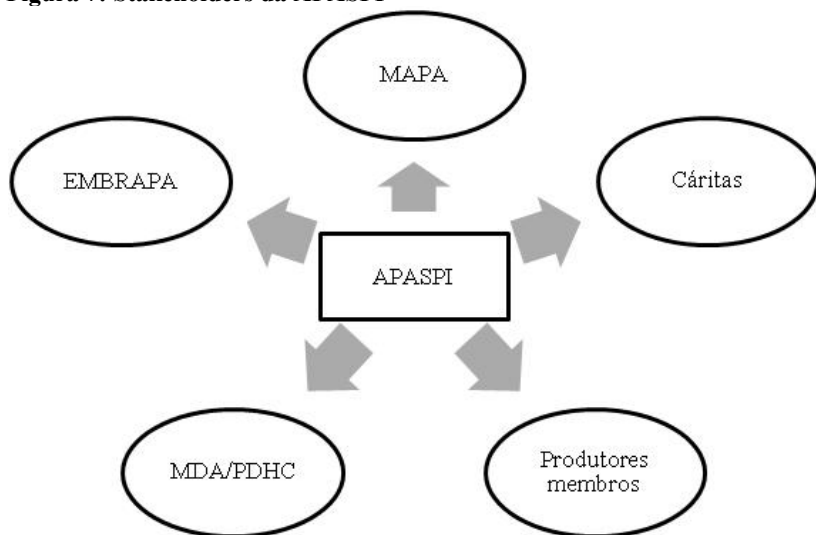
A crescente adesão das fazendas aos programas de sustentabilidade existentes no país demonstra a consciência do produtor quanto à importância desse aspecto para a agregação de valor, a consolidação dos mercados conquistados e, até mesmo, para a redução dos custos e riscos de produção no longo prazo. Atualmente, a Abrapa e a Better Cotton Initiative (BCI) têm trabalhado para unificar os critérios e indicadores de sustentabilidade em seus diferentes pilares. O objetivo dessa ação é permitir que, ao estar em conformidade com um único e abrangente protocolo – o Algodão Brasileiro Responsável (ABR) –, o produtor brasileiro possa obter o certificado ABR e, por livre opção, o licenciamento de comercialização BCI. (Relatório da ABRAPA)

Acredita-se que a adesão dos cotonicultores empresariais brasileiros aos programas BCI e ABR seja uma reação às críticas que são comumente direcionadas aos sistemas de agricultura empresarial, destacando o seu poder de causar danos ao meio ambiente e ao bem estar social das comunidades rurais. Contudo, os argumentos ressaltados pela ABRAPA, que justificam a adesão a esses programas, continuam reforçando o interesse na dimensão econômica do desenvolvimento, como a agregação de valor, consolidação de mercados, redução de custos e riscos de produção. Quando se trata da atuação da Fazenda Progresso nesse contexto, é possível afirmar, a partir do relatório da ABRAPA, que esse estabelecimento não aderiu ao BCI ou ABR até a safra 2012/2013. O relatório anual de 2014 da ABRAPA indica a adesão dos estabelecimentos localizados no Piauí a esses programas a partir da safra 2014/2015.

4.1.4 Relações da APASPI com seus stakeholders

Os *stakeholders* da APASPI estão ilustrados na figura 7.

Figura 7: Stakeholders da APASPI



Fonte: Elaborado pelo autor

O Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é uma organização que exerce influência nas atividades da APASPI por ser

o órgão regulador do governo que credencia as organizações que podem certificar produtos orgânicos para comercialização, por meio de certificações participativas.

O setor agrícola brasileiro está institucionalizado na administração pública, de maneira que o MAPA costuma oferecer apoio à agricultura empresarial (SABOURIN, 2007). Mas, o processo de reconhecimento realizado pelo MAPA, dos sistemas participativos de conformidade orgânica, revela um espaço de ação dessa organização em apoio à agricultura familiar, corroborando a opinião de Sabourin (2007), de que é um exagero considerar o MAPA uma organização de apoio exclusivo à agricultura empresarial e que ambas, a agricultura empresarial e a familiar, integram as mesmas cadeias produtivas. O seguinte trecho de uma notícia sobre o início do processo de credenciamento da APASPI no MAPA destaca o apoio dessa organização.

No dia 24 de outubro [de 2012], o assistente de campo no Sertão de São João do Piauí, Raimundo Clarindo; a presidente da Associação dos(as) Produtores(as) Agroecológicos do Semiárido Piauiense (APASPI), Maria de Fátima Sousa; e o agricultor multiplicador Salvador Ferreira visitaram a sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em Teresina. A visita teve como objetivo protocolar a documentação para pedido de credenciamento da APASPI como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). Na delegacia do Ministério, a equipe foi recebida pela Dra. Adriana Barreto, que coordena a Comissão da Produção de Orgânicos (CPOrg-PI) no estado. Servidora do Ministério e entusiasta da promoção da agroecologia, a coordenadora já vinha interagindo com a supervisão local do Projeto Dom Helder no Piauí no sentido de facilitar o processo de tramitação do pedido de credenciamento da APASPI. Adriana afirmou estar surpresa com a quantidade de ações e de experiências exitosas que foram apresentadas: “A gente aqui em Teresina e comissão de orgânicos precisa conhecer esses grupos, pois essas experiências são a concretização do que a gente tem buscado nessa luta da promoção da produção orgânica na agricultura familiar do Piauí”, disse. [...] Ela também informou que,

seguindo as orientações do Ministério, terá que fazer uma análise minuciosa de toda a documentação para detectar possíveis lacunas e saná-las, antes do envio à Brasília. “É para a gente evitar que volte de lá, ou que haja empecilhos lá no meio do processo; por isso vamos analisar com calma e vamos interagindo com a APASPI para fecharmos o processo com tudo ajustado, e só assim enviar para a equipe de Brasília”, explicou. (Notícia do site do Projeto Dom Helder Camara publicada em 16 de novembro de 2012)

O reconhecimento da qualidade orgânica da produção da APASPI pelo MAPA requereu um processo de acompanhamento que contou com reuniões e visitas de vistoria para o credenciamento e para a manutenção da organização. Como resultado, a APASPI representa um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC), cujo funcionamento é legitimado pelo governo brasileiro por meio do MAPA, como uma alternativa à certificação por auditoria para o reconhecimento da produção orgânica na agricultura familiar (JALFIM et al., 2013). A seguinte fala da presidente da APASPI ilustra a relação com o MAPA, acerca do credenciamento da organização como um OPAC.

A nossa associação já está credenciada no Ministério da Agricultura. A gente teve várias reuniões. O Ministério, inclusive, fez a primeira visita de cadastramento da associação para ver toda a documentação. Já fez a outra visita, que foi mais ou menos no mês de... no final de maio [de 2014], a visita de manutenção, que é a visita em que eles vêm ver... para ver se está tudo certinho... se não tem nenhuma coisa fora do... e aí, graças a Deus, eles não acharam nada de ruim para falar do nosso sistema. É um Sistema Participativo de Garantia, né? Porque é coletivo. A gente faz a certificação coletiva. (Presidente da APASPI)

Um gestor da APASPI corrobora a importância do MAPA nas atividades da organização, ao afirmar que “a força maior da APASPI tem sido o Ministério da Agricultura, né? Que é o grupo principal que fornece o... como é que chama... selo não... a gente para vender as coisas tem que ter o... certificado!... certificado... é o Ministério da Agricultura quem fornece o certificado”.

Apesar da relação estabelecida entre a APASPI e o MAPA para o credenciamento como OPAC, a agricultura familiar está institucionalizada nas ações do governo brasileiro como uma área de interesse predominante do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SABOURIN, 2007). Esse Ministério, por meio do Projeto Dom Helder Camara (PDHC), é uma organização que exerce forte influência nas atividades da APASPI, desde a coordenação de capacitações sobre a produção agroecológica, até o suporte técnico na elaboração de documentos formais, necessários para o credenciamento da organização como OPAC no MAPA. De acordo com Jalfim *et al.* (2013), esse protagonismo do PDHC tem a intenção de obter maior autonomia e menores custos de certificação para os agricultores familiares. O trecho a seguir ilustra o a relação da APASPI com o PDHC.

[...] foram realizadas capacitações orientadas pela coordenação técnica do Projeto Dom Helder. Ao todo são 27 agricultores(as) que já tiveram suas unidades de produção visitadas pela Comissão de Avaliação da APASPI e já podem ser certificadas com base na legislação. “São agricultores e agricultoras que fazem parte do projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos e são acompanhados pelo Projeto Dom Helder Camara, passaram por diversas capacitações e já praticam a agroecologia”, explicou Fátima Sousa, presidente da APASPI. (Notícia do site do Projeto Dom Helder Camara publicada em 16 de novembro de 2012)

O Projeto Dom Helder Camara exerceu influência na APASPI desde a sua constituição. As atividades da organização foram direcionadas para ser realizadas nas áreas de atuação do PDHC para ter o seu suporte técnico e estrutural. O PDHC atua com métodos participativos, buscando a integração de um arranjo territorial e oferecendo serviço de assessoria técnica baseado na Agroecologia (JALFIM *et al.*, 2013). No trecho a seguir, a presidente da APASPI destaca a importância de ter o apoio do PDHC, influenciando no estabelecimento dos limites de ação da associação.

Até o ano passado a gente tinha a parceria com o Projeto Dom Helder, com a assessoria da Cáritas Diocesano de São Raimundo Nonato, é quem

acompanha os grupos [de produtores] [...]. A associação tem dois anos e, assim, quem mais influenciou a gente mesmo foi o Projeto Dom Helder [...]. A gente não teve muita dificuldade de formar essa associação porque a gente já vinha acompanhada desde 2005 pelo Projeto Dom Helder [...]. Como a gente está começando agora, a gente não quis ir para muito longe porque tem essa dificuldade de locomoção, da gente ir e vir, para acompanhar os grupos. Então, a gente preferiu ficar na área onde o Projeto Dom Helder estava atuando. Então, ficou aqui no município de São Raimundo Nonato, com essa comunidade aqui, o Novo Zabelê, que é um assentamento mais outras comunidades na região quilombola [da Lagoa dos Prazeres], que também estão produzindo algodão [...]. Por enquanto, a gente não quis ir muito longe ainda porque a gente... falta estrutura ainda para a gente acompanhar esses grupos mais de longe. Até porque a gente contava com a estrutura do Projeto Dom Helder até... até esse ano (2014) ainda, a gente contou com um restinho de recurso que tinha no Projeto. (Presidente da APASPI)

Os próprios produtores que são membros da APASPI são atores relevantes nas atividades da associação de produtores. Esse tipo de organização é um dispositivo institucional implantado de maneira coletiva pelos agricultores para criar ou manejar recursos comuns, permitindo assegurar a função produtiva da agricultura (SABOURIN, 2010). Sabourin (2010) destaca que as comunidades de agricultores familiares têm recorrido às estruturas institucionais coletivas formalizadas juridicamente, com natureza essencialmente produtiva, para se adaptarem às propostas dos poderes públicos e outros agentes externos e, por sua vez, terem acesso a recursos que contribuem para a sua manutenção e reprodução. É a atividade de produção dos agricultores da associação que dá sentido ao papel da APASPI de avaliar o padrão de produção e conceder os certificados de conformidade de produção orgânica. Os agricultores têm seus produtos certificados como orgânicos pela APASPI, após um processo de avaliação de conformidade, como é ilustrado no trecho a seguir.

No dia quatro de junho [de 2014], 21 agricultores e agricultoras do município de São Raimundo

Nonato/PI receberam certificados de conformidade orgânica emitidos pela Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Piauiense, a APASPI. As famílias agricultoras passaram por todas as etapas de avaliação da conformidade, e a APASPI reconheceu que todas elas estão produzindo de acordo com a legislação orgânica e podem usar o selo orgânico em seus produtos. (Notícia do site do Projeto Dom Helder Camara publicada em 13 de junho de 2014)

Uma parte dos produtores associados da APASPI formam comissões que constituem o sistema participativo de garantia, com o papel de assegurar a conformidade do padrão de produção dos membros da associação com o padrão da agricultura orgânica. Os Sistemas Participativos de Garantias têm foco local e são baseados na participação dos atores interessados (CASTRO, 2013). Os membros dessas comissões são atores relevantes para as atividades da APISPI, devido às suas competências na avaliação dos processos produtivos e seus conhecimentos sobre a conformidade da produção orgânica. O seguinte trecho da entrevista com a presidente da APASPI ilustra essa questão.

Cada grupo tem uma comissão de ética e uma comissão de avaliação. Essa mesma comissão de avaliação dos grupos é que é a comissão de avaliação da associação. Ai... geralmente dois membros de cada grupo. A comissão de ética, ela faz uma visita geral em todos os agricultores para ver se todo mundo está dentro do que manda a lei dos orgânicos... se está produzindo direitinho como manda... e depois ela preenche um roteiro de visita, dizendo o que foi que encontrou na área de cada agricultor, prestando atenção principalmente na questão de erosão, se teve alguma queimada, se teve... se viu vestígio que usou algum agrotóxico, alguma coisa que não é para usar. E aí... depois dessa visita da comissão de ética, que é em todos os agricultores, aí vem a visita da comissão de avaliação. (Presidente da APASPI)

De acordo com uma notícia publicada em 13 de dezembro de 2013 no site do Projeto Dom Helder Camara, a agricultora Maria de Fátima Sousa, presidente da APASPI, declarou que a obtenção do

credenciamento como OPAC “é uma vitória de todos nós, famílias, Projeto Dom Helder, APASPI, Embrapa, Cáritas e todos os demais parceiros”. Nessa declaração, a Embrapa e a Cáritas são citadas como organizações parceiras que, assim como o Projeto Dom Helder Camara e os próprios produtores, influenciam as atividades da associação.

Apesar de a Embrapa ter apoiado o desenvolvimento da cotonicultura empresarial desde o final da década de 1980 (CRUZ; MAIA, 2008), essa organização também tem apoiado a prática da cotonicultura na agricultura familiar, mais recentemente, oferecendo formação e assistência técnica aos agricultores em parceria com outras organizações (JALFIM *et al.*, 2013). A parceria com a Embrapa foi registrada nas observações diretas durante a visita à APASPI, período no qual a Embrapa forneceu assistência técnica nos processos de descaroçamento e prensagem do algodão. A figura 8 a seguir mostra algumas imagens que retratam o uso de máquinas disponibilizadas pela Embrapa para os agricultores da APASPI, permitindo que eles realizassem o descaroçamento e a prensagem do algodão para, posteriormente, ser enviado ao comprador no circuito de comércio justo. A relação da APASPI estabelecida com a Embrapa também é ilustrada na seguinte fala da presidente da associação.

A gente teve um grande incentivo da Embrapa Algodão, da Paraíba. Inclusive, são eles que estão aqui hoje para ajudar a gente nessa questão do descaroçamento do algodão. Trouxeram essas máquinas de lá, porque ficaria impossível a gente... é... descaroçar esse algodão sem ter, assim, essa ajuda. Ficaria difícil para a gente. A gente começou essa ideia de produzir orgânico... começou a falar sobre produzir orgânico desde 2010, começamos as primeiras reuniões com a Embrapa Algodão, da Paraíba [...]. Como a gente estava com muito tempo que não trabalhava mais com algodão, os pais da gente trabalharam, mas aí a gente mesmo... eu mesmo não tinha nenhuma experiência de trabalhar com algodão. E aí, eles vieram para orientar a gente... como fazer as curvas de níveis nas áreas... juntamente com o técnico contratado para ajudar a gente... é... e para... na questão das pragas e defensivos naturais. Porque dentro da Embrapa, apesar de ter um grupo grande que defende a questão da monocultura e do uso dos produtos lá... dos NPKs (fertilizantes químicos) e dos

agrotóxicos... tem um grupo pequeno que pensa diferente né, que quer trabalhar com agricultura familiar e com essa questão dos orgânicos. (Presidente da APASPI)

Figura 8: Assistência técnica da Embrapa



Fonte: Elaborado pelo autor

A relação com a Embrapa também está presente no uso realizado pela APASPI das sementes para cultivo. Muito embora a Embrapa tenha

se dedicado ao desenvolvimento de sementes utilizadas na agricultura empresarial (AGUIAR; LIMA-FILHO; TORRES-JUNIOR, 2013), essa organização também tem mostrado esforços no desenvolvimento de sementes adaptadas ao cultivo agroecológico e no apoio a bancos de sementes comunitários (SABOURIN, 2010). Nessa questão, devido à adequação aos padrões requeridos pelos sistemas de produção orgânica, a associação se posiciona contra o uso de sementes modificadas geneticamente ou derivadas de cultivos com agrotóxicos.

A Embrapa nos forneceu a semente de algodão. Eles estão com dois anos que nos fornecem. Com fê em Deus, esse ano (2014) não vai precisar, porque nós vamos ter muita semente aí. Ai, já vamos tirar nossas sementes e plantar dessas que a gente já vai descaroçar. Agora, nos primeiros dois plantios, foi obrigado a Embrapa fornecer o algodão para a gente. Eles deram a semente para a gente, para a gente plantar. E ai, de agora em diante nós vamos guardar nossa semente. (Presidente da APASPI)

O Projeto Dom Helder Camara estabeleceu uma relação formal com a organização Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato para prestar apoio técnico à APASPI, se tornando uma organização com relevância nas atividades da associação. A Cáritas é uma organização vinculada à igreja católica, que começou apoiar e fomentar projetos de geração de emprego e renda em comunidades pobres no país desde os anos 1980 (FRANÇA-FILHO, 2004). A relação de apoio entre a Cáritas e a APASPI se manteve, mesmo com o término da relação formal que estabelecia a assistência técnica, como é ilustrado na seguinte fala de um membro da comissão de ética da associação.

O Projeto Dom Helder Camara e a Cáritas Diocesana são [organizações] parceiras nossa. A Cáritas, na época, os técnicos da Cáritas que atuavam lá [na Lagoa dos Prazeres] pelo Projeto Dom Helder Camara [...]. Só esse ano que terminou esse contrato e até agora não tem outro contrato ainda... não ficou mais. Mas, mesmo assim, com os recursos deles, eles não nos deixou [sic] em mãos. Sempre iam lá visitar... ver como é que está... ajudar em fazer alguns controles de algumas

pragas, se acaso tiver. (Membro da comissão de ética da APASPI)

A igreja católica assumiu um papel importante na história da sociedade civil organizada no Brasil, estimulando organizações populares, criando redes de solidariedade nos espaços locais das paróquias e incentivando práticas comunitárias (ANDION; SERVA, 2004). A Cáritas brasileira é uma organização inserida nessa trajetória e que, atualmente, influencia uma série de organizações de economia solidária, inclusive a APASPI, prestando assistência técnica na produção orgânica de maneira vinculada ao Projeto Dom Helder Camara.

O Projeto Dom Helder é o financiador e a Cáritas... é... com a parceria de... com assistência técnica [...]. A entidade da Cáritas é a que acompanha todos os grupos... acompanha todos os grupos. Ela dá formação... capacita, tanto na parte da produção quanto na parte... na parte social né... na parte de políticas públicas... na parte da produção... tudo. A Cáritas é quem faz esse papel aqui dentro do assentamento e nessas outras comunidades também que estou citando aqui no município de São Raimundo Nonato. Nos outros municípios, são outras entidades, mas também elas têm... Porque o Projeto Dom Helder não executa os recursos diretamente. Ele passa o recurso... por exemplo, o recurso de todos os projetos que foram investidos aqui dentro... eles vieram através... o Projeto Dom Helder passa para a Cáritas, e a Cáritas é quem executa. Ela é a executora. (Presidente da APASPI)

As análises apresentadas até aqui permitem uma compreensão da dimensão estrutural do capital social das relações da APASPI com seus *stakeholders*. A seguir, as análises aprofundam a compreensão das dimensões relacional e cognitiva do capital social das relações com os *stakeholders*.

4.1.5 Capital social da APASPI

Os membros da APASPI possuem uma identidade cultural com origem em uma comunidade que costumava viver de maneira integrada ao meio ambiente, onde hoje é o Parque Nacional Serra da Capivara,

assim, compartilhando significados quanto ao uso da terra e dos cultivos. Entretanto, o processo de assentamento em outra área permitiu que pessoas com outra origem cultural, e outros costumes, também habitassem dentro do mesmo assentamento. Assim, foi constituído o assentamento do Povoado Novo Zabelê, que abriga aproximadamente 250 famílias, enquanto que a APASPI é composta por aproximadamente 120 famílias.

Aqui nós somos remanescentes de outra comunidade que ficava dentro do Parque Nacional Serra da Capivara, que era o Zabelê e nós fomos tirados de lá quando foi para fazer o Parque. Ai, nós ficamos por aí nas periferias das cidades e só com dez anos depois que a gente conseguiu essa terra aqui para se assentar, né? De novo. Mas ai, dentro desse assentamento era para ter ficado só as pessoas que vieram do Zabelê, que eram cento e poucas famílias. Mas, no tempo, o INCRA tinha uma política de colocar não sei quantos mil assentados... não sei quantos mil assentamentos... não sei quantos mil famílias dentro dos assentamentos. Então, não estavam preocupados em saber se ia dar certo... se a terra dava para todo mundo... queriam botar o maior número de pessoas. Por exemplo, o assentamento para cento e poucas famílias acabou ficando com duzentos e cinquenta e seis [...]. Então dentro dessas pessoas... vêm pessoas que não tinha compromisso... de periferia de cidade, que não sabe o que é ser um agricultor, vêm para dentro do assentamento também. Então... e vêm pessoas, às vezes, que já têm outro costume de usar às vezes um veneno [...]. A gente tem que ter esse cuidado para eles não fazerem isso, porque a gente sabe que pode contaminar a produção da gente e a gente ser prejudicado por causa de umas pessoas dessas que não têm cuidado. (Presidente da APASPI)

A busca pelo credenciamento como um OPAC levou a APASPI a constituir um capital social organizacional, tanto internamente, entre seus membros, quanto externamente, com organizações da sociedade civil de apoio técnico e com organizações governamentais como o Ministério de Desenvolvimento Agrário por meio do Projeto Dom Helder Camara, que

dinamizou o cumprimento dos requisitos para o credenciamento. Assim, a promoção de bens públicos ou coletivos caracteriza a diversidade de interesses nessa rede de contatos (LOPOLITO; NARDONE; SISTO, 2011). O seguinte trecho ilustra a rede de relacionamentos que foi construída pela APASPI para o seu credenciamento como uma organização de avaliação da conformidade orgânica.

Após a explanação, a presidente da APASPI apresentou a documentação para o pedido de credenciamento e entregou a documentação de constituição (estatuto, regimento interno e ata de eleição da diretoria), além das normas técnicas de produção orgânica que basearão as avaliações da conformidade. Também foram entregues cópias dos cadastros dos agricultores(as) associados à APASPI e que já fazem parte da listagem de unidades controladas pela associação. Todos os documentos foram elaborados em processo participativo, envolvendo agricultores, agricultoras, equipes técnicas das parceiras e a supervisão do PDHC no Piauí. (Notícia do site do Projeto Dom Helder Camara publicada em 16 de novembro de 2012)

A relação dos agricultores da APASPI com os gestores do Projeto Dom Helder Camara foi estabelecida em meados dos anos 2000, antes mesmo da associação existir formalmente. Laços sociais coesos facilitam a percepção da reputação construída com base nos sucessos passados de colaboração, que são uma base para a confiança e que servem como um modelo para as próximas colaborações (PUTNAM, 2002). Ao longo do tempo, a relação da APASPI com o Projeto Dom Helder Camara foi desenvolvendo confiança e constituindo um estoque de capital social baseado na reputação e nas experiências positivas que foram acumuladas nessa relação, como é destacado na fala da presidente da associação.

A gente já vem numa caminhada longa desde 2005... final de 2004... que o Projeto [Dom Helder Camara] se apresentou aqui com o intuito de trabalhar com a agricultura familiar com a gente. Assim, foi o melhor projeto que a gente já teve aqui. Quando o Projeto Dom Helder chegou aqui, a gente não tinha... faltava energia, faltava água, faltava... e as estruturas todas que a gente construiu

foi tudo através de recurso [do Projeto]. (Presidente da APASPI)

A relação de confiança entre a APASPI e o Projeto Dom Helder Camara se desenvolveu devido aos benefícios obtidos, preenchendo uma lacuna deixada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que não atendeu às demandas da comunidade, desde a fundação do assentamento. A opinião da presidente da APASPI, a seguir, ilustra essa questão.

A gente é um assentamento que começou em 1997. E aí... as ações do INCRA... o INCRA é muito... demora muito para sair as coisas com o INCRA. A luta da gente com o INCRA é grande e ainda não terminou, porque eles têm algumas coisas que têm que fazer aqui dentro do assentamento e eles não conseguem fazer. Porque acabam misturando a parte do trabalho com política. Porque os superintendentes são sempre botados por algum político. E aí, de dois em dois anos tem eleição... aí fica aquela coisa... muitas vezes não faz o que tem que fazer porque não quer mexer “não sei o quê” para não perder voto [...]. O INCRA tem a obrigação de colocar assistência técnica dentro dos assentamentos. Só que nunca colocaram. A gente ia atrás e tudo. Nunca foi feito aqui nem os Pronaf A de assentamento, que é para ser feito. Mas aí, como nunca fizeram a parte que era o Plano de Desenvolvimento do assentamento, então nunca saiu também o Pronaf. (Presidente da APASPI)

Além de ser em função das melhorias de infraestrutura local que foram proporcionadas, a confiança da APASPI no Projeto Dom Helder Camara também é em função da capacidade dessa organização proporcionar a construção e o desenvolvimento de competências para os agricultores, sobretudo no que se refere aos conhecimentos e práticas da agroecologia. Assim, é estabelecida uma relação que constitui um capital social de ponte (PUTNAM, 2000), que preenche uma lacuna estrutural e permite o acesso a fontes de informações não redundantes entre os membros da associação (BURT, 2007). A seguinte fala de um gestor da APASPI mostra essa questão.

A entidade que mais convive aqui é o Projeto Dom Helder, que entrou aqui parece que em 2004. Essas obras aqui, que tem aqui tudinho, foi junto com o Projeto Dom Helder... Projeto Dom Helder e a Cáritas Diocesano, que são ligados. Eu, para mim... eu confio muito, porque só... para nós aqui mesmo, o tanto de benefício que têm dado para nós através dos conhecimentos... das coisas... cursos... e visitas... essas coisas tudo. Eu mesmo, posso dizer que aprendi muitas coisas depois do Projeto Dom Helder. (Gestor da APASPI)

A relação entre a APASPI e os técnicos que orientam as práticas agroecológicas resulta no acesso a informações não redundantes, que fortalecem uma afinidade cognitiva entre esses atores, quando tais informações passam a compor as opiniões dos membros da associação. Essa questão é mostrada na fala de um gestor da APASPI a seguir.

Aí quando tenho uma dúvida, eu já ligo... se ele (técnico assistente) estiver aqui... eu já ligo para ele: “ei fulano, ei... está acontecendo isso, assim e assim... como é que eu resolvo?” Se for, por exemplo... se tiver uma praga na roça... que nem a gente teve o técnico que trabalha aqui no algodão, né? Que se chama Gean... aí, quando tem uma dúvida sobre uma praga... quando tem uma dúvida sobre uma coisa que a gente não sabe resolver... aí a gente já liga: “ei, o que é que eu uso?” Essas dúvidas, assim, a gente resolve. (Gestor da APASPI)

O protagonismo do Projeto Dom Helder Camara, juntamente com a assistência da Cáritas, estimulou a criação da APASPI e a formação de grupos de pessoas com interesses comuns. A formação desses grupos coesos teve a importância de democratizar as decisões sobre a aplicação dos recursos obtidos por meio do projeto e de promover ações coletivas. Dessa forma, o convívio entre os membros da comunidade se torna mais forte, criando mais oportunidades para o estabelecimento de relações de confiança e para a acumulação de capital social de união (PUTNAM, 2000). O relato de um membro da comissão de avaliação da APASPI destaca a formação dos grupos.

Primeiro, eles [do Projeto Dom Helder Camara] trabalham [...] preparando os grupos de pessoas, né? Trabalha todo mundo organizadinho [sic]. Em parceria. Todos juntos ali. Não é só o cara sozinho. E segundo, que essas ONGs... o Projeto Dom Helder, a Cáritas Diocesano e as outras não trabalham com uma pessoa só. Trabalham com uma associação, e da associação é que a associação forma os grupos, né? Nas comunidades. Aí, trabalham assim. A gente se divide em vários grupos. A gente tem vários grupos aqui. Dentro do assentamento, a gente tem o grupo que a gente planta algodão. E só que, por exemplo, o Projeto Dom Helder passa a assessoria deles... a Cáritas Diocesano passa. Mas só trabalham assim. Só assim, organizado. (Membro da comissão de avaliação da APASPI)

A forte lealdade interna nos grupos sociais envolve uma reciprocidade particular, que é criada por um capital social de união (PUTNAM, 2000). A APASPI é formada por grupos de agricultores, sendo dois deles dedicados à produção de algodão, um localizado na região da Lagoa dos Prazeres e outro localizado no povoado Novo Zabelê. Em cada um desses grupos de agricultores, são estabelecidas comissões de avaliação da conformidade da produção orgânica, conforme prescreve o estatuto social da APASPI. A efetividade dessas comissões requer relações de confiança entre os demais agricultores e os membros das comissões, bem como afinidade cognitiva entre eles sobre os padrões de produção orgânica.

Art. 34 – Compete a Comissão de Avaliação: I. Avaliar a qualidade dos serviços e dos processos de produção, beneficiamento e comercialização dos produtos; II. Emitir pareceres conclusivos sobre a avaliação da conformidade dos membros da Associação dos(as) Produtores(as) Agroecológicos(as) do Semiárido Piauiense – APASPI que assim o solicitarem; III. Organizar e atualizar, bem como manter arquivados ao longo do tempo os cadastros dos agricultores(as), e suas organizações e interessados na avaliação da conformidade; IV. Organizar e controlar o fornecimento de selos; V. Revisar e propor à Assembléia Geral adequações e atualizações

periódicas do Manual de Procedimentos Operacionais e Normas Técnicas da Associação dos(as) Produtores(as) Agroecológicos(as) do Semiárido Piauiense – APASPI; VI. Atuar na mediação de contraditórios nos pareceres da Comissão de Verificação da Conformidade. (Estatuto social da APASPI)

As comissões funcionam como atores moderadores dos comportamentos dos agricultores, sendo estes recompensados com certificações, quando adotam os padrões desejados de produção orgânica, e outras vezes podem ser punidos, se não adotarem tais padrões. Por meio da coesão nas relações sociais, o poder de ação coletiva dos atores é capaz de restringir ações individuais, fornecendo sanções ou recompensas coletivas, que servem para guiar o comportamento dos atores (COLEMAN, 1988). Assim, as comissões canalizam a afinidade cognitiva sobre a produção de algodão e facilitam o desenvolvimento de relações de confiança entre os membros da associação, como é ilustrado no relato a seguir da presidente da APASPI.

A comissão de avaliação... ela vai fazer uma visita cruzada, que é a que vai dar o parecer final se o agricultor está dentro da conformidade. A comissão de avaliação daqui do assentamento, ela não visita os agricultores daqui. Ela vai visitar os agricultores de outras comunidades. E os das outras comunidades vêm visitar os daqui. Cada grupo tem sua comissão de avaliação e aí essa comissão... ela compõe a comissão de avaliação da associação, mas aí elas ficam em cada grupo. Aí elas... por exemplo... de lá, vem os de lá para visitar o pessoal aqui, e os daqui vão para visitar os agricultores de lá... para ter mais uma segurança de que não vai ter assim um... passar a mão na cabeça assim... dizer “ah, usou isso, mas vou fingir que não vi... não sei o quê”. Aí, para não ter esse risco, tem essa visita cruzada. (Presidente da APASPI)

As relações de confiança entre os membros da APASPI são nutridas por um controle social, no qual os próprios membros direcionam e controlam as normas de produção de toda a associação. As normas que prescrevem ações voltadas para os interesses da coletividade constituem uma forma de capital social (COLEMAN, 1988). Assim, as relações

sociais funcionam como meio de ajuste das ações legitimadas pelos indivíduos, como pode ser vista na fala da presidente da APASPI a seguir.

Tem a relação de confiança, mas um fica prestando atenção no que o outro está fazendo também. Fica sempre um de olho no que o outro está fazendo também para se ver alguma coisa errada dizer: “olha, fulano está fazendo”. E aí a gente tem que orientar, porque se a pessoa... a gente tem que dá uma advertência e se a pessoa continuar fazendo, ele tem que ser descadastrado da associação. (Presidente da APASPI)

Os agricultores associados à APASPI constroem relações de confiança e afinidade cognitiva acerca da produção orgânica, existindo um compartilhamento das normas de ação na produção. Contudo, o processo de compartilhamento de valores entre os membros de uma associação orientada para a produção agroecológica, tal como a APASPI, é um desafio devido à atribuição de diferentes significados. Ao analisar o caso da Rede Ecovida, Serva e Andion (2004) destacam que a produção agroecológica pode ser entendida pelos membros da organização como o objetivo de um processo ou como um meio para alcançar outros objetivos, restringindo o compartilhamento de significados e as ações de reciprocidade. As normas compartilhadas originam regras de reciprocidade generalizada, fazendo surgir relações de confiança entre os membros do grupo, que reduzem ações oportunistas e estimulam a cooperação (PUTNAM, 2002). As relações entre os produtores estão imersas em um sistema de controle social, no qual cada produtor acompanha o padrão de produção realizado por outro. Esse comportamento evita ações oportunistas e reforça a reciprocidade nas relações.

O processo de certificação começou no final do mês de abril, quando as comissões de ética locais de Lagoa dos Prazeres e Novo Zabelê visitaram todas as 21 unidades para avaliar o manejo das unidades de produção e verificar se estavam cumprindo as normas da produção orgânica. “Esse trabalho é muito importante, porque é o próprio agricultor que garante a qualidade do produto do seu vizinho, que ele conhece e com quem ele sempre conversa para trocar as informações que

tem”, comentou o agricultor Salvador Ferreira, de Lagoa dos Prazeres/São Raimundo Nonato (PI). Depois desse processo local, a Comissão de Verificação da APASPI, designada pela Comissão de Avaliação, faz uma visita a algumas unidades de produção de cada grupo para conferir o trabalho das comissões de ética locais. Após esse processo, a Comissão de Avaliação se reúne e decide se podem certificar as 21 áreas. (Notícia do site do Projeto Dom Helder Camara publicada em 13 de junho de 2014)

O Projeto Dom Helder Camara e a Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato desenvolveram uma relação de confiança com a APASPI, inclusive, devido à capacidade dessas organizações em intermediar as relações da associação com outras organizações governamentais, representando as suas demandas. Os atores intermediadores são responsáveis pelo preenchimento de furos estruturais nas redes sociais (BURT, 2007). Assim, o Projeto Dom Helder Camara e a Cáritas são organizações que assumem o papel de intermediadoras das demandas da APASPI junto a outras organizações da administração pública, como mostra o seguinte trecho da fala de um membro da comissão de ética da APASPI.

Depois que, assim, o Projeto Dom Helder Camara e a Cáritas chegou... assim, a gente conviveu e aprendeu mais. A gente teve uma visão melhor, assim, de conhecimento de como que a gente pode fazer até as nossas reivindicações mesmo junto aos outros órgãos. Muitas vezes, a gente não sabia como fazer nem um... assim, querendo dizer... aonde chegar... e outras assim... muitas pessoas que serviram muito. Eles sempre têm muitos conhecidos. É muito conhecimento para saber como até mesmo procurar seus direitos em outros [órgãos] governantes. (Membro da comissão de ética da APASPI)

Quando se trata da identificação de problemas e implantação de soluções, existe uma afinidade cognitiva entre os membros da APASPI e os técnicos da Cáritas. A relação de afinidade entre essas organizações permite que exista contato entre elas, que vão além das relações formais. Um membro da comissão de ética da APASPI afirma que quando existe

alguma dúvida, "mesmo sem a assessoria [formal], mas nós corremos atrás dos técnicos da Cáritas, que já atuaram com a gente".

A experiência positiva consolidada na relação da APASPI com o Projeto Dom Helder Camara e com a Cáritas, nos anos em que existiram laços formais entre essas organizações, proporcionou o surgimento de confiança entre elas, que se mantém, mesmo após o término dos laços formais. Esse relacionamento de confiança que se mantém intensifica a afinidade cognitiva entre os gestores da APASPI, os gestores do Projeto Dom Helder Camara e da Cáritas, como é destacado na seguinte fala da presidente da associação.

Mesmo o Projeto Dom Helder não tendo renovado esse ano, a gente já tinha criado aquele ciclo de confiança com o pessoal que estava na gestão aqui, que quando a gente tem um problema, a gente procura eles... a gente telefona para eles... eu telefono... a gente procura entrar em contato com eles, e com o pessoal da Cáritas também, para a gente, juntos, chegar a uma solução para os problemas. (Presidente da APASPI)

4.1.6 Implicações da APASPI no desenvolvimento

A produção agroecológica de algodão orgânico não degrada o meio ambiente na forma de desgastes dos solos e não prejudica a saúde dos produtores (BERLIM, 2009). Esses são aspectos das dimensões ambiental e social do desenvolvimento, respectivamente. Por ser uma organização que tem propósitos alinhados com a agroecologia, a APASPI promove essas dimensões do desenvolvimento de maneira mais ampla do que apenas pelo afastamento dos danos aos solos e à saúde dos produtores, conforme o seu estatuto social estabelece com relação às finalidades da organização.

Art. 4º - As finalidades da Associação dos(as) Produtores(as) Agroecológicos(as) do Semiárido Piauiense – APASPI são: I. Promover a Agroecologia; II. Constituir os Sistemas Participativos de Avaliação da Conformidade, que deverão ter, obrigatoriamente, no mínimo 20 (vinte) associados formalmente cadastrados, em no mínimo 02 (dois) grupos locais participantes e cumprindo as exigências mínimas de

funcionamento definidas no regimento interno; III. Assumir a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas no Sistema Participativo de Garantia da Associação dos(as) Produtores(as) Agroecológicos(as) do Semiárido Piauiense – APASPI, conforme legislação vigente; IV. Realizar atividades educativas, socioculturais, ambientais e de cidadania; V. Realizar atividades de conservação, preservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente; VI. Realizar atividades de acompanhamento técnico e extensão rural; VII. Promover a igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres; VIII. Promover o desenvolvimento sustentável e solidário. (Estatuto social da APASPI)

A qualidade orgânica do algodão cultivado pela APASPI é reconhecida pelos seus membros como um produto distinto, que é mais saudável por não usar agrotóxicos. O uso de agrotóxicos tem causado um conjunto de problemas de saúde coletiva entre os agricultores familiares como problemas oculares, respiratórios, cardiovasculares, neurológicos, cutâneos, gastrointestinais, cancerígenos, depressivos, além de suicídios e intoxicações (PORTO; SOARES, 2012). A busca por práticas mais saudáveis para os produtores e para os consumidores faz com que os associados da APASPI busquem a qualidade orgânica em outros produtos que são cultivados de maneira consorciada ao cultivo de algodão, como milho, feijão, gergelim, abóbora e melancia. Assim, a cotonicultura orgânica promove a dimensão ambiental do desenvolvimento, por evitar os impactos negativos da monocultura e do uso de agrotóxicos, como também promove a dimensão social, por implicar em uma atividade sem a exposição dos trabalhadores aos perigos à saúde por contaminação com produtos tóxicos. O seguinte trecho da fala de um membro da comissão de avaliação da APASPI destaca essa questão.

A gente... a gente tinha uns produtos véi [sic] que num... que vêm da Bahia. Você mora para lá da Bahia. Você sabe que os produtos são tudo com veneno. Ai hoje, a gente, com essa associação aí, certifica esse algodão aí. Ele é orgânico. Lá, o feijão que a gente tira é orgânico. O milho que a gente tira é orgânico, né? Todo produtor, desses aí, tem o certificado de orgânico. E aí, a associação é muito boa. A gente... tudo que a gente tem aí é

certificado na nossa roça. É um certificado que vale de um ano, mas, quando for no outro ano, a gente recebe outro. (Membro da comissão de avaliação da APASPI)

A APASPI usa os fundamentos da agroecologia nos sistemas de produção, promovendo, assim, a dimensão ambiental do desenvolvimento, uma vez que esses fundamentos prezam pela conservação dos ecossistemas. Dependendo do contexto, a prática da agricultura orgânica respeita a ciência agroecológica em maior ou menor grau (ASSIS; ROMEIRO, 2002). A prioridade da APASPI está no processo implantado na produção, que seja o mais próximo possível dos princípios da agroecologia.

A gente não trabalha só o orgânico. A gente trabalha a agroecologia. Porque a gente não quer só produzir um orgânico. Porque para produzir orgânico você pode muito bem delimitar aqui uma área e você fazer naquela área ali... aplicar só as técnicas de orgânicos... e você certificar sua produção. Mas, a gente não é um agricultor só orgânico. A gente é um agricultor agroecológico, porque a gente é todo um conjunto de técnicas... de manejo que a gente tem que fazer com a área da gente para a gente não degradar... não acabar com a terra da gente. Tem que ter uma terra para ela, cada vez mais, ser mais produtiva. E não destruir. (Presidente da APASPI)

Os esforços dos membros APASPI para a conservação do meio ambiente têm levado a conflitos com outros habitantes na área do assentamento do Povoado Novo Zabelê, pois uma parte desses habitantes não tem a mesma integração com a natureza que têm os remanescentes e descendentes da comunidade Zabelê. Esses conflitos são resultados do empenho dos membros da APASPI em evitar as práticas de queimadas, corte de árvores, com finalidade comercial, e aplicação de agrotóxicos em cultivos. A comunidade Zabelê, que foi desocupada da área do Parque Nacional Serra da Capivara, era composta por aproximadamente 80 famílias, que correspondiam a mais de 700 pessoas (SOUZA, 2009). No entanto, o assentamento do Povoado Novo Zabelê abriga aproximadamente 250 famílias, incluindo pessoas com outras origens, hábitos e compromissos associados ao meio ambiente.

A agricultura com base na agroecologia é reconhecida pelos agricultores que a praticam como um sistema de produção que tem impactos positivos na melhoria das condições das comunidades, sendo incentivados a ampliar e intensificar essa prática. Além das questões ecológicas, a agroecologia também enfatiza as questões socioeconômicas (ASSIS, 2006).

“São ações que estão melhorando a vida da gente, e que a gente quer que sejam cada vez mais fortes. Com a certificação isso vai acontecer, com certeza”, afirmou Salvador Ferreira, que é agricultor multiplicador e agroecologista na comunidade Lagoa dos Prazeres, em São Raimundo Nonato-PI. (Notícia do site do Projeto Dom Helder Camara publicada em 16 de novembro de 2012)

A relação da APASPI com o Projeto Dom Helder Camara proporcionou melhorias na dimensão social do desenvolvimento da comunidade, como a distribuição do acesso à energia elétrica e à água encanada. A associação estava composta por 120 famílias, até o fechamento deste estudo, organizadas em grupos orientados para a produção de algodão, de frutas e de remédios caseiros. A presença do Projeto Dom Helder Camara na comunidade formada pelos membros da APASPI também promoveu o engajamento cívico pela transparência na aplicação dos recursos públicos, permitindo que os produtores acompanhassem todos os investimentos que foram realizados.

[...] Aí, o Projeto Dom Helder nos ajudou a reivindicar aqui pro governo aqui do Piauí a nossa energia... que o assentamento é grande e ninguém queria fazer... é aquela coisa. E a gente conseguiu com o Projeto ajudando e a gente fazendo um movimento, levando a gente para Teresina e tudo... e a gente conseguiu colocar energia no assentamento todo. Depois, em 2006, nós conseguimos colocar água. Colocamos primeiro um chafariz e depois colocamos água encanada em todas as casas [...]. Os recursos que foram... que vieram para aqui foram bem administrados, porque a gente tinha todo acesso a tudo. Então, a gente sabia onde é que estava cada centavo dos projetos

que vieram para aqui pro assentamento. (Presidente da APASPI)

A transparência promove a dimensão institucional do desenvolvimento, que também é promovida na gestão da APASPI, uma vez que adota processos de decisão democráticos e participativos na identificação de problemas e implantação de soluções. Esse aspecto é reforçado pela relação que a associação estabelece com a Cáritas para obter suporte técnico, como é destacado na fala da presidente da APASPI a seguir.

Eles (os técnicos da Cáritas) levam em conta principalmente o que a gente já sabe. Eles não vêm... claro que eles dão as dicas de como melhorar... mas, eles não dizem assim: “ah não, desse jeito aí não pode”, “não tem que ser feito desse jeito”. E todo projeto que teve aqui até hoje foi construído coletivamente. Nenhum projeto veio assim para dizer: “ah não, nós temos isso aqui para vocês e pronto!”. Isso aí, a gente tem experiência que não dá certo. Que algum que veio antes da gente ter esse acompanhamento [da Cáritas] não deu certo [...]. Então, os projetos foram todos construídos com o coletivo... com a participação... os grupos dando opinião. (Presidente da APASPI)

No final de 2014, a Cáritas foi selecionada novamente pelo MDA para continuar prestando assistência técnica ao Projeto Dom Helder Camara, por meio de convênio formal, na região que envolve o assentamento do Povoado Novo Zabelê. A partir dessa iniciativa, deverá ser destinado o recurso de R\$ 136.500,00 para ser investido no desenvolvimento do Povoado Novo Zabelê nos anos de 2015 e 2016.

A atuação de Rede Ecovida de Agroecologia no sul do país, que utiliza a certificação participativa, é um exemplo bem sucedido de reconhecimento da produção orgânica, de maneira alternativa à certificação por auditoria (ROVER, 2011). O Projeto Dom Helder Camara, inspirado na experiência bem sucedida no sul do país, deu suporte para que a APASPI promovesse a participação da comunidade no desenvolvimento regional, institucionalizando um Sistema Participativo de Garantia. A seguinte fala da presidente da APASPI destaca esse ponto.

O pessoal do Ceará, da Paraíba e do Pernambuco já estavam vendendo produto orgânico só que... produzindo... começaram primeiro que a gente... só que certificando através das certificadoras... o IBD e outras certificadoras. Então, o agricultor tinha que pagar caro para fazer a certificação. Então, eles [do Projeto Dom Helder Camara] viram que como já tinha essa questão de certificação participativa no sul do país... eles viram que... começaram a... foram ver... foram conhecer... e viram que dava para a gente fazer aqui também. E aí, eles incentivaram a gente a organizar para que a gente fizesse aqui também nos territórios onde eles estavam atuando. (Presidente da APASPI)

De acordo com uma notícia do site do Projeto Dom Helder Camara, publicada em 24 de setembro de 2013, “a certificação orgânica será um passo importante, inclusive para melhorar a renda das famílias, agregando valor à produção”. Nesse sentido, a agricultura orgânica é vista como um sistema produtivo, capaz de promover benefícios ao desenvolvimento econômico das comunidades que se dedicam a essa prática. A relação da APASPI com o MAPA para o credenciamento da organização como um OPAC tem a finalidade de obter a certificação para comercialização dos produtos. Até o encerramento deste estudo, a produção de 21 agricultores da associação estava certificada como orgânica, incluindo as produções de milho, feijão, gergelim e abóbora, que são produzidos em consórcio com o algodão. Assim, apesar de essa relação ser estabelecida no reconhecimento da qualidade orgânica na agricultura, destacando a sua estreita relação com a dimensão ambiental do desenvolvimento, a certificação proporciona a comercialização e ganho de renda, ressaltando também a dimensão econômica dessa dinâmica.

Inclusive, a gente só pode vender um produto, dizendo que é orgânico, se ele estiver cadastrado lá [no Ministério da Agricultura]... que a gente tem o Cadastro Nacional de Agricultores [Produtores] Orgânicos... e aí, a gente tem que estar cadastrado lá, dizendo que a gente tem aquele produto para vender. (Presidente da APASPI)

As atividades da APASPI representam uma oportunidade de obter maior renda para seus membros por meio da comercialização de algodão

e, com isso, obter melhor qualidade de vida para a comunidade. Os produtores que comercializam algodão orgânico, em circuitos de comércio justo, recebem o dobro do valor que receberiam no mercado comum de algodão convencional (FARIA; PEREIRA, 2012). Assim, a APASPI promove a dimensão econômica, por realizar uma atividade com produtos que são convertidos em valor monetário, e também promove a dimensão social do desenvolvimento regional, por ser um meio para os seus membros aumentar a renda familiar e a qualidade de vida. Esse ponto é contemplado na fala de um membro da comissão de avaliação da APASPI.

Aqui a gente... a gente trabalhava só com milho e feijão. Aí, não tinha renda. A renda era muito pouca. Aí, a gente foi atrás disso aqui... a casa do mel para a gente produzir mel e ir rodando. Esse aí (o algodão), a gente está entrando agora... também já está com dois anos que a gente entrou, mas não conseguiu produzir. Esse é o primeiro ano que a gente produziu. Pouco né... a gente acha pouco. Então... ta com uma renda boa aqui para melhorar a vida do pessoal [...]. A gente busca é isso aí... é a qualidade de vida... qualidade de vida para melhorar mais. (Membro da comissão de avaliação da APASPI)

Uma notícia do site do Projeto Dom Helder Camara, publicada em 13 de junho de 2014, afirma que “o algodão orgânico [produzido pela APASPI], agora certificado, deverá ser vendido para o mercado justo e solidário”. Assim, é adotado o mesmo caminho de comercialização que foi utilizado na experiência pioneira da Adec, que exportou o algodão orgânico produzido no Ceará para uma empresa francesa em um sistema de comércio justo (BOSSLE *et al.*, 2012).

Por ser integrada a um circuito de comércio justo, a cotonicultura realizada pela APASPI fortalece implicações multidimensionais no processo de desenvolvimento regional. A participação nas cadeias de comércio justo promove a dimensão ambiental do desenvolvimento, valorizando a consciência ecológica e técnicas sustentáveis de produção de algodão orgânico, ao mesmo tempo também promove a dimensão econômica, proporcionando maior rendimento para os produtores do que os canais de comércio comum (FARIA; PEREIRA, 2012). A integração da APASPI no circuito de comércio justo é registrada em uma observação direta durante uma conversa informal entre a presidente da associação e

um técnico da Embrapa, na qual é formada uma impressão de contestação quanto ao uso da expressão “socialmente justo”. Nessa conversa, a presidente destaca que a imagem das comunidades produtoras e suas condições de pobreza são exploradas nas embalagens dos produtos para atrair consumidores nos países de destino, muito embora os comerciantes, em vez dos produtores, tenham maiores rendas sobre a venda dos produtos, devido à qualidade orgânica que agrega maior valor de mercado. O movimento do comércio justo é frequentemente percebido como um nicho de mercado para as indústrias agrícolas transnacionais e as grandes redes de varejo, que descaracterizam o ideal de parceria com os pequenos produtores na origem da cadeia produtiva, ao dominar toda a cadeia produtiva (ASTI, 2007).

Mesmo sendo um avanço que beneficia a produção agrícola dos agricultores familiares no território brasileiro, a certificação participativa não é reconhecida para a integração nos mercados de circuitos longos, como aqueles denominados de comércio justo. As empresas compradoras nesse canal de comercialização exigem que o produto seja certificado como orgânico por um processo de auditoria, que se torna um desafio para agricultores familiares em um sistema participativo de reconhecimento da qualidade orgânica de seus produtos (JALFIM *et al.*, 2013). No caso pioneiro da cotonicultura orgânica da Adec no Ceará, que é uma das referências para a atuação da APASPI, o processo de certificação por auditoria, exigido pela empresa compradora no comércio justo, custou sete mil reais.

A certificação participativa converge com a ideia de respeito à diversidade cultural na agricultura familiar, além de propor um rompimento com as lógicas predominantes de mercado. O fato de as dinâmicas no comércio justo utilizarem os mesmos instrumentos dos mercados internacionais imersos na lógica capitalista, como a certificação por auditoria, impede que esse meio de comercialização tenha a força de propor uma mudança na lógica de comercialização em benefício da agricultura familiar, sobretudo a que se dedica a sistemas de produção alternativos à agricultura baseada na química agrícola. Assim, as atividades da APASPI, integradas a uma cadeia de comércio justo, promovem um desenvolvimento econômico que repousa no comércio internacional, em vez de atender às demandas de mercados de proximidade.

Esse ano (2014) mesmo, a gente fez toda a nossa certificação participativa, né? Através da associação... só que... o comprador nosso é um

espanhol. E aí, o espanhol... ele não aceita... para poder exportar, não é só para Espanha, mas para todos os outros países, eles não aceitam essa certificação da gente participativa. Tem uma discussão lá pesada dentro do Ministério da Agricultura para ver se consegue que os outros países reconheçam a certificação participativa, mas por enquanto não dá para exportar com essa certificação que a gente tem. Vender em todo o Brasil dá, mas só que para exportar não. Então, ele disse que queria... o espanhol falou que queria comprar o algodão, mas que tinha que ser com a certificação do instituto de fora [...]. Esse ano nós vamos aceitar, porque nós estamos começando agora... nós não temos muitos outros compradores em vista... então vamos aceitar... desde que ele pague... desde que ele pague a certificação, né? Que ele pague a pessoa. Porque essa certificação por auditoria é muito cara. Os caras cobram muito caro as diárias deles [...]. E aí, ele disse que pagava, então a gente aceitou e esse ano a gente vai vender dessa forma. (Presidente da APASPI)

Uma vez apresentadas as análises sobre os dados obtidos referentes a cada caso estudado, se faz necessária a análise comparativa para elucidar convergências e divergências em busca dos objetivos deste estudo.

4.2 UMA VISÃO COMPARATIVA DOS CASOS

Esta seção apresenta a comparação entre os casos estudados de acordo com as categorias de análise utilizadas. As análises comparativas são apresentadas nas subseções a seguir.

4.2.1 Diversidade de interesses

Uma comparação entre os *stakeholders* relevantes nas atividades da Fazenda Progresso e da APASPI é apresentada nesta seção, considerando a diversidade de interesses desses atores. É necessário reconhecer que, em suas práticas administrativas, os gestores da Fazenda Progresso e da APASPI podem interagir com outros atores para realizar suas atividades. Também é importante salientar, que as análises a seguir não pressupõem que os *stakeholders* identificados têm o mesmo grau de

importância, pois a revelância de cada um dos *stakeholders* pode variar de acordo com a percepção dos gestores sobre os seus atributos de poder, legitimidade e urgência (MELO; RÉGIS, 2013; MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997). Contudo, uma análise da importância dos *stakeholders* não faz parte do escopo da presente pesquisa. A análise apresentada nesta subseção atende ao objetivo específico de **identificar a diversidade de stakeholders relevantes na cotonicultura convencional e na orgânica**.

As organizações governamentais são percebidas como *stakeholders* relevantes tanto para os gestores da Fazenda Progresso quanto para os gestores da APASPI. No caso da APASPI, desde a sua constituição como organização, existe uma forte influência do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio do Projeto Dom Helder Camara (PDHC). A APASPI decidiu limitar a realização de suas atividades aos territórios atendidos pelo PDHC, para assegurar a obtenção de seu suporte na capacitação dos agricultores sobre a produção agroecológica e na elaboração dos documentos formais necessários. No caso da Fazenda Progresso, suas atividades são influenciadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), do Ministério dos Transportes, que é a organização responsável pela infraestrutura logística do país, realizando a manutenção, construção e fiscalização das estradas para o transporte rodoviário da produção e dos portos para a exportação.

Na década de 1960, o governo brasileiro afetava o mercado agrícola pelo controle das exportações de matérias-primas para promover a exportação de produtos manufaturados e, a partir da década de 1990, passou a interferir no mercado agrícola pela implementação de medidas de estímulo à produção (ALVES; BARROS; BACCHI, 2008; CRUZ; MAIA, 2008). A produção agrícola empresarial do país tem sido expandida territorialmente, revelando uma nova fronteira agrícola, que requer investimentos governamentais na infraestrutura de transportes (AGUIAR; LIMA-FILHO; TORRES-JUNIOR, 2013; FERRO; CASTRO, 2013). Por sua vez, a agricultura familiar tem sido uma área de interesse predominante do MDA nas ações do governo brasileiro (SABOURIN, 2007). Inserido no MDA, o PDHC tem a intenção de obter maior autonomia e menores custos de certificação para os agricultores familiares, atuando com métodos participativos, focados na integração de um arranjo territorial e oferecendo serviço de assessoria técnica para a implementação da agroecologia (JALFIM *et al.*, 2013).

As organizações governamentais vinculadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) assumem um papel relevante no campo estudado, sendo a Companhia Nacional de

Abastecimento (CONAB) um *stakeholders* da Fazenda Progresso, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) um *stakeholder* da APASPI. A CONAB se dedica ao planejamento, produção e comercialização da produção agrícola do país, sendo uma fonte de informações e um organismo fiscalizador na relação com a Fazenda Progresso. A Embrapa presta assistência técnica a APASPI, fornecendo sementes apropriadas para o cultivo orgânico e auxiliando nos processos de descaroçamento e prensagem do algodão

A EMBRAPA tem apoiado as práticas de cotonicultura na agricultura familiar, oferecendo formação e assistência técnica aos agricultores, bem como desenvolvendo sementes adaptadas ao cultivo agroecológico que são disponibilizadas aos bancos de sementes comunitários (JALFIM *et al.*, 2013; SABOURIN, 2010). Essa organização também tem apoiado o desenvolvimento da cotonicultura empresarial, desde o final da década de 1980, se dedicando no desenvolvimento de sementes utilizadas na agricultura empresarial (AGUIAR; LIMA-FILHO; TORRES-JUNIOR, 2013, CRUZ; MAIA, 2008). Contudo a EMBRAPA não aparece entre as relações da Fazenda Progresso com seus *stakeholders* mais relevantes. Uma razão para isso pode ser a atividade de desenvolvimento de sementes que a própria empresa tem realizado internamente.

O próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é um *stakeholder* relevante nas atividades de ambas as organizações estudadas, a Fazenda Progresso e a APASPI. A Fazenda Progresso estabelece relações com o MAPA por meio da Camara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados, que tem o objetivo de fazer proposições e acompanhar as atividades da cadeia produtiva. A empresa é representada pela Associação Piauiense de Produtores de Algodão (PIPA), que é membro da Camara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados. Por sua vez, a APASPI estabelece relações com o MAPA para cumprir os requisitos do credenciamento da organização como uma entidade certificadora da conformidade de produtos orgânicos para comercialização, por meio de certificações participativas. O processo de credenciamento estabeleceu uma relação marcada por reuniões entre gestores das organizações e visitas de vistoria realizadas pelos gestores do MAPA, para a manutenção da situação da APASPI como um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC).

A APASPI tem a função de um OPAC, que é uma alternativa à certificação por auditoria para o reconhecimento da produção orgânica na agricultura familiar, sendo o seu funcionamento legitimado pelo MAPA (JALFIM *et al.*, 2013). Assim, os sistemas participativos de conformidade

orgânica têm recebido apoio dessa organização por meio de uma Coordenação de agroecologia do Departamento de sistemas de produção e sustentabilidade, localizada na Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do MAPA. Esse fato corrobora a opinião de Sabourin (2007), de que o MAPA é uma organização de apoio, tanto para agricultura empresarial, quanto para a agricultura familiar, considerando que ambas integram as mesmas cadeias produtivas. Entretanto, ainda é possível afirmar que existe um tratamento prioritário da agricultura empresarial na estrutura do MAPA, que tem espaços de comunicação com as empresas nas Câmaras Setoriais, enquanto que o espaço de comunicação com os estabelecimentos de agricultura familiar, dedicados à produção orgânica, é apenas uma unidade de coordenação dentro de um departamento de uma secretaria da organização.

Por ser um *stakeholder* relevante, tanto para a Fazenda Progresso, quanto para a APASPI, o MAPA se torna um ator intermediador com o poder de controlar a comunicação e a criação de laços entre essas organizações. Assim, o MAPA tem acesso a fontes de informações não redundantes na cotonicultura, preenchendo uma lacuna estrutural nas conexões entre as organizações interessadas (BURT, 2007), sendo elas baseadas em sistemas convencionais de produção na agricultura empresarial e em sistemas de produção orgânica na agricultura familiar.

Um grupo de *stakeholders* da Fazenda Progresso e da APASPI é formado pelos membros internos dessas organizações, sendo estes os indivíduos que realizam as atividades das organizações e influenciam seu desempenho. As atividades da Fazenda Progresso são influenciadas pela família de Gregory Sanders, mas, cabe salientar, que essa empresa é constituída por indivíduos vinculados por relações formais de emprego e trabalho, não sendo caracterizada como um sistema de agricultura familiar. Porém, a Fazenda Progresso é uma empresa familiar com uma trajetória direcionada pela família Sanders desde sua fundação, por iniciativa de Cornélio Sanders, até os dias atuais com a direção de seu filho Gregory Sanders e com os cuidados da mãe na estrutura física e na paisagem nos ambientes da empresa. Também como *stakeholder* interno, o grupo de indivíduos que constitui a APASPI realiza ações relevantes para as atividades da organização. As atividades de avaliação do padrão de produção e emissão de certificados de conformidade de produção orgânica, realizadas pela APASPI, ganham sentido por meio da produção dos seus membros.

Ao considerar a família do gestor como um *stakeholder* da organização, o caso da Fazenda Progresso mostra que os *stakeholders* podem ser atores diferentes dos grupos genéricos que geralmente são

analisados nas pesquisas sobre o tema (MCVEA; FREEMAN, 2005). As organizações podem ter fortes relações com a família dos gestores, sendo reconhecida como um *stakeholder* com alto grau de importância nas suas atividades (MELO; RÉGIS, 2013). No caso da APASPI, o grupo de indivíduos que forma a associação é considerado como um *stakeholder* relevante, devido à função produtiva que exerce na realização dos objetivos da organização. A função produtiva da agricultura, em comunidades de agricultores inseridos em sistemas de produção familiar, é assegurada pela criação e gestão de recursos comuns, que requerem a organização desses produtores em associações (SABOURIN, 2010). De acordo com Sabourin (2010), as organizações de produtores em associações permitem que os agricultores tenham acesso a recursos governamentais e a outros agentes externos que contribuem para a manutenção e reprodução de suas atividades. Assim, a necessidade de ter acesso a fontes externas de recursos, para a realização da função produtiva da agricultura, torna os agricultores membros das associações em *stakeholders* internos dessas organizações.

Nas duas organizações estudadas, são identificados *stakeholders* internos que são relevantes nas suas atividades, exercendo a função decisória na Fazenda Progresso e a função produtiva na APASPI. Na Fazenda Progresso, as principais decisões são tomadas entre os membros da família que dirige a empresa. Por exemplo, a mãe do diretor Gregory Sanders exerce forte influência nos processos decisórios relacionados à caracterização e organização da estrutura física da empresa, ressaltando a ornamentação dos jardins e dos ambientes. Na APASPI, o padrão da produção orgânica depende do engajamento dos seus membros internos, implementando as técnicas adequadas no processo produtivo, e formando comissões que constituem o sistema participativo de garantia para assegurar a conformidade orgânica da produção.

Ambas as organizações estudadas estabelecem relações com organizações não governamentais sem interesses lucrativos, que são próprias do terceiro setor. A Fazenda Progresso faz parte da associação estadual de produtores de algodão, que, em conjunto com associações de outros estados com produção de algodão em grande escala, constitui a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA). As ações dos cotonicultores empresariais são direcionadas pela ABRAPA, que busca soluções para os desafios que surgem na cotonicultura, representando e conferindo legitimidade a esses produtores. Por sua vez, a APASPI estabeleceu uma relação com a organização Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato, que se manteve de maneira informal com o

término do vínculo formal, para receber apoio e assistência técnica na realização das suas atividades.

A Fazenda Progresso e APASPI possuem relações com organizações do terceiro setor que têm diferentes finalidades e meios de atuação. Uma associação de produtores, tal como a ABRAPA, tem a finalidade de conseguir realizar objetivos comuns de seus membros por meio de sua capacidade de articular produtores e manter suas relações coordenadas e estáveis (CASTRO; LOPES; NEVES, 2013). Já uma organização com base filantrópica, como a Cáritas, busca apoiar e fomentar projetos de geração de emprego e renda em comunidades pobres no país (FRANÇA-FILHO, 2004). A Cáritas brasileira é uma organização que faz parte da trajetória da igreja católica na história da sociedade civil organizada no Brasil, estimulando organizações populares, criando redes de solidariedade nos espaços locais das paróquias e incentivando práticas comunitárias (ANDION; SERVA, 2004).

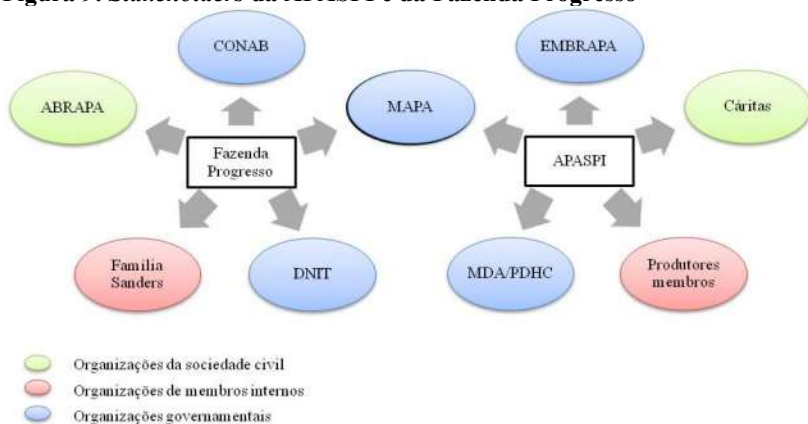
Tanto a Fazenda Progresso quanto a APASPI estabelecem relações com organizações do terceiro setor, sendo elas a ABRAPA e a Cáritas, respectivamente. Direcionada para apoiar e fomentar populações pobres, a Cáritas é uma organização com ações baseadas no princípio filantrópico, que deu origem à institucionalização das organizações não governamentais sem fins lucrativos no país. Por sua vez, a ABRAPA é constituída com base em um modelo de organização da sociedade civil que se difundiu paralelamente à implementação dos sistemas políticos e econômicos neoliberais no final do século XX. Esses sistemas diminuíram a atuação do Estado na sociedade, requerendo que grupos particulares constituíssem organizações para representar os interesses de seus membros perante o Estado. Portanto, existe uma diferença entre as organizações do terceiro setor que dão suporte para as atividades da Fazenda Progresso e da APASPI, sendo a atuação da ABRAPA direcionada de maneira interessada em obter benefícios para um grupo particular, enquanto que a atuação da Cáritas é direcionada de maneira filantrópica para dar suporte à população desfavorecida pelo sistema econômico vigente.

A figura 9 a seguir ilustra quem são os *stakeholders* relevantes da Fazenda Progresso e da APASPI. Nas formas azuis, estão identificadas as organizações de interesse governamental; nas formas vermelhas, estão os grupos de interesses internos das organizações; e nas formas verdes, estão as organizações de interesse da sociedade civil sem fins lucrativos. As linhas representam as relações estabelecidas entre as organizações estudadas e seus *stakeholders*. É provável que existam laços que conectam os *stakeholders* entre si, formando uma rede de *stakeholders*, a

qual as organizações respondem coletivamente (MELO; RÉGIS, 2013; ROWLEY, 1997). Alguns dados coletados sinalizam para a possível existência de laços que conectam o PDHC e a Cáritas; o PDHC e a EMBRAPA; os produtores da APASPI e a Cáritas; o MAPA e o DNIT; e o MAPA e a ABRAPA. Porém, a análise dessas relações não é objetivo do presente estudo.

Na figura 9, observa-se que a diversidade de interesses dos *stakeholders* da APASPI é semelhante à diversidade de interesses dos *stakeholders* da Fazenda Progresso. As atividades de ambas as organizações são influenciadas por interesses governamentais. Nos sistemas de agricultura familiar, tais interesses são o desenvolvimento territorial e a capacitação técnica para produção orgânica, enquanto que a preparação de infraestrutura logística e o controle da oferta no mercado agrícola são os interesses nos sistemas de agricultura empresarial. Também existe semelhança na consideração dos membros internos das organizações como *stakeholders* relevantes, que cumprem uma função produtiva na APASPI e uma função decisória da Fazenda Progresso. Mais uma semelhança existe quando ambas as organizações estudadas sinalizam organizações da sociedade civil como *stakeholders* relevantes, tendo a Cáritas uma orientação filantrópica no apoio à agricultura familiar e a ABRAPA uma orientação representativa das demandas de um grupo de interesse empresarial.

Figura 9: Stakeholders da APASPI e da Fazenda Progresso



Fonte: Elaborado pelo autor

Tanto no caso da APASPI, quanto no caso da Fazenda Progresso, é observada a ausência de *stakeholders* relevantes que representam o setor empresarial. Assim, existe uma lacuna estrutural em ambos os casos estudados, diminuindo a diversidade de interesses dos contatos, devido à ausência da interação intersetorial da APASPI, que é uma organização da sociedade civil, com empresas e à ausência de relações intrasetoriais da Fazenda progresso. No caso da APASPI, a interação com empresas pode facilitar a identificação de demandas do mercado para dinamizar a comercialização da produção, enquanto que no caso da Fazenda Progresso, podem-se estabelecer arranjos estratégicos baseados no uso do algodão em segmentos após a porteira, como na indústria têxtil.

4.2.2 Relações de confiança

Nesta subseção, a análise apresentada atende parcialmente ao objetivo específico de **avaliar as formas de capital social nas relações organizacionais com stakeholders**.

A configuração das redes de organizações formadas por relações de cooperação se refere à inter-relação entre as dimensões estrutural e relacional do capital social organizacional constituído por elas. No caso da Fazenda Progresso, a rede de organizações na qual está inserida é formada por associações de cotonicultores com interesses produtivos e por organizações governamentais com interesses regulamentadores. Assim, Os cotonicultores empresariais, suas associações e as organizações governamentais, com as quais estabelecem relações, constituem uma rede de cooperação organizacional em busca de melhorias econômicas para o setor. No caso da APASPI, o capital social organizacional é constituído internamente entre seus membros, e externamente com organizações da sociedade civil de apoio técnico, além de organizações governamentais como o MDA por meio do PDHC. A constituição dessa rede de relações é direcionada pelo propósito de credenciamento como um OPAC. As relações de cooperação entre essas organizações dinamizaram o cumprimento dos requisitos para o credenciamento. Algumas demandas da APASPI são geralmente representadas pela Cáritas e pelo PDHC em relações de cooperação devido à capacidade dessas organizações de intermediar o relacionamento da associação com outras organizações governamentais. Essas relações desenvolveram relações de confiança da APASPI nessas organizações.

Quando se trata da diversidade de contatos (LOPOLITO; NARDONE; SISTO, 2011), as redes de relações da Fazenda Progresso e da APASPI possuem alguma diversidade que contempla organizações

governamentais e da sociedade civil. As relações da Fazenda Progresso permitem um fluxo de informações relacionadas aos processos produtivos e à regulação de atividades, enquanto que as relações da APASPI permitem a promoção de bens públicos ou coletivos. Essas relações são responsáveis pelo preenchimento de alguns furos estruturais na rede de contatos, atribuindo o poder de intermediação a alguns atores (BURT, 2007). Por exemplo, as associações de cotonicultores empresariais são *stakeholders* intermediadores das demandas dos estabelecimentos produtivos nas relações com organizações governamentais como o MAPA, e as demandas dos cotonicultores familiares em sistemas orgânicos junto às organizações da administração pública são intermediadas pelo PDHC e pela Cáritas.

Em ambos os casos estudados, a diversidade de contatos relevantes nas redes de relações é prejudicada devido à ausência de relações de confiança com organizações empresariais, resultando em lacunas estruturais nas redes de relações. Muito embora os resultados do estudo indiquem a existência de laços com organizações empresariais, como o laço da APASPI com a empresa francesa que compra sua produção e o laço da Fazenda Progresso com as empresas da indústria têxtil, essas relações possuem vínculos predominantemente contratuais, em vez de vínculos baseados em relações de confiança. O estabelecimento de relações de confiança com indústrias a jusante na cadeia produtiva aumentaria a diversidade de contatos e preencheria furos estruturais na rede de relações, permitindo o fluxo mais consistente de informações não redundantes sobre o mercado de produtos derivados do algodão.

Na cotonicultura empresarial, a busca de melhorias econômicas para o setor é o interesse que converge as ações das diversas organizações, apesar das suas distintas atuações, constituindo uma rede coesa de relações. As relações coesas formadas com organizações governamentais e com as associações de cotonicultores empresariais permitem uma comunicação constante sobre a regularização do setor e os interesses dos produtores nos âmbitos governamentais. Na cotonicultura familiar, a qualidade da produção agroecológica como meio para o alcance de melhorias na qualidade de vida da comunidade é o interesse comum entre as organizações governamentais e do terceiro setor que se relacionam nesse campo. A promoção de ações coletivas e a democratização das decisões sobre a aplicação dos recursos é permitida pelas relações coesas entre as organizações governamentais, as organizações de assistência técnica do terceiro setor e associação de produtores.

Tanto a Fazenda Progresso quanto a APASPI constituem um capital social de união internamente entre seus membros devido à

formação de grupos coesos que é facilitada pela convivência e pela convergência de interesses. O capital social de união é constituído e acumulado por relações de confiança, que reforçam a identidade das organizações e promovem a homogeneidade no grupo, criando uma forte lealdade interna e envolvimento de reciprocidade (PUTNAM, 2000).

A Fazenda Progresso foi fundada em uma área distante de centros urbanos com uma infraestrutura que desse suporte para os seus gestores, que levou a empresa a construir uma estrutura de suporte dentro do estabelecimento para suas atividades, incluindo as residências dos gestores. O fato de residirem dentro da própria empresa facilita o desenvolvimento de relações coesas entre os gestores da Fazenda Progresso, produzindo efeitos na qualidade da gestão implementada na organização, como a participação e agilidade nos processos de tomada de decisão. Na APASPI, a participação dos seus membros também é uma característica da gestão da organização. Por meio de decisões coletivas, os próprios membros direcionam e controlam as normas de produção e comercialização de toda a associação, estabelecendo um controle social que nutre as relações de confiança entre os membros da organização. As relações de confiança que são reforçadas por normas sociais, ao mesmo tempo em que reforçam tais normas, se referem à inter-relação entre as dimensões relacional e cognitiva do capital social constituído entre os gestores das organizações focais e os seus *stakeholders*.

Em ambas as organizações estudadas, as relações de confiança entre os seus membros também refletem a aderência às normas sociais referentes à gestão e à atividade produtiva. A eficácia das normas que prescrevem ações voltadas para os interesses da coletividade depende das relações de confiança entre os membros, que restringem ou recompensam determinadas ações, por meio de um controle social do comportamento dos *stakeholders* internos. Tais normas constituem uma forma de capital social capaz de promover o bem coletivo (COLEMAN, 1988).

Quando se trata do estabelecimento de relações de confiança entre as organizações estudadas e seus *stakeholders*, o acúmulo de experiências bem sucedidas se torna um aspecto dinamizador dessas relações. Na relação da Fazenda Progresso com a APIPA e a ABRAPA, a acumulação de interações bem sucedidas entre os gestores dessas organizações permitiu a constituição de confiança na relação entre eles. De maneira semelhante, um estoque de capital social na forma de relações de confiança foi constituído entre os membros da APASPI e os gestores do Projeto Dom Helder Camara (PDHC). Antes mesmo de a APASPI existir como organização formal, desde meados dos anos 2000, os gestores do PDHC já prestavam suporte para os agricultores que formariam a

associação, e, em seguida, estabelecendo uma relação que se fortaleceu com base na reputação e nas experiências positivas que foram acumuladas ao longo do tempo nessa relação.

A relação de confiança da Fazenda Progresso com a ABRAPA, assim como a relação da APASPI com o PDHC, mostra a propriedade cumulativa do capital social. Essas relações de confiança são construídas entre os gestores das organizações estudadas e seus *stakeholders* a partir de colaborações bem sucedidas no passado e possibilitam solucionar problemas futuros de ação coletiva por meio de novas colaborações (PUTNAM, 2002). As relações de confiança se apoiam na percepção da reputação construída com base nos sucessos passados de colaboração, servindo como um modelo para as próximas colaborações e sendo facilitada por laços sociais coesos (PUTNAM, 2002).

Apesar do uso intensivo de agroquímicos nos cultivos dos cotonicultores empresariais, não há o estabelecimento de confiança nas relações entre esses produtores e a agência reguladora do uso de agroquímicos, que é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). No meio rural, a ANVISA regulamenta o uso de produtos químicos danosos à saúde humana, exercendo o seu papel de organização orientada para questões de saúde pública. Tendo em vista que a ANVISA está orientada exclusivamente para questões de saúde pública, os cotonicultores alegam que essa organização não compreende os aspectos produtivos de suas atividades, ignorando a urgência em combater pragas e evitar perdas de produtividade com o uso de produtos desenvolvidos por indústrias químicas. Além da diferença na área de competência, o estabelecimento de relações de confiança da Fazenda Progresso com a ANVISA apresenta-se dificultado pela morosidade dos processos administrativos para autorizar o uso de um novo produto no combate a pragas no cultivo, colocando o desempenho produtivo do setor em risco. No caso da APASPI, a relação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não se desenvolve com base em confiança, pois as demandas da associação de agricultores não são atendidas por essa organização governamental, apesar de a APASPI ser formada em um assentamento rural com demandas na sua área de competência. A morosidade dos processos administrativos no INCRA também dificulta o estabelecimento de uma relação de confiança entre essa organização e a APASPI, assim como acontece entre a Fazenda Progresso e a ANVISA.

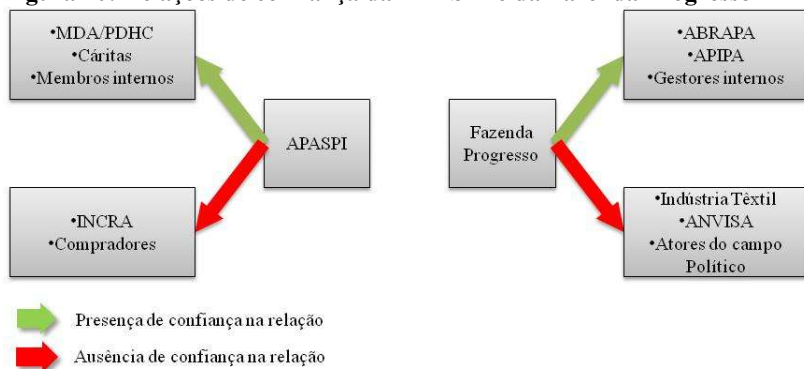
As relações entre a Fazenda Progresso e as organizações com quem tem contato são predominantemente caracterizadas por ações de colaboração bem sucedidas entre elas, constituindo um capital social baseado em confiança. Entretanto, alguns laços dessa organização não são

caracterizados por confiança, como o laço com a ANVISA. Outros laços não são estabelecidos com base em confiança devido às ações oportunistas de alguns *stakeholders*, que buscam realizar interesses exclusivamente particulares, como interesses políticos, no âmbito das associações de produtores, em vez de realizarem ações motivadas por interesses coletivos no setor. Na APASPI, as ações oportunistas são evitadas por um sistema de controle social, no qual o padrão de produção realizado por cada agricultor é acompanhado por outro membro da associação. O estabelecimento de confiança nas relações entre os membros da APASPI é facilitado pelo sistema no qual estão imersos, que reforça a reciprocidade nas relações, além de assegurar a qualidade orgânica na produção.

As relações de confiança não são estabelecidas quando os gestores percebem que algum ator está buscando atender a interesses exclusivamente pessoais, adotando ações oportunistas (PUTNAM, 2002). No caso da Fazenda Progresso, essa organização não estabelece relações de confiança com *stakeholders* que buscam benefícios pessoais por meio de decisões no campo político do setor. De outra forma, as ações oportunistas são evitadas no âmbito da APASPI por meio de um sistema de controle social, que é baseado em regras de reciprocidade generalizada originadas em normas compartilhadas, promovendo as relações de confiança entre os membros do grupo e estimulando a cooperação (PUTNAM, 2002).

A figura 10 a seguir mostra as relações de confiança da APASPI e da Fazenda Progresso com os *stakeholders* envolvidos nas suas atividades. As setas verdes representam as relações de confiança entre os gestores e os *stakeholders* indicados na caixa conectada. No caso da APASPI, as relações de confiança são estabelecidas com o PDHC, com a Cáritas e entre seus membros internos. No caso da Fazenda Progresso, as relações de confiança são estabelecidas com a ABRAPA, a APIPA e entre os seus gestores internos. Em ambos os casos, as relações de confiança são baseadas e reforçadas por vários mecanismos sociais diferentes, como as relações de intermediação, a formação de agrupamentos coesos e a reputação com experiências bem sucedidas. As setas vermelhas indicam os *stakeholders* com os quais as relações não são baseadas em confiança. No caso da APASPI, as relações com o INCRA e com os compradores de seus produtos não são baseadas em confiança. No caso da Fazenda Progresso, as relações de confiança não são estabelecidas com a indústria têxtil, a ANVISA e atores interessados na sua autopromoção no campo político.

Figura 10: Relações de confiança da APASPI e da Fazenda Progresso



Fonte: Elaborado pelo autor

Quando os gestores das organizações estudadas tratam das relações de confiança, são observados alguns *stakeholders*, que ainda não haviam sido identificados quando os gestores foram estimulados a indicar os *stakeholders* relevantes que influenciam ou que são influenciados pelas suas atividades. Tanto no caso da APASPI quanto no caso da Fazenda Progresso, os atores com os quais não são estabelecidas relações de confiança não haviam sido identificados como atores relevantes anteriormente, apesar de serem possíveis *stakeholders*, possuindo alguma influência predominantemente negativa nas atividades das organizações estudadas.

4.2.3 Afinidade cognitiva

A análise apresentada nesta subseção complementa a anterior para atender ao objetivo específico de **avaliar as formas de capital social nas relações organizacionais com *stakeholders***, considerando a dimensão cognitiva do capital social das relações com *stakeholders*.

Em ambos os casos estudados, existe afinidade cognitiva entre os membros internos das organizações. O desenvolvimento de afinidades cognitivas entre os gestores da Fazenda Progresso sobre o direcionamento do negócio é facilitado por residirem dentro da própria fazenda, que proporciona uma maior frequência de interações entre eles. As residências dos gestores são parte da infraestrutura que foi construída dentro da Fazenda Progresso desde quando ela foi fundada, devido à distância dos centros urbanos e à falta de estrutura das cidades mais próximas. O compartilhamento de significados entre os membros da APASPI quanto

ao uso da terra e dos cultivos mostra uma afinidade cognitiva associada à identidade cultural da comunidade remanescente do povo Zabelê, que costumava viver de maneira integrada ao meio ambiente em áreas onde hoje são reservas do Parque Nacional Serra da Capivara. Atualmente, a comunidade onde moram os membros da APASPI é habitada também por pessoas com outra origem cultural e outros costumes, devido ao processo de assentamento realizado pelo INCRA em busca de atingir metas de reforma agrária.

Dois grupos de agricultores dedicados à produção de algodão fazem parte da APASPI, sendo um localizado na região da Lagoa dos Prazeres, e outro localizado no povoado Novo Zabelê. Em ambos os grupos de produtores, a APASPI estabelece comissões de avaliação da conformidade da produção orgânica, cuja efetividade depende da afinidade cognitiva sobre os padrões de produção orgânica entre os demais agricultores e os membros das comissões. Essa afinidade cognitiva leva à implementação dos padrões desejados de produção orgânica pelos agricultores, que são reconhecidos recebendo a certificação necessária para comercialização dos seus produtos. O compartilhamento de significados é reforçado em grupos sociais com forte lealdade interna, provocando uma reciprocidade particular e constituindo um capital social de união (PUTNAM, 2000). Os grupos sociais coesos são dotados de um poder de ação coletiva, sendo capaz de restringir o comportamento de atores com pouca afinidade cognitiva e que não compartilham os mesmos significados por meio de sanções coletivas (COLEMAN, 1988). Assim, as comissões são capazes de canalizar a afinidade cognitiva sobre a produção de algodão entre os membros da associação e facilitar o compartilhamento de significados.

As relações das organizações estudadas com organizações governamentais são caracterizadas de maneiras distintas quando se trata da afinidade cognitiva entre elas. Uma forte afinidade cognitiva na identificação de problemas e implementação de soluções entre os gestores da APASPI e os gestores do Projeto Dom Helder Camara (PDHC) é proporcionada pelo relacionamento de confiança entre eles, representando a inter-relação entre as dimensões relacional e cognitiva do capital social (TSAI; GHOSHAL, 1998; RÉGIS; DIAS; BASTOS, 2006). As relações de confiança e afinidade cognitiva construídas entre os gestores da APASPI e do PDHC, a partir das experiências positivas que foram consolidadas ao longo do tempo, levaram essas organizações a manter o laço entre elas mesmo após o término dos vínculos formais.

Na sua relação com a APASPI, o Projeto Dom Helder Camara proporciona a construção e o desenvolvimento de competências para os

agricultores acerca dos conhecimentos e das práticas da agroecologia, intensificando a afinidade cognitiva entre essas organizações. Essa afinidade cognitiva é o resultado final de um processo de aprendizagem promovido pelo acesso a fontes de informações não redundantes para os membros da associação, constituindo um capital social de ponte (BURT, 2007; PUTNAM, 2000). A afinidade cognitiva entre a APASPI e os gestores do PDHC é fortalecida quando as opiniões dos membros da associação são formadas com base no conhecimento acerca das práticas agroecológicas. Diferentemente do caso da APASPI, a relação entre Fazenda Progresso e a ANVISA não é caracterizada por afinidade cognitiva na identificação de problemas e implementação de soluções, possivelmente devido às diferenças de interesses entre essas organizações. O caso recente de infestação da lagarta helicoverpa na produção de algodão ilustra a diferença nos interesses dos cotonicultores empresariais e da agência reguladora, levando a uma falta de afinidade cognitiva entre eles para solucionar o problema. Enquanto o interesse dos empresários era erradicar a praga rapidamente com o uso de novos produtos desenvolvidos por indústrias agroquímicas, o interesse da ANVISA era impedir o uso desses produtos por precaução aos efeitos danosos que poderiam provocar na saúde coletiva.

As atividades dos cotonicultores empresariais são regulamentadas por organizações governamentais, como a ANVISA, forçando a adoção de determinadas soluções pelos produtores a partir da identificação de problemas. As ações desses produtores, diante da identificação de problemas e na adoção de soluções, decorrem de instrumentos normativos com força coercitiva das organizações governamentais, em vez de uma afinidade cognitiva com essas organizações. As relações dos cotonicultores empresariais com as organizações governamentais são caracterizadas por morosidade nos processos burocráticos, que não atende ao critério de urgência dos produtores na busca de soluções, tornando menos propensa a afinidade cognitiva para tratar dos problemas no campo.

As relações da Fazenda Progresso com os gestores da ABRAPA e da APIPA são mais propensas a ter maior afinidade cognitiva acerca da identificação de problemas no campo e da implementação de soluções, pois esses *stakeholders* compartilham a urgência para implantar soluções, a fim de evitar perdas na produção. A importância da relação entre os gestores da Fazenda Progresso e as associações de cotonicultores empresariais, como a APIPA e a ABRAPA, repousa em ter suas demandas representadas perante órgãos nacionais e internacionais. As relações com as associações de cotonicultores empresariais permitem o

acesso a um capital social organizacional, concentrado em um pequeno grupo de atores com poder simbólico para representar, falar, agir e exercer autoridade em nome de todo o grupo com a contribuição pessoal dos seus membros (BOURDIEU, 1980).

A afinidade cognitiva entre os gestores das diversas organizações que compõem as associações de cotonicultores empresariais e entre os seus próprios gestores é um requisito para a representação efetiva das demandas dos produtores. Essas associações são organizações que podem levar a melhorias na cadeia produtiva, conferindo legitimidade a uma série de projetos e ações, que, por sua vez, geram a oportunidade de constituição de capital social entre os produtores de algodão. Por exemplo, a ABRAPA assume o papel de organização articuladora de soluções, promovendo a troca de informações sobre os problemas compartilhados entre os produtores, como os prejuízos econômicos significativos causados pela infestação da helicoverpa na produção de algodão. Assim, as associações de cotonicultores empresariais facilitam a afinidade cognitiva entre os produtores e a constituição de um capital social que se torna disponível para ser usado na resolução de problemas futuros (LOPOLITO; NARDONE; SISTO, 2011; PUTNAM, 2002).

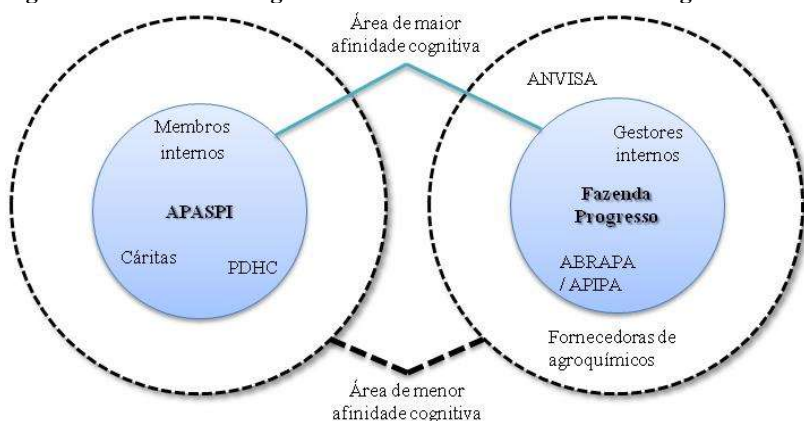
Entre os cotonicultores empresariais, existe uma afinidade cognitiva na adoção de soluções desenvolvidas pelas empresas multinacionais fornecedoras de agroquímicos para os problemas produtivos causados por pragas, doenças e ervas daninha, constituindo um capital social cognitivo baseado em visões compartilhadas (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998). O uso de agroquímicos, que caracteriza o campo da agricultura convencional, é compartilhado nas decisões dos produtores empresariais por influência das empresas multinacionais fornecedoras desses agroquímicos. A adesão às soluções oferecidas pelas empresas fornecedoras de agroquímicos é comum entre os gestores de estabelecimentos produtores de algodão convencional, mas os gestores da Fazenda Progresso não compartilham essa visão, buscando desenvolver soluções próprias internamente por meio da agricultura de precisão. Apesar de ser um modelo que não abandona o uso de agroquímicos, a agricultura de precisão é uma técnica agrônômica capaz de reduzir o uso de agrotóxicos em função das propriedades do clima e do solo.

No caso da APASPI, existe uma forte afinidade cognitiva com os técnicos da Cáritas quando se trata da identificação de problemas e implementação de soluções. A APASPI e a Cáritas compartilham o interesse pela agroecologia como base de conhecimento para uma agricultura adequada ao sistema familiar de produção, enfatizando o

convívio das populações rurais com o meio ambiente. A atuação conjunta dessas organizações ao longo do tempo construiu uma trajetória de experiências que serviu de base para o desenvolvimento de afinidade cognitiva entre seus gestores e, consequentemente, para a constituição de capital social. Esse capital social desenvolvido entre a APASPI e a Cáritas permite que a relação de assistência técnica se mantenha por vínculos informais após a conclusão da parceria formal intermediada pelo PDHC.

A figura 11 ilustra os casos da APASPI e da Fazenda Progresso sobre a afinidade cognitiva entre os seus gestores e os das organizações com quem estabelecem relações. As organizações identificadas nas áreas azuis são as que possuem grande afinidade cognitiva com as organizações estudadas, enquanto as organizações identificadas nas áreas periféricas são as que possuem pouca ou nenhuma afinidade cognitiva com a APASPI ou a Fazenda Progresso. Em ambos os casos, existe uma forte afinidade cognitiva entre os gestores e membros internos em cada uma dessas organizações, que é facilitada por alguns mecanismos como a formação de comissões na APASPI e as residências internas na Fazenda Progresso. Também existe uma forte afinidade cognitiva entre os gestores da APASPI e da Fazenda Progresso com os gestores de organizações do terceiro setor como a Cáritas, que presta suporte técnico no sistema produtivo da APASPI, e a ABRAPA, que representa as demandas dos cotonicultores empresariais, inclusive da Fazenda Progresso. Quando se trata das relações com organizações governamentais, é notada uma distinção entre os casos estudados.

Figura 11: Afinidades cognitivas da APASPI e da Fazenda Progresso



Fonte: Elaborado pelo autor

Os gestores da APASPI possuem uma forte afinidade cognitiva com os gestores do PDHC em decorrência da construção de uma trajetória de experiências positivas, enquanto que a ANVISA é vista como uma organização que cria barreiras para a solução de problemas comuns entre os cotonicultores empresariais, resultando em pouca afinidade destes com a agência governamental. Os gestores da Fazenda Progresso ainda destacam uma fraca afinidade cognitiva com as multinacionais fornecedoras de agroquímicos, apesar de a interação com essas organizações ser uma relação de forte afinidade com as demais empresas no seu campo de atuação.

4.2.4 Dimensão econômica do desenvolvimento

A análise apresentada nesta subseção atende parcialmente ao objetivo de **analisar como o capital social promovido a partir das relações com stakeholders incide nas dinâmicas de desenvolvimento regional**. A seguir é apresentada uma análise sobre as implicações dos casos estudados na dimensão econômica do desenvolvimento e as próximas subseções complementarão essa análise colocando foco nas dimensões social e ambiental.

A Fazenda Progresso e a APASPI têm implicações significativas na dimensão econômica do desenvolvimento regional por meio da integração em dinâmicas macroeconômicas. O engajamento dos agricultores empresariais tem levado o setor agrícola a um desempenho positivo na economia brasileira, especialmente na balança comercial, não obstante a falta de apoio direto do governo. Embora existam ações governamentais que apoiam o setor agrícola, tais ações costumam ser conduzidas por interesses políticos particulares de um grupo específico de *stakeholders*, ao invés de atender aos interesses coletivos dos produtores rurais para o desenvolvimento econômico do país. Os resultados positivos apresentados pelo setor da agricultura na economia do país refletem o desempenho favorável da cotonicultura empresarial na dimensão econômica do desenvolvimento. O desempenho positivo que a Fazenda Progresso tem obtido é, em parte, função da adequação das atividades produtivas às condições de solo e clima locais, resultando em implicações positivas no desenvolvimento econômico regional. O caso da Fazenda Progresso no sudoeste do Piauí é um exemplo do conjunto de empresários que busca regiões com condições de solo e clima mais adequadas aos cultivos, provocando o surgimento da região da nova fronteira agrícola do país.

A busca de maior produtividade nas empresas agrícolas tem sido estimulada pelo contexto macroeconômico da última década, devido à valorização das *commodities* no mercado internacional, que, por sua vez, estimulou a especialização do país na exportação desses produtos no cenário global (RIBEIRO; MARKWALD, 2009; JORGE 2009). Mas tal especialização do país não é decorrente de subsídios governamentais, como acontece na cotonicultura norte-americana, que é apoiada pelo governo para o desenvolvimento econômico do setor por meio de ajuda aos produtores, resultando em uma situação artificial no mercado internacional que causa impactos negativos nos demais países produtores (FERREIRA-FILHO; ALVES; VILLAR, 2009).

No caso da APASPI, a sua implicação no nível macroeconômico está atrelada à integração em um circuito de comércio justo. Muito embora, o ideal de comércio justo tenha uma preocupação central com uma dimensão social do desenvolvimento, a sua prática mostra contradições quanto ao caráter de ser uma dinâmica comercial “socialmente justa” e revela implicações na dimensão econômica. Os atores que têm as maiores rendas sobre a venda dos produtos nos canais de comércio justo são os comerciantes em vez de serem as comunidades produtoras, cujas imagens e condições de pobreza são exploradas nas embalagens dos produtos. Isso faz com que os consumidores desses produtos nos países de destino estejam dispostos a pagar um preço superior no comércio, devido à qualidade orgânica e ao seu suposto engajamento social. O comércio justo não tem a força de propor uma mudança na lógica de comercialização em benefício da agricultura familiar baseada em sistemas de produção alternativos à agricultura convencional, pois suas dinâmicas utilizam os mesmos instrumentos imersos na lógica capitalista dos mercados internacionais, como a certificação por auditoria. Em vez de integrar mercados de proximidade, cujas implicações positivas são predominantemente sociais, as atividades da APASPI estão integradas a uma cadeia de comércio justo, promovendo implicações predominantemente econômicas no desenvolvimento do comércio internacional.

Para vender a sua produção de algodão orgânico, a APASPI adotou o mesmo caminho de comercialização utilizado na experiência precursora da Adec, que aderiu a um sistema de comércio justo e exportou o algodão orgânico produzido no Ceará para uma empresa francesa (BOSSLE *et al.*, 2012). Entretanto, os movimentos do comércio justo se transformam em um nicho de mercado frequentemente, quando indústrias agrícolas transnacionais e grandes redes de varejo dominam toda a cadeia produtiva

e desvirtuam o ideal de parceria com os pequenos produtores na origem da cadeia produtiva (ASTI, 2007).

Além das implicações significativas na dimensão econômica do desenvolvimento regional por meio da integração em dinâmicas macroeconômicas, tanto a Fazenda Progresso quanto a APASPI também têm implicações econômicas significativas por meio da integração em dinâmicas microeconômicas. Na Fazenda Progresso, as análises agronômicas baseadas na ciência agronômica tradicional que priorizam a produtividade e a dimensão econômica do desenvolvimento rural, direcionam as suas decisões sobre as atividades produtivas. A Fazenda Progresso está localizada em uma região com características de clima e solo que permitem maior previsibilidade e, conseqüentemente, maior segurança e eficiência nos processos produtivos. A produtividade dos cultivos das empresas estabelecidas na nova fronteira agrícola do país tem aumentado intensamente nas últimas décadas (AGUIAR; LIMA-FILHO; TORRES-JUNIOR, 2013). Além do impacto econômico por meio da produtividade, as empresas localizadas na nova fronteira agrícola também têm promovido o potencial econômico dessa região para investimentos com fins especulativos, uma vez que as expectativas de sucesso produtivo são asseguradas pelas condições locais (FERRO; CASTRO, 2013).

Os fatores econômicos de produtividade e custos são relevantes na decisão da Fazenda Progresso em utilizar sementes transgênicas para os cultivos, que é uma prática comum no setor da agricultura empresarial de maneira geral. O controle de pragas, doenças e ervas daninha na produção, que evita perdas produtivas, tem evoluído com os avanços tecnológicos da transgenia. Nesse sentido, os investimentos realizados no uso de sementes derivadas de processos de transgenia é um fator econômico importante, que leva à vantagem de aumentar a produtividade dos cultivos apesar dos custos maiores, devido ao pagamento de direitos autorais às empresas multinacionais, que desenvolvem essas sementes. As implicações no desenvolvimento econômico a partir dos esforços realizados para aumentar a eficiência na cotonicultura levaram a Fazenda Progresso a assumir um papel importante na geração de riqueza econômica na sua região, e se tornou uma referência de excelência na produção de algodão para outros estabelecimentos.

A Fazenda Progresso alcançou a situação de modelo a ser seguido em decorrência da sua gestão, que busca atualizar os processos com as novidades tecnológicas que aumentam a produtividade dos cultivos. Os processos da Fazenda Progresso são realizados com equipamentos de nível tecnológico avançado, que são capazes de beneficiar o algodão em grande quantidade, obtendo as vantagens da economia de escala. A

eficiência dos processos produtivos é aumentada pela tecnologia empregada nesses processos, pois evitam perdas residuais da matéria prima, resultando no produto principal e em subprodutos que são comercializados como matéria para ração animal. Assim, com o propósito de obter melhor desempenho econômico por meio do aumento na produtividade, os avanços tecnológicos são implementados na Fazenda Progresso, que assume o posicionamento de fazenda modelo na cotonicultura da região.

O aumento de produtividade e melhorias na eficiência dos processos produtivos são alcançados pela implementação de avanços tecnológicos, promovendo a capacidade das empresas atenderem ao mercado internacional em contextos de elevação da demanda dos países compradores (ALVES; BARROS; BACCHI, 2008). Com essa finalidade, o uso de sementes geneticamente modificadas – tolerantes a herbicidas e resistentes a insetos – tem permitido a redução de custos relacionados ao uso de defensivos químicos nos principais países produtores de algodão (FERREIRA-FILHO; ALVES; VILLAR, 2009). Nos últimos anos, a Fazenda Progresso obteve médias de produtividade acima de 4.000 kg/ha, enquanto que as experiências de cotonicultura orgânica no semiárido nordestino têm obtido médias de produtividade em torno de 1.000 kg/ha (JALFIM *et al.*, 2013).

No caso da APASPI, a agricultura orgânica é vista como um sistema produtivo capaz de agregar valor à produção local de algodão e melhorar a renda das famílias, promovendo benefícios no desenvolvimento econômico das comunidades que se dedicam a essa prática. Os produtores integrados em circuitos de comércio justo conseguem maior rendimento do que conseguiriam por meio dos canais de comércio comum (FARIA; PEREIRA, 2012). Ao ser reconhecida como um OPAC pelo MAPA, a APASPI alcançou um desenvolvimento institucional que permitiu o aumento na renda das famílias pela comercialização de seus produtos no território nacional com a certificação participativa de produtos orgânicos. O reconhecimento da qualidade orgânica na agricultura proporciona a comercialização e ganho de renda, ressaltando a dimensão econômica do desenvolvimento. Assim, a certificação participativa é um avanço institucional que promove a dimensão econômica do desenvolvimento regional, pois estimula a produção orgânica no território brasileiro, permitindo que agricultores familiares comercializem seus produtos em canais de comercialização direta como feiras locais (FLORES, 2013).

Em resumo, ambos os casos estudados têm implicações positivas na dimensão econômica do desenvolvimento, tanto no nível de análise

macroeconômico, quanto no nível microeconômico. No nível macroeconômico, a Fazenda Progresso contribui para a integração da cotonicultura regional no mercado internacional de algodão convencional, e a APASPI está integrada em um canal de comércio justo que produz e comercializa no mercado europeu. No nível microeconômico, a Fazenda Progresso prioriza a produtividade como medida de desempenho, implementando tecnologias avançadas de produção, inclusive o uso de sementes transgênicas, enquanto que a APASPI proporciona o aumento da renda de seus membros pela comercialização dos seus produtos. A ocupação economicamente ativa em ambos os casos também é um aspecto associado ao desenvolvimento econômico regional, sendo a Fazenda Progresso responsável pelo emprego direto de mais de 300 trabalhadores em suas atividades, enquanto a APASPI promove as atividades de mais de 120 famílias agricultoras.

4.2.5 Dimensão social do desenvolvimento

Nos últimos anos, a ABRAPA e seus membros têm demonstrado interesse em realizar a cotonicultura empresarial promovendo ações na dimensão social do desenvolvimento, ao invés de guiar ações por interesses exclusivos na dimensão econômica. Para comercializar em nível internacional o algodão produzido, alguns cotonicultores empresariais associados à ABRAPA têm sido licenciados, desde 2010, pelo programa *Better Cotton Initiative* (BCI) e participado de um programa de estímulo à produção de algodão com base nos critérios dessa iniciativa, denominado Algodão Brasileiro Responsável (ABR), que foi institucionalizado na associação em 2012. O licenciamento do BCI e a participação no ABR requerem a adesão dos produtores a critérios que promovem a dimensão social do desenvolvimento, tais como o cumprimento dos deveres legais para com os empregados, a eliminação do trabalho infantil e análogo a escravo, bem como a segurança dos empregados quanto à saúde ocupacional.

Os sistemas empresariais de agricultura são alvos constantes de críticas que ressaltam os danos potenciais ao bem estar social das comunidades rurais. Tais críticas servem de estímulo à adesão dos cotonicultores empresariais aos programas BCI e ABR, mas essa adesão tem interesses predominantes na dimensão econômica do desenvolvimento, como a agregação de valor, a consolidação de mercados e a redução de custos e riscos de produção. Entretanto, a obtenção do licenciamento da BCI e a participação no programa ABR

ainda estão restritas a alguns produtores da ABRAPA, sem a adesão dos estabelecimentos cotonicultores localizados no Piauí como a Fazenda Progresso.

No caso da cotonicultura orgânica em sistemas familiares, os membros da APASPI reconhecem a qualidade orgânica do algodão cultivado por eles como um atributo que torna o produto mais saudável por não conter agrotóxicos. Considerando que o sistema produtivo orgânico é uma prática mais saudável para os produtores e resulta em produtos mais saudáveis para os consumidores, os associados da APASPI também buscam a qualidade orgânica em outros produtos, como feijão e milho, que são cultivados de maneira consorciada ao cultivo de algodão. Assim, as implicações positivas para a saúde dos trabalhadores e dos consumidores ao evitar os perigos de contaminação com substâncias tóxicas tornam a cotonicultura orgânica um sistema que promove a sustentabilidade social do desenvolvimento.

Na cotonicultura empresarial, o BCI surgiu, em meados dos anos 2000, por iniciativa de organizações interessadas em definir padrões de sustentabilidade para o cultivo de grãos (DAVIRON; VAGNERON, 2011), mas o uso de agrotóxicos nas culturas é permitido pelo padrão que foi definido, revelando uma incoerência na proposta do BCI de ser um instrumento de sustentabilidade na cotonicultura. Não raramente, a saúde coletiva dos agricultores tem sofrido prejuízos pelo contato com agrotóxicos nos cultivos (PORTO; SOARES, 2012). Assim, por não utilizar agrotóxicos, a produção agroecológica de algodão orgânico não prejudica a saúde dos produtores (BERLIM, 2009), promovendo um aspecto da dimensão social do desenvolvimento.

O caso da Rede Ecovida de Agroecologia no sul do país, que conseguiu o reconhecimento governamental de um sistema de certificação participativa para comercializar produtos de qualidade orgânica, serviu de inspiração para que o Projeto Dom Helder Camara promovesse a adesão dos membros da APASPI na institucionalização de um Sistema Participativo de Garantia. Os produtores de algodão orgânico com base na agroecologia recorrem a esse tipo de certificação como forma de reconhecimento da qualidade de seus produtos. Os sistemas de certificação participativa, como o que é implementado pela APASPI, promovem a dimensão social do desenvolvimento, pois são constituídos com base na ideia de respeito à diversidade cultural na agricultura familiar. Contudo, a certificação participativa não é reconhecida nos mercados de circuitos longos, como o arranjo de comércio justo que a APASPI integra, limitando o potencial desse tipo de certificação para a promoção da dimensão social do desenvolvimento. Apesar desse limite,

a certificação participativa na agricultura orgânica constitui um sistema de produção que tem impactos sociais positivos na melhoria das condições das comunidades de agricultores familiares, que buscam ampliar e intensificar essa prática.

Além da implantação do sistema de certificação participativa, aconteceram outras implicações positivas na dimensão social do desenvolvimento da comunidade aonde a APASPI atua. Isso decorreu da sua relação com o Projeto Dom Helder Camara, responsável por proporcionar a distribuição do acesso à energia elétrica e água encanada aos membros da comunidade. A relação da APASPI com o Projeto Dom Helder Camara também promoveu a transparência na aplicação dos recursos públicos e o engajamento cívico dos agricultores, permitindo que eles acompanhassem todos os investimentos que foram realizados na comunidade. A transparência e o engajamento cívico são aspectos de uma democracia, que, por sua vez, promove a interconexão da dimensão social e a dimensão institucional do desenvolvimento. Nesse sentido, a gestão da APASPI adota processos de decisão democráticos e participativos na identificação de problemas e na implementação de soluções, resultando em implicações positivas na interconexão das dimensões social e institucional do desenvolvimento.

As atividades da APASPI em um sistema participativo de reconhecimento da qualidade orgânica de seus produtos representam uma oportunidade de obter melhor qualidade de vida para a comunidade, promovendo a dimensão social do desenvolvimento regional, mesmo com o desafio que os agricultores familiares enfrentam em lidar com as empresas compradoras nos circuitos de comércio justo, pois elas exigem que o produto seja certificado por um processo de auditoria (JALFIM *et al.*, 2013). O caso da APASPI e outros casos de associações apoiadas pelo Projeto Dom Helder Camara ecoam a atuação da Rede Ecovida de Agroecologia no sul do país, cuja utilização da certificação participativa como mecanismo de reconhecimento da produção orgânica, de maneira alternativa à certificação por auditoria, é um exemplo bem sucedido (ROVER, 2011; SERVA; ANDION, 2004). As questões socioeconômicas são enfatizadas nos sistemas produtivos fundamentados na agroecologia (ASSIS, 2006).

Resumidamente, a dimensão social do desenvolvimento regional é promovida pela agricultura familiar voltada para a cotonicultura orgânica como uma função da atuação do Projeto Dom Helder Camara e da institucionalização de um sistema de gestão democrático, incluindo a implementação de certificação participativa. Especificamente por não reconhecer certificações participativas, a comercialização em circuitos de

comércio justo tem um potencial mais limitado de provocar implicações positivas em uma dimensão social do que a integração em circuitos de comercialização no território nacional. Assim, a APASPI pode intensificar os benefícios sociais da cotonicultura orgânica se passar a integrar circuitos curtos de comercialização, em vez de continuar integrando arranjos de comércio justo. No caso da cotonicultura empresarial, a dimensão social do desenvolvimento regional tem sido promovida por meio dos programas BCI e ABR, implementados recentemente no âmbito da ABRAPA, mas a Fazenda Progresso ainda não está integrada nesses programas.

4.2.6 Dimensão ambiental do desenvolvimento

Como a Fazenda Progresso ainda não integra programas que promovem a dimensão social do desenvolvimento, essa organização também não realiza ações que promovem a dimensão ambiental do desenvolvimento. Nesse sentido, três aspectos estreitamente associados ao meio ambiente ganham importância nas atividades da Fazenda Progresso: o uso de sementes transgênicas, a monocultura e o uso de agrotóxicos. Buscando melhoria na adequação às condições de solo e clima locais, essa empresa desenvolve sementes transgênicas para o cultivo de soja, que são comercializadas para outros estabelecimentos produtores. Essas atividades revelam o posicionamento favorável da organização com relação ao uso desse tipo de semente, muito embora, a Fazenda Progresso não realizasse o desenvolvimento e comercialização de sementes transgênicas específicas para cultivos de algodão até o encerramento deste estudo. O uso de sementes transgênicas tem implicações negativas na dimensão ambiental, pois tendem a homogeneizar os produtos, diminuindo a diversidade em suas características e a biodiversidade local.

A agricultura empresarial, como a realizada pela Fazenda Progresso, é caracterizada pelo sistema de monocultura, que causa impactos negativos ao meio ambiente, uma vez que reduz os ecossistemas naturais e a sua biodiversidade a sistemas carentes em diversidade biológica. No caso da Fazenda Progresso, a monocultura extensiva ocupa áreas do cerrado nordestino. Isso incorre em implicações negativas ao meio ambiente, pois a monocultura nos sistemas de agricultura empresarial é um meio de obter produtividade e as vantagens da economia de escala. As decisões produtivas nos sistemas de agricultura empresarial são guiadas buscando elevar a produtividade dos cultivos, fazendo uso de produtos agroquímicos e de processos danosos à dimensão

ambiental do desenvolvimento. Os efeitos prejudiciais ao meio ambiente decorrentes do uso de agrotóxicos nos cultivos têm sido acentuados pelo aumento no uso desses produtos (PORTO; SOARES, 2012). Em contrapartida, o sistema de produção no caso da APASPI é baseado nos fundamentos da agroecologia, que são contrários ao uso de agrotóxicos e prezam pela conservação dos ecossistemas. Os fundamentos da agroecologia são respeitados em maior ou menor grau na prática da agricultura orgânica dependendo do contexto em que acontece (ASSIS; ROMEIRO, 2002). A APASPI prioriza que o processo implementado na produção de algodão seja o mais próximo possível dos princípios da agroecologia, promovendo benefícios na dimensão ambiental do desenvolvimento.

Recentemente, a cotonicultura empresarial está despertando interesses em algumas questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável na cadeia produtiva do algodão. Esses interesses têm sido difundidos no âmbito da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA) e nas organizações que a compõem em nível estadual como a Associação Piauiense de Produtores de Algodão (APIPA), que abriga a Fazenda Progresso. A necessidade de aproximar a cotonicultura empresarial dos preceitos da sustentabilidade é apontada em uma análise recente da ABRAPA sobre os fatores críticos da cadeia produtiva do algodão no país. Nesse sentido, a ABRAPA tem dado suporte, nos últimos anos, para que seus associados sejam licenciados pelo programa *Better Cotton Initiative* (BCI). Esse programa é resultado de um movimento protagonizado por organizações interessadas em estabelecer padrões de sustentabilidade para o cultivo de grãos (DAVIRON; VAGNERON, 2011).

Em 2012, a ABRAPA criou o programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR) com a finalidade de estimular a produção de algodão nos padrões de sustentabilidade determinados pelo BCI, que promovem a dimensão ambiental do desenvolvimento ao assegurar a destinação adequado dos resíduos da produção, a preservação dos cursos de água e das reservas legais, a recuperação das áreas degradadas, a utilização de práticas de manejo e o cumprimento da legislação ambiental. Os principais compradores de algodão no comércio internacional têm exigido que seus fornecedores sejam licenciados pela BCI, assegurando que o produto adquirido foi produzido de maneira a promover as dimensões social e ambiental do desenvolvimento, além da dimensão econômica. Os compradores em circuitos de comércio justo também fazem exigências relacionadas à certificação dos produtos na cotonicultura orgânica. Essas empresas determinam que o produto seja certificado como orgânico por

um processo de auditoria, restringindo os agricultores familiares na implementação de um sistema participativo de certificação orgânica para seus produtos (JALFIM *et al.*, 2013). No nível internacional, os sistemas de certificação participativa começaram a ser discutidos pela Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM) a partir de 2004, enquanto que a certificação por auditoria é uma prática defendida desde a década de 1980 (CASTRO, 2013). Apesar de não ser reconhecida nos mercados de circuitos longos, tais como os circuitos de comércio justo, a certificação participativa é um avanço institucional que promove a dimensão ambiental do desenvolvimento no território nacional.

O reconhecimento da certificação participativa da APASPI no território nacional foi alcançado na relação com o MAPA, que fez o credenciamento da organização como um OPAC. Tendo em vista a importância dos benefícios ambientais a partir do reconhecimento da produção orgânica na agricultura familiar organizada em uma gestão participativa, a relação estabelecida entre a APASPI e o MAPA promove implicações positivas na dimensão ambiental do desenvolvimento. Enquanto que a busca de efeitos positivos no meio ambiente é um elemento intrínseco do ideal proposto pelo movimento da agricultura agroecológica, do qual a APASPI faz parte, acredita-se que a implementação de programas de sustentabilidade na cotonicultura empresarial, como a BCI e o ABR, seja uma reação às críticas dos movimentos alternativos direcionadas aos sistemas de agricultura empresarial, destacando o seu poder de causar danos ao meio ambiente. Contudo, os critérios de desempenho ambiental que são utilizados pelo BCI e o ABR não mitigam causas conhecidas dos danos ambientais provocados pela agricultura empresarial, como a prática da monocultura extensiva, o uso de agrotóxicos e a transgenia de sementes. Essas lacunas práticas refletem a fase embrionária dos programas de sustentabilidade na cotonicultura empresarial, que é um fenômeno recente e ainda não tem a adesão de uma parte significativa dos produtores. A Fazenda Progresso está situada entre os produtores brasileiros que ainda não integram as iniciativas de sustentabilidade na cotonicultura empresarial.

De maneira resumida, a dimensão ambiental do desenvolvimento regional é promovida pela agricultura orgânica em sistema de produção familiar devido ao interesse destes em conservar a biodiversidade local, evitando o uso de substâncias e processos produtivos danosos ao meio ambiente. Nesse contexto, a certificação participativa surge como um instrumento estimulador da produção orgânica, mas esse tipo de certificação não é reconhecido nos circuitos de comércio justo, limitando

o potencial da agricultura orgânica de base familiar de promover implicações positivas na dimensão ambiental do desenvolvimento. Assim, semelhante ao notado na dimensão social, a APASPI pode intensificar os benefícios ambientais da cotonicultura orgânica se priorizar a comercialização no território nacional, onde a certificação participativa é reconhecida. No caso da cotonicultura empresarial, a Fazenda Progresso ainda não está integrada nas iniciativas do BCI e ABR, que têm promovido a dimensão ambiental do desenvolvimento. Além disso, esses programas ainda não são capazes de resolver questões importantes que associam danos ambientais à agricultura empresarial.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo apresentou contribuições para compreender **comparar as implicações da cotonicultura convencional e da orgânica nas dinâmicas de desenvolvimento rural, considerando o capital social nas relações com stakeholders**. Nesse sentido, este estudo buscou responder as seguintes questões: Como capital social nas relações com *stakeholders* e suas implicações no desenvolvimento regional podem ser analisados? Qual é a diversidade de *stakeholders* na cotonicultura convencional e na orgânica? Quais as formas do capital social constituído entre os gestores e *stakeholders* na cotonicultura convencional e na orgânica? Como o capital social promovido a partir das relações com *stakeholders* incide nas dinâmicas de desenvolvimento regional? Para contribuir com a compreensão dessas questões, o estudo foi desenvolvido com a análise de dois casos que realizam a produção de algodão no sudoeste do Piauí: a Fazenda Progresso e a APASPI, que representam a cotonicultura convencional e a cotonicultura orgânica respectivamente.

A complementaridade da teoria dos *stakeholders* e do capital social em uma pesquisa teórico-empírica é a principal contribuição teórica deste estudo, contrariando abordagens que consideram a teoria dos *stakeholders* adequada para explicar apenas o desempenho social de grandes corporações e a teoria do capital social adequada para explicar o desempenho social apenas de pequenas e médias empresas (SEN; COWLEY, 2012; RUSSO; PERRINI, 2010). Em vez de reforçar essa distinção teórica inadequada, o arcabouço teórico elaborado neste estudo ofusca tal distinção ao considerar a complementaridade entre as teorias do *stakeholder* e do capital social. Neste estudo, essa complementaridade dá suporte para compreender o estabelecimento de capacidades institucionais para o desenvolvimento sustentável, avançando as discussões anteriores, que destacavam os efeitos na coesão estratégica (BALLET, 2005), as competências de líderes responsáveis socialmente (MAAK, 2007) e a dimensão avaliativa nas relações empresa-*stakeholders* (COTS, 2011).

Ao comparar as relações da Fazenda Progresso e da APASPI com os atores relevantes nas suas atividades, percebe-se que a diversidade de *stakeholders* relevantes na cotonicultura convencional e na orgânica são semelhantes. Tanto a Fazenda Progresso quanto a APASPI têm suas atividades influenciadas por organizações governamentais, cujos interesses se referem ao desenvolvimento territorial e a capacitação técnica para produção agroecológica no âmbito da cotonicultura orgânica, ou se referem à preparação de infraestrutura logística e ao controle da

oferta no mercado agrícola no âmbito da cotonicultura convencional. Em ambas as organizações estudadas, também há evidências de que os seus membros internos são *stakeholders* relevantes, seja para uma função produtiva na cotonicultura orgânica, ou para uma função decisória na cotonicultura convencional. A Fazenda Progresso e a APASPI também sinalizam para organizações da sociedade civil como *stakeholders* relevantes, que possuem uma orientação para apoio à agricultura familiar na cotonicultura orgânica e uma orientação representativa das demandas de um grupo de interesse empresarial na cotonicultura convencional.

Além das semelhanças na diversidade de *stakeholders* presentes nas estruturas de relações de ambas as organizações estudadas, essas estruturas também mostram semelhanças quanto à ausência de laços com *stakeholders* relevantes que representam o setor empresarial, revelando lacunas nas estruturas dos casos estudados. Essas lacunas estruturais limitam a diversidade de *stakeholders* na rede de relações da APASPI e da Fazenda progresso. O estabelecimento de relações relevantes com organizações empresariais pode facilitar a identificação de demandas do mercado, para dinamizar a comercialização da produção na cotonicultura orgânica, e pode facilitar o surgimento de arranjos estratégicos na cadeia produtiva do algodão convencional em segmentos após a porteira, como na indústria têxtil.

As análises sobre a diversidade de *stakeholders*, que dizem respeito à dimensão estrutural do capital social (LOPOLITO; NARDONE; SISTO, 2011), permitem visualizar a configuração de conexões que caracteriza as relações organizacionais na cotonicultura convencional e na orgânica. Essas análises mostram que, em ambos os contextos, as organizações governamentais, organizações da sociedade civil e os grupos de membros internos são *stakeholders* relevantes, levando a crer equivocadamente que o capital social organizacional das organizações estudadas seria igual. Mas, conforme um pressuposto deste estudo, as análises sobre a dimensão estrutural do capital social organizacional não são suficientes para fazer inferências sobre os atributos que o qualificam, sendo tal compreensão alcançada pelas análises sobre as dimensões relacional e cognitiva. A qualidade do capital social é indicada pelo conteúdo ideológico e os principais valores compartilhados em um determinado contexto (CHAMBERS; KOPSTEIN, 2001).

As análises sobre a dimensão relacional do capital social mostram que as organizações estudadas estabelecem relações de confiança com os *stakeholders* representados pelos grupos internos e pelas organizações da sociedade civil. As relações de confiança com as organizações da

sociedade civil são direcionadas para capacitação técnica na cotonicultura orgânica e para a constituição de representação coletiva na cotonicultura convencional. Diferentes mecanismos sociais dão base e reforçam essas relações de confiança em ambos os casos, como os laços de intermediação, a formação de agrupamentos coesos e a reputação com experiências anteriores bem sucedidas.

Quando se trata dos *stakeholders* representados por organizações governamentais, existem relações de confiança da APASPI com aquelas que promovem a agricultura agroecológica, como o Projeto Dom Helder Camara, entretanto, existe falta de confiança em outras organizações governamentais que difundem diferentes modelos de agricultura ou que falharam no atendimento das demandas locais, como o INCRA. No caso da Fazenda Progresso, existe falta de confiança em *stakeholders* representados pelas organizações governamentais que restringem a implementação urgente de soluções no campo, como a ANVISA, e pelas organizações lideradas por indivíduos com ações políticas voltadas para interesses exclusivamente pessoais. Um resultado da pesquisa a ser destacado é a falta de laços de confiança de ambas as organizações estudadas nos *stakeholders* representados pelos compradores dos produtos, sejam as empresas que dominam os circuitos de comércio justo na cotonicultura orgânica, ou as indústrias têxteis que integram a cadeia produtiva do algodão convencional.

De maneira semelhante às análises sobre a dimensão relacional, as análises sobre a dimensão cognitiva do capital social mostram que a Fazenda Progresso e a APASPI estabelecem relações de afinidade com os *stakeholders* representados pelos grupos internos e pelas organizações da sociedade civil. As relações de afinidade cognitiva com os grupos internos são facilitadas pela formação de comissões na APASPI e pelas residências internas na Fazenda Progresso. Por sua vez, as relações com organizações da sociedade civil são caracterizadas pelo compartilhamento de visões sobre a agroecologia, no caso da APASPI, e pelo compartilhamento de decisões sobre o mercado do algodão, no caso da Fazenda Progresso.

Os casos estudados distinguem-se quanto às relações de afinidade cognitiva estabelecidas com *stakeholders* que representam organizações governamentais. Em decorrência da construção de uma trajetória de experiências positivas, a relação entre os gestores da APASPI e os gestores do PDHC possui uma forte afinidade cognitiva na identificação de problemas e implementação de soluções na cotonicultura orgânica. Por outro lado, no âmbito da cotonicultura convencional, as relações com a ANVISA não possuem afinidade cognitiva, pois esta organização

governamental coloca barreiras na solução de problemas comuns entre aos cotonicultores empresariais. Na cotonicultura convencional, as relações com organizações multinacionais fornecedoras de agroquímicos são comuns entre os produtores, mas os gestores da Fazenda Progresso possuem uma fraca afinidade cognitiva com essas organizações e adotam a agricultura de precisão, fazendo contraponto às receitas recomendadas pelas multinacionais fornecedoras de agroquímicos.

Este estudo apresentou uma análise que posiciona as implicações do capital social constituído nas relações das organizações estudadas e seus *stakeholders* para o desenvolvimento regional, contribuindo para a discussão que considera uma correspondência entre o capital social e o desenvolvimento regional. O capital social pode ser uma condição na produção de riqueza e valor para uma economia e para o desenvolvimento econômico de uma região, mas também pode levar a consequências danosas para o desenvolvimento quando está à disposição de organizações com propósitos antissociais (CHAMBERS; KOPSTEIN, 2001; PUTNAM, 2000; FUKUYAMA, 2000). O presente estudo avança nessas discussões ao analisar a distinção entre o capital social que promove o desenvolvimento sustentável e o que promove um desenvolvimento espúrio.

A presença de condições que permitem as relações organizacionais com *stakeholders* convergirem com os ideais do desenvolvimento sustentável é um fator para ser analisado nas avaliações sobre o desenvolvimento regional. De maneira semelhante, a compreensão sobre o que não é o desenvolvimento sustentável pode ser facilitada pela análise de condições que permitem as relações organizacionais com *stakeholders* serem estabelecidas por ideias que levam a um desenvolvimento espúrio. Nesse sentido, este estudo contribui para as discussões apresentadas por Haddad (1999) e por Santos (2011) ao tratar dos conceitos de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento espúrio, incorporando o capital social nas relações com *stakeholders* como um fator para ser analisado.

Ambos os casos estudados têm implicações positivas na dimensão econômica do desenvolvimento. A Fazenda Progresso contribui para a integração da cotonicultura regional no mercado internacional de algodão convencional, priorizando a produtividade como medida de desempenho e implementando tecnologias avançadas de produção. Por sua vez, a APASPI está integrada em um canal de comércio justo, que comercializa produtos fabricados com o algodão orgânico no mercado europeu, proporcionando o aumento da renda de seus membros pela comercialização dos seus produtos.

A dimensão social do desenvolvimento regional é promovida pela APASPI a partir da sua relação com o Projeto Dom Helder Camara e da institucionalização de um sistema de gestão democrática, incluindo a implementação de certificação participativa. Contudo, o potencial dos circuitos de comércio justo de provocar implicações positivas em uma dimensão social é limitado por não reconhecer certificações participativas. Assim, a integração do algodão orgânico em circuitos locais de comercialização no território nacional pode intensificar os benefícios sociais da APASPI, uma vez que a certificação participativa é reconhecida nesses circuitos. No caso da Fazenda Progresso, a empresa ainda não está integrada aos programas BCI e ABR, implementados recentemente no âmbito da cotonicultura empresarial, que promovem as dimensões social e ambiental do desenvolvimento regional.

Ainda que a Fazenda Progresso comece a aderir ao BCI e ao ABR, eles não são capazes de resolver questões importantes que associam danos ambientais à agricultura empresarial, especialmente ao uso de agrotóxicos. Esses programas prezam pelo cumprimento de leis ao se referir às ações de responsabilidade social e ambiental. Assim, ao integrar os programas BCI e ABR futuramente, a Fazenda Progresso estará situada em um nível de responsabilidade social que se refere ao cumprimento das leis.

Um posicionamento embasado na pirâmide da responsabilidade social empresarial elaborada por Carroll (1991) assumiria que uma ética normativa não é suficiente para mover os padrões de produção e consumo em direção a um desenvolvimento sustentável, requerendo uma ética prática consequencialista para alcançar os níveis de responsabilidade ética e filantrópica. Porém, um posicionamento embasado na ideia de inovações normativas discutida por Ruggie e Nelson (2015) é mais adequado para avaliar situações contemporâneas, como a adesão os programas BCI e ABR. As inovações normativas, resultantes de processos de revisões de normas, compreendem atualizações nos regulamentos por meio da incorporação de novas questões, capazes de tornar o cumprimento de leis em uma conduta suficiente para que uma organização seja considerada socialmente responsável em relação aos seus *stakeholders*. Assim, os critérios dos programas BCI e ABR podem passar por revisões e atualizar as suas exigências, orientando as práticas na cotonicultura empresarial para uma conduta de responsabilidade social mais rigorosa, por exemplo, exigindo a eliminação do uso de agrotóxicos.

A dimensão ambiental do desenvolvimento regional é promovida pela APASPI por meio de ações orientadas para conservar a biodiversidade local, evitando o uso de substâncias e processos

produtivos danosos ao meio ambiente. A certificação participativa utilizada pela APASPI é um instrumento estimulador da produção orgânica. Contudo, a certificação participativa apresenta um potencial limitado para promover implicações positivas na dimensão ambiental do desenvolvimento, pois o circuito de comércio justo, do qual a APASPI faz parte, não reconhece esse tipo de certificação. Assim, ao priorizar a comercialização no território nacional, onde a certificação participativa é reconhecida, a APASPI pode intensificar os benefícios da cotonicultura orgânica para o meio ambiente, como notado sobre a dimensão social.

As análises realizadas neste estudo não falseiam a proposição de que a qualidade do capital social nas relações entre organizações e *stakeholders* é revelada nos conteúdos transacionados e nos valores compartilhados nas relações. Ao olhar para os conteúdos transacionados e os valores compartilhados nos casos da Fazenda Progresso e da APASPI, foram identificadas diferenças que distinguem o capital social e, sobretudo, sua capacidade de afetar as organizações no alcance de seus propósitos, não obstante possuam equivalências estruturais nas relações com seus *stakeholders*.

Neste estudo, foram apresentadas as proposições de que: as relações entre organizações e *stakeholders*, cujos conteúdos e significados se referem eminentemente à eficiência econômica, constituem um capital social com a qualidade de proporcionar um desenvolvimento espúrio; e que as relações entre organizações e *stakeholders*, cujos conteúdos e significados se referem à eficiência econômica, ao bem estar social e à conservação do meio ambiente, constituem um capital social com a qualidade de proporcionar um desenvolvimento sustentável. As análises mostraram que o caso da Fazenda Progresso compreende as relações entre organização e *stakeholders*, cujos conteúdos e significados se referem eminentemente à eficiência econômica, enquanto que o caso da APASPI compreende relações entre organização e *stakeholders*, cujos conteúdos e significados se referem à eficiência econômica, ao bem estar social e à conservação do meio ambiente.

A comparação entre os indicadores de crescimento econômico, de desenvolvimento humano e do padrão de consumo nos municípios onde os casos estudados estão localizados sinalizam uma distinção nas suas tendências de desenvolvimento. Na última década, os municípios de Uruçuí e Sebastião Leal, em conjunto, tiveram uma evolução no crescimento econômico e no desenvolvimento humano mais intensa do que o município de São Raimundo Nonato. Além disso, a população dos municípios de Uruçuí e Sebastião Leal possuem um padrão de menor

consumo de bens duráveis do que a população de São Raimundo Nonato. Portanto, o desenvolvimento das regiões de incidência das atividades da Fazenda Progresso tem demonstrado maior coerência a um modelo de desenvolvimento sustentável do que a região de incidência das atividades da APASPI. Essa comparação leva ao falseamento da segunda proposição e da terceira apresentadas nesta tese. Uma explicação alternativa é que, enquanto as atividades da APASPI têm incidências minoritárias, o conjunto de incidências das demais organizações da região leva o desenvolvimento do município de São Raimundo Nonato a ser menos coerente com o modelo de desenvolvimento sustentável do que o desenvolvimento de Uruçuí e Sebastião Leal. Contudo, os resultados do estudo não suportam essa conclusão, requerendo novas investigações.

A ideia central desta tese é que o encontro de um desenvolvimento sustentável depende de um arcabouço e uma capacidade institucional, incluindo o capital social nas relações das organizações com seus *stakeholders*, que seja constituído com base nos ideais do desenvolvimento sustentável. A tese revela que existe uma condição para o desenvolvimento sustentável que repousa nos propósitos organizacionais que constituem o capital social nas relações com *stakeholders*.

5.1 CONTRIBUIÇÕES PRÁTICAS

Devido ao grande impacto da atividade agrícola no desenvolvimento do país, avaliação do capital social no campo organizacional da agricultura orgânica, em comparação com a agricultura empresarial convencional, levanta questões de interesse dos diversos setores da sociedade brasileira. Essa comparação contribui para a transição de um modelo de desenvolvimento espúrio para um modelo de desenvolvimento sustentável, estimulando reflexões sobre a adoção de diferentes estratégias de desenvolvimento rural. A presente pesquisa revelou aspectos coerentes e incoerentes com o desenvolvimento sustentável ou espúrio, comparando a agricultura empresarial convencional e a agricultura orgânica familiar. Para um desenvolvimento regional sustentável, o estudo aponta aspectos a serem evitados, como práticas danosas ao meio ambiente por produtores empresariais convencionais e a integração em mercados de comércio justo por produtores orgânicos na agricultura familiar. O estudo também aponta aspectos a serem reforçados, como a implementação de programas de responsabilidade mais avançados na cotonicultura empresarial e a

intensificação de sistemas participativos de certificação na cotonicultura orgânica.

Para orientar suas ações de maneira mais próxima aos ideais de desenvolvimento sustentável, os Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade (OPACs), tal como a APASPI, podem buscar priorizar a comercialização dos produtos orgânicos em circuitos de comércio locais, como aqueles que integram as indústrias têxteis nacionais. A criação de unidades de distribuição e beneficiamento do algodão de redes de associações é um caminho de obter viabilidade econômica para fornecer o produto para as indústrias nacionais. Outra visão pode sugerir que as certificações participativas sejam aceitas nos circuitos de comércio justo. Porém, o tipo de certificação não é o elemento que impõe os limites mais rígidos na orientação das OPACs para um desenvolvimento sustentável. Esse elemento é o grau de autonomia e participação na cadeia de valor. O comércio justo é uma alternativa para os produtores obterem maior renda, quando é comparado aos circuitos de comercialização tradicionais, muito embora ainda reforce o mesmo sistema, no qual os comerciantes, que têm contato com os consumidores, são os atores da cadeia de valor que mantêm os maiores rendimentos, de maneira semelhante aos circuitos tradicionais. Assim, a qualidade orgânica dos produtos caracteriza um nicho de mercado com maior valor agregado, mas não provoca uma mudança na lógica de mercado em benefício dos produtores, que continuam com os menores rendimentos na cadeia de valor.

5.2 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

O presente estudo não esgota as possibilidades de investigação sobre a comparação entre o capital social das relações com *stakeholders* na cotonicultura empresarial e na orgânica. A compreensão sobre o objeto deste estudo pode ser aprofundada tanto por futuras pesquisas fundamentadas na teoria do capital social, na teoria de *stakeholders*, nas teorias de desenvolvimento regional e nas combinações entre elas, quanto por futuras pesquisas realizadas com percursos metodológicos diferentes do que foi realizado neste estudo.

A teoria do capital social pode oferecer suporte para futuras pesquisas revelarem, em uma perspectiva histórica, as dinâmicas sociais que levam à constituição de capital social entre as organizações, bem como as dinâmicas sociais que levam à extinção desse capital social. Além de colocar foco na experiência dos gestores na cotonicultura, futuras pesquisas também podem utilizar métodos de investigação que

permitam compreender a constituição de capital social a partir da visão dos seus *stakeholders*.

Futuras pesquisas fundamentadas na teoria de *stakeholders* podem avaliar as correspondências entre as diferentes abordagens quanto à responsabilidade para com seus *stakeholders* e o desempenho das organizações na cotonicultura empresarial e na orgânica. Nesse sentido, sugere-se aprofundar a compreensão sobre os benefícios de uma gestão eticamente responsável para a própria organização, além dos benefícios para a comunidade.

As discussões sobre modelos de desenvolvimento, especialmente sobre a distinção entre as ideias de desenvolvimento espúrio e sustentável, podem ser reforçadas por futuras pesquisas baseadas em uma perspectiva histórica. A perspectiva histórica pode facilitar a compreensão sobre tendências de mudança nos padrões de produção de algodão, revelando a abrangência da difusão de modelos alternativos como a cotonicultura orgânica. Assim, seria possível acompanhar uma transição orientada para um modelo de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABRAPA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO. **A cadeia do algodão brasileiro: safra 2012/2013 – Desafios e estratégias**. Brasília: ABRAPA, 2013.
- ADLER, P. S.; KWON, S.-W. Social Capital: Prospects for a New Concept. **Academy of Management Review**, v. 27, n. 1, p. 17-40, 2002.
- AFONSO, M. H. F.; SOUZA, J. V. de; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Como construir conhecimento sobre o tema de pesquisa? Aplicação do processo ProKnow-C na busca de literatura sobre avaliação do desenvolvimento sustentável. **RGSA Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, n. 2, p.47-62, mai./ago., 2011.
- AGUIAR, G. A. M.; LIMA-FILHO, R. R.; TORRES-JUNIOR, A. de M. Mapitoba: a última fronteira agrícola. **Mercado & Negócios. Agroanalysis**, Maio, p. 15-16, 2013.
- ALMEIDA, J. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente?. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 6, p. 29-40, 2002.
- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecology Scaling Up for Food Sovereignty and Resiliency. **Sustainable Agriculture Reviews**, v. 11, p. 1-29, 2012.
- ALVES, L. R. A.; BARROS, G. S. de C.; BACCHI, M. R. P. Produção e Exportação de Algodão: Efeitos de Choques de Oferta e de Demanda. **RBE Revista Brasileira de Economia**, v. 62, n. 4, p. 381-405, 2008.
- ALVES, L. R. A.; GOTTARDO, L. C. B.; FERREIRA FILHO, J. B. de S.; OSAKI, M.; RIBEIRO, R. G.; YKEDA, V. Y. Custo de produção de algodão em sistema adensado no Estado de Mato Grosso/Brasil. **Custos e @gronegócio on line**, v. 8, n. 1, p. 24-42, 2012.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n.129, p. 637-651, 2006.

ANDION, C.; SERVA, M. Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil. **CAYAPA Revista Venezuelana de Economía Social**, v.4, n. 7, p. 7-24, 2004.

ANDREWS, R. Organizational social capital, structure and performance. **Human Relations**, v. 63, n. 5, p. 583-608, 2010.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: Perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006.

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 6, p. 67-80, 2002.

ASTI, A. L. **Comércio justo e o caso do algodão**: a cadeia produtiva têxtil brasileira. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

AUGUSTIN, S.; ALMEIDA, A. Da compreensão materialista e dialética das relações ecológicas ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento em Questão**, v. 4, n. 7, jan./jun., p. 73-94, 2006.

BABBIE, E. **The practice of social research**. 12 ed. Belmont: Cengage Learning, 2010.

BALLET, J. Stakeholders et capital social. **Revue française de gestion**, v. 31, n. 156, p. 77-91, 2005.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARROS, J. R. M.; L. GOLDENSTEIN. Avaliação do Processo de Reestruturação Industrial Brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 2, 1997.

BELTRÃO, N. E. de M.; VALE, L. S.; MARQUES, L. F.; CARDOSO, G. D.; SILVA, F. V. de F.; ARAÚJO, W. P. O cultivo do algodão orgânico no semi-árido brasileiro. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 5, n. 5, p. 8-13, 2010.

BERLIM, L. G. **Moda, a possibilidade da leveza sustentável**: tendências, surgimento de mercados justos e criadores responsáveis. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

BIJL, R. Never waste a good crisis: Towards social sustainable development. **Social Indicators Research**, v. 102, n.1, p. 157-168, 2011.

BOSSLE, M. B.; NASCIMENTO, L. F.; TREVISAN, M.; FIGUEIRÓ, P. S. O comércio justo como agente mitigador das mudanças climáticas: o caso do algodão ecológico. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 10, n. 1, p. 30-47, 2012.

BOURDIEU, P. Le capital social. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 31, p. 2-3, 1980.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, 1986.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Diário Oficial da União, nº 162, 21 de agosto de 2012.

BRESSER PEREIRA, L. C. Estratégia nacional e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 2, p. 203-230, 2006.

BURT, R. S. Secondhand brokerage: evidence on the importance of local structure for managers, bankers, and analysts. **Academy of Management Journal**, v. 50, n. 1, p.119-148, 2007.

BURT, R. S. The contingent value of social capital. **Administrative Science Quarterly**, v. 42, n. 2, p. 339-365, 1997.

- BYÉ, P.; SCHMIDT, V. D. B.; SCHMIDT, W. Transferência de dispositivos de reconhecimento da agricultura orgânica e apropriação local: uma análise sobre a Rede Ecovida. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 6, p. 81-93, 2002.
- CAMPANARIO, M. de A.; CHAGAS JUNIOR, M. de F.; RUIZ, M. S. O modelo de Karl Popper sob a ótica das ciências sociais aplicadas. **Revista de Ciências da Administração**, v. 14, n. 32, p. 124-140, 2012.
- CARDOSO, F. H. **As idéias e seu lugar**: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CARDOSO, F. H., FALETTTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 3 ed. RJ: Ed. Zahar, 1975.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**. 10 ed. SP: Brasiliense, 1998.
- CARNEIRO, R. Desenvolvimento Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. **Texto para Discussão**, IE/UNICAMP, n. 153, nov. 2008.
- CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. **Business Horizons**, v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991.
- CARSON, R. **Silent Spring**: Fortieth anniversary edition. New York: Houghton Mifflin Company, 2002.
- CARVALHO, F. C. de. Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária. In: AMADEO, E. J. (org.). **Ensaio sobre Economia Política Moderna**: Teoria e História do Pensamento Econômico. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- CASTRO, F. Overview of participatory guarantee systems in 2012. In: WILLER, H.; LERNOUD, J.; KILCHER, L. (Eds.). **The World of Organic Agriculture**. Statistics and Emerging Trends 2013. FiBL-IFOAM, 2013.
- CASTRO, L. T.; LOPES, F. F.; NEVES, M. F. Redes, capital social e marketing como elementos fundamentais para a agricultura familiar:

uma experiência no projeto público de irrigação Jaíba. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 12, n. 3, p. 227-239, 2010.

CHAMBERS, S.; KOPSTEIN, J. Bad Civil Society. **Political Theory**, v. 29, n. 6, p. 837-865, 2001.

CHANG, H-J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2002.

COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, p. S95-S120, 1988.

CONAB COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Soja – Brasil**. Série Histórica de Produtividade. Safras 1976/77 a 2014/15. (Planilha). Disponível na Internet: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=>>>. Acesso em: 05 de julho de 2015.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Há compatibilidade entre a “tecnologia social” de Nelson e a “causalidade vebleniana” de Hodgson?. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 1, p. 109-127, 2012.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COTS, E. G. Stakeholder social capital: a new approach to stakeholder theory. **Business Ethics: A European Review**, v. 20, n. 4, p. 328-341, 2011.

COUTINHO, L. O desempenho da indústria sob o Real. In: MERCADANTE, A. (org.). **O Brasil pós-Real**: a política econômica em debate. Campinas: IE - Unicamp, 1998.

CRUZ, M. S.; MAIA, S. F. Desempenho da Cotonicultura Brasileira Pós-abertura Econômica. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 39, n. 2, p. 263-284, 2008.

DAVIRON, B.; VAGNERON, I. From Commoditisation to De-commoditisation ... and Back Again: Discussing the Role of

Sustainability Standards for Agricultural Products. **Development Policy Review**, v. 29, n. 1, p. 91-113, 2011.

DE SOUZA, M. S.; DE SOUZA, R. S. Implicações das redes de cooperação de pequeno comércio varejista sobre a construção dos mercados locais de hortigranjeiros. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 2, p. 431-473, 2011.

DIAMOND, J. **Colapso**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DINIZ, F. A.; SOUZA, M. M.; MELO, P. T. N. B. Doença Holandesa no Brasil: uma análise do comércio exterior brasileiro no período de 1996-2011. **Heera (UFJF. Online)**, v. 10, p. 31-54, 2014.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence, and implications. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 1, p. 65-91, 1995.

DRUMMOND, J. A. A primazia dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental contemporânea. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, p. 5-25, 2006.

DUCCI, N. P. C.; TEIXEIRA, R. M. As redes sociais dos empreendedores na formação do capital social: um estudo de casos múltiplos em municípios do norte pioneiro no estado do Paraná. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 4, p. 967-997, 2011.

ELKINGTON, J. Governance for sustainability. **Corporate Governance**, v. 14, n. 6, p. 522-529, november, 2006.

EMBRAPA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Algodão agroecológico conquista selo de conformidade orgânica. Notícias. 2014. Disponível na Internet: <http://www.cnpa.embrapa.br/noticias/2014/noticia_20140219.html>. Acesso em: 21 de junho de 2014.

EMERY, F. E.; TRIST, E. L. The causal texture of organizational environments. **Human Relations**, v. 18, n. 1, p. 21-32, 1965.

FARIA, M. V. C. M.; PEREIRA, J. de A. A rede de economia solidária do algodão agroecológico: desenvolvimento humano, sustentabilidade e cooperação entre os produtores rurais do estado do Ceará. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 14, n. 3, p. 395-408, 2012.

FASSIN, Y. The stakeholder model refined. **Journal of Business Ethics**, v. 84, n. 1, p. 113-135, 2009.

FERREIRA FILHO, J. B. de S.; ALVES, L. R. A.; VILLAR, P. M. del. Estudo da competitividade da produção de algodão entre Brasil e Estados Unidos – safra 2003/04. **RESR Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 1, p. 59-88, 2009.

FERRO, A. B.; CASTRO, E. R. Determinantes dos preços de terras no Brasil: uma análise da região de fronteira agrícola e áreas tradicionais. **RESR Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 3, p. 591-610, 2013.

FIORI, J. L. Introdução: De volta a questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORES, P. Organic agriculture in Latin America and the Caribbean. In: WILLER, H.; LERNOUD, J.; KILCHER, L. (Eds.). **The World of Organic Agriculture**. Statistics and Emerging Trends 2013. FiBL-IFOAM, 2013.

FONTANA, A.; FREY, J. H. The interview: From structured questions to negotiated text. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (eds.). **Collecting and interpreting qualitative materials**. 2 ed. Thousand Oaks: Sage, 2003.

FOSS, K.; FOSS, N. J.; KLEIN, P. G.; KLEIN, S. K. The Entrepreneurial Organization of Heterogeneous Capital. **Journal of Management Studies**, v. 44, n. 7, p. 1165-1186, 2007.

FOSS, N. J. The Continuing relevance of Austrian Capital Theory. **The Quarterly Journal of Austrian Economics**, v. 15, n. 2, p. 151-171, 2012.

FRANÇA-FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modelo de gestão pública?. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 2, n. 1, p. 1-18, 2004.

FRASSETTO, L. L.; GUERRERO, G. A.; CARIO, S. A. F. Avaliação das condições técnico-produtivas do arranjo produtivo de calçados da região de São João Batista – SC. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 115, p. 173-198, 2008.

FREEMAN, R. E. Ending the so-called "Friedman-Freeman" debate. In: AGLE, B. R. *et al.* Dialogue: toward superior stakeholder theory. **Business Ethics Quarterly**, v. 18, n. 2, p. 153-190, 2008.

FREEMAN, R. E. **Strategic Management: A stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

FUKUYAMA, F. **A grande ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FUKUYAMA, F. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FUKUYAMA, F. Social capital and the global economy. **Foreign Affairs**, v. 74, n. 5, september-october, p. 89-103, 1995.

FULKERSON, G. M.; THOMPSON, G. H. The Evolution of a Contested Concept: A Meta-Analysis of Social Capital Definitions and Trends (1988–2006). **Sociological Inquiry**, v. 78, n. 4, p. 536-557, 2008.

FURTADO, C. A superação do subdesenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 3, p. 37-42, 1994.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Nacional, 1980.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; BARBOSA DA SILVA, A. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOULD, D. The organic guarantee system: keeping up with the times. In: WILLER, H.; LERNOUD, J.; KILCHER, L. (Eds.). **The World of Organic Agriculture**. Statistics and Emerging Trends 2013. FiBL-IFOAM, 2013.

GPS Visualizer. Draw an SVG, JPEG, or PNG map. World: physical map. **20150411094139-36082-map.jpg**. Disponível em: <http://www.gpsvisualizer.com/map_input?form=jpg>. Acesso em: 11 abr. 2015. 1 mapa. Escala 1:100km.

HADDAD, P. R. A concepção de desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil**: estudos de clusters. Brasília: CNPq/Embrapa, p. 9-22, 1999.

HANIFAN, L. J. The rural school community center. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 67, New Possibilities in Education, sep., pp. 130-138, 1916.

HARTMANN, A. S.; SERAFIM, M. C. Uma proposta de modelo de análise do capital social organizacional. In: **Anais do VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**. 8, ANPAD, Gramado, 2014.

HELAL, D. H.; NEVES, J. A. B. Superando a pobreza: o papel do capital social na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 5, n. 2, p. 1-13, 2007.

HIGGINS, S. S. A difícil construção do capital social: estruturas de ação coletiva numa organização camponesa colombiana. **Latin American Research Review**, v. 47, n. 3, p. 83-108, 2012.

HUBER, B.; SCHMID, O.; NAPO-BITANTEM, G. Standards and regulations. In: WILLER, H.; LERNOUD, J.; KILCHER, L. (Eds.). **The**

World of Organic Agriculture. Statistics and Emerging Trends 2013. FiBL-IFOAM, 2013.

HUETING, R.; REIJNDERS, L. Broad sustainability contra sustainability: the proper construction of sustainability indicators. **Ecological Economics**, v. 50, n. 3, p. 249-260, 2004.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico:** uma perspectiva crítica. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1985.

IBAMA INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Plano de manejo do Parque Nacional da Serra das Confusões.** Brasília, 2003.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades:** Piauí. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=22>>. Acesso em: 05 de julho de 2015.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006:** Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 05 de julho de 2015.

IPU INTER-PARLAMENTARY UNION. **Results of the 132nd Assembly and related meetings.** Hanoi, 2015. Disponível em: <<http://www.ipu.org/conf-e/132/results.pdf>>. Acesso em: 01 de julho de 2015.

IPD INSTITUTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO. **Perfil do mercado orgânico brasileiro como processo de inclusão social.** Curitiba: Inteligência - IPD Orgânicos, 2010.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

JALFIM, F.; SIDERSKY, P.; RUFINO, E.; SANTIAGO, F.; BLACKBURN, R. Geração do conhecimento agroecológico a partir da

interação entre atores: a experiência do Projeto Dom Helder Camara. **Agriculturas**, v. 10, n. 3, p. 26-34, 2013.

JONES, T. M. Instrumental stakeholder theory: A synthesis of ethics and economics. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 2, p. 404-437, 1995.

JORGE, M. Desenvolvimento Produtivo para evitar a volta da vulnerabilidade externa. In: VELLOSO, J. P. R.; ALBUQUERQUE, R. C. (org.). **Na crise Global, como ser o melhor dos BRICs**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

KATES, R. W.; PARRIS, T. M.; LEISEROWITZ, A. A. What is sustainable development? Goals, indicators, values, and practice. **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**, v. 47, n. 3, p. 8-21, 2005.

KENNEDY, P. M. **Preparando para o século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LACHMANN, L. M. **Capital and its structure**. 2. ed. Kansas: Sheed Andrews and McMeel, 1978.

LAPLANE, M.; SARTI, F. Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. In: CARNEIRO, R. **A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula**. São Paulo: Fapesp-Unesp, 2006.

LAZAROVA, M.; TAYLOR, S. Boundaryless careers, social capital, and knowledge management: Implications for organizational performance. **Journal of Organizational Behavior**, v. 30, n. 1, p. 119-139, 2009.

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Montevideo: Coscoroba, 2004.

LEITE, S. P.; WESZ-JÚNIOR, V. J. Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro.

RESR Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 50, n. 4, p. 645-666, 2013.

LEUKHARDT, F.; ALLEN, S. How environmentally focused is the German sustainability strategy? A critical discussion of the indicators used to measure sustainable development in Germany. **Environment, Development and Sustainability**, v. 15, n. 1, p.149-166, 2013.

LÉVESQUE, B. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 107-144, 2009.

LEWIN, P.; BAETJER, H. The capital-based view of the firm. **Review of Austrian Economics**, v. 24, n. 4, p. 335-354, 2011.

LIN, N. Building a network theory of social capital. **Connections**, v. 22, n. 1, p. 28-51, 1999.

LOPOLITO, A.; NARDONE, G.; SISTO, R. Towards a comprehensive evaluation of local action groups in LEADER programmes. **New Medit**, v. 10, n. 1, p.43-49, 2011.

LOURY, G. C. A Dynamic Theory of Racial Income Differences. In: WALLACE, P. A.; LAMOND, A. M. (Eds.). **Women, Minorities, and Employment Discrimination**. p. 153-88. Lexington, MA: Lexington Books, 1977.

LOVELOCK, J. The living Earth. **Nature**, v. 426, n. 6968, p. 769-770, 2003.

MAAK, T. Responsible leadership, stakeholder engagement, and the emergence of social capital. **Journal of Business Ethics**, v. 74, n. 4, p. 329-343, 2007.

MADAIL, J. C. M.; BELARMINO, L. C.; BINI, D. A. Evolução da produção e mercado de produtos orgânicos no Brasil e no mundo. **Revista Científica da Ajes**, 3 ed., p. 1-9, 2011.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MATTOS, P. L. C. L. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. **RAP Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 4, p. 823-846, 2005.

MATTOS, P. L. C. L. O que diria Popper à literatura administrativa de mercado? **RAE Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 1, p. 60-69, 2003.

MAURER, A. M.; SILVA, T. N. As micro e pequenas empresas socialmente responsáveis: Uma aproximação entre a teoria dos stakeholders e o capital social. **Gestão.Org**, v. 10, n. 2, p. 369-394, 2012.

MCVEA, J. F.; FREEMAN, R. E. A Names-and-faces approach to stakeholder management: how focusing on stakeholders as individuals can bring ethics and entrepreneurial strategy together. **Journal of Management Inquiry**, v. 14, n. 1, p. 57-69, 2005.

MDIC MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Aliceweb2. Disponível em: < <http://alicesweb2.mdic.gov.br/> >. Acesso em: 12 de março de 2014.

MELO, P. T. N. B. Indicadores da dimensão institucional do desenvolvimento sustentável e os objetivos da Rio +20. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 23, p. 74-117, 2013.

MELO, P. T. N. B.; RÉGIS, H. P. Classificação dos laços entre gestores e stakeholders na rede dos Pontos de Cultura no Grande Recife. **O&S Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 64, p. 75-96, 2013.

MELO, P. T. N. B.; REGIS, H. P.; VAN BELLEN, H. M. Princípios epistemológicos da teoria do capital social na área da administração. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 1, Rio de Janeiro Jan./Mar. 2015.

MELO, P. T. N. B.; SALLES, H. K.; VAN BELLEN, H. M. Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável: o papel dos países em desenvolvimento com base na análise crítica do discurso da Rio+20. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 701-720, 2012.

MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really counts. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 4, p. 853-886, 1997.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: Potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea RAC**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. **Academy of Management Review**, v. 23, n. 2, p. 242-266, 1998.

NEVES, M. F. Método para planejamento e gestão estratégica de sistemas agroindustriais (GESis). **R. Adm.**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 331-343, out./nov./dez. 2008.

NOHRIA, N.; GHOSHAL, S. **The differentiated network**: organizing multinational corporations for value creation. San Francisco: Jossey-Bass, 1997.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University, 1990.

OECD ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD Data**. Domestic Product. Disponível em: <<https://data.oecd.org/gdp/gross-domestic-product-gdp.htm>>. Acesso em: 05 de julho de 2015.

OECD ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Measuring and fostering well-being and progress**: The OECD Roadmap. Busan: OECD, 2009.

OLIVEIRA, R. R. Responsabilidade social corporativa: afinal, quem são os interessados?. **E & G Economia e Gestão**, v. 5, n. 9, p. 76-95, 2005.

OOSTERVEER, P.; GUIVANT, J. S.; SPAARGAREN, G. Alimentos verdes em supermercados globalizados: uma agenda teórico-metodológica. In: GUIVANT, J. S.; SPAARGAREN, G.; RIAL, C.

(Orgs.). **Novas práticas alimentares no mercado global**. Florianópolis: UFSC, 2010.

PAIVA JÚNIO, F. G.; LEÃO, A. L. M. de S.; MELLO, S. C. B. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, p. 190-209, 2011.

PEARCE, D. W.; ATKINSON, G. D. Capital theory and the measurement of sustainable development: an indicator of “weak” sustainability. **Ecological Economics**, v. 8, n. 2, p. 103-108, 1993.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 79-105, 2009.

PIGNATI, W.; OLIVEIRA, N. P.; SILVA, A. M. C. Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e previsão de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 12, p. 4669-4678, 2014.

PLOEG, J. D. van der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 114-140, 2011.

PORTES, A. Social capital: Its origins and applications in modern sociology. **Annual Review of Sociology**, v. 24, p. 1-24, 1998.

PORTO, M. F.; SOARES, W. L. Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: Um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 37, n. 125, p.17-50, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Outra Verdade Inconveniente: a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna. **Universitas Humanística**, n. 66, p. 327-365, Bogotá, Colombia, 2008.

POSSAS, M. L. Em direção a um paradigma microdinâmico: a abordagem neo-schumpeteriana. In: AMADEO, E. **Ensaio sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

POST, J. E.; PRESTON, L. E.; SACHS, S. **Redefining the corporation**: stakeholder management and organization wealth. Stanford University Press: Stanford, 2002.

POPPER, K. R. **A lógica da investigação científica**. Coleção os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PUTNAM, R. D. **Bowling Alone**: The collapse and revival of American community. New York: Simon & Schuster, 2000.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RANGEL, A. S.; SILVA, M. M.; COSTA, B. K. Competitividade da indústria têxtil brasileira. **RAI Revista de Administração e Inovação**, v. 7, n. 1, p-109-126, 2010.

REED, M. S.; FRASER, E. D. G.; DOUGILL, A. J. An adaptive learning process for developing and applying sustainability indicators with local communities. **Ecological Economics**, v. 59, n. 4, p. 406-418, 2006.

REES, W. E. Ecological footprints and appropriated carrying capacity: what urban economics leaves out. **Environment and Urbanization**, v. 4, n. 2, p.121-130, October, 1992.

RÉGIS, H. P.; DIAS, S. M. R. C.; BASTOS, A. V. B. Articulando Cognição, Redes e Capital Social: um estudo entre empresários participantes de incubadoras de empresas. In: **Anais do 30º Encontro da ANPAD**. 30, ANPAD, Salvador, 2006.

RENNINGS, K.; WIGGERING, H. Steps towards indicators of sustainable development: Linking economic and ecological concepts. **Ecological Economics**, v. 20, n. 1, p. 25-36, 1997.

RIBEIRO, F. J.; MARKWALD, R. Balança Comercial e déficits em transações correntes: de volta à vulnerabilidade externa?. In: VELLOSO, J. P. R.; ALBUQUERQUE, R. C. (org.). **Na crise Global, como ser o melhor dos BRICs**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

RIBEIRO, W. C. Geografia política e gestão internacional de recursos naturais. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 69-80, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RIGO, A. S.; OLIVEIRA, R. R. Capital social, desenvolvimento local e stakeholders: o caso do projeto Urbe do Sebrae. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 6, n. 2, p. 1-24, 2008.

ROMANIELLO, M. M.; AMÂNCIO, R.; CAMPOS, R. C. Análise da composição do capital social em uma estrutura organizacional cooperativa do sul de Minas Gerais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 14, n. 1, p. 15-27, 2012.

ROVER, O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 56-63, janeiro/abril, 2011.

ROWLEY, T. J. Does relational context matter? An empirical test of a network theory of stakeholder influences. In: LOGSDON, J. M.; WOOD, D. J.; BENSON, L. E (Ed.). **Research in Stakeholder Theory, 1997-1998: the Sloan Foundation Minigrant Project**. Toronto: Clarkson Centre for Business Ethics, 2000. p. 21-35.

ROWLEY, T. J. Moving beyond dyadic ties: a network theory of stakeholder influences. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 4, p. 887-910, 1997.

RUGGIE, J.; NELSON, T. Human Rights and the OECD Guidelines for Multinational Enterprises: Normative Innovations and Implementation Challenges. **Corporate Social Responsibility Initiative Working Paper**, n. 66, Cambridge, MA: John F. Kennedy School of Government, Harvard University, 2015.

RUSSO, A.; PERRINI, F. Investigating stakeholder theory and social capital: CSR in large firms and SMEs. **Journal of Business Ethics**, v. 91, n. 2, p. 207-221, 2010.

SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2011.

SABOURIN, E. Multifuncionalidade e relações não-mercantis: manejo de recursos comuns no Nordeste. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, p. 151-169, 2010.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 3, p. 715-751, 2007.

SACHS, I. A revolução energética do século XXI. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, p. 21-38, 2007.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 75-82, 2001.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTOS, G. R. dos. **Políticas públicas e expansão da agroenergia no Brasil: contradições e desafios à sustentabilidade no ambiente rural em regiões do Cerrado**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 180-219, 2011.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Série os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1989.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. Why we should preserve the spotted owl. **London Review of Books**, v. 26, n. 3, p. 10-11, 2004.

SEN, S.; COWLEY, J. The relevance of stakeholder theory and social capital theory in the context of CSR in SMEs: An Australian perspective. **Journal of Business Ethics**, p. 1-15, December, 2012.

SERAFIM, M. C.; ANDION, C. Capital espiritual e as relações econômicas: Empreendedorismo em organizações religiosas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 8, n. 3, p. 564-579, 2010.

SERVA, M.; ANDION, C. O Controle Coletivo dos Riscos Ambientais na Produção de Alimentos: uma análise do sistema de certificação participativa na Rede Ecovida de Agroecologia. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. 2, ANPPAS, Indaiatuba, 2004.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, ano 1, n. 1, jan./jun., p. 45-71, 2003.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA DEFESA AGRÍCOLA. **Resultados do setor 2014**. 4 de maio de 2015. (Apresentação de slides) Disponível em: < http://www.sindiveg.org.br/docs/balanco_2014.pdf >. Acesso em: 05 de julho de 2015.

SOUSA, M. S. R. de. **O povo do Zabelê e o Parque Nacional da Serra da Capivara no Estado do Piauí: Tensões, Desafios e Riscos da Gestão Principiológica da Complexidade Constitucional**. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SOUZA, M. C. M. de. Produtos orgânicos. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.). **Economia e gestão de negócios agroalimentares**: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SPANGENBERG, J. H. Institutional sustainability indicators: An analysis of the institutions in Agenda 21 and a draft set of indicators for

monitoring their effectivity. **Sustainable Development**, v. 10, n. 2, p.103-115, 2002.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S.(Edit.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: SAGE, 1994.

STALLIVIERI, F.; BRITTO, J.; CAMPOS, R.; VARGAS, M. Padrões de Aprendizagem, Cooperação e Inovação em Aglomerações Produtivas no Brasil: Uma Análise Multivariada Exploratória. **Revista Economia**, v. 11, n. 1, p. 125-154, 2010.

STIGLITZ, J.; SEN, A.; FITOUSSI, J.P. **Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress**. Paris, 2009.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. SP: Brasiliense, 1986.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. A institucionalidade da política industrial e tecnológica: Problemas, desafios e propostas. In: TEIXEIRA, E.; BRAGA, M. (Eds.). **Instituições e desenvolvimento econômico**. Viçosa: DER & DE-UFV, 2007.

TAVARES, M. C. O caso do Brasil. In: SICSÚ, J.; PORTARI, D. **Desenvolvimento e igualdade**: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. p. 69-124. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

TEIXEIRA, A. **O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.

TERRAZZAN, P.; VALARINI, P. J. Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil. **Informações Econômicas**, v. 39, n. 11, 2009.

TOMAS, R. N.; SPROESSER, R. L.; BATALHA, M. O. Convenções, capital social e desenvolvimento efetivo na agricultura familiar: o caso de Mato Grosso do Sul. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 14, n. 3, p. 409-425, 2012.

TSAI, W.; GHOSHAL, S. Social capital and value creation: the role of intrafirm networks. **The Academy of Management Journal**, v. 41, n. 4, p. 464-476, 1998.

UNITED NATIONS. **Managing the transition from the Millennium Development Goals to the sustainable development goals: What it will take**. Report of the Secretary-General. New York, USA, 2015. Disponível em: <<http://undocs.org/E/2015/68>>. Acesso em: 01 de julho de 2015a.

UNITED NATIONS. **Strengthening and building institutions for policy integration in the post-2015 era**. Report of the Secretary-General. New York, USA, 2015. Disponível em: <<http://undocs.org/E/2015/69>>. Acesso em: 01 de julho de 2015b.

UNITED NATIONS. **Indicators of sustainable development: guidelines and methodologies**. New York, USA, 2001. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/sustdev/publications/indisd-mg2001.pdf>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2012.

UNITED NATIONS. **Agenda 21**. United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2013.

UNITED NATIONS. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. United Nations, 1987.

VAN BELLEN, H. M. As dimensões do desenvolvimento: um estudo exploratório sob as perspectivas das ferramentas de avaliação. **Revista Ciência da Administração**, v. 12, n. 27, 2010.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VEIGA, J. E. **A Emergência Socioambiental**. São Paulo: Senac, 2007.

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VIEIRA, P. F. Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 27-75, 2009.

VIOLA, E. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental do Brasil, 1989-1995. In.: COSTA, L.; VIOLA, E. (orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: UNICAMP, 1996.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M. Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 470-491, 2012.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2008.

WOOD, D. J. Corporate responsibility and stakeholder theory: challenging the neoclassical paradigm. In: AGLE, B. R. *et al.* Dialogue: toward superior stakeholder theory. **Business Ethics Quarterly**, v. 18, n. 2, p. 153-190, 2008.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

APÊNDICE I - Quadro de análise dos resultados

FAZENDA PROGRESSO				
Reg.	Fonte	Tema	Código	Categoria
1	Gregory Sanders, Revista A Granja	Logística, portos e estradas - Diversidade de interesses	DI-Log	Relações com stakeholders
2	Ata de reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados	DNIT e o peso por eixo - Diversidade de interesses	DI-Log	Relações com stakeholders
3	Relatório da ABRAPA	O investimento em infraestrutura do governo federal - Diversidade de interesses	DI-Log	Relações com stakeholders
4	Ata de reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados	Representante da APIPA - Diversidade de interesses	DI-OSC	Relações com stakeholders
5	Gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso	ABRAPA para representar o estado - Diversidade de interesses	DI-OSC	Relações com stakeholders
6	Relatório da ABRAPA	Os produtores têm em suas associações estaduais e na Abrapa órgãos de representatividade - Diversidade de interesses	DI-OSC	Relações com stakeholders

7	Diretor executivo da APIPA	Nossa relação é com a ABRAPA - Diversidade de interesses	DI-OSC	Relações com stakeholders
8	Engenheiro agrônomo responsável pelos cultivos da Fazenda Progresso	As associações de produtores - Diversidade de interesses	DI-OSC	Relações com stakeholders
9	Observação direta	Uso de etiqueta da ABRAPA - Diversidade de interesses	DI-OSC	Relações com stakeholders
10	Diretor executivo da APIPA	CONAB, Ministério da Agricultura - Diversidade de interesses	DI-Gov	Relações com stakeholders
11	Engenheiro agrônomo responsável pelos cultivos da Fazenda Progresso	o Ministério e a CONAB veem o que está acontecendo no campo - Diversidade de interesses	DI-Gov	Relações com stakeholders
12	Gregory Sanders, Revista A Granja	Minha mãe tem um conhecimento empírico - Diversidade de interesses	DI-Fam	Relações com stakeholders
13	Gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso	A família que toma as decisões principais - Diversidade de interesses	DI-Fam	Relações com stakeholders
14	Relatório da ABRAPA	as associações estaduais também são o primeiro contato do produtor para dar representatividade às necessidades do cotonicultor - Relações de confiança	RC-OSC	Forma de capital social

15	Engenheiro responsável pelos cultivos da Fazenda Progresso	parceria que funciona - Relações de confiança	RC-OSC	Forma de capital social
16	Gregory Sanders, Revista A Granja	eu resido aqui dentro da fazenda; Conseguimos união com os nossos colaboradores para tomar uma decisão mais acertada - Relações de confiança	RC-MemInt	Forma de capital social
17	Gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso	eu moro aqui e eu trabalho aqui - Relações de confiança	RC-MemInt	Forma de capital social
18	Diretor executivo da APIPA	a indústria só serve para comprar o produto, só - Relações de confiança	RC-Ind	Forma de capital social
19	Diretor executivo da APIPA	com a ANVISA, na liberação de novos produtos, a gente está tendo muita dificuldade - Relações de confiança	RC-Gov	Forma de capital social
20	Engenheiro responsável pelos cultivos da Fazenda Progresso	questão de o IBAMA, o Ministério Público e a ANVISA não permitir - Relações de confiança	RC-Gov	Forma de capital social
21	Diretor executivo da APIPA	alguém que tem interesse político ou até interesse pessoal, aí complica - Relações de confiança	RC-AIP	Forma de capital social
22	Relatório da ABRAPA	capacitação dos produtores e colaboradores; a conscientização dos	AC-OSC	Forma de capital social

		cotonicultores - Afinidade cognitiva		
23	Gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso	ABRAPA chama todo mundo para a gente tentar solucionar em conjunto o problema - Afinidade cognitiva	AC-OSC	Forma de capital social
24	Gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso	eles (os Sanders) são um modelo - Afinidade cognitiva	AC-MemInt	Forma de capital social
25	Gregory Sanders, Revista A Granja	Estou muito presente; Trocando informação, tendo a informação de forma mais rápida e decidir de maneira mais rápida - Afinidade cognitiva	AC-MemInt	Forma de capital social
26	Diretor executivo da APIPA	A ANVISA não é um órgão ligado à agricultura; todas as ações passam pela legislação vigente - Afinidade cognitiva	AC-Gov	Forma de capital social
27	Engenheiro responsável pelos cultivos da Fazenda Progresso	o produtor quer o imediatismo e essas outras instituições acabam sendo mais de acordo com leis - Afinidade cognitiva	AC-Gov	Forma de capital social
28	Gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso	a Progresso não se influencia tanto pelas empresas que fornecem os agroquímicos - Afinidade cognitiva	AC-For	Forma de capital social
29	Diretor executivo da APIPA	O governo não reconhece a agricultura economicamente -	DE-Gov	Dimensões do desenvolvimento

		Alocação eficiente de recursos		
30	Gregory Sanders, Revista A Granja	condição climática e do solo - Alocação eficiente de recursos	DE-Prod	Dimensões do desenvolvimento
31	Gregory Sanders, Revista A Granja	A principal decisão do que plantar, em que área e que tamanho tem sido agronomicamente o que fica melhor - Alocação eficiente de recursos	DE-Prod	Dimensões do desenvolvimento
32	Gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso	Essa transgenia aí é importante para a agricultura - Alocação eficiente de recursos	DE-Prod	Dimensões do desenvolvimento
33	Relatório da ABRAPA	Nível da tecnologia empregada nas lavouras já é bastante elevado -Alocação eficiente de recursos	DE-Tec	Dimensões do desenvolvimento
34	Gregory Sanders, Revista A Granja	Tivemos que adaptar tecnologia, fitotecnia, aprender com a cultura na região - Alocação eficiente de recursos	DE-Tec	Dimensões do desenvolvimento
35	Observação direta	Processos realizados com equipamentos de alto nível tecnológico - Alocação eficiente de recursos	DE-Tec	Dimensões do desenvolvimento
36	Gerente comercial de sementes da Fazenda Progresso	Tecnologia traz produção - Alocação eficiente de recursos	DE-Tec	Dimensões do desenvolvimento

37	Observação direta	Paisagem natural do cerrado dando lugar à monocultura - Conservação do meio ambiente	DA-Mono	Dimensões do desenvolvimento
38	Relatório da ABRAPA	fator crítico para o futuro da produção de algodão no Brasil: sustentabilidade - Conservação do meio ambiente	DA-Sust	Dimensões do desenvolvimento
39	Observação direta	Armazenagem de sementes transgênicas desenvolvidas pela organização - Conservação do meio ambiente	DA-Transg	Dimensões do desenvolvimento
40	Relatório da ABRAPA	Algodão Brasileiro Responsável (ABR) – Bem estar social	DS-Trab	Dimensões do desenvolvimento
APASPI				
Reg.	Fonte	Tema	Código	Categoria
1	Notícia do site do Projeto Dom Helder Camara	Visitaram a sede do MAPA para pedido de credenciamento como OPAC; Coordenação técnica do Projeto Dom Helder Camara - Diversidade de interesses	DI-Gov	Relações com stakeholders
2	Presidente da APASPI	Associação credenciada no Ministério da Agricultura; Quem mais influenciou foi o Projeto Dom Helder - Diversidade de interesses	DI-Gov	Relações com stakeholders
3	Gestor da APASPI	O Ministério da Agricultura é o grupo principal que fornece o certificado -	DI-Gov	Relações com stakeholders

		Diversidade de interesses		
4	Notícia do site do Projeto Dom Helder Camara	Agricultores e agricultoras do município de São Raimundo Nonato/PI - Diversidade de interesses	DI-MemInt	Relações com stakeholders
5	Presidente da APASPI	Cada grupo tem uma comissão de ética e uma comissão de avaliação - Diversidade de interesses	DI-MemInt	Relações com stakeholders
6	Observação direta	Parceria com a Embrapa - Diversidade de interesses	DI-Gov	Relações com stakeholders
7	Presidente da APASPI	Incentivo da Embrapa Algodão; forneceu a semente de algodão - Diversidade de interesses	DI-Gov	Relações com stakeholders
8	Membro da comissão de ética da APASPI	A Cáritas Diocesana é parceira nossa - Diversidade de interesses	DI-OSC	Relações com stakeholders
9	Presidente da APASPI	A entidade da Cáritas é a que acompanha todos os grupos - Diversidade de interesses	DI-OSC	Relações com stakeholders
10	Membro da comissão de ética da APASPI	A Cáritas tem conhecidos para fazer as reivindicações aos órgãos governamentais - Relações de confiança	RC-OSC	Forma de capital social
11	Gestor da APASPI	A Cáritas Diocesano tem dado benefício - Relações de confiança	RC-OSC	Forma de capital social

12	Membro da comissão de avaliação da APASPI	A Cáritas Diocesano prepara os grupos em parceria todos juntos - Relações de confiança	RC-OSC	Forma de capital social
13	Membro da comissão de avaliação da APASPI	A gente tem vários grupos aqui - Relações de confiança	RC-MemInt	Forma de capital social
14	Estatuto social da APASPI	Comissão de Avaliação - Relações de confiança	RC-MemInt	Forma de capital social
15	Presidente da APASPI	A comissão de avaliação vai fazer uma visita cruzada para ter mais uma segurança - Relações de confiança	RC-MemInt	Forma de capital social
16	Notícia do site do Projeto Dom Helder Camara	É o próprio agricultor que garante a qualidade do produto do seu vizinho - Relações de confiança	RC-MemInt	Forma de capital social
17	Notícia do site do Projeto Dom Helder Camara	Supervisão do PDHC - Relações de confiança	RC-Gov	Forma de capital social
18	Presidente da APASPI	O Projeto Dom Helder Camara foi o melhor que a gente já teve aqui; Demora para sair as coisas com o INCRA - Relações de confiança	RC-Gov	Forma de capital social
19	Membro da comissão de ética da APASPI	O Projeto Dom Helder Camara tem conhecidos para fazer as reivindicações aos outros órgãos - Relações de confiança	RC-Gov	Forma de capital social
20	Gestor da APASPI	A gente teve o técnico aqui no algodão - Afinidade Cognitiva	AC-OSC	Forma de capital social

21	Membro da comissão de ética da APASPI	Nós corremos aos técnicos da Cáritas - Afinidade Cognitiva	AC-OSC	Forma de capital social
22	Presidente da APASPI	a gente procura o pessoal da Cáritas para a chegar a uma solução para os problemas - Afinidade Cognitiva	AC-OSC	Forma de capital social
23	Presidente da APASPI	Pessoas que vieram do Zabelê - Afinidade cognitiva	AC-MemInt	Forma de capital social
24	Estatuto social da APASPI	Comissão de Avaliação - Afinidade cognitiva	AC-MemInt	Forma de capital social
25	Presidente da APASPI	Cada grupo tem sua comissão de avaliação e compõe a da associação - Afinidade cognitiva	AC-MemInt	Forma de capital social
26	Notícia do site do Projeto Dom Helder Camara	Normas da produção orgânica - Afinidade cognitiva	AC-MemInt	Forma de capital social
27	Gestor da APASPI	Aprendi muitas coisas depois do Projeto Dom Helder - Afinidade cognitiva	AC-Gov	Forma de capital social
28	Presidente da APASPI	Quando a gente tem um problema, a gente procura o Projeto Dom Helder - Afinidade Cognitiva	AC-Gov	Forma de capital social
29	Notícia do site do Projeto Dom Helder Camara	Renda das famílias - Alocação eficiente de recursos	DE-Renda	Dimensões do desenvolvimento
30	Presidente da APASPI	A gente tem aquele produto para vender - Alocação eficiente de recursos	DE-Renda	Dimensões do desenvolvimento

31	Membro da comissão de avaliação da APASPI	Uma renda boa para melhorar a vida - Alocação eficiente de recursos	DE-Renda	Dimensões do desenvolvimento
32	Notícia do site do Projeto Dom Helder Camara	Mercado justo e solidário - Alocação eficiente de recursos	DE-Renda	Dimensões do desenvolvimento
33	Observação direta	Integração no circuito de comércio justo - Alocação eficiente de recursos	DE-Renda	Dimensões do desenvolvimento
34	Presidente da APASPI	A gente é um agricultor agroecológico - Conservação do meio ambiente	DA-AgrEco	Dimensões do desenvolvimento
35	Presidente da APASPI	Conflitos com outros habitantes na área do assentamento - Conservação do meio ambiente	DA-Confl	Dimensões do desenvolvimento
36	Membro da comissão de avaliação da APASP	o algodão, o feijão e o milho é orgânico - Conservação do meio ambiente	DA-Mono	Dimensões do desenvolvimento
37	Estatuto social da APASPI	Atividades de conservação, preservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente - Conservação do meio ambiente	DA-Sust	Dimensões do desenvolvimento
38	Presidente da APASPI	Certificação participativa; reconhecimento nos mercados de comércio justo - Dimensão institucional	DI-CertPart	Dimensões do desenvolvimento
39	Presidente da APASPI	Projeto construído coletivamente -	DI-Partic	Dimensões do desenvolvimento

		Dimensão institucional		
40	Presidente da APASPI	A gente sabia onde é que estava cada centavo dos projetos - Dimensão institucional	DI-Transp	Dimensões do desenvolvimento
41	Estatuto social da APASPI	Atividades educativas, socioculturais, ambientais e de cidadania - Bem estar social	DS-Cidad	Dimensões do desenvolvimento
42	Notícia do site do Projeto Dom Helder Camara	Ações que estão melhorando a vida da gente - Bem estar social	DS-Cond	Dimensões do desenvolvimento
43	Presidente da APASPI	A gente conseguiu colocar energia e água no assentamento todo - Bem estar social	DS-Cond	Dimensões do desenvolvimento
44	Membro da comissão de avaliação da APASPI	A gente busca qualidade de vida; Os produtos são tudo com veneno - Bem estar social	DS-Cond	Dimensões do desenvolvimento
45	Observação direta	Imagem das comunidades produtoras e suas condições de pobreza - Bem estar social	DS-Cond	Dimensões do desenvolvimento